
Revista da Escola de Guerra Naval



Rev. Esc. Guerra Nav., Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, maio/agosto 2024.



ESCOLA DE GUERRA NAVAL

A Revista da Escola de Guerra Naval é um periódico que tem o propósito de disseminar a mentalidade marítima em níveis nacional e internacional, com foco em conhecimentos relativos à Defesa, particularmente, no que se refere ao Poder Marítimo.

COMANDANTE DA MARINHA
Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA
Almirante de Esquadra André Luiz Silva Lima de Santana Mendes

PRESIDENTE DO CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS
Almirante de Esquadra (RM1-FN) Paulo Martino Zuccaro

DIRETOR DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Vice-Almirante Gustavo Calero Garriga Pires

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
Contra-Almirante (RM1) José Luiz Ferreira Canela

ISSN 1809-3191

e-ISSN 2359-3075

maio/agosto de 2024, v. 30, n. 2

CORRESPONDÊNCIA:

ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha - Urca
CEP 22290-255 Rio de Janeiro/RJ - Brasil
(21) 2546-9394 revista@egn.mar.mil.br
Aos cuidados do Editor Chefe da Revista da Escola de Guerra Naval

Novos artigos poderão ser submetidos em conformidade com as Instruções aos Autores, contidas na última página de cada volume, para o e-mail: revista@egn.mar.mil.br

Rev. Esc. Guerra Nav. (Ed. Por.)	Rio de Janeiro	v. 30	n. 2	p. 219-465	maio/agosto 2024
----------------------------------	----------------	-------	------	------------	------------------

A Revista da Escola de Guerra Naval é uma publicação quadrimestral, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), sem fins lucrativos, que publica, prioritariamente, trabalhos originais inéditos .

A política editorial da Revista estabelece que os artigos devem apresentar uma reflexão inovadora e contribuir para o desenvolvimento de um pensamento estratégico autóctone em matéria de Defesa, particularmente, no que se refere ao Poder Marítimo.

Todos os artigos para publicação estão condicionados ao processo de avaliação por pares e a aprovação dos membros do Conselho Editorial ou do Conselho Consultivo.

Os artigos publicados pela Revista são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando, necessariamente, o pensamento da Escola de Guerra Naval nem o da Marinha do Brasil.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alcides Costa Vaz (UNB, DF, Brasil)

André Barata Nascimento (*U Beira Int., Beira, Portugal*)

Antônio Celso Alves Pereira (UERJ, RJ, RJ, Brasil)

António Manuel F. da Silva Ribeiro (*Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal*)

Antonio Ruy de Almeida Silva (PUC-RJ, RJ, Brasil)

Eurico de Lima Figueiredo (UFF, Niterói, RJ, Brasil)

Gregory Kennedy (*King's College London, UK, Reino Unido*)

Helena Carreiras (*Univ. Lisboa, Lisboa, Portugal*)

Ian Speller (*Maynooth, Irlanda*)

José Murilo de Carvalho (UFRJ, RJ, RJ, Brasil)

Luis Bittencourt (*Georgetown University, Estados Unidos*)

Matthew Uttley (*King's College London, UK, Reino Unido*)

Michael Pavkovic (*USNWC, Newport, Estados Unidos*)

Mônica Herz (PUC-RJ, RJ, Brasil)

Natalia Cintra (*Research Fellow University of Southampton, Inglaterra*)

Rafael Zelesco Barretto (*Inter-American Defense College, Estados Unidos*)

Reginaldo Gomes Garcia dos Reis (EGN/CEPE, RJ, RJ, Brasil)

Rodrigo Fernandes More (UNIFESP, SP, SP, Brasil)

Sabrina Medeiros (*Lusófona University, Lisboa, Portugal*)

Vinicius Mariano de Carvalho (*King's College London, UK, Reino Unido*)

Williams Gonçalves (UERJ, RJ, RJ, Brasil)

EDITOR:

Walter Maurício Costa de Miranda (*EGN/RJ, RJ, Brasil*)

EQUIPE EDITORIAL

Editor Científico

Marcelo Mello Valença

Flávia Rodrigues de Castro

Editora de Layout

Ana Clara Santana de Araújo

Vinicius Silva de Araújo

Leitores de Prova

Walter Maurício Costa de Miranda

EQUIPE TÉCNICA

Secretaria de Comunicação Social

Raphaella Ambrozini dos Santos

Revisores

Daniele Felizola de Oliveira

Diagramação e Programação Visual

Ana Clara Santana de Araújo

Vinicius Silva de Araújo

Normalização

Marjourie Andreza de Araújo Cruz Marques

Raphaella Ambrozini dos Santos

Indexado em:

Qualis/CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
LATINDEX - Sistema regional de información para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
ICAP - Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos
SUMARIOS - Sumários de Revistas Brasileiras
LIVRE - Revista de Livre Acesso
PROQUEST - Dissertation & Theses Global
GOOGLE ACADEMICO
DOAJ - Directory of Open Access Journals

Revista da Escola de Guerra Naval – v. 30, n. 2, (maio/agosto 2024). – Rio de Janeiro:
Escola de Guerra Naval, 1968 – v22 cm.
Quadrimestral
ISSN 1809-3191 e-ISSN 2359-3075
1. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Escola de Guerra Naval. II. Título.
CDD:355

PALAVRAS DO DIRETOR

É com grande satisfação que apresentamos mais uma edição da Revista da Escola de Guerra Naval, reunindo um conjunto de análises que refletem o constante compromisso da nossa instituição na veiculação de trabalhos científicos de excelência sobre Defesa e Poder Marítimo, ampliando o debate sobre os temas cruciais para o desenvolvimento de estratégias autóctones.

Abrindo este número, o artigo “Os estudos de Segurança Internacional na Segurança Marítima” aborda as influências das chamadas escolas internacionais de Estudos de Segurança e sua presença na formulação do Planejamento Estratégico da Marinha do Brasil (PEM 2040). Os desafios contemporâneos e as crescentes ameaças no ambiente marítimo global ampliaram a perspectiva do planejamento, como denota à vertente *security* da segurança marítima brasileira, que possui ligação com as principais ideias da Escola de Paris, da Escola de Copenhague e da Escola Galesa.

A seguir, nossa atenção se volta para o artigo “*The Blue Homeland (Mavi Vatan)*”, que reflete os interesses turcos em projetar poder naval e assegurar seus interesses marítimos estratégicos, consolidando uma visão assertiva de proteção e expansão de sua esfera de influência marítima, sobretudo no Mediterrâneo Oriental.

A “Base Industrial de Defesa brasileira” é outro artigo de extrema relevância para a comunidade de segurança e defesa, especialmente em um cenário de rápidas inovações e crescente competitividade global. O artigo examina quais seriam os determinantes da concentração espacial, já que a proximidade geográfica tende a gerar ganhos de eficiência e retornos crescentes de escala, justificando o surgimento de *clusters* industriais.

Não menos importante, o artigo “A Importância do Golfo da Guiné para o Brasil” traz uma perspectiva sob o prisma da oceanopolítica brasileira que ratifica a necessidade de um maior envolvimento do Brasil no Golfo da Guiné e o aprofundamento da cooperação regional, especialmente em questões de defesa e segurança.

Outro tema que desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento da Marinha é o “Panorama do Conhecimento em Ciência

e Tecnologia”. O artigo realiza uma avaliação exploratória com egressos e atuais discentes dos Cursos de Altos Estudos Militares da Marinha, acerca de seus conhecimentos sobre ciência, tecnologia e inovação, essenciais a todos os profissionais civis e militares que lidam com temas relativos à Defesa.

Já o artigo “O Dragão e a Águia” se refere às transformações no cenário global examinando, por meio de análise qualitativa e quantitativa, o declínio significativo dos EUA face aos avanços chineses, constatando que, embora menor, a balança do Poder Militar ainda favorece aos EUA.

No cenário doméstico, o artigo “A presença da Marinha Brasileira na Amazônia” mostra a evolução do pensamento da MB no que tange à segurança e desenvolvimento da Amazônia, desde o fim da Guerra Fria até os primeiros anos do século XXI tendo por base a identificação das prioridades estabelecidas para a defesa da região amazônica.

Encerrando esta edição, o artigo “Desafios brasileiros para a revitalização da UNASUL” tem como objetivo analisar se a estratégia de mobilizar o apoio dos países do Cone Sul é a mais viável para solucionar os problemas políticos, ideológicos e financeiros que, atualmente, impedem o avanço da cooperação regional.

Por fim, convidamos nossos leitores a embarcarem nessa viagem pelas múltiplas dimensões do poder naval e da estratégia marítima que permeiam o mundo atual.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Garriga', with a stylized flourish below it.

Gustavo Calero Garriga Pires
Vice-Almirante
Diretor

■ ARTIGOS

OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL
NA SEGURANÇA MARÍTIMA: A MARINHA DO
BRASIL E O PENSAMENTO ESTRATÉGICO EM
SEGURANÇA

Carlos Wellington Leite de Almeida

219

THE BLUE HOMELAND (MAVI VATAN): TURKEY'S
NAVAL STRATEGY IN THE SURROUNDING SEAS
(2020-2023)

André Luiz Varella

Vitor Deccache Chiozzo

257

BASE INDUSTRIAL DE DEFESA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DE CLUSTERS ESPACIAIS E DE
CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Erika Almeida Ribeiro

Ana Carolina de Oliveira Assis

284

A IMPORTÂNCIA DO GOLFO DA GUINÉ PARA O
BRASIL: A PERSPECTIVA DA OCEANOPOLÍTICA
NACIONAL

Luiza Bizzo Affonso

310

PANORAMA DO CONHECIMENTO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA ENTRE OFICIAIS DE ESTADO-MAIOR DA MARINHA Adriano Lauro Luiz Octavio Gaviao	339
O DRAGÃO E A ÁGUIA: TRANSFORMAÇÕES NA DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO PODER MILITAR SINO- AMERICANO (2007-2019) Bruno Hendler Gabriela Tamiris Rosa Corrêa	377
A PRESENÇA DA MARINHA BRASILEIRA NA AMAZÔNIA: DO PÓS-GUERRA FRIA AOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XXI Dilceu Roberto Pivatto Junior	415
DESAFIOS BRASILEIROS PARA A REVITALIZAÇÃO DA UNASUL: SERIA O ARCO DA ESTABILIDADE A SOLUÇÃO? Kamilla Raquel Rizzi Pedro Henrique Ribeiro Knippel do Carmo	441

OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL NA SEGURANÇA MARÍTIMA: A MARINHA DO BRASIL E O PENSAMENTO ESTRATÉGICO EM SEGURANÇA

Carlos Wellington Leite de Almeida¹

RESUMO

O artigo trata da segurança marítima no Brasil do ponto de vista da influência das chamadas escolas internacionais de estudos de segurança e sua presença na formulação do Planejamento Estratégico da Marinha (PEM 2040). Busca-se, especificamente, identificar aspectos característicos dessas escolas sobre a incorporação da noção de segurança marítima ao conceito estratégico militar-naval brasileiro. A partir de uma revisão de literatura narrativa sobre as três escolas normalmente identificadas, e do uso de técnicas do método qualitativo, as principais ideias da Escola de Paris, da Escola de Copenhague e da Escola Galesa (Aberystwyth) são associadas à vertente security da segurança marítima brasileira. Conclui o artigo pela presença de aspectos característicos das três escolas, permitindo entrever uma influência doutrinária múltipla no pensamento estratégico naval brasileiro em termos de segurança marítima.

Palavras-chave: segurança marítima; escolas de segurança; planejamento estratégico; instituições de segurança.

1 Doutor em Administração (UDE-Uruguai) / Doutorando em Estudos Marítimos (EGN-PPGEM), Escola de Guerra Naval (EGN)- Rio de Janeiro- RJ, Brasil. Email: carlosla@tcu.gov.br e carloscwla@gmail.com - ORCID <https://orcid.org/0000-0002-4904-3007> 0000-0002-4904-3007

INTRODUÇÃO

O artigo analisa a influência das três principais escolas internacionais de estudos de segurança na formulação do pensamento estratégico brasileiro em **segurança marítima**. A segurança marítima foi incorporada ao Planejamento Estratégico da Marinha (PEM 2040) de forma a prever a atuação do Poder Naval brasileiro contra ameaças não-tradicionais, em geral de natureza não-estatal, a exemplo do combate ao terrorismo no mar e à pirataria. A partir de revisão de literatura sobre as três escolas e de pesquisa qualitativa, são identificados os aspectos característicos dessas escolas na noção brasileira de segurança marítima.

A **Escola de Paris**, também conhecida como escola da sociologia política internacional, ou, IPS, de *International Political Sociology*, destaca o Estado como ator principal do processo de securitização dos temas de interesse da sociedade, a proeminência das instituições chamadas provedoras de segurança e a importância da prática institucional como fundamentos para a conceituação e o planejamento em termos de segurança.

A **Escola de Copenhague**, é também chamada escola da segurança social (*societal security*). O centro de gravidade do pensamento migra do Estado para a sociedade, entendida como as instituições e organizações que não integram, necessariamente, o aparato estatal. Na linha assim desenvolvida, é o componente não-estatal das relações sociais a força motriz da noção de segurança, sobressaindo a centralidade dos chamados atores securitizantes e do discurso securitizante (*speech act*) na percepção de ameaças pela sociedade.

A **Escola Galesa**, por fim, relacionada à Universidade de Aberystwyth, no País de Gales, volta-se para os estudos críticos em segurança, CSS, de *Critical Security Studies*. No âmbito dos CSS, diferentemente das noções da Escola de Paris ou da Escola de Copenhague, a formulação do pensamento de segurança não se centra no Estado (Paris), nem na sociedade como um todo (Copenhague), mas sim no indivíduo. A principal ideia associada a essa centralidade do indivíduo na identificação e percepção de ameaças à segurança é a noção de emancipação, a qual deve ser entendida como a liberdade de cada pessoa para sentir-se segura ou insegura e, a partir desse sentimento, apresentar à sociedade e ao Estado os temas a serem tratados de forma securitizada.

A noção brasileira de segurança marítima apresenta aspectos

doutrinários e metodológicos característicos das três principais escolas internacionais de estudos de segurança. Desde sua concepção, mostra-se profundamente ligada ao pensamento da **Escola de Paris**, sobretudo em face do papel central destinado à Marinha do Brasil (MB), no tema da segurança marítima. Vincula-se, também, ao argumento da **Escola de Copenhague**, sendo claro que a MB assume, no Brasil, no contexto das discussões sobre segurança marítima, o papel de ator securitizante, responsável pelo *speech act*, ainda que possa não ser o único ator nesse contexto. Finalmente, identifica-se a influência do ideário da **Escola Galesa**, sendo que, nesse contexto está o esforço da MB pela universalização da ideia de *maritime security*, por meio do incentivo à diplomacia naval e do fomento da mentalidade marítima, no Brasil.

Essa influência das três principais escolas internacionais de estudos de segurança na formulação do pensamento estratégico brasileiro em segurança marítima constitui o objeto do presente estudo, o qual se propõe a responder às seguintes questões: (i) quais traços característicos das escolas internacionais podem ser identificados no ideário de segurança marítima no Brasil?; e (ii) qual o efeito dessa presença do pensamento internacional em segurança para a noção de segurança marítima do Brasil.

A revisão da literatura identifica a discussão concentrada em torno de três aspectos principais: (i) a existência de uma diversidade temática associada à discussão sobre segurança; (ii) a identificação do sujeito central na discussão sobre segurança; e (iii) a existência de movimentos securitizantes em sentidos opostos (securitização e dessecuritização). Esses aspectos, uma vez revisados, são cotejados com o conteúdo do Planejamento Estratégico da Marinha (PEM 2040), a fim de pontuar os aspectos característicos de cada Escola sobre a formulação do pensamento estratégico brasileiro em segurança marítima, em sua vertente *security*.

A revisão de literatura, do tipo narrativa, oferece à análise o conjunto dos aspectos característicos de cada escola internacional de segurança. Essa revisão teve por foco evidenciar os aspectos principais e sintetizá-los de forma instrumental para a análise da formulação do pensamento estratégico em segurança marítima contida no PEM 2040. A síntese elaborada a partir da revisão de literatura permitiu construir uma visão abrangente das discussões travadas no âmbito das Escolas de Paris, de Copenhague e Galesa (Knopf, 2006; Vosgerau; Romanowski, 2014; UNESP, 2015; UFRN, 2021).

Os textos da revisão de literatura foram obtidos a partir de

pesquisa em bases acadêmicas de acesso geral, como o Google Acadêmico e a base Scielo, assim como redes oficiais, a exemplo da Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha (BIM). Incluiu, ainda, leis, decretos e outras normas relativas à segurança marítima. Buscou a literatura mais relevante sobre o assunto, em seu conteúdo temático, ou relevante do ponto de vista histórico (Sabino, 1994; Sampieri; Collado; Lucio, 2006; Soneira, 2006; Blaxter; Hughes; Tight, 2008; Foglia; Vanzago, 2011).

Na análise da segurança marítima, como contida no PEM 2040, o tratamento qualitativo adotado consistiu na identificação dos aspectos característicos das escolas de estudos de segurança na formulação do pensamento estratégico brasileiro em segurança, cotejando-os com a literatura revisada. Dessa forma foi possível delinear os traços teóricos presentes na noção brasileira de segurança marítima, assim conferindo densidade acadêmica ao trato do tema e abrindo caminho para novas pesquisas relacionadas, a partir de distintas perspectivas (Gialdino, 2006; Sabino, 1996; Creswell; Creswell, 2018).

Para tanto, o artigo se estrutura em seções que buscam apresentar essa influência das escolas de segurança internacional na noção de segurança marítima no Brasil. A primeira seção delinea as escolas, apresentando seus traços característicos. A segunda relaciona os traços característicos dessas escolas com o pensamento de segurança marítima desenvolvido no Brasil. Uma terceira seção, por fim, apresenta a conclusão de que estão presentes traços característicos das três escolas internacionais de segurança no pensamento brasileiro de segurança marítima, bem como que o grande efeito dessa presença é atualizar a estratégia marítima brasileira com relação às principais correntes teóricas vigentes.

Delineando as escolas internacionais de segurança

Os estudos sobre segurança são relativamente recentes no mundo acadêmico, sendo identificados como um subcampo das Relações Internacionais após o fim da II Guerra Mundial. Em seu berço, ao longo da Guerra Fria e do contexto da bipolaridade mundial, os estudos de segurança foram dominados pelo paradigma realista, em que a *Realpolitik*, a partir dos elementos reais de poder, constituía a rationale política e acadêmica mundial. Já no final da Guerra Fria, contudo, a noção de segurança passou a ser objeto de desavenças entre teóricos realistas, de um lado, e teóricos ditos “ampliadores” ou “aprofundadores”, do outro (Case, 2006; Alencar,

2015; Muhammad; Riyanto, 2021).

Desde então, uma diversidade de visões teóricas sobre segurança foi incorporada ao debate, o que incluiu a perspectiva construtivista, a teoria crítica, o pensamento feminista, a noção de segurança humana, a visão pós-colonialista da segunda metade da Guerra Fria e percepções bastante distintas, de um ponto de vista ontológico, acerca do Estado e seu papel. Os conflitos regionais, em especial, foram alçados a um patamar de grande relevância no contexto da segurança internacional. Mais recentemente, essas novas teorias procuraram desenvolver respostas à crescente complexidade de temas como imigração, terrorismo e crimes transnacionais também passaram a fazer parte da agenda internacional (Hansen, 2000; Bigo, 2006a; Booth, 2007; Langwald, 2021; Otukoya, 2024).

Essas visões teóricas desafiaram frontalmente o paradigma dominante da *Realpolitik*, denotando a existência de significativas distinções no ideário global de segurança. Os estudos até então desenvolvidos, de base notadamente realista, identificavam a segurança como uma discussão sobre os temas do controle e da ameaça do emprego da força armada, normalmente vinculados à doutrina vigente nos Estados Unidos. Os novos estudos de segurança, então surgidos, incluíam perspectivas mais abrangentes, profundas e críticas (Hansen, 2000; Alencar, 2015; Muhammad; Riyanto, 2021).

Observa-se que os estudos de Segurança Internacional passaram por diferentes fases e abordam diferentes pontos de vista de análise. Tendo em consideração a evolução dos estudos de segurança, é possível observar que tais estudos passaram por diferentes períodos, sendo de acordo com a agenda internacional. No geral, pode ser levado em consideração, que os estudos de segurança passaram de apenas uma abordagem realista, para análises mais amplas (Alencar, 2015, p. 193-194, grifo nosso).

Conceito de especial importância surgido a partir da ampliação temática dos estudos de segurança foi o de securitização. Securitizar pode ser entendido como identificar, conceber, ou, até mesmo, construir a ameaça. Nesse sentido, a securitização seria o processo pelo qual uma

ameaça é identificada, concebida ou construída, de forma a que um tema de qualquer natureza pode tornar-se urgente, demandar medidas extraordinárias e ser incluído na agenda de segurança. É a maneira pela qual, por exemplo, um problema de saúde pública ou educação passa a constituir tema de segurança. As diferentes formas de securitização, os diferentes caminhos pelos quais um tema passa a compor a agenda de segurança de um Estado está na essência da distinção entre as três escolas internacionais de segurança (Huysmans, 1998; Booth, 2007; Buzan; Hansen, 2009; Baele; Jalea, 2023; Otukoya, 2024).

Este tema é central a literatura analítica de política externa que estuda como os discursos de perigo constroem a identidade política dos Estados, ou, mais genericamente, das comunidades políticas. Supondo, implícita ou explicitamente, que a própria existência do Estado depende da definição de ameaça, estas interpretações traçam como as mudanças nas construções de ameaça ou nas definições do inimigo articulam mudanças na identidade política de um Estado² (Huysmans, 1998, p. 238-239, grifo nosso).

A **Escola de Paris**, ou IPS, de *International Political Sociology*, tem em seu ideário a noção de que, apesar da diversidade temática, persiste a centralidade do Estado e das instituições provedoras de segurança no contexto das discussões mais importantes sobre security. O Estado passa a ser percebido como principal provedor da desejada segurança, bem como do ideário pertinente, mas não mais como o único, assim rompendo com visões relacionadas ao domínio singular do uso da força pelo aparato estatal, presentes no pensamento de autores como Hobbes, Maquiavel e Weber. A “teoria da ação”, típica da Escola de Paris, afirma a supremacia da prática sobre a teorização e o discurso nas Relações Internacionais, em especial nos estudos de segurança, sobretudo a partir da ideia de

2 This theme is central to a body of literature in foreign policy analysis which studies how discourses of danger construct the political identity of states, or, more generally, political communities. Implicitly or explicitly assuming that the very existence of the state depends on threat definition, these interpretations trace how shifts in threat constructions or Enemy definitions articulate shifts in the political identity of a state.

que as ações humanas, na maior parte das vezes, está desvinculada da intenção, não se podendo dizer que a ação corresponda sempre a um objetivo perseguido de forma consciente. A sociologia foucaultiana, por fim, carrega-lhe suas ideias da composição orgânica da sociedade e da necessidade de se estabelecerem medidas de controle sobre os indivíduos (Bourdieu, 1995; Foucault, 2005; Bigo, 2006a).

A **teoria da ação** que proponho (com a noção de *habitus*) implica em dizer que a maior parte das **ações humanas** tem por base algo **diferente da intenção**, isto é, disposições adquiridas que fazem com que a ação possa e deva ser interpretada como orientada em direção a tal ou qual fim, sem que se possa, entretanto, dizer que ela tenha por princípio a **busca consciente** desse objetivo (é aí que o “tudo ocorre como se” é muito importante) (Bourdieu, 1996, p. 164, grifo nosso).

Para a **Escola de Paris**, mecanismos estatais estão na base da construção da ideia de segurança. São gabinetes de governo, forças militares, forças policiais e outras instituições governamentais que determinam o processo de securitização, isto é, o *pathos* por meio do qual um tema de qualquer natureza é incluído na agenda de segurança das políticas públicas. A securitização seria um processo com foco nos profissionais da segurança e na prática das suas ações, muito mais do que no discurso político assumido pelos representantes do poder, servindo para oferecer respostas a problemas retirando a ameaça por meio de práticas de controle (Bourdieu, 1995; Bigo, 2006b; Langwald, 2021).

No entanto, Bigo admite que o universo dos **profissionais de segurança** é dominado por profissionais de instituições públicas, como **policiais e militares**. Seria, portanto, errado afirmar que a Escola de Paris não atribui qualquer papel ao **Estado** no seu conceito de segurança. [...] a Escola de Paris ainda destaca o poder do Estado e o processo de **securitização de**

cima para baixo³ (Langwald, 2021, p. 3, tradução livre, grifo nosso).

Além disso, para a Escola de Paris, o binômio segurança-insegurança é visto como um movimento contínuo, deslocado em apenas um sentido. Dito de outra forma, não existe movimento inverso que permita voltar ao estado inicial, anterior à percepção da ameaça. A cada inclusão de um novo tema na agenda da segurança se associam novas medidas de controle e o surgimento de um novo estado de coisas, distinto do anterior à identificação da ameaça. Trata-se de um modelo estrutural não focado nas possíveis causas que originaram a ameaça, mas nos seus efeitos visíveis, correspondendo a práticas que se constituem e são constituídas continuamente (Thiry-Cherques, 2006; Bigo, 2013; Bourdieu, 2013).

ESCOLA DE PARIS

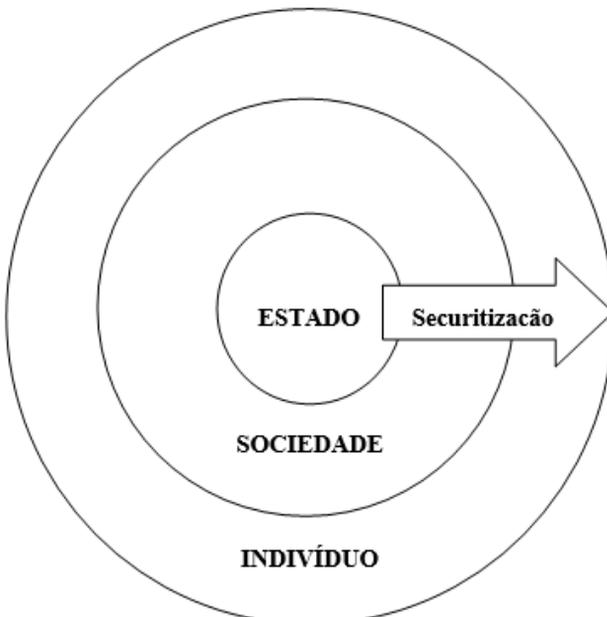


Figura 1 – Escola de Paris: centrada na ação do Estado e nas chamadas

3 However, Bigo admits that the realm of security professionals is dominated by professionals from public institutions, such as police and the military. It would therefore be wrong to claim that the Paris School does not attribute any role to the state in their concept of security. [...] the Paris School still highlights the power of the state and the top-down process of securitization.

instituições de segurança, tem no Estado o agente securitizante, definindo as questões a serem securitizadas e emanando essa definição para o a sociedade e para cada indivíduo, sendo o processo de securitização um movimento contínuo sem retorno. A cada desenvolvimento ocorrido corresponde uma novam “normalidade”. Fonte: Bigo, 2013. Elaboração: do autor.

A Escola de Copenhague, por sua vez, faz nítida a prevalência das condições estruturais da sociedade na discussão dos aspectos relativos à segurança e, por isso, sob uma perspectiva construtivista, propõe a análise dos fenômenos de securitização como um construto social, deslocando do Estado para a sociedade a centralidade do pensamento em segurança. O Estado continua a ser percebido como principal provedor da desejada segurança, mas não mais tem o monopólio formador do ideário pertinente, vez que outros atores sociais passam a participar ativamente da formulação do pensamento em segurança, muitas vezes, até, sendo capazes de impor ao Estado uma nova agenda de segurança. Temas de segurança passam a incluir assuntos que, normalmente, não seriam securitizados, como as discussões de gênero e a proteção de minorias desfavorecidas (Buzan; Waever; De Wilde, 1992; Hansen, 2000; Reis, 2022).

A guerra, então, é “um ato de violência destinado a dobrar o inimigo à nossa vontade” e, portanto, “a guerra é um ato social, que pressupõe o conflito de vontades de coletividades organizadas politicamente”, É nessa luta por reconhecimento (Hegel) que os Estados estabelecem sua identidade [...]. Entretanto, essa luta pode ter lugar em esferas distintas da militar: a prioridade dos meios militares é um traço técnico contingencial. Consequentemente, a lógica da guerra [...], poderia ser refeita metaforicamente e estendida a outros setores⁴. (Waever, 1995, p. 6, tradução livre, grifo nosso)

4 War, then, is “an act of violence intended to compel our opponent to fulfil our will” and, therefore, “war, insofar as it is a social act, presupposes the conflicting wills of politically organized collectivities.” It is in this struggle for recognition (Hegel) that states establish their identity [...]. Nonetheless, this struggle can take place in spheres other than the military one; the priority of military means is a contingent, technical feature. Consequently, the logic of war [...], could be replayed metaphorically and extended to other sectors.

No contexto da Escola de Copenhague foram desenvolvidas linhas de pensamento voltadas para um alargamento dos temas de segurança ainda mais notável que o promovido pela Escola de Paris. Notabilizou-se, entre outras, a teoria complexa da segurança regional, em inglês *Regional Security Complex Theory* (RSCT), que alçou os conflitos regionais a um patamar de grande relevância no contexto da segurança internacional. A RSCT propõe, em essência, que a segurança internacional seja examinada também a partir de uma perspectiva regional, bem como que as relações entre Estados sejam observadas de acordo com padrões geograficamente estruturados (Buzan; Weaver, 2003; Baele; Jalea, 2023).

O ideário da Escola de Copenhague não é caracterizado pela centralidade da ação estatal, diferentemente das ideias que fundamentam a Escola de Paris. A securitização passa a ser vista como um movimento que eleva temas determinados a um nível superior ao da política dita “normal”, alcançando o chamado nível de segurança, a partir da identificação de uma **ameaça existencial**. Há, portanto, uma oposição entre o que seria uma política “normal” e uma política “securitizada”, e, nesse diapasão, securitizar tem a ver com a percepção da quebra da situação de normalidade. A securitização, entendida como um processo dependente das estruturas sociais, vai muito além dos aspectos puramente militares ou centrados nas instituições de segurança, sendo a Escola de Copenhague, por esse traço característico, também como conhecida como a escola da segurança social (*societal security*) (Baele; Jalea, 2023; Otukoya, 2024).

Segurança, nesse contexto, não se afirma como um conceito estático, nem mesmo de pouca inclinação à mudança. Muito ao contrário, segurança, para a Escola de Copenhague, é sobretudo uma dinâmica, um movimento constante de alteração das regras do jogo político, às vezes mais inclinado à tolerância, às vezes mais intolerante com as diferenças. Um tema securitizado é uma questão alçada a um nível acima da chamada “política normal”, de maneira a justificar a adoção de medidas coercitivas excepcionais (Buzan; Waever; De Wilde, 1992; Waever, 1995; Buzan; Hansen, 2009).

“Segurança” é o movimento que leva a política além das regras do jogo estabelecidas e enquadra o tema ou como um tipo especial de política ou acima da política. A Securitização, portanto,

pode ser entendida como uma versão mais extremada da politização⁵ (Buzan; Waever; De Wilde, 1992, p. 24, tradução livre, grifo nosso).

Além de não ter o pensamento centrado no Estado e nas instituições provedoras de segurança, para a Escola de Copenhague, o processo de securitização também não responde ao problema no nível individual. Nesse contexto, a Escola de Copenhague distancia-se tanto da Escola de Paris, centrada no Estado, quanto da Escola Galesa, centrada no indivíduo. O conceito proposto, a partir de uma visão construtivista entre diferentes setores da sociedade, se traduz em uma multissetorização da ideia de segurança, que passa a ser entendida de maneira mais ampla do que apenas vinculada ao Estado e ao instrumento militar, assim como englobando temáticas distintas, sem contudo se imiscuir no nível individual de tratamento das questões securitizadas, reafirmando-se, neste ponto como uma segurança social e não individual (Buzan; Waever; De Wilde, 1992; Demirkol, 2023).

Assim como ocorre no âmbito da Escola de Paris, também no âmbito da Escola de Copenhague, o binômio segurança-insegurança é percebido como um movimento contínuo, porém, com a possibilidade de ocorrer em sentido inverso. Enquanto para a Escola de Paris o movimento de securitização avança apenas em um sentido, sem possibilidade de retorno ao estado anterior, a Escola de Copenhague admite o retorno à situação inicial. Esse “caminho inverso” é a chamada dessecuritização, que retira da agenda de segurança um tema que deixa de ser entendido como ameaça existencial. A dessecuritização, na verdade, é percebida como um movimento desejado, representativo do término da ameaça à sociedade (Waever, 1995; Buzan; Hansen, 2009).

[...] um foco principal dos “estudos de segurança” deveriam ser os processos de **securitização** e **dessecuritização**: Quando, por que e como as elites rotulam temas e processos como problemas de “segurança”; quando, por que e como elas têm sucesso ou fracassam nesse esforço; que

5 “Security” is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics. Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization.

tentativas são feitas por outros grupos para incluir a securitização na agenda; e se podemos direcionar esforços para manter temas fora da agenda de segurança, ou mesmo **dessecuritizar temas que hajam sido securitizados?**⁶ (Waever, 1995, p. 8, grifo nosso).

A Escola de Copenhague, então, define o tratamento da securitização em três níveis de políticas públicas. O primeiro nível, básico, é o **nível não-politizado**, quando determinado tema, ainda que de interesse da sociedade, não está envolvido no debate público e não conta com decisão política, mantendo-se o Estado dele afastado. O segundo nível, o da chamada política “normal”, é o politizado, quando determinado tema, de interesse da sociedade, é envolvido no debate público com vistas à obtenção de uma decisão governamental a seu respeito, já havendo aí a participação do Estado, desenvolvendo-se um discurso político sobre o tema e a possibilidade de se estabelecer uma política pública para seu tratamento. O terceiro nível é o securitizado, em que o tema é percebido como uma grave ameaça, de natureza existencial para a sociedade, e que exige medidas emergenciais por parte do Estado, assim justificando ações fora dos padrões da política “normal”. O nível securitizado é, assim, percebido como uma variante extremada do processo de politização (Waever, 1995).

6 [...] a major focus of “security studies” should be the processes of securitization and de-securitization: When, why and how elites label issues and developments as “security” problems; when, why and how they succeed and fail in such endeavors; what attempts are made by other groups to put securitization on the agenda; and whether we can point to efforts to keep issues off the security agenda, or even to de-securitize issues that have become securitized?

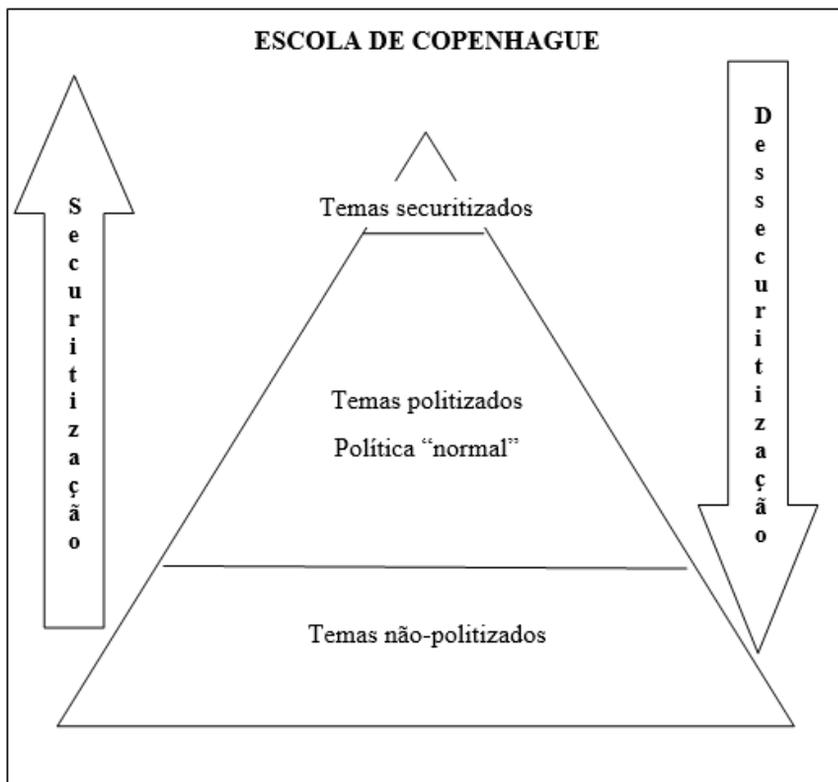


Figura 2 – Escola de Copenhague: não sendo centrada na ação do Estado, tem na sociedade, como um todo, o locus das discussões sobre securitização, definindo as questões a serem securitizadas como aquelas relacionadas a uma ameaça existencial, a justificar medidas emergenciais fora dos padrões da política “normal”, tendo o processo de securitização um movimento contínuo, com possibilidade de retorno à situação anterior (dessecuritização). **Fonte:** Waever, 1995. **Elaboração:** do autor.

Outra contribuição da Escola de Copenhague para os estudos de segurança é a noção do **ator securitizante**, responsável pelo discurso securitizante, um tipo de discurso em ação (*speech act*). Ator securitizante é o agente, normalmente estatal, que apresenta a ameaça à sociedade, declarando-a como fato a justificar medidas diferenciadas de proteção. Por meio do *speech act*, o ator securitizante utiliza a linguagem para convencer a sociedade de que há uma ameaça existencial a ser enfrentada, elevando o seu nível de tratamento da política “normal” para a política securitizada. A securitização de um tema de interesse da sociedade depende do impacto

do discurso do securitizante, isto é, o discurso contribui para construir uma compreensão socialmente compartilhada sobre o que deve ser considerado uma ameaça e ter a devida resposta. Nesse sentido, a própria noção de segurança pode ser percebida como o resultado do discurso que favorece a ação, embora nem sempre ocorra a securitização de todas as questões carreadas pelo discurso securitizante (Buzan; Waever; De Wilde, 1992; Waever, 1995; Buzan; Waever, 2003).

Então, o que é segurança? Com a ajuda da teoria da linguagem, pode-se perceber a “**segurança**” como um **discurso em ação** [*speech act*]. Nesta acepção, segurança não interessa senão como um sinal referente a algo mais real; sendo o seu enunciado o próprio ato em si. [...]. Ao enunciar “segurança”, um representante do Estado **move um determinado tema para uma área específica** e, a partir de então, reclama um direito especial de usar **quaisquer meios necessários para neutralizá-lo**⁷ (Waever, 1995, p. 7, tradução nossa, grifo nosso).

Já a **Escola Galesa**, associada à Universidade de Aberystwyth, no País de Gales, é conhecida como a escola dos estudos críticos de segurança, CSS, de *Critical Security Studies*, centra-se no indivíduo e associa-se à dialética materialista. É uma linha de pensamento que busca permitir ao indivíduo maior liberdade quanto à definição dos temas a serem securitizados e entende a normalidade como uma ampla assimetria de desigualdades convivendo em harmonia. O Estado continua a ser percebido como relevante ator para a segurança, mas não somente deixa de ter o monopólio formador do ideário pertinente, como, não raro, pode ser percebido como um agente gerador de insegurança, atuando contra os interesses do indivíduo que, supostamente, deveria proteger. É uma

7 What then is security? With the help of language theory, we can regard “security” as a speech act . In this usage, security is not of interest as a sign that refers to something more real; the utterance itself is the act. By saying it, something is done (as in betting, giving a promise, naming a ship). By uttering “security,” a state-representative moves a particular development into a specific area, and thereby claims a special right to use whatever means are necessary to block it.

escola de pensamento com grande aceitação em países de elevado grau de desenvolvimento humano e social, como o Japão e os países nórdicos (Booth, 1991; Booth; Dunne, 2002; Krause; Wiliams, 2002; Smith, 2005; Miller, 2010; Baele; Jalea, 2023).

A Escola Galesa propõe um alargamento dos temas de segurança ainda maior que o verificado nas Escolas de Paris e Copenhague. Embora seja certo que as Escolas de Paris e Copenhague já façam parte do alargamento do conceito de segurança, ao aceitarem enquanto temas de segurança questões além das tradicionalmente associadas, o pensamento de Aberystwyth incorpora um aspecto inteiramente novo e, até então, não divisado: a centralidade do indivíduo combinada com a dialética materialista. Essa combinação rompe com o ideário precedente, em que a perspectiva individual se associa, quase naturalmente, ao pensamento liberal e capitalista; ao mesmo tempo em que a dialética materialista, associada ao pensamento marxista, praticamente, nega a individualidade em favor de visões coletivas predominantes. Ao combinar a noção filosófico-política da centralidade do indivíduo com o método dialético-materialista, a Escola Galesa permite alcançar um conteúdo universalista que abrange um leque quase ilimitado de questões possíveis de serem securitizadas (Krause; Wiliams, 2002; Roach, 2020).

A elevação do indivíduo à posição de centralidade nas discussões permite um desenvolvimento teórico substancialmente distinto daqueles centrados no Estado (Paris) ou na sociedade, como um todo (Copenhague). Trata-se de ideário com raízes anteriores à sua própria afirmação como corrente teórica, como o estudo de Arnold Wolfers, *National security as an ambiguous symbol*, ainda na década de 1950, em que se vislumbrou a possibilidade de agregar percepções e julgamentos de cunho moral e individual às discussões sobre segurança, à época dominada pelo realismo e pela bipolaridade ideológica da Guerra Fria. Além disso, ao centrar as discussões sobre segurança no indivíduo, a Escola de Aberystwyth dá ensejo a uma abrangência global do tema, passando por cima dos limites políticos e territoriais dos Estados, bem como dos limites de identificação comum da fragmentação social (Wolfers, 1952; Booth, 2007; Hynek; Chandler, 2013).

Os estudos críticos da Escola Galesa se distanciam tanto do pensamento da Escola de Paris quanto das ideias da Escola de Copenhague. Da primeira se afasta porque há nos CSS uma descrença generalizada nos Estados enquanto fomentadores de segurança, chegando mesmo a

considerar as instituições estatais como geradoras de insegurança. Da segunda se afasta em oposição ao que entende ser um conteúdo elitista de Copenhague, visto como favorável, tão-somente, à inserção do pensamento de pequenos grupos com acesso privilegiado ao mecanismo estatal. Centrando no indivíduo, a Escola Galesa procura fomentar uma visão mais universal de segurança, em que os indivíduos possam formar organismos que dialoguem em pé de igualdade com o Estado ou, até mesmo, o substituam em determinadas questões. Para o pensamento de Aberystwyth, indivíduos não devem ser apenas passivos, mas sim, sujeitos transformadores e ativos nas questões de segurança (Linklater, 1996; Booth, 2007; Neocleous; Rigakos, 2010, Mutimer; Grayson; Beier, 2013).

[Segurança] é um bem especial, que desempenha um papel fundamental na **exploração, alienação e empobrecimento** dos trabalhadores. Produz o seu próprio fetiche, incorporando-se em todos os outros bens, **produzindo ainda mais risco e medo**, ao mesmo tempo nos distraíndo ainda mais das condições materiais de exploração que nos tornaram inerentemente inseguros. **Concretiza as nossas inseguranças** efêmeras sob as relações capitalistas. Tenta saciar por meio do consumo o que só pode ser alcançado por meio da revolução⁸ (Neocleous; Rigakos, 2010, p. 20-21, tradução nossa, grifo nosso).

A Escola Galesa, então, reúne aspectos similares aos das Escolas de Paris e de Copenhague, mas chega a conclusões bastante distintas. E é o indivíduo, como cidadão universal, sujeito de direito nacional e internacional, que pauta o processo de securitização, levando suas escolhas à sociedade e ao Estado. É o indivíduo que apresenta à sociedade e ao Estado os temas a serem tratados de forma securitizada e demanda a

8 [Security] is a special commodity, playing a pivotal role in the exploitation, alienation and immiseration of workers. It produces its own fetish, embedding itself into all other commodities, producing even more risk and fear while intensifying and distracting us from the material conditions of exploitation that have made us inherently insecure. It makes concrete our ephemeral insecurities under capitalist relations. It attempts to satiate through consumption what can only be achieved through Revolution.

inclusão desses temas na agenda de segurança, bem como a sua eventual retirada (Booth, 1991; Booth, 2007; Hynek; Chandler, 2013; Demirkol, 2023).



Figura 3 – Escola Galesa (Aberystwyth): não sendo centrada na ação do Estado e nem na sociedade, centra no indivíduo as discussões sobre segurança, que define temas a serem tratados de forma securitizada pela sociedade e pelo Estado. Fonte: Booth, 1991; Booth, 2007; Hynek; Chandler, 2013. Elaboração: do autor.

Finalmente, a Escola Galesa, ao defender a centralidade do indivíduo nas questões de segurança, busca suporte em três ideias básicas: a emancipação, as medidas sociais de coerção e o universalismo. A emancipação é entendida como o amadurecimento de ideias que permitam às pessoas decidir livremente com relação à segurança. As medidas sociais de coerção são iniciativas coletivas de controle desvinculadas da coerção estatal, as quais podem ser até mais constrangedoras para o indivíduo que as medidas impostas pelo Estado. Já o universalismo diz respeito à noção do indivíduo não como o súdito de um Estado ou o membro de uma sociedade limitada, mas como o habitante planetário, que percebe o mundo inteiro como seu habitat (Booth, 1991; Linklater, 1996; Booth, 2007).

A teoria crítica [...] defende o universalismo em

seu ideal de diálogo aberto não apenas entre concidadãos mas, de forma mais radical, entre todos os integrantes da **raça humana**⁹ (Linklater, 1996, p. 296, tradução nossa, grifo nosso).

Portanto, pode-se dizer que as três principais escolas internacionais de estudos de segurança têm em comum a incorporação de novos temas à agenda da segurança, a partir de meados da Guerra Fria, rompendo com a então dominância do pensamento realista, fundamentado nos elementos efetivos de força, no uso e na ameaça do uso dessa força, característicos da *Realpolitik*. As três escolas têm a virtude de ampliar a temática da segurança ao incluir na agenda da segurança uma variedade de visões teóricas, como a perspectiva construtivista, a teoria crítica, o pensamento feminista, a noção de segurança humana, os conflitos regionais e a visão pós-colonialista da segunda metade da Guerra Fria.

Contudo, diferenciam-se entre si quanto ao processo de formação de suas ideias, ora adotando uma visão mais estado-centrista (Escola de Paris), ora percebendo a sociedade como o locus principal das discussões sobre segurança (Escola de Copenhague), ora entendendo que o indivíduo deve emancipar-se nas questões de segurança e definir seu próprio entendimento, resguardando-se o direito de sentir-se inseguro ou não (Escola Galesa). Em essência, concentram as discussões em torno de três aspectos principais. O primeiro é a existência de uma diversidade temática associada à discussão sobre segurança, não mais entendida apenas com relação ao uso ou ameaça do uso da força, assim superando as limitações da perspectiva realista (*Realpolitik*). O segundo é a identificação do sujeito central na discussão sobre segurança (Estado, sociedade, indivíduo). O terceiro, por fim, é a possibilidade de existência de movimentos securitizantes em sentidos opostos, com a inclusão de temas na agenda política de segurança, ou a retirada de algum tema dessa mesma agenda.

Escolas de segurança internacional e segurança marítima no Brasil

O PEM 2040 consolida o planejamento de alto nível da MB e é condicionado pelos documentos de mais alto nível da Defesa do Brasil, a

9 Critical theory [...] defends universalism in its ideal of open dialogue not only between fellow-citizens but, more radically, between all members of the human race.

exemplo da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END), do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e da Política Marítima Nacional (PMN). Orienta todo o planejamento subsequente, com vistas ao cumprimento da missão institucional. É um documento concebido internamente à MB, com predomínio da tecnicidade militar-naval sobre a participação social, mas com a participação de outras instituições (MB, 2020).

É nesse contexto de predomínio da tecnicidade militar-naval que ocorre a formulação do pensamento estratégico brasileiro em segurança marítima (security), nos moldes do pensamento desenvolvido pela **Escola de Paris**. Mesmo havendo expressa previsão da participação de outras instituições no provimento da segurança marítima, como disposto na **Portaria 37/MB/MD/2022**, que estabelece a estrutura da Autoridade Marítima (AM), tratam-se de instituições governamentais, da esfera federal e tendo organizações militares (OM) da MB em funções de coordenação (Anexo) (MB, 2022).

Ainda na linha do ideário da Escola de Paris, são notáveis o desenvolvimento do binômio segurança-insegurança em apenas um sentido, o predomínio da prática, o estabelecimento de técnicas de controle e o foco no combate aos efeitos da ameaça e não das suas causas. São traços característicos do predomínio do modelo de segurança da IPS e que denotam o papel centralizador do Estado Brasileiro, por meio de suas instituições provedoras de segurança, notadamente a MB, na formulação do pensamento estratégico brasileiro em segurança marítima.

A esse respeito pode-se verificar no PEM 2040 a ausência de qualquer previsão no sentido da retirada ou redução das medidas voltadas para a segurança marítima (não há dessecuritização). Ainda, nota-se que as ações previstas dizem respeito ao combate às ameaças em seus efeitos, de forma a retirá-las de cena quando surgirem mediante o emprego de técnicas de controle específicas, sem preocupação manifesta com a retirada de suas causas, o que exigiria medidas muito além do que pode ser alcançado exclusivamente pelas instituições provedoras de segurança (MB, 2020; MB, 2022).

Já no que diz respeito à **Escola de Copenhague**, a escola da segurança social (societal security), desponta a atuação da MB, na condição de AM, como **ator securitizante** e responsável pelo **discurso securitizante** (speech act) acerca da segurança marítima. A MB assume claramente o papel de anunciar a presença de ameaças à atividade

marítima no Brasil, tais como o terrorismo, a pirataria, o contrabando e o tráfico de drogas, assim justificando o emprego de meios excepcionais para retirar essas ameaças das águas brasileiras. Embora existam instituições governamentais e organizações privadas com maior conscientização sobre a segurança marítima, a exemplo da Petrobras e das empresas privadas de navegação, ainda é central isolada a atuação da MB com vistas a essa conscientização (MB, 2020; MB, 2022).

Por fim, no tocante à **Escola Galesa**, a escola dos estudos críticos de segurança (CSS) também entrega seus traços característicos ao pensamento estratégico brasileiro em segurança marítima. Estes consistem na inclusão da **diplomacia naval** e do fomento à **mentalidade marítima** no conteúdo do PEM 2040. No que se refere à diplomacia naval, o PEM 2040 destaca que as marinhas não existem apenas para atuar contra ameaças, mas, também, para atuar como instrumento das Relações Internacionais, haja vista suas vantagens relativas à liberdade de navegação e à possibilidade de presença nos diversos espaços marítimos e fluviais. Quanto à mentalidade marítima, afirma o PEM 2040 que devem ser acrescentados ao poder marítimo elementos imateriais e de natureza psicológica que estimule no governo, na sociedade e nos homens e mulheres do mar uma interação sinérgica em prol dos interesses nacionais, a partir do mar (MB, 2020).

A diplomacia naval, atuação direta das marinhas no contexto das Relações Internacionais, não constitui uma novidade, havendo sido, historicamente, objeto de atenção pelos Estados marítimos, em maior ou menor grau. No entanto, a Escola Galesa, a partir dos estudos de Ken Booth, favorece o emprego dessa vertente diplomática do poder naval no contexto do universalismo característico dos estudos críticos de segurança de Aberystwyth. Para Booth, autor de *Law, force and diplomacy at sea*, a presença de navios de guerra no exterior comunica intenções políticas e contribui para o exercício de influência, assim indo além do que chama “estratégia naval tradicional”. O exercício da diplomacia naval, no contexto dos CSS, corresponde a uma oportunidade de emprego do poder naval coerente com o caráter cada vez mais universalista e conectado, além de mais constrangido economicamente, do mundo atual (Booth, 1985; Harf, 1986; DiBiagio, 1987, Hattendorf, 1997).

Booth conclui que os **desenvolvimentos econômicos, políticos e estratégicos** de longo

prazo parecem estar funcionando contra grandes destacamentos de navios de guerra de superfície em tempos de paz. Como consequência, as atitudes estão começando a mudar na comunidade internacional, o que abrirá caminho para **mudanças substanciais na estratégia marítima**, no desdobramento avançado de forças navais e na **utilização do mar para fins diplomáticos** militares.¹⁰ (DiBiagio, 1987, p. 125, grifo nosso).

A mentalidade marítima, por sua vez, diz respeito, diretamente, ao fomento de uma nova percepção nas pessoas, entendidas tanto de forma coletiva quanto de forma individual, no sentido de valorizarem o mar como recurso político e econômico, além de favorecerem as atividades no mar desenvolvidas. O fomento da mentalidade marítima pela MB se insere em um contexto bastante caro aos CSS, em cujo bojo os indivíduos poderão ter, no futuro, a oportunidade de indicar a importância do mar às instâncias decisórias estatais (Booth, 1991; Linklater, 1996; Booth, 2007).

A formulação do pensamento estratégico brasileiro em segurança marítima, portanto, apresenta aspectos característicos das teorias desenvolvidas no âmbito das três principais escolas internacionais de estudos de segurança. Muito visível é a presença dos traços característicos da **Escola de Paris**, sobretudo no que se refere à centralidade do Estado na discussão sobre segurança marítima e na proeminência das instituições provedoras de segurança, em especial da MB. Já a influência da **Escola de Copenhague**, a escola da *societal security*, pode ser identificada na assunção, pela MB, do papel de ator securitizante, responsável pelo discurso securitizante, com vistas à mobilização da sociedade em prol da segurança marítima. Por fim, quanto à Escola Galesa, dos estudos críticos de segurança (CSS), visíveis são os traços característicos da maior inclinação ao uso da MB em atividades de diplomacia naval e no fomento à mentalidade marítima entre o povo brasileiro. A presença desses aspectos mostra que o pensamento estratégico em segurança marítima, no Brasil,

10 Booth concludes that economic, political and strategic developments over the long-term appear to be working against large peacetime deployments of surface warships. As a consequence, the attitudes are beginning to change in the international community that will make way for substantive changes in maritime strategy, forward naval deployment and the use of the sea for military-diplomatic purposes.

é resultado da reunião de diferentes correntes teóricas e doutrinárias, não se limitando à adoção de apenas uma forma de pensar os assuntos marítimos.

Segurança marítima é a situação em que se verifica a boa ordem no mar, em termos tanto da segurança do tráfego aquaviário, da salvaguarda da vida humana e do combate à poluição, a chamada vertente *safety*; quanto da proteção de navios, embarcações e estruturas marítimas contra ameaças estatais e não-estatais, denominadas ameaças híbridas, a chamada vertente *security*. Essa noção da boa ordem no mar se mostra coerente com a literatura especializada, em especial por se prestar a uma aplicação conceitual mais ampla, ensejando uma maior cooperação interorganizacional e internacional (Kraska, 2009; Till, 2009; Beirão, 2014; Bekkevold; Till, 2016; Klein, 2019; Almeida, 2022).

O **conceito estratégico militar-naval** (PEM 2040) considera a chamada **defesa marítima de amplo espectro** e o **duplo-emprego** da MB, incluindo as noções da defesa naval e da segurança marítima. A defesa naval corresponde ao paradigma doutrinário clássico das ameaças estatais e ao combate no mar. A segurança marítima, por sua vez, se desdobra nas citadas vertentes *safety e security*, a primeira dizendo respeito, essencialmente, à segurança da navegação, e a segunda à proteção de interesses marítimos contra ameaças estatais e não-estatais, configurando o outro paradigma doutrinário do combate pelo mar. Quando dedicada às tarefas inerentes à segurança marítima, a MB recebe a designação específica de Autoridade Marítima (MB) (MB, 2020; Judice, 2021; Rodrigues, 2021).

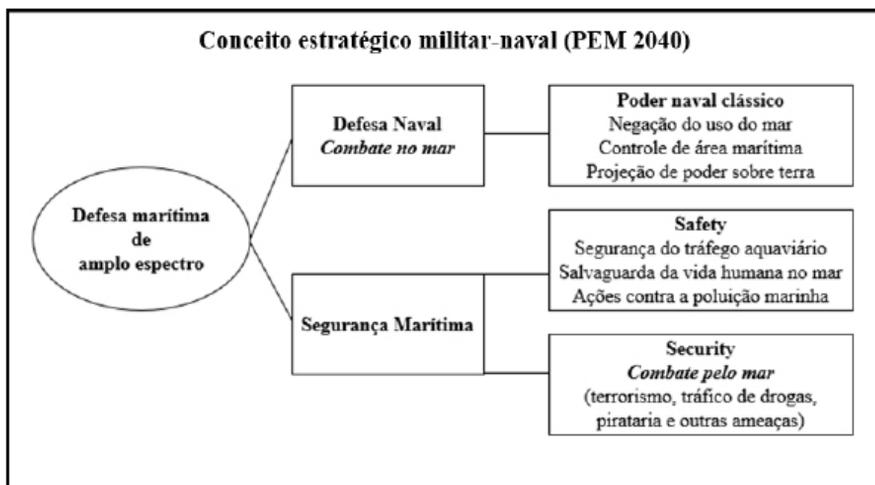


Figura 4 – Conceito estratégico militar-naval: a Marinha do Brasil se orienta pela ideia do duplo-emprego de seus meios, atendendo tanto às demandas da defesa naval quanto às da segurança marítima. A ideia do combate pelo mar inclui a proteção contra ameaças não-estatais, assim distanciando-se do padrão realista e aproximando-se das ideias das Escolas de Paris, de Copenhague e Galesa. Fontes: PEM 2040 (MB, 2020); Almeida, 2022. Elaboração: do autor.

É nesse contexto da defesa marítima de amplo espectro e do duplo-emprego da MB que os aspectos característicos das três grandes escolas internacionais de segurança evidenciam-se na formulação do pensamento estratégico naval brasileiro da segurança marítima. À MB compete, de fato, um papel central, como instituição de Estado, provedora da segurança marítima desejada. A influência das três escolas de segurança é permeada por essa centralidade institucional da Marinha nas discussões, na formulação da doutrina, nas tarefas desempenhadas e no esforço por conscientização de outros setores da sociedade, com relação à segurança marítima.

Em seu conjunto, a influência das três escolas se faz perceber na própria incorporação da noção de segurança marítima à estratégia naval brasileira, assinalando nítida mudança em relação ao pensamento de natureza predominantemente realista da Guerra Fria. A preocupação doutrinária e operacional com as ameaças não-exclusivamente estatais reflete a adoção institucional de um novo paradigma orientador da estratégia marítima brasileira. Tanto a **Escola de Paris** quanto a de Copenhague ou a Galesa, cada uma com seus traços característicos, estão

na essência de uma nova forma de pensar a segurança, mais abrangente que as ideias formuladas ao amparo do ideário realista.

A influência da **Escola de Paris** na noção brasileira de segurança marítima é perceptível, em especial, a partir da centralidade estatal em sua concepção. Os aspectos característicos da IPS fazem despontar a prevalência do Estado brasileiro nas questões de segurança, bem como a centralidade das instituições provedoras de segurança. Influência coerente com o desenvolvimento histórico do Brasil, onde o Estado sempre teve notável papel indutor nas grandes discussões e nas mais importantes decisões. É esperado, nesse contexto, que um papel central seja atribuído à MB, instituição de Estado, não apenas como executora das atividades relacionadas à segurança marítima, mas, também, como formuladora da doutrina e fomentadora das principais discussões.

Há, portanto, no PEM 2040, como um todo, e, em particular, na formulação do pensamento estratégico brasileiro em segurança marítima, uma forte presença de aspectos característicos da Escola de Paris de estudos de segurança, marcadamente a centralidade estatal, a proeminência das instituições provedoras de segurança, a prevalência da prática sobre o discurso, o estabelecimento de técnicas de controle e o entendimento do binômio segurança-insegurança como um contínuo que se desenvolve em apenas um sentido, como ressaltado por seus principais autores (Bourdieu, 1995; Foucault, 2005; Bigo, 2006a).

Entretanto, a centralidade do Estado brasileiro nas questões relativas à segurança marítima não significa a ausência de outros segmentos sociais nas discussões pertinentes. Diferentes setores percebem a importância de se proteger a riqueza do mar brasileiro contra atos criminosos, que imponham prejuízo ao Brasil. A geração de empregos ligados à economia do mar, a relevância da pesca no esforço por prover alimentos à população, a importância da exploração de hidrocarbonetos com vistas ao incremento da independência energética do país e a necessidade de adequada vigilância quanto às questões ambientais, são aspectos que denotam a conexão da segurança marítima à realidade social e econômica do Brasil (Oliveira; Salomão, 2021; Silva; Pereira; Pimentel, 2021).

Essa percepção da importância da segurança marítima pela sociedade brasileira já remete à influência da **Escola de Copenhague**, que pode ser percebida a partir dos aspectos característicos do ator securitizante e do discurso securitizante, ambos desempenhados pela

MB, em uma relação dialética em que se alternam os anseios da sociedade brasileira e a resposta estatal a esses anseios. A MB desempenha esse papel securitizante, agindo como ator que evidencia a ameaça e promovendo o discurso necessário à sua compreensão, tanto internamente à sociedade brasileira quanto externamente, em relação aos demais Estados incluídos em seu entorno estratégico, em especial os banhados pelas águas do Atlântico Sul, inclusive em sua margem africana. Sobre o discurso securitizante, em especial quando exercido por um agente público relevante, como é o caso da MB, tem-se que:

No âmbito da segurança internacional, a Escola de Copenhague, liderada por estudiosos como Buzan, Wæver e de Wilde, acendeu um fogo revolucionário. A sua teoria da securitização desafia a compreensão tradicional da segurança como uma ameaça concreta, postulando-a antes como um ato performativo. Não se trata apenas do que existe, mas de como falamos sobre o que existe. [...] Imagine um agente público declarando o surgimento específico de uma “ameaça à segurança”. Esta declaração poderosa, semelhante ao batismo de um navio, estabelece uma nova realidade. Concede ao Estado um especial direito de utilizar meios extraordinários, contornando os processos políticos normais [...], desencadeando toda a força estatal contra aqueles identificados como ameaça à ordem estabelecida¹¹ (Otukoya, 2024, p. 1748-1749, grifo nosso).

O conceito da Amazônia Azul, por exemplo, constitui um tema

11 In the realm of international security, the Copenhagen School, spearheaded by scholars like Buzan, Wæver, and de Wilde, has ignited a revolutionary fire. Their theory of securitization challenges the traditional understanding of security as a tangible threat, instead positing it as a performative act. It's not just about what exists, but how we talk about it. [...] Imagine a state official declaring a specific development a “security threat.” This potent utterance, akin to naming a ship, establishes a new reality. It grants the state a special right to wield extraordinary means, bypassing normal political processes [...], unleashing the full force of the state against those deemed to threaten the established order.

de singular importância no bojo do discurso securitizante da segurança marítima no Brasil, ao chamar a atenção dos diferentes setores sociais para a necessidade de se proteger adequadamente as riquezas do mar brasileiro contra ameaças estatais e não-estatais. Trata-se do esforço pela integração do componente militar-naval da segurança marítima com as percepções da sociedade a respeito da proteção de seus interesses econômicos e de desenvolvimento a partir do uso correto e equilibrado das riquezas encontradas nas águas do Brasil.

Assim, verifica-se no PEM 2040 e no pensamento estratégico brasileiro em segurança marítima o traço característico da **Escola de Copenhague** de estudos de segurança, consistente na atuação da MB como ator securitizante e responsável pelo discurso securitizante (*speech act*) acerca da segurança marítima, na forma destacada pelos principais teóricos dessa linha de pensamento (Buzan; Waever; De Wilde, 1992; Hansen, 2000).

Por fim, a influência da **Escola Galesa** (Aberystwyth) se evidencia com a identificação dos aspectos característicos do fomento à mentalidade marítima e do incentivo ao uso da diplomacia naval. A mentalidade marítima, de acordo com o PEM 2040, diz respeito ao nível de conscientização da sociedade brasileira e dos decisores governamentais do Brasil acerca importância do mar brasileiro para a vida nacional, favorecendo a ampliação do Poder Marítimo em prol dos interesses nacionais. A diplomacia naval, por seu lado, diz respeito ao uso do Poder Naval, particularmente dos navios de guerra, para fazer-se presente nos mais diferentes locais, de maneira a favorecer o estabelecimento de relações cooperativas entre os povos e, ao mesmo tempo, desestimular eventuais intenções hostis estrangeiras.

O fomento à mentalidade marítima é profundamente enraizado no ideário da MB como um requisito essencial à proteção dos interesses brasileiros no mar. A MB se atribui a responsabilidade de elevar o nível de conscientização dos cidadãos brasileiros quanto à importância de seu mar. Ao mesmo tempo em que se apresenta à sociedade brasileira como um todo, a MB também procura atuar junto às pessoas, individualmente, por meio de ações coordenadas, como a Operação Cisne Branco, realizada anualmente. A MB procura obter a atenção das pessoas e conquistar sua simpatia quanto às questões marítimas do Brasil, sendo essa atuação no nível individual coerente com as ideias desenvolvidas no âmbito da Escola Galesa.

A diplomacia naval, por sua vez, é uma ideia que cada vez mais ganha força no âmbito da MB. Vincula-se às ideias da Escola Galesa em razão de seu caráter universalista, tendente a perceber o mar muito mais como um meio de contato pacífico entre os povos do que um campo de batalha entre eles. Booth, em particular, destaca o tema da singularidade da cooperação em segurança marítima no Atlântico Sul, por unir regiões e Estados muito heterogêneos do ponto de vista político e econômico, mas que também compartilham diversos aspectos e são, muitas vezes, unidos pelo mesmo idioma. Ainda, Booth afirma que o mar está ficando parecido com a terra, cada vez mais territorializado, tornando latente o conflito entre o ideal da liberdade dos mares e as tentativas estatais de territorializar as águas (Booth, 1985).

Iniciativa interestatal especificamente voltada para a diplomacia naval no Atlântico Sul, muito incentivada pelo Brasil, foi a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas). Trata-se de fórum que reúne os países às margens do Atlântico Sul constituído, inicialmente, no contexto da Guerra Fria. Atualmente, contudo, desponta como um instrumento pelo qual esses países têm a oportunidade de convergir esforços para promover a paz e a soberania em suas águas. Constitui a Zopacas um exemplo, ao mesmo tempo, de cooperação e dissuasão entre os países sul-atlânticos, que pode dar suporte a operações de segurança de maior envergadura, como o eventual enfrentamento da violência no Golfo da Guiné (Lima, 2022; Dias, 2023).

Assim, verificam-se no PEM 2040 e no pensamento estratégico brasileiro em segurança marítima os traços característicos da Escola Galesa de estudos de segurança, consistente na atuação da MB na diplomacia naval e no fomento à mentalidade marítima no Brasil, de forma coerente com o construto teórico dessa linha de pensamento (Booth, 1981; Hynek; Chandler, 2013; Mutimer; Grayson; Beier, 2013).

Pode-se dizer, portanto, que os traços característicos dos ideários das Escolas de Paris, de Copenhague e Galesa se refletem em diversos pontos do pensamento estratégico da segurança marítima no Brasil. O PEM 2040, documento norteador da estratégia a ser adotada pela MB é marcado com diversos desses traços característicos, denotando a influência múltipla das três principais escolas internacionais de estudos de segurança pública.

Conclusão

A formulação do pensamento estratégico brasileiro em segurança marítima apresenta aspectos característicos das teorias desenvolvidas no âmbito das três principais escolas internacionais de estudos de segurança. Tanto a **Escola de Paris**, quanto a **Escola de Copenhague** e a **Escola Galea** (Aberystwyth), emprestam seus traços à noção brasileira de segurança marítima. O pensamento estratégico em segurança marítima, no Brasil, é resultado da reunião de diferentes correntes teóricas e doutrinárias, não se limitando à adoção de apenas uma forma de pensar os assuntos marítimos. Nota-se a influência múltipla em termos de convivência de traços típicos de cada uma das escolas, com eventual predominância de alguns aspectos sobre outros, mas não como exclusividade do ideário desenvolvido em apenas uma das referidas linhas de pensamento.

Traço característico desde logo notável é a ruptura do pensamento estratégico naval brasileiro com o modelo da *Realpolitik* que prevaleceu até o fim da Guerra Fria. A inclusão das ameaças não-estatais dirigidas aos interesses marítimos e às riquezas do mar brasileiro significou a adoção de novo paradigma para a estratégia da MB, que se tornou mais abrangente, mais fluida e permeável a novas ideias, bem diferente das formulações estratégicas amparadas no pensamento realista. O conceito estratégico-militar naval brasileiro inaugurado com o PEM 2040 indica claramente a convivência de dois paradigmas, um deles centrado na defesa naval clássica e outro na segurança marítima, em sua vertente *security*, com atenção às ameaças tanto estatais quanto não-estatais.

Entretanto, o recente conflito na Ucrânia, com o direto confronto de dois países detentores de armas nucleares, trouxe de volta o temor do uso dessas armas. A realidade das hostilidades entre a Rússia e a Ucrânia, combinada com a adoção de discursos cada vez mais agressivos de parte a parte, sinaliza que o pensamento realista não está superado e não deve ser, simplesmente, esquecido. Equilíbrio de forças, dissuasão e deterrência continuam, sim, a ser relevantes, na atualidade.

Conclui-se, portanto, que não apenas uma das três grandes escolas internacionais de segurança empresta sua doutrina e sua linha de pensamento à noção brasileira de segurança marítima. O PEM 2040, ao incluir a segurança marítima na pauta de suas atenções, confirmou a convivência de dois distintos paradigmas, um deles marcado

pela ideia da **defesa naval** clássica e do **combate no mar**, o outro pela noção da segurança marítima e do combate pelo mar. A presença de aspectos característicos das Escolas de Paris, de Copenhague e Galesa evidencia o caráter multidisciplinar da elaboração do PEM 2040, concebido a partir da reunião de diferentes setores da sociedade e distintas visões individuais sobre a estratégia naval, aliado à centralidade do papel destinado à MB no âmbito da segurança marítima, no Brasil.

INTERNATIONAL SECURITY STUDIES IN MARITIME SECURITY: THE BRAZILIAN NAVY AND STRATEGIC THINKING IN SECURITY

ABSTRACT

The article deals with maritime security in Brazil from the viewpoint of the influence of the so-called international schools of security studies and their presence in the formulation of the Brazilian Navy's Strategic Planning (PEM 2040). Specifically, we seek to identify characteristic aspects of those schools regarding the incorporation of the notion of maritime security into the Brazilian military-naval strategic concept. Based on a narrative literature review on the three normally identified schools, and the use of qualitative method techniques, the main ideas of the Paris School, the Copenhagen School and the Welsh School (Aberystwyth) are associated with the notion of Brazilian maritime security. The article concludes with the presence of characteristic aspects of the three schools, allowing us to glimpse a multiple doctrinal influence on Brazilian naval strategic thinking in terms of maritime security.

Key words: maritime security; security schools; strategic planning; security institutions.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. N. Debates dos estudos de segurança internacional e segurança humana: uma breve análise sobre a evolução dos Estudos de Segurança. *Conjuntura global*, v. 4, n. 2, maio/ago., p. 185-195, 2015.

ALMEIDA, C. W. L. Segurança marítima no Brasil: duplo emprego da Marinha do Brasil e evolução organizacional. *Revista marítima brasileira*, v. 140, n. 10/12, p. 84-101, ISSN 0034-9860, Rio de Janeiro, out./dez., 2022.

BAELE, S. J.; JALEA, D. Twenty-five years of securitization theory: a corpus-based review. *Political studies review*, v. 21, n. 2, p. 376–389, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/147892992111069499>>. Acesso em 21 mar. 2024

BEIRÃO, A. P. “Segurança no mar”: que segurança?. In: BEIRÃO, A. P.; PEREIRA, A. C. A. (Orgs). *Reflexões sobre a convenção do direito do mar*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2014, 589p, p. 127-577. (Coleção relações internacionais), ISBN 978-85-7631-505-6.

BEKKEVOLD, J. I.; TILL, G. (ed.). *International order at sea: how it is challenged, how it is maintained*. Oslo, London: Palgrave Macmillan, 2016. ISBN 971-1-137-58663-6 (e-Book).

BIGO, D. A Sociologia política internacional distante da grande síntese: como articular relações entre as disciplinas de relações internacionais, sociologia e teoria política. *Contexto internacional*, v. 35, n. 1, p. 173-195, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), jan./jun. 2013. Traduzido por Manuela Trindade Viana. ISSN 1982-0240.

BIGO, D. Internal and External Aspects of Security. *European Security*, v. 15, n. 4, p. 385-404, 2006a. DOI: 10.1080/09662830701305831

BIGO, D. Security, exception, ban and surveillance. In: LYON, D. (org.). *Theorizing surveillance*. Londres: Routledge, 2006b, p. 46-68. 360p. ISBN 978-1843926818.

BLAXTER, L.; HUGHES, C; TIGHT, M. *Cómo se hace una investigación*.

Versão para o Espanhol Gabriela Ventureira. 4ª reimpressão. Barcelona: Editorial Gedisa. 2008. ISBN 978-84-7432-726-7.

BOOTH, K. *Law, force and diplomacy at Sea*. Winchester: Allen & Unwin, 1985. 231p. ISBN 978-0415746311.

BOOTH, K. Security and emancipation. *Review of international studies*, v. 17, n. 4, p. 313-326, 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20097269>>. Acesso em 24 mar. 2024.

BOOTH, K. *Theory of world security*. Cambridge Studies in International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. ISBN 978-051184021.

BOOTH, K.; DUNNE, T. (eds.). *Worlds in collision: terror and the future of global order*. Londres: Palgrave Macmillan, 2002. ISBN 978-0333998045.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª edição. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papirus Editora, 1996. 225p. ISBN 85-308-0393-0.

BUZAN, B.; HANSEN, L. *The evolution of international security studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, B.; WAEVER, O. *Regions and powers: the structure of international security*. New York: Cambridge University Press, 2003. ISBN 978-0-511-07663-3.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; DE WILDE, J. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner, 1992.

CASE. *Critical approaches to security in Europe: a networked manifesto*. *Security dialogue*, v. 37 n. 4, p. 443-487, 2006.

CRESWELL, J. W; CRESWELL, J. D. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 5th edition. 2018. ISBN 978-1-5063-8670-6

DEMIRKOL, A. A perspective on critical security concept and international migration nexus through Copenhagen school: the quest for societal security. *Lectio Socialis*, v. 7, n. 1, 2023. DOI: 10.47478/lectio.1146768.

DIAS, M. G. A importância do contributo brasileiro com a segurança no Atlântico Sul. Dissertação (Mestrado em Estratégia). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCS), 2023.

DIBIAGIO, T. M. *Law, force and diplomacy at Sea*. Winchester: Allen & Unwin, 1985. 231p. ISBN 978-0415746311. *Mariland journal of international relations*, v. 12, n. 1, p.121-127, 1987. (Resenha da obra de Ken Booth).

FOGLIA, E.; VANZAGO, A. *Metodologia e metodi della ricerca*. Castellanza: Università Carlo Cattaneo LIUC, 2011.

FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. Tradução Marina Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. ISBN 85-336-1004-1.

GIALDINO, I. V. La investigación cualitativa. In: GIALDINO, I.V. (Coord.). *Estrategias de investigación cualitativa*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2006, pp. 23-64. ISBN 978-84-9784-173-3.

HANSEN, L. The little mermaid's silent security dilemma and the absence of gender in the Copenhagen School. *Millennium: journal of international studies*, v. 29, n. 2, p. 285-306, 2000.

HARF, J. *Law, force and diplomacy at Sea*. Winchester: Allen & Unwin, 1985. 231p. ISBN 978-0415746311. *American political science review*, v. 80, n. 3, p. 1060-1061, 1986. ISSN 1537-5943. (Resenha da obra de Ken Booth). DOI:10.2307/1960603

HATTENDORF, J. B. Sea warfare. In: TOWNSHEND, C. (Ed.). *The Oxford Illustrated history of modern war*. Oxford: Oxford University Press, 1997. pp. 213-227. ISBN 0-19-820427-2.

HUYSMANS, J. Security! What do you mean? From concept to thick signifier. *European journal of international relations*, v. 4, n. 2, p. 226-255, 1998. ISSN 1354-0661. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354066198004002004>

HYNEK, N; CHANDLER, D. No emancipatory alternative, no critical security studies. *Critical studies on security*, v. 1, n. 1, p. 46–63, 2013.

JUDICE, L. P. C. Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040): o combate pelo mar no Brasil marítimo do séc. XXI. *Revista marítima brasileira*, v. 140, n. 10/12, p. 7-30, ISSN 0034-9860, Rio de Janeiro, out./dez., 2021.

KLEIN, N. *Maritime law security and the law of the sea*. Oxford: Oxford University Press, 2011. ISBN 978-0-19-956653-2.

KNOFF, J. W. Doing a literature review. *PS - Political Science & Politics*, p. 127-132, January, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10945/50674>>. Acesso em 29 out. 2023.

KRASKA, J. Grasping “the influence of law on sea power”. *Naval War College Review*, 62(3), p. 113-135, Summer, 2009. ISSN 0028-1484. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1423107>. Acesso em 4 out. 2023.

KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. *Critical security studies: concepts and cases*. London: Routledge, 2002. (eBook). e-ISBN 9780203501764

LANGWALD, K. *Multidisciplinary approaches to security: the Paris school and ontological security*. *E-International Relations*, ISSN 2053-8626, 2021. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2021/07/13/multidisciplinary-approaches-to-security-the-paris-school-and-ontological-security/>>. Acesso em 4 out. 2023.

LIMA, S. M. Os interesses internacionais no Atlântico Sul e o fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) para garantir a segurança do entorno estratégico brasileiro: a importância da segurança marítima. *Policy paper (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração Militar – CPAEx)*. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – Eceme), 2022.

LINKLATER, A. The achievements of critical theory. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (eds.). *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. ISBN 978-0-521-

47948-6.

MB. Marinha do Brasil. Plano Estratégico da Marinha. (PEM 2040). Brasília: Estado-Maior da Armada, 2020.

MB. Marinha do Brasil. Portaria 37/MB/MD/2022. Brasília: Comando da Marinha, 2022. (Estabelece a estrutura da Autoridade Marítima e delega competências aos Titulares dos Órgãos de Direção Geral, de Direção Setorial e de outras Organizações Militares da Marinha, para o exercício das atividades especificadas).

MILLER, S. E. The hegemonic illusion? Traditional strategic studies in context. *Security dialogue*, v. 41, n. 6, p. 639–648, 2010.

MUHAMMAD, A.; RIYANTO, S. Estudos de segurança internacional: origens, desenvolvimento e abordagens divergentes. *Austral: revista brasileira de estratégia e relações internacionais*, v. 10, n. 20, p. 237-258, jul./dez. 2021. ISSN 2238-6262.

MUTIMER, D.; GRAYSON, K.; BEIER, J. M. Critical studies on security: an introduction. *Critical studies on security*, v. 1, n. 1, p. 1–12, 2013.

NEOCLEOUS, M.; RIGAKOS, G. S. Anti-security: a declaration. In: RIGAKOS, G. S.; NEOCLEOUS, M. (eds.). *Anti-security*, v. 15, n. 21, 2010.

OLIVEIRA, F. R.; SALOMÃO, V. A. A importância de uma estratégia de segurança marítima no Atlântico Sul. *Caderno Cedepem*, v. 1, n. 1, mar./maio, 2021. ISSN 2763-8111. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/cedepem/volume-1-numero-1-2021/>>. Acesso em 8 mar. 2024.

OTUKOYA, T. A. The securitization theory. *International Journal of Science and Research Archive*, v. 11, n. 1, p. 1747-1745, 2024, eISSN 2582-8185. DOI: <https://doi.org/10.30574/ijrsra.2024.11.1.0225>.

REIS, R. P. G. Segurança, contributo da escola de Copenhaga. *Revista brasileira de ciências policiais*, v. 13, n. 9, p. 265-287, Brasília, maio-ago., 2022. ISSN 2178-0013.

ROACH, S. C. (Ed.). *Handbook of critical international relations*.

Northampton (USA): Edward Elgar Publishing, Inc., 2020. ISBN 978 1 78811 289 5 (eBook). DOI: 10.4337/9781788112895.

RODRIGUES, M. S. Plano Estratégico da Marinha: PEM 2040. Revista da Escola de Guerra Naval, EGN, v. 27, n. 1, p. 13-30, ISSN 1809-3191, Rio de Janeiro, jan./abr., 2021.

SABINO, C. A. Cómo hacer una tesis y elaborar todo tipo de escritos. 2ª edición, revisada y aumentada. Caracas: Editorial Panapo, 1994.

SABINO, C. A. El proceso de investigación. 2ª edição. Buenos Aires: Lumen Hvmanitas, 1996. ISBN 950-724-575-8.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodologia de pesquisa. Tradução Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner e Sheila Ladeira. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. ISBN: 85-8680493-2.

SILVA, D. D.; PEREIRA, J. Q.; PIMENTEL, B. B. S. Análise da segurança marítima como política pública integrada por meio do mapeamento de operações interagências. XI Enabed: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, anais eletrônicos, 2021. Disponível em: <www.enabed2021.abedef.org>. Acesso em 8 mar. 2023.

SMITH, S. The contested concept of security. In: BOOTH, K. (ed.). Critical security studies and world politics. Boulder, 2005. p. 27-62.

SONEIRA, A. J. La Teoría fundamentada en los datos: (Grounded Theory) de Glaser y Strauss. In: GIALDINO, I. V. (Coord.). Estrategias de investigación cualitativa. Barcelona: Editorial Gedisa, 2006, p. 153-174. ISBN 978-84-9784-173-3.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. Revista de Administração Pública (RAP), v. 40, n. 1, p. 27-55, Rio de Janeiro, jan./fev., 2006.

TILL, G. Seapower: a guide for the twenty-first century. 2nd edition. Abingdon, New York: Routledge, 2009. ISBN 0-203-88048-X.

UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Conheça os três tipos de revisão de literatura. Natal: Escola de Música da UFRN / Biblioteca Padre Jaime Diniz, 2021.

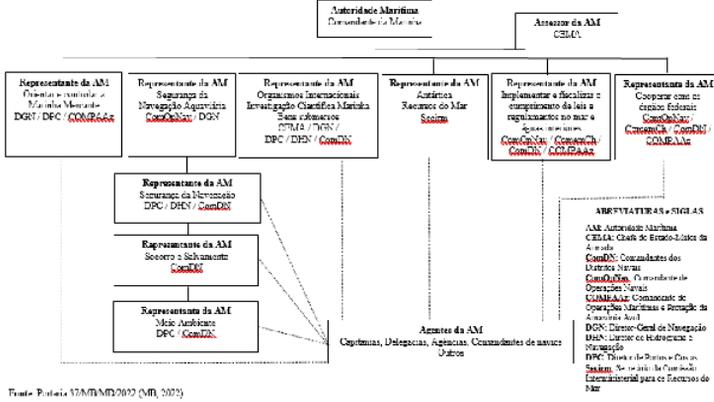
UNESP. Universidade Estadual Paulista. Tipos de revisão de literatura. Botucatu: Faculdade de Ciências Agronômicas / Biblioteca Professor Paulo de Carvalho Mattos, 2015.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. Revista Diálogo Educacional, v. 14, n. 41, p. 165-189, ISSN 1518-3483, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, 2014.

WAEVER, O. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHUTZ, R. D. On security. Nova Iorque: Columbia University Press, 1995. 233p. ISBN 978-0231102711.

WOLFERS, A. National security as an ambiguous symbol. Political Science Quarterly, n. 67, p. 481-502, 1952.

Anexo – Estrutura da Autoridade Marítima Brasileira



The Blue Homeland (Mavi Vatan): Turkey's Naval Strategy in the Surrounding Seas (2020-2023).

Vitor Deccache Chiozzo¹

Andre Luiz Varella Neves²

ABSTRACT

This article is situated within Geopolitics and Strategic Studies, addressing a gap in Brazilian literature on the geopolitical concept of the Blue Homeland (Mavi Vatan). This concept underpins Turkey's naval strategy and is rooted in its strategic rivalry with Greece, especially regarding sovereignty and energy resource exploration. The objective was to define the theoretical variable "Blue Homeland," reflecting Turkey's perspective on its surrounding seas: the Mediterranean, Aegean, and Black Seas. This definition aimed to understand naval strategy behaviour in these maritime spaces. A Case Study methodology, supported by historical and experimental methods, was used. The findings indicate that the Blue Homeland concept, developed in 2006, was adopted by the Turkish Navy's strategic framework by 2020. It is seen as a form of neo-Ottomanism, seeking to restore Turkey's historic role as a major power in the Middle East under President Erdoğan. The study concludes that the strategic logic of the Blue Homeland, amid Turkey-Greece rivalry, has driven the modernization and strengthening of Turkey's Naval Force. Ultimately, the Blue Homeland signifies complete strategic autonomy, which is crucial for the survival of the Turkish state. Keywords: Turkey. Blue Homeland. Naval Strategy. Mediterranean Sea. Aegean Sea

1 Lieutenant-Commander in the Brazilian Navy. PhD Candidate in Strategic Defense and Security Studies at Universidade Federal Fluminense (PPGEST/UFF). MSc in Maritime Studies (Escola de Guerra Naval), B.A. in International Relations (Unilasalle - RJ). Collaborator at the Center for Political-Strategic Studies of the Brazilian Navy (CEPE-MB). Chief of Operations of the Polar Research Ship Ary Rongel. Former Commanding Officer of the Hydrographic Buoy Tender Ship "Comandante Varella". E-mail: vitorchiozzo@hotmail.com / ORCID:<https://orcid.org/0000-0001-6382-1701>

2 Doctor of Political Science at the University of São Paulo. Adjunct Professor of the International Relations Course and Post-Graduate Course in Strategic Defense and Security Studies (PPGEST/UFF). Coordinator of The U.S. Grand Strategy Study Laboratory, registered in the CNPq Directory of Research Groups. He currently holds the position of Deputy Head of the Department of Strategic Studies and International Relations (DEI). E-mail: andrevarella@id.uff.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4308-4422>

INTRODUCTION

The geographical position of Turkey³, stretching from the Balkans to the Caucasus, and from the Eastern Mediterranean to the Middle East, along with control over the Bosphorus and Dardanelles Straits, has bestowed upon this country significant geostrategic importance⁴ throughout History. This is evident not only as the successor to the Ottoman Turkish Empire^{5 6} but also in major geopolitical theories⁷ (Kaplan, 2013, p. 290). In

3 The Republic of Türkiye changed its official name from the Republic of Turkey on 26 May 2022 in a request submitted to the Secretary-General by the country's Minister of Foreign Affairs. Although there has been a name change from Turkey to Türkiye, in this article the authors will use the official long and short form of the remain name "Republic of Turkey" and "Turkey" respectively to provide a better understanding to the readers.

4 As Quataert asserts (2015, p. 42), "Geography played a significant role in the rise of the Ottomans."

5 According to Marshall (2022, pp. 190-191), "From the 9th century, Turkish nomadic tribes left the Eastern Steppe (Mongolia), crossed the Altai Mountains, the Western Steppe (Kazakhstan), sharply turned left through Central Asia, and reached the Caspian Sea in time to encounter the Byzantine Empire. By this point, they had already come into contact with Islam in the region around Persia and abandoned their pagan beliefs. They appeared on the eastern periphery of the Empire in the 11th century and began raiding into Anatolia [...]. One of the many emirates established in northwest Anatolia at the end of the 13th century was that of a man named Osman Ghazi - Osman, the Warrior - . He expanded his powers by invading Byzantine territories along the Black Sea coast and advancing towards central Anatolia. In honor of the founder, people began to call themselves Osmanli, 'followers of Osman,' which, in Western Europe, resulted in the Ottomans" (Cagaptay, 2020, p. 9).

6 "The Ottomans emerged at a crossroads of empires. They did not constitute an 'Eastern' power in conflict with the 'West,' but a political formation that blended strategies adapted from previous empires and their opponents in connecting the European, Asian, and African continents. In geographical terms, they had a significant advantage, or two. [...] The lands and waters of the Eastern Mediterranean, with their connections to Egypt, Central Asia, and India, offered a wide range of political experiences, social practices, and sources of wealth. With these tools, they created a vast terrestrial and maritime empire that was both territorial — covering a vast expanse of land — and nodal — based on ports, trade centers, and small and long-distance trade routes" (Burbank and Cooper, 2019, p. 173). Kaplan also follows a similar line of argument: "The fluidity of this arrangement between Europe and the Middle East would be facilitated by the location of the Ottoman capital, Constantinople, a safe harbor that ensured access to the Balkans, the Mediterranean, and North Africa, while simultaneously serving as the endpoint of caravan routes from Persia, the Caucasus, and beyond" (Kaplan, 2013, pp. 295).

7 The definition of geopolitics in this article will be: "the study of the constants and variables of space, accessible to humans who, in aiming to construct models of power dynamics, project geographic knowledge into the development and activity of political science" (Correia, 2018, p. 98). Meanwhile, geostrategy is defined as: "the study of the constants and variables of space, accessible to humans who, in aiming to construct models for the assessment and use, or threat of use, of forms of coercion, project geographic knowledge into strategic activity" (Correia, 2018, p. 104). Conceptually similar, they distinguish themselves by the more reflective nature of geopolitics, while geostrategy presents itself as more instrumental.

this regard, Turkey and its strategic surroundings emerge as a prominent subject for a case study in the application of Strategic Studies⁸.

Therefore, through the geopolitical concept of Blue Homeland (in Turkish, Mavi Vatan), developed by the Turkish Naval Force (Türk Deniz Kuvvetleri) a worldview⁹ (Weltanschauung) has been synthesized that guides Turkey towards the dominance of its three surrounding seas, namely the Black Sea¹⁰, the Eastern Mediterranean Sea, and the Aegean Sea (Denizeau, 2021, p.6) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2022, p. 321).

The article aims to describe and analyze the praxis of the Blue Homeland concept as a guide for the strategic naval actions of the Turkish Naval Force in the Mediterranean Sea and Aegean Sea. It will address the underlying geostrategic rivalry between Turkey and Greece, particularly concerning issues of sovereignty and the exploration of energy resources in this maritime space, spanning the years 2020 to 2023.

With that in mind, the first section will provide a brief overview of modern Turkish geopolitical history, starting from its foundation through the Treaty of Lausanne (1923). Subsequently, the concept of the Blue Homeland will be presented, as articulated by its creator, the Turkish Admiral Cem Gürdeniz¹¹. The third section will delve into the application

8 Among the various definitions available in Strategic Studies (Baylis; Wirtz; Gray, 2019), this article will employ the following definition of Strategy: "the art of distributing and applying military means to achieve the ends of politics" (Hart, 1991, p. 321).

9 According to Stelgias (2021, p. 112), Turkish diplomacy officially adopted the doctrine of Blue Homeland.

10 Given the scope of this academic paper focusing on the Eastern Mediterranean and the Aegean Sea and in light of the geostrategic rivalry between Turkey and Greece, the Black Sea and its strategic surroundings will not be subject to analysis.

11 Cem Gürdeniz (March 24, 1958) graduated from the Turkish Naval Academy in 1979. As a Deck Officer, he served on various destroyers and frigates. He was the Commander of the guided missile frigate TCG Gaziantep and the Third Destroyer Division. He completed his education at the Turkish Naval War College and the Armed Forces College. He earned a master's degree from the United States Naval Postgraduate School (NPS) and the Université Libre Brussels (ULB) in personnel management and international policy, respectively. Promoted to the rank of Rear Admiral in 2004, he served as the Head of the Department of Strategy and Agreements, and later as the Head of the Plans and Policies Division at the Turkish Naval Forces Headquarters. Still as an Admiral, he served as the Commander of the Amphibious Ships Group and the Mine Fleet. He retired in 2012. He is the founder and director of the Istanbul Koc University Maritime Forum. In addition to Turkish, he is fluent in English and French. Admiral Gürdeniz is the author of numerous publications in various languages, including 'Bluehomeland Writings.' He is a columnist for *Aydınlık Daily* and *Yacht Magazine*. Available at <https://uwidata.com/experts/cem-gurdeniz/>. Retrieved in: July

of the concept to the Turkish geostrategic reality. Finally, in the last section, the material enhancements to the Turkish naval power will be described, indicating signs of a new autonomous Turkish Naval Strategy in this maritime area, fundamentally grounded in this novel geopolitical worldview of the Blue Homeland.

GEOPOLITICS OF MODERN TURKEY: A BRIEF HISTORY

After an independence war (1919-1922) concluded with the Treaty of Lausanne (1923), the conflict initiated during World War I (1914-1918) between the defunct and defeated Ottoman Empire¹² and the victorious European Allies came to an end. The Republic of Turkey was declared, limited to the Anatolian Peninsula (also known as Asia Minor), as the successor to the dissolved Ottoman Empire. Despite being on the losing side at the end of the global conflict, Turkey remained geopolitically victorious because:

Turkey, as the remnant of the great Ottoman Empire, would only retain a small portion southeast of Thrace in the Balkans, but it holds enormous geostrategic value as it allows for absolute control of the Dardanelles and Bosphorus Straits, ensuring the connection between the Mediterranean and the Black Sea and securing the Sea of Marmara as a Turkish sea (Correia, 2018, p. 560).

The Republic, founded and led by Mustafa Kemal Atatürk¹³, until his death in 1938, represented, for the first time in Turkish history, a process of building a nation-state in Western-style¹⁴. This posed a

10, 2023.

12 On the process of long decline to extinction of the Ottoman Empire, Cf. Palmer (2013).

13 For a biography on the founder of modern Turkey, see the book by Istanbul-born British academic Andrew Mango. Atatürk: The biography of the founder of modern Turkey. Abrams, 2002.

14 According to Kaplan (2013, p. 295): "Atatürk, 'The Father of the Turks,' the only undefeated Ottoman general, who forged a modern state in Anatolia after imperial losses in the Balkans and the Middle East, was a true revolutionary in the sense that he transformed the value system of his people. He sensed that the European powers had defeated the Ottoman

significant challenge to Turkish society due to the rejection of Ottoman cultural heritage, associated with the decline, as part of Atatürk's national project and contestation over memory, or the enforced national amnesia regarding the Turkish past (Yavuz, 2020, p.48-50) (Zürcher, 2017, pp. 133–177, *passim*).

Thus, Kemalism¹⁵, Atatürk's pro-Western secularist doctrine, shaped the geopolitical thinking of the young Republic in its four bordering geographic spaces: the Balkans, the Caucasus, the Eastern Mediterranean, and the Middle East. This was achieved through cooperation with the Balkan states of Bulgaria and Romania and the Mediterranean Greece in the west (Balkan Entente, 1934). Additionally, support was garnered from the Soviet Union in the Caucasus to the northeast (Turkish-Soviet Treaty of Friendship and Neutrality, 1925); and with Iran to the east (Saadabad Pact, 1937).

Turkish geopolitics was embedded in the paradigm of non-intervention in the internal affairs of its neighboring countries under the motto "Peace at Home, Peace in the World" (Cagaptay, 2020, p.19). The idea of non-intervention provided a stable geostrategic belt capable of preserving and guiding Turkey during the subsequent conflict of World War II (1939-1945) and, in general, until the end of the first decade after the Cold War (Gürdeniz, 2020, p. 82); (Kaplan, 2013, p.295).

During the Cold War era, when the world was ideologically divided into areas of influence between the Western bloc led by the United States and the Eastern bloc led by the Soviet Union, Turkey chose to align with the Western bloc in the face of its main international security threat, the USSR. Playing the role of a buffer state and actively serving as a tool in the U.S. strategy of containment against the Soviets (Gaddis, 2006, p. 28), Turkey directly benefited from its geopolitical significance. It joined the Western collective security military alliance, the North Atlantic Treaty

Empire not due to larger armies but because of their greater civilization, which, in turn, had spawned military superiority. Turkey, from then on, would be Western, he decided, orienting itself culturally and politically towards Europe. [...] He moved the capital from Istanbul [Constantinople] in European Turkey to Ankara in the heart of Anatolia, due to the former's association with the old regime. He made no effort to reclaim the Ottoman provinces lost in the Balkans or the Middle East; instead, he adopted the strategy of building a Turkish ethno-state from the core of Anatolia, providing a solid foundation for a firm orientation towards Europe and the West."

15 There were six ideological principles: republicanism, secularism, nationalism, populism, statism, and revolutionism (or reformism). These six principles were incorporated into the Turkish constitution in 1937 and are sometimes described as the "Turkish [State] religion" (Zürcher, 2017, p. 183).

Organization (NATO), three years after its founding in 1952, along with its geostrategic rival, Greece¹⁶.

Regarding the role of its Armed Forces during the Cold War and within NATO, “the Turkish Navy was tasked with keeping the Soviets ‘bottled up’ in the Black Sea, while the Army contained their ground forces on the edge of the Soviet bloc” (Marshall, 2022, p.198).

At the end of the Cold War (1989-1991) and the advent of undisputed U.S. hegemony, Turkey sought to reposition itself geostrategically and geopolitically in accordance with the newly established world order (Kissinger, 2015, p.216). A new indigenous Turkish geopolitical approach was necessary, especially after the rise of Recep Tayyip Erdoğan¹⁷ as the Prime Minister in 2003 and subsequently as the President of the Republic from 2014, because:

For years, Turkey harbored the hope of joining the European Union [...] However, in the first decade of the 21st century, it became clear that Turkey might never become an effective member of the European Union for a blunt and recent reason related to geographic and cultural determinism: despite being a democracy and a member of the North Atlantic Treaty Organization (NATO), the country is also Muslim, which makes it unwanted. The rejection was a shock to the Turkish political body, but, above all, it merged with other trends already underway in society, to make a fundamental correction in Turkish history and geography [...] (Kaplan, 2013, pp. 295-296).

16 The strategic rivalry can be traced historically back to the 19th century, reaching as far as the Greek War of Independence against the Ottoman Empire from 1821 to 1830. Greece's independence from the Ottoman Empire was established by the Treaty of London in 1830 (Quataert, 2015, p. 81). For a description of the Greek Rebellion against the Ottoman Empire, Cf. Palmer (2013, pp. 82-100, *passim*).

Parte superior do formulário

17 Recalling the memory of the powerful Ottoman Empire in Turkey, he wants to revive Turkey's greatness, and to this end, he is not afraid to shed the traditional Turkish policy of bringing the country into the Western- led security system for safety. Under Erdoğan, Turkey no longer defines its national interest in tandem with the Western powers. Turkish national interest in Erdoğan's thinking reflects a high degree of strategic autonomy.”(Cagaptay, 2020, p. 18)

Thus, after the 2010s, and particularly from 2016 (Cagaptay, 2020, p.199), to respond to the new challenges of this new world order, Turkey has been seeking a new Grand Strategy^{18 19} focused on its national interests in the geographical area under analysis. For the scope of this article, this is especially related to energy and economic issues related to the exploration of oil and gas in the Eastern Mediterranean (Özertem, 2016) (Cagaptay, 2020, p.210), or even for the establishment of a regional “new order” (Moudouros, 2021, p. 466) and its strategic autonomy.

Therefore, due to an increasingly assertive regional foreign policy and military strategy, aiming for supremacy in the Mediterranean, the influence of a nationalist doctrine called “Turkish Geopolitics” (Türk Jeopolitiği) is perceived (Stelgias, 2020, p.2).

This geopolitical approach²⁰ has been promoted by members of the government, diplomats, and the Turkish Armed Forces, using an appeal to the Ottoman imperial past in its rhetorical construction by these actors. It is an explicit example of the remilitarization of Turkish foreign policy, where the military participates in decision-making mechanisms in the country’s foreign relations (Stelgias, 2021, pp. 112-113, *passim*).

18 The approach to the concept of Grand Strategy for this article will be as follows: “Grand Strategy involves some willingness and ability to think about the future in terms of the goals of a political entity [...]. Above all, Grand Strategy demands an intertwining of political, social, and economic realities with military power, as well as the recognition that politics must, in nearly all cases, drive military necessity” (Murray, 2011, p. 5, *emphasis added*).

19 The most prominent academic formulator of a Grand Strategy for Turkey was Professor Dr. Ahmet Davutoğlu, who served as the Director of the Department of International Relations at Beykent University in Istanbul from 1995 to 2004. Davutoğlu later became the Minister of Foreign Affairs (2009-2014) and the Prime Minister of Turkey (2014-2016). His book ‘Strategic Depth’ (Stratejik Derinlik) (2001) “is seen as the architectural framework on which the foreign policy of the ‘New Turkey’ stands” (Marshall, 2022, p. 201). This policy has a neo-Ottoman bias, believing in Turkey’s destiny to emerge as a global power, leveraging Turkey’s privileged geographical position between Europe, Africa, and Asia, and focusing its actions primarily on strategic cooperation. Its guiding principles include having “zero problems” with neighboring countries, balancing security and freedom, and pursuing a pro-regional and multidimensional foreign policy through proactive diplomacy (Davutoğlu, 2013). In general, there are some elements of continuity of Davutoğlu policy’s in Turkey’s current foreign policy, although there is currently [2023] a greater emphasis on *realpolitik*, pragmatism, and strategic rivalry, in contrast to the soft-power discourse, practices, and diplomatic style previously adopted (Davutoğlu, 2010).

Regarding *realpolitik*, Kissinger (2012, p. 107) captures its essence: “[...] the statesman’s obligation to assess ideas as forces in relation to other forces relevant to decision-making; and various elements were valued by the extent to which they could serve national interests, not by preconceived ideologies.”

20 For a synthesis of current Turkish Geopolitics, Cf. Stelgias (2020)

Admiral Cem Gürdeniz stands out as one of the main formulators of Turkish Geopolitics, particularly in its Oceanopolitics aspect^{21 22}. It is in this context that the geopolitical doctrine of the Blue Homeland is created.

CONCEPT OF THE BLUE HOMELAND: A DEFINITION

The use of the expression “Blue Homeland,” in Turkish, Mavi Vatan, has been increasingly used, disseminated, and popularized in Turkish political life and strategic circles to refer to the area of 462 thousand square kilometers where Turkey’s maritime interests are located. This includes those related to jurisdictional waters (territorial sea, exclusive economic zone, and continental shelf) and living and non-living resources in the oceanopolitical space of the Black Sea, the Mediterranean Sea, and the Aegean Sea.

According to Mianji (2020), the geopolitical doctrine of the Blue Homeland serves three purposes: (1) delineating Turkey’s jurisdictional waters, (2) establishing Turkey’s strategy in these maritime spaces, and (3) developing a military-industrial complex to achieve this strategy, countering the hostile encirclement of Turkey by neighboring countries, notably Greece, based on the neo-Ottoman²³ perception that views the Eastern Mediterranean as a locus of imperial presence, a “Turkish lake.”

Turkey’s new strategic posture results from the reorganization of Turkish regional policy, the effects of international politics, and the economic environment, but primarily from the ideological architecture believing in regional hostility and isolation by surrounding countries, threatening the survival of the Turkish state. The manifestation of the

21 Oceanopolitics can be defined as geopolitics focused on the dominion of large bodies of water and oceans (De Castro, 1983, p. 126).

22 There is a need for a cultural or institutional maritime awareness in society for an oceanopolitical doctrine to develop. Regarding the lack of it, referred to as “maritime blindness,” the underestimation of the importance of maritime domain, or even the recognition of its importance only in theory, a challenge faced by naval formulators and strategists of countries, Cf. Till (2022, p. 75).

23 Erdoğan’s neo-Ottoman worldview sees the roots of Turkish national identity not in the relatively recent Republic, established a century ago, but in the dynasties of nomadic Turks, the Ottoman Turcomans from the 11th century and onwards. “As a result of the modern expansion of education, urbanization, and competitive mass media, [Erdoğan] this Anatolian majority was successfully able to reconstruct a counter- narrative of Ottoman- Islamic-Turkish identity and values in opposition to those which the Kemalist state had sought to enshrine.” (Yavuz, 2020, p.145). For a comprehensive and in-depth analysis of Erdoğan’s neo-Ottomanism, Cf. Yavuz (2020, pp. 144 – 178, *passim*).

ideological construction of a hostile region is ruthlessly reflected in the geopolitical doctrine of the Blue Homeland (Moudouros, 2021, p.470).

According to the concept's²⁴ author, Admiral Cem Gürdeniz, who first used it at a Symposium on the Black Sea and Naval Security on June 14, 2006, the 21st century will be the "Century of Asia" and the "Century of Oceans," with the Mediterranean Sea being the gateway of the "Century of Asia and the Sea" for Turkey (Gürdeniz, 2020, p.85).

The author continues, in his definition of the Blue Homeland (Figure 1 below):

The surface of this homeland, the mass of water, the bottom and the land mass beneath belong to Republic of Turkey. The size of blue homeland is equal to half of land of Turkey. Every state that has got to coast to the sea has a blue homeland. The most fundamental action of geopolitical reflexes is reflecting tendency to the sea and ownership of the blue homeland" (Gürdeniz, 2020, p.85).



Figure 1 – Blue Homeland (Mavi Vatan)
(DENIZEAU, 2021)

24 Geoffrey Till asserts about the development of maritime power, which includes its military component, naval power: "not only does developing maritime power take time; it demands foresight" (Till, 2022, p.78).

This trend of transitioning from the Turkish continental territory to the sea, embedded in the logic of the geopolitical construction of the concept, is well elucidated by Nikos Moudouros, based on the etymological origin of the words “Blue Homeland” as:

“[...] “The Blue Homeland” also focused on the identification of the importance of the connection between land and sea. At this point it would be important to decode the significance of the words chosen to name the doctrine. “Blue” explicitly refers to the sea. The use of the word “homeland” (vatan), however, has distinct ideological orientations. Vatan is a word of Arabic origin meaning the birthplace of a person. However, the politicisation of the concept in contemporary history has transformed the homeland into the description of the specific national region, national geography and national identity. It is, therefore, a concept charged with the mission of transforming “imaginary borders” into contemporary national and political borders (Özkan, 2012, pp. 1-3). Therefore, the “Blue Homeland” [...] also constituted an attempt to promote the procedure of “territorialisation” of the sea and advocate the Eastern Mediterranean as an integral part of the territory and state sovereignty of Turkey. Through this doctrine, Ankara perceives the security, defence and prosperity of the country as elements intertwined with the seas that surround it and not only the land” (Moudouros, 2021, p.468).

In this way, the geopolitical concept of the Blue Homeland, as a vision for the future, by promoting the sea near Turkey as an extension of the country’s sovereignty, and therefore intimately related to the survival of the state, has been able to sensitize, catalyze, mobilize, and involve Turkish society in the geostrategic context of the Eastern Mediterranean

and the Aegean Sea.

THE EASTERN MEDITERRANEAN AND THE AEGEAN SEA: THE GEOSTRATEGIC CONTEXT

The underlying issue in the Eastern Mediterranean and the Aegean Sea for the Turkish Naval Strategy is the escalation of the longstanding geostrategic rivalry between Turkey and Greece, particularly since 2020, focusing on (1) the exploration of energy resources in the sea, namely hydrocarbon reserves²⁵ (Özertem, 2016) near the islands of Crete and Rhodes, and (2) sovereignty in this maritime space. These concerns coincide and relate to the emergence of Turkish Geopolitics and its Oceanopolitical aspect, the Blue Homeland doctrine.

Regarding energy exploration, the issue extends to involve Cyprus (Cagaptay, 2020, p.210-213, *passim*) as a point of contention between Turkey and Greece.

Dominated by the Ottoman Empire since 1571 and by Britain since 1878, Cyprus gained its independence in 1960, with Britain, Turkey, and Greece as guarantor states of its sovereignty. The island holds significant geostrategic importance due to its geographic location in the Eastern Mediterranean, near the Middle East and the Suez Canal, with crucial maritime communication lines. After gaining independence, Cyprus was engulfed in a civil war between the Greek Cypriot majority and the Turkish Cypriot minority, whose ethnic divisions were deepened by Britain's imperial policy of *divide et impera*.

The conflict was exacerbated by Cold War dynamics, culminating in the attempted union between Greece and Cyprus²⁶ in 1974, with tacit U.S. support. This move followed the Cypriot government's flirtation

25 Reports on energy, published since 2010, estimate reserves in the Levantine Basin in the Eastern Mediterranean at 122 trillion cubic meters of natural gas and 1.7 trillion barrels of oil. According to Turkish estimates, the potential confirmation of these reserves could meet Turkey's energy demand for the next 500 years or even supply the entire Europe for the next 30 years (Moudouros, 2021, p. 464).

26 This fact, in Turkish geopolitical thinking, "reinforces Turkey's fear of a resurgence of the 'Megali Idea' — the Great Idea — a form of Greek irredentism that emerged in the 19th century, leading Athens to claim Ottoman territories with a Hellenic substrate" (Denizeau, 2021, p. 11). The geopolitical concept of the Megali Idea is associated with Enosis, the union of all Greeks within the borders of a single state (from the Greek word Enosis, meaning union), under the slogan 'Once again, for years and years, it will be ours again.' Its more radical proponents envisioned a resurgence of the Byzantine Empire in the Black Sea and Central Anatolia, with Constantinople (now Istanbul) as its capital, at the expense of the then-declining Ottoman Empire and later, Turkey (Marshall, 2022, p. 168).

with the USSR, guided by the Brezhnev Doctrine, aiming for influence in the Middle East and a warm-water port for the Soviet Navy in the Mediterranean.

In this context, a Turkish invasion took place in Cypriot territory in 1974, and in 1983, the northern part with the Turkish Cypriot minority declared itself the Turkish Republic of Northern Cyprus, recognized only by itself and Turkey (Cagaptay, 2020, p. 212); (Marshall, 2022, p.179).

Returning to the energy issue, Turkey questions whether Cyprus has the right to explore natural gas reserves around its waters, especially near the Turkish Republic of Northern Cyprus, refusing to recognize exploration licenses granted by Cyprus to international energy companies²⁷ (Cagaptay, 2020, p. 214). As Marshall (2022, p. 180) explains:

Turkey, anxious that its waters have not yet yielded energy, explores in Cypriot and Greek territory and signed an agreement with Libya to conduct drilling [...]. In the summer of 2019, Turkish drillships appeared off the northern coast [of Cyprus], escorted by a [Turkish] warship. Ankara said they were in the sovereign waters of the Turkish Republic of Northern Cyprus and 'within Turkey's continental shelf.' [...] In June 2020, Turkey announced its intention to start drilling off islands, including Rhodes and Crete. The Turkish ambassador in Athens was summoned to the Ministry of Foreign Affairs and informed that Greece was 'ready to respond' to what it considered a provocation if the drilling went ahead. Turkey's position is based on a surprising agreement it signed with Libya at the end of 2019. The agreement 'created' an exclusive economic zone that extends through the Mediterranean from the southwest coast of Turkey to the northern tip of Libya, despite

27 Among the companies mentioned are: the Italian ENI, the South Korean Kogas, the French Total, the American Exxon Mobil and American Noble Energy, the Qatari Qatar Petroleum, the Israeli Delek Group, and the Anglo-Dutch Royal Dutch Shell (Cyprus Profile, 2023).

passing through part of the Greek zone.

Regarding sovereignty, the dispute revolves around control over the islands in the Eastern Mediterranean and the Aegean Sea. Apart from the sovereignty dispute over some of the islands, Turkey and Greece also have fundamental disagreements regarding the demarcation of their maritime borders.

This is primarily because Turkey has not acceded to, and therefore not ratified, the “Law of the Sea,” i.e. the United Nations Convention on the Law of the Sea (Montego Bay Convention, 1982). This decision stemmed from the Turkish government’s stance that a fair demarcation of maritime borders²⁸ in the Mediterranean requires giving more weight to the contiguous coastline than to scattered Greek islands (Lindenstrauss and Daniel, 2020). Turkey contends that the boundaries set by the Convention for maritime spaces under jurisdiction do not make sense in a confined space full of islands. Under such conditions, Turkish authorities argue that a country like Greece would have an enormous maritime area, partly due to its sovereignty over the islands in the Mediterranean, especially near the Turkish coast (Denizeau, 2021, p. 8).

Additionally, to gain a more comprehensive understanding of the geostrategic impact of the Blue Homeland doctrine, both in its current and potential impact, increasing the overall depth of the of analysis, it is important to view Turkey’s actions through the lens of a broader scrutiny. The movements employed by Turkey indicate that the Blue Homeland doctrine can be perceived as a key element of the Turkish Grand Strategy. This doctrine extends beyond mere maritime policies and reflects a

28 According to Denizeau (2021, p.10), the territory claimed by the Turkish naval doctrine of the Blue Homeland has been clearly defined. The claimed Blue Homeland [Mavi Vatan] is “the name of the zone of interests [Turkish] and jurisdiction over the fresh and the sea waters between the 25th and 45th eastern meridians and the 33 th and 43 th northern parallels.” In the Black Sea, this zone corresponds to the exclusive economic zone (EEZ) already owned by Turkey, following the principles of equidistance with other riparian states. By contrast, it encroaches widely on the EEZs claimed by Cyprus and Greece. Mavi Vatan would thus extend to the eastern half of the Aegean Sea, without annexing the Greek islands there, but leaving them only with territorial waters defined by their current width (of 6 nautical miles). In the Mediterranean, Mavi Vatan would border the Libyan and Egyptian EEZs, with the demarcation taking place according to the principle of equidistance between coasts. Finally, part of the waters between Cyprus, Syria, and Lebanon is also claimed by the Turkish Republic of Northern Cyprus. Turkey and its northern Cypriot ally would thus have naval domain extending over 462,000 km². According to the Blue Homeland doctrine, these claims should serve as the basis for any potential negotiation with other East Mediterranean States, in particular with Cyprus and Greece”.

broader ambition for regional influence.

The Blue Homeland doctrine appears to support Turkey's quest of a new regional order under its leadership, not only in its surrounding seas but also throughout the Levant, which encompasses the region along the eastern Mediterranean shores. Within the framework of Grand Strategy, the Blue Homeland doctrine whilst Grand Strategy provide "a purposeful and coherent set of ideas about what a nation seeks to accomplish in the world and how it should go about doing so" (Brands, 2014, p. 3). This geostrategic approach highlights Turkey's intent to assert itself as a dominant regional power.

The implications of Turkey's Strategy are significant, particularly in the context of competition with other countries for primacy in the region. In the present geopolitical landscape, Turkey's aspirations could potentially conflict with those of regional powers such as Iran, Israel, and Egypt, as well as with extra-regional actors like Italy, France, and possibly Russia. The outcomes of these strategic movements will shape the balance of power in the eastern Mediterranean and beyond.

Hence, the Blue Homeland doctrine has provided the theoretical framework to justify Turkey's geopolitical claims in the Eastern Mediterranean and the Aegean Sea, being a significant concept that has merged the worldview of Turkish society²⁹ for a historically neglected space in Turkish geopolitics—the seas³⁰. But what impact does this concept have on the Turkish Naval Strategy? This is the question the next section will address.

TURKEY: NAVAL STRATEGY AND NAVAL POWER

From the perspective of Strategic Studies, the doctrine of the Blue Homeland, in isolation, is an instrument of rhetoric. It only becomes an instrument of strategic thinking for the defense of Turkey's maritime territory and the country's economic interests in the region if it incorporates military power into its political logic. In doing so, it moves beyond the

29 Denizeau (2021, p. 25) asserts that there is a consensus in Turkish society around the Blue Homeland doctrine.

30 " Even the Turkish Naval Institute's (Milli Savunma Üniversitesi Deniz Harp Enstitüsü, succeeding the former naval academy) official periodical journal is named Mavi Vatan – the Blue Homeland. In many issues of the journal, Turkey's young naval officers extensively write about issues like the importance of Libya for the Mediterranean maritime delineation, energy disputes and the role of gunboat diplomacy, and the Cyprus dispute" (Kasapoglu, 2020, p. 3).

discursive and reflective realm of Geopolitics to enter the strategic logic of employing military force – naval units – to achieve its political ends, transforming into a geostrategy (Luttwak, 2001).

It is evident that this process of incorporating strategic logic into the discourse has been occurring in recent years within the Turkish state concerning the geopolitical concept, through the “efforts to develop [material] capabilities [which] remain at the core of the Blue Homeland doctrine” (Kasapoglu, 2020, p. 4).

Clearly, in the context of a maritime space, strategic logic presupposes and requires a modern, active, and combat-trained Turkish Naval Force³¹, with strategic autonomy, provided by indigenous programs for the development of weapon systems³², the construction of naval units by the Turkish naval industry³³, and the “pursuit of autonomy in its defense industrial base” (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2022, p.155). All these efforts aim at implementing a Naval Strategy for Turkey in the Eastern Mediterranean and the Aegean Sea, as “the employment of force now [in the form of waging modern war³⁴] required careful preparation and theoretical guidance” (Freedman, 2013, p.xii emphasis added).

In this sense, it has been observed since 2020 that Erdoğan has been skillful in instrumentalizing both the theoretical orientation, the geopolitical concept of the Blue Homeland, and careful preparation of means, the strengthening and renewal of the Naval Power in Turkey³⁵. This

31 “ The Turkish Navy is a highly-disciplined and well-trained branch with high combat-readiness capabilities ” (Kasapoglu, 2020, p.2).

32 “As the anti-ship cruise missile *Atmaca* (Kasapoglu, 2020, p.5), Turkish for Hawk, produced by the Turkish defense company *Roketsan*.”

33 This crucial relationship between the Navies and the naval industry is highlighted by Till (2022, p. 36): “Developing a productive and mutually supporting relationship between the Navies and what is now be called the maritime industrial base and the overall national effort was [is] especially important because only that would provide the means for the sustainment and the maintenance of the Fleet.”

34 The modern form of warfare, in terms of weapons and methods, from the word in English “warfare,” is “developed in terms of a number of broad themes that were increasingly characteristic of society as a whole, such as the growth in power of the State through processes of centralization, bureaucratization, and, to some extent, democratization. It was influenced by the rise of powerful ideologies, such as nationalism. Other important developments were rapid technological progress and industrialization driven by the scientific method, an associated swift rise in national populations, and a growing insistence that the citizen owed a duty to defend the State” (Sheehan, 2019, p.37).

35 During the launching ceremony of the corvette F-513 TCG *Burgazad* in August 2016, President Erdoğan stated: “ Turkey is advancing with determination on the path to becoming a self-sufficient country in the defense industry. Just 1.5 months ago, we took the first step of a

occurs in the context of promoting the Turkish defense industry³⁶ (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2022, p.155), with the purpose of using, or threatening to use, naval force to defend its national interests when necessary, in support of its foreign policy³⁷, in the Eastern Mediterranean and Aegean Sea against its geostrategic and geopolitical rivals³⁸.

Thus, the use of the Blue Homeland concept by the Turkish President “seems to obey two sets of immediate considerations: internally, his approach to the military and nationalist movements, and externally, the regional context of tensions in the Eastern Mediterranean” (Denizeau, 2021, p. 19).

The outcome of this development has allowed the Turkish Naval Force to gain strength, achieving a significant structural transformation in less than a decade. Thus, the Turkish Fleet has moved from a constrained position, primarily focused on coastal deterrence, to a Navy with the capability of power projection in blue waters (Kasapoglu, 2020, p.2).

project of historic importance for the Turkish Naval Forces on April 30, making the first weld of our multi-purpose Amphibious Assault Ship ‘Anadolu’. Our country will upgrade to a completely different league once the building of this ship is completed, which is to be the first ship that the vertical takeoff and landing aircrafts can also use. [...] We should upgrade to a higher level in the defense industry and become a country that leads, produces and pioneers rather than follows and consumes. As a country that aims to eliminate external dependence in the defense industry by 2023, we should quicken our steps. I see the “Burgazada” corvette, which we are launching today 3 months ahead of the planned date, and the “Kinaliada” corvette, the welding of which we are making now, as a symbol of our determination on the issue” (Defense Turkey, 2016).

36 “A convincing case certainly be made that the ‘maritmeness’ of a country’s culture can certainly be encouraged directly by government support for support for maritime industries and indirectly by such things as private and public investment in the Arts, the control of public education and so forth.” (Till, 2022, p.28).

37 The geography of Turkey, covered by mountains, is indeed a defensive advantage and secure against land attacks. However, it makes it “an island nation” (Kaplan, 2013, p.291), with a perpetual geopolitical sense of encirclement. Its maritime border, extending across the three seas (Black Sea, Eastern Mediterranean, and Aegean Sea), is, on the one hand, its weak border. On the other hand, it is an opportunity for its energy resource needs, economic expansion, and a foreign policy that aims to establish Turkey “as a the central state in its region” (Moudouros, 2021, p.464) and asserts that its defense is not confined to the geography of Anatolia.

38 “Compared to its geopolitical competitors [Greece] in the Mediterranean, the Turkish Naval Force benefits from a clear numerical superiority” (Kasapoglu, 2020, p.2) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2022, p. 113); (idem, p. 155). Furthermore, “the president has authority over defence procurement and control over Turkey’s top defence companies. Turkey has signed defence-cooperation agreements with a focus on exports and technology transfer, in an effort to boost its national defence industry and achieve defence-industrial autonomy” (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2022, p.155).

To illustrate, in this section, we will highlight the key projects that represent material enhancements in the context of strengthening the Turkish Naval Power³⁹, undertaken by Erdoğan.

1) MILGEM PROGRAM

The first Turkish national naval project to be introduced is the MILGEM Program, derived from the abbreviation of the Turkish term “Mili Gemi,” translating to “national ship.”

Within the MILGEM program, four modern anti-submarine corvettes of the ADA⁴⁰ class (TCG Burgazada, TCG Büyükada, TCG Heybeliada, and TCG Kınalıada) were constructed and commissioned between 2011 and 2019. These, along with the existing sixteen frigates (of the Yavuz, Gabya, and Barbaros⁴¹ classes), form the core of the Turkish surface combat power

39 For an analysis of the future of the Turkish Naval Force, in addition to the units highlighted in this article, refer to Ozberk (2021). Regarding the increasing use of unmanned aerial vehicles [drones] by the Turkish Naval Force, see Kasapoglu (2020).

40 “Ada,” in Turkish, refers to the Prince Islands, located southeast of Istanbul in the Sea of Marmara.

41 “The strategist, as Freedman (2013, p. 238) points out, ‘is a student of the present who must be aware of the past.’ Therefore, knowledge of history is crucial for the construction of strategy. With the second source of his worldview being history, and the first being Islam, understood not as a religion but as an ‘armed set of ideas’ to be used against opponents especially the pro-Kemalists (Yavuz, 2020, pp.146-147), Erdoğan has been astute in relating present-day Turkey to its Ottoman past, as will be seen below: “The attempt to build a collective memory justifying Turkey’s presence in the Eastern Mediterranean was extended to the advocacy of 27 September, the day of the Ottoman naval victory at Preveza, as a new national day. On 27 September 1538, the Ottoman fleet, under the leadership of Barbaros Hayrettin Paşa, succeeded in defeating the fleet of the Christian alliance (assembled by Pope Paul III) under the orders of Andrea Doria, and in this way managed to extend the dominance of the Ottoman Empire in the Mediterranean. According to Islamist political thought in Turkey, the naval battle of Preveza is considered as the turning point of the Ottoman Empire’s successful transformation from a “land state” to an “empire of the seas”. Indeed, the expansion of Ottoman sovereignty and control in the Mediterranean is advocated by the current government as the proof of the transformation of the Mediterranean into a ‘Turkish lake’. According to the prevailing ideological concept, the hostile encirclement of Turkey on energy issues in the Eastern Mediterranean is a prospect that should be addressed, not only for the country’s national security, but also for the protection of its “natural rights” in a ‘Turkish sea.’ It is no coincidence that both the two Turkish drilling vessels (Yavuz and Fatih) and the two seismic research vessels (Barbaros Hayrettin Paşa and Oruç Reis) used in the Eastern Mediterranean bear the names of Ottoman sultans and admirals, an outright reference to this neo-Ottoman context. The patrols of the Turkish Navy in the region were code-named ‘Mediterranean Shield’, explicitly referring to the defence of Turkish sovereignty against external challenges and threats” (Moudouros, 2021, pp.467-468).

2) I-class Frigates

Starting with the fifth ship, the I-class frigates (Istanbul class) began construction as a variation of the ADA class corvettes, boasting about 50% increased fuel capacity and operational autonomy compared to this class. The I-class frigates will feature weapon systems capable of detecting, determining the position, classifying, identifying, and destroying the target, as well as naval fire support. They are designed to carry out surveillance and maritime patrol operations, inspection and surveillance of exclusive economic zones, and prevent potential threats (Ozberk, 2021).

3) TCG-class Frigates

The frigate TCG Istanbul (F-515), the first ship of its class, was constructed at the Istanbul Naval Shipyard of the Turkish Naval Force and began sea trials on June 20, 2023. It was incorporated into the Turkish Fleet on January 19, 2024. Following this unit, three other ships of the class will be constructed: TCG Izmir (F-516), to be built at the Anadolu Shipyard (ADIK), TCG İçel (F-517) at the Sedef Shipyard, and TCG Izmit (F-518) at the Sefine Shipyard. The forecast for the naval units' incorporation is 36 months (2027), replacing the Yavuz class, while the Barbaros class frigates will undergo a mid-life modernization and be equipped with modern Turkish-made sensors (Ozberk, 2021).

4) Multipurpose Amphibious Assault Ship Anadolu

The most significant example of the strengthening of the Turkish Naval Power is the Multipurpose Amphibious Assault Ship Anadolu, built at the Turkish shipyard Sedef, which was incorporated into the Turkish Naval Force in April 2023. The unit is capable of transporting 12 manned or unmanned combat aircraft, 21 different types of helicopters and unmanned aerial vehicles, depending on the operation, as well as 13 tanks, 27 amphibious assault vehicles, 6 armored vehicles, 33 various light and heavy vehicles, and 15 trailers on its deck. Additionally, it can embark an amphibious force at the battalion level, symbolizing Turkey's determination to become increasingly present and project its power in the Blue Homeland and the oceans (Defence Turkey, 2023). This represents a

significant operational leap⁴² in the combat capability of the Turkish Naval Force.

Regarding power projection on land, amphibious capability stands out for its importance in the Turkish geostrategic context concerning Greece and Cyprus. As highlighted by Kasapoglu (2020, p.5):

Turkey's potent amphibious units also deserve attention. Turkish military planners have started to establish amphibious capacity in the 1960s at the battalion-level amidst the escalating situation on the island of Cyprus. Before the 1974 military intervention, Ankara had generated an amphibious infantry regiment that took part in the campaign. Currently, the Turkish Navy has a brigade-level amphibious unit along with an elite marine commando (SAT & SAS) force.

Another noteworthy naval unit is the TCG *Ufuk* (A-591), commissioned in 2019 and built at the Istanbul Naval Shipyard. This ship is the "eyes and ears" of Turkey at sea (Kasapoglu, 2020, p.5), with its primary mission being signal and electronic intelligence gathering. Its design is based on the ADA-class Corvettes, and it can operate continuously for 45 days in severe sea and weather conditions (Osberk, 2021).

5) Diesel-electric propulsion submarines (SSK)

The Turkish Naval Force also possesses a fleet of 12 diesel-electric propulsion submarines (SSK), consisting of four units of the *Atilay* class (Type 209/1200), four of the *Preveze* class (Type 209/1400), and four of the *Gür* class (Type 209/1400) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2022, p.156).

6) Reis-class submarine (Type 214TN)

Another notable project by the Turkish state is the Reis-class submarine (Type 214TN), to be built at the Gölcük Shipyard, featuring air-independent propulsion (AIP). This project is also related to the Turkish national project for developing a sea-launched cruise missile, *Gezgin*, which can be equipped on these new submarines (Kasapoglu, 2020, p.5),

42 For a detailed description of the capabilities of the Anadolu, Cf. Defense Turkey (2023).

as well as the domestically produced Turkish torpedoes, Akya, and the anti-ship missile, Atmaca (Osberk, 2022).

The first submarine of the class, TCG Pirireis, is undergoing sea trials and will be incorporated into the Turkish Naval Force on August 24, 2024, while the second, TCG Hizirreis, was launched on May 25, 2023. From 2023 onwards, the plan is to commission one submarine each year, totaling 6 Reis-class submarines to be delivered to the Turkish Naval Force by 2028. This project stems from a contract signed in July 2009 between the Turkish Defense Industry (Savunma Sanayii Başkanlığı, SSB) and Thyssen Krupp Marine Systems. The new Reis-class submarines will bring significant benefits not only to the Turkish Navy at the strategic and tactical levels but also to the entire defense industry of Turkey. The experience gained from the Reis-class project will serve as a reference for future Turkish submarines under the Milli Denizaltı (MILDEN) project, the “National Submarine,” which is currently in the design phase and is expected to begin construction in the 2030s (Osberk, 2022).

CONCLUSION

That being said, as we can verify, the geopolitical concept of the Blue Homeland (Mavi Vatan), characterized by its nationalist, neo-Ottoman nature, and imperial inspirations, which can be summarized as the vision in which Turkey will dominate its three surrounding seas, the Black Sea, the Eastern Mediterranean, and the Aegean Sea. It has been a powerful tool deftly used by the Erdogan government to engage, foster, incite, and attract Turkish society to the geostrategic context of the Eastern Mediterranean and the Aegean Sea.

It was observed, therefore, that the impact of the Blue Homeland concept on the enhancement of Turkey’s Naval Strategy in the Eastern Mediterranean and the Aegean Sea has been substantial. In a short historical period since its formulation and presentation in 2006, the originally geopolitical concept of the Blue Homeland has evolved into a geostrategic concept, starting from 2020. This is perceived through the incorporation of the strategic logic of rivalry between Turkey and Greece and its extrapolation to the Cyprus issue, especially in matters of sovereignty and the exploration of energy resources in those maritime spaces, as commented throughout the text.

This transformation was closely linked to indigenous

modernization, development, and strengthening programs of the Turkish Naval Force, aimed at acquiring the necessary means for the defense and pursuit of Turkish national interests, particularly at sea, through full strategic autonomy, which, in ultima ratio, ensures the survival of the Turkish nation-state.

President Recep Tayyip Erdoğan has relentlessly pursued the restoration of Turkey to its historical role as a major power in the Middle East, aiming to emerge as a global power. Leveraging the geographically privileged position of his country between Europe, Africa, and Asia, Erdogan instrumentalizes the past deeply while creating a powerful Turkey in the present. As he envisions the strategic future of his homeland, he sees it increasingly in shades of blue.

A Pátria Azul (Mavi Vatan): Estratégia Naval da Turquia nos Mares Circundantes (2020-2023).

RESUMO

Este artigo está situado dentro de Geopolítica e Estudos Estratégicos, abordando uma lacuna na literatura brasileira sobre o conceito geopolítico da Pátria Azul (Mavi Vatan). Este conceito sustenta a estratégia naval da Turquia e está enraizado em sua rivalidade estratégica com a Grécia, especialmente em relação à soberania e exploração de recursos energéticos. O objetivo era definir a variável teórica “Pátria Azul”, refletindo a perspectiva da Turquia sobre seus mares circundantes, o Mediterrâneo, o Egeu e o Mar Negro. Esta definição visava entender o comportamento da estratégia naval nesses espaços marítimos. Foi utilizada uma metodologia de Estudo de Caso, apoiada por métodos históricos e experimentais. Os resultados indicam que o conceito de Pátria Azul, desenvolvido em 2006, foi adotado pela estrutura estratégica da Marinha Turca até 2020. É visto como uma forma de neo-otomanismo, buscando restaurar o papel histórico da Turquia como uma grande potência no Oriente Médio sob o presidente Erdoğan. O estudo conclui que a lógica estratégica da Pátria Azul, em meio à rivalidade Turquia-Grécia, foi impulsionada pela modernização e fortalecimento da Força Naval da Turquia. Em última análise, a Pátria Azul significa que a autonomia estratégica é crucial para a sobrevivência do estado turco. Palavras-chave: Turquia. Pátria Azul. Estratégia Naval. Mar Mediterrâneo. Mar Egeu.

REFERENCES

BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; JOHNSON, Jeannie L. (Ed.). *Strategy in the contemporary world*. Oxford University Press, 2022.

BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. (Ed.). *Strategy in the Contemporary World*, Oxford. University Press, 2019.

BRANDS, Hal. *What Good Is Grand Strategy?*. Cornell University Press, 2014.

BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. *Impérios*. Editora Planeta do Brasil, 2019.

CAGAPTAY, Soner. *Erdoğan's Empire: Turkey and the Politics of the Middle East*. Nova Iorque: Bloomsbury Publishing, 2020.

CORREIA, Pedro De Pezarat . *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Edições 70, 2018.

CYPRUS PROFILE. *Strategic Energy Hub*. Cyprus Profile, 2023. Available at: <https://www.cyprusprofile.com/sectors/energy-and-environment>. Retrieved in: 15.jul.2023.

DAVUTOĞLU, Ahmet. *Turkey's Zero-Problems Foreign Policy*. *Foreign Policy*, 2010. Available at: <https://foreignpolicy.com/2010/05/20/turkeys-zero-problems-foreign-policy/>. Retrieved in: 14.jul.2023.

_____. *Zero Problems in a New Era*. Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Türkiye. Available at: <https://www.mfa.gov.tr/zero-problems-in-a-new-era.en.mfa#:~:text=The%20%22zero%20problems%22%20principle%2C,secure%20and%20stable%20domestic%20order>. Retrieved in: 14.jul.23.

DENIZEAU, Aurélien. *Mavi Vatan, "the Blue Homeland": The Origins, Influences and Limits of an Ambitious Doctrine for Turkey*. *Études de l'Ifri*, Ifri, April 2021.

DEFENSE TURKEY. F-513 TCG Burgazada was Launched, 2016. Available at: https://www.defenceturkey.com/en/content/f-513-tcg-burgazada-was-launched-2385#.W9_OUuJRWK8. Retrieved in: 14.jul.2023.

_____. Turkish Navy Commissions TCG ANADOLU Amphibious Assault Ship, 2023. Available at: <https://www.defenceturkey.com/en/content/turkish-navy-commissions-tcg-anadolu-amphibious-assault-ship-5462>. Retrieved in: 14.jul.2023.

DE CASTRO, T. Oceanopolítica. A Defesa Nacional, v. 70, n. 709, 1983. Available at: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/7272>. Retrieved in: 11.jul.2023.

FREEDMAN, Lawrence. Strategy: A history. Oxford University Press, 2015.

GADDIS, John Lewis. História da guerra fria. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GÜRDENİZ, C. (2020). Turkey in the century of the sea and Asia. Belt & Road Initiative Quarterly, 1(2), pp. 81-88.

_____. Neden Mavi Vatan? Aydınlik Gazetesi. Available at: <https://www.aydinlik.com.tr/arsiv/neden-mavi-vatan>. Retrieved in: 14.jul.2023.

GRAY, Colin & JOHNSON, Jeannie “The Practice of Strategy” in: John Baylis, James Wirtz, Eliot Cohen & Colin Gray (org.), Strategy in the Contemporary World – 7^o edition. New York: Oxford, 2022. (pp. 393-411).
HART, Basil Liddell. Strategy. New York, NY: Meridian 1991.

JAGER, J.; NORRIS, Andrew. The Mavi vatan doctrine and Blue homeland anthem: a look at Turkey’s maritime worldview. Centre for International Maritime Security, 2021.

KAPLAN, Robert D. A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KASAPOGLU, Can. The Turkish Navy in Context: Military Modernization and Geopolitical Transformation. Al Sharq Strategic Research, Nov 2, 2020. Available at: <https://research.sharqforum.org/2020/11/02/the-turkish-navy/>. Retrieved in: 05.jul.2023.

KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial. Objetiva*, 2015.

LUTTWAK, Edward. *Strategy: the logic of war and peace*. Cambridge MA: Harvard University Press, 2001.

LINDENSTRAUSS, Gallia; DANIEL, Remi. A Stormy Mediterranean: The Turkish-Greek Conflict Returns to Center Stage. INSS Insight No. 1341, June 30, 2020. Available at: <https://www.inss.org.il/wp-content/uploads/2020/06/no.-1341.pdf>. Retrieved in: 07.jul.2023.

LINDENSTRAUSS, Gallia; WINTER, Ofir. A Red Line for the Blue Homeland? The Maritime Border Demarcation Agreement between Greece and Egypt. INSS Insight No. 1373, August 25, 2020. Available at: <https://www.inss.org.il/wp-content/uploads/2020/08/no.-1373.pdf>. Retrieved in: 07.jul.2023.

MANGO, Andrew. *Atatürk: The biography of the founder of modern Turkey*. Abrams, 2002.

MARSHALL, Tim. *O poder da geografia*. Zahar, 2022.

MIANJI, Jaleddin Namini. The Blue Homeland Doctrine of Turkey. Institute for Political and International Studies (IPIS) of Iran's Ministry of Foreign Affairs, 2020. Available at: <https://www.ipis.ir/en/subjectview/619031/the-blue-homeland-doctrine-of-turkey>. Retrieved in: 13.jul.2023.

MURRAY, Williamson. Thoughts on grand strategy. In: MURRAY, Williamson; SINNREICH, Richard Hart; LACEY, James (Ed.). *The Shaping of Grand Strategy: Policy, Diplomacy, and War*. Cambridge University Press, 2011. (p.1-33).

MOUDOUROS, Nikos. "Blue Homeland" and Cyprus: The "Survival of

the State” Coalition and Turkey’s Changing Geopolitical Doctrine in the Eastern Mediterranean. *Vestnik RUDN. International Relations*, 21(3), 459–471. <https://doi.org/10.22363/2313-0660-2021-21-3-459-471>

OZBERK, Tayfun. Analysis: The Future Of The Turkish Navy. *Naval News*, 15 Feb 2021. Available at: <https://www.navalnews.com/naval-news/2021/02/analysis-the-future-of-the-turkish-navy/>. Retrieved in: 04.jul.2023.

_____. Turkish Navy Commissions Intelligence Ship “TCG UFUK”, 07 Dec 2021. Available at: <https://www.navalnews.com/naval-news/2021/12/turkish-navy-commissions-intelligence-ship-tcg-ufuk/>. Retrieved in: 15.jul.2023.

_____. Turkey Launches Second Reis-Class Type 214 AIP Submarine, 24 May 2022. Available at: <https://www.navalnews.com/naval-news/2022/05/turkey-launches-second-reis-class-type-214-aip-submarine/> Retrieved in: 15.jul.2023.

_____. Turkish Navy’s First Indigenous Frigate TCG Istanbul Starts Sea Trials, 21 Jun 2023. *Naval News*. Available at: <https://www.navalnews.com/naval-news/2023/06/turkish-navys-first-indigenous-frigate-tcg-istanbul-starts-sea-trials/>. Retrieved in: 15.jul.2023.

ÖZERTEM, Hasan Selim. Turkish foreign policy and the energy bonanza in the Eastern Mediterranean. *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, 18:4, 361-374, 2016. DOI:10.1080/19448953.2016.1195983.

ÖZKAN, B. (2012). *From the abode of Islam to the Turkish Vatan: The making of a national homeland in Turkey*. New Haven & London: Yale University Press.

PALMER, Alan. *Declínio e queda do Império Otomano*. São Paulo: Globo, 2013.

QUATAERT, Donald. *O Império Otomano: das Origens ao Século XX*. Edições 70, 2015.

SHEEHAN, Michael. The evolution of modern warfare. In: *Strategy in the Contemporary World*, BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S..

(Ed.).Oxford University Press, 2019.p. 36-55, 2019.

STELGIAS, Nikolaos. 'Turkish Geopolitics': The playground of turkish diplomacy in Mesopotamia and Eastern Mediterranean on the threshold of the 2020s. Eastern Mediterranean Policy Note no.52. Cyprus Center for European and International Affairs. University of Nicosia. Jul 2020. Available at: https://cceia.unic.ac.cy/wp-content/uploads/EMPEN_52.pdf. Retrieved in: 05.jul.2023.

_____. The Remilitarization of Turkish Foreign Policy: The Military Resumes a Leading Role in National Issues. The Institute for Nacional Security Studies, Jul 2021. Available at: < https://www.inss.org.il/strategic_assessment/remilitarization-turkish-foreign-policy/. Retrieved in: 07.jul.2023.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. The Military Balance, 2022. Routledge, Taylor & Francis Group, 2022.

TILL, Geoffrey. How to Grow a Navy: The Development of Maritime Power. Taylor & Francis, 2022.

UNITED WORLD. Experts. Available at: <https://uwidata.com/experts/cem-gurdeniz/>. Retrieved in: 07.jul. 2023.

YAVUZ, M. Hakan. Nostalgia for the empire: the politics of neo-Ottomanism. Oxford University Press, 2020.

ZÜRCHER, Erick J. Turkey: A modern history. 4ª edição. Londres e Nova Iorque: I.B. Tauris, 2017.

BASE INDUSTRIAL DE DEFESA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE CLUSTERS ESPACIAIS E DE CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Erika Almeida Ribeiro¹
Ana Carolina de Oliveira Assis²

RESUMO

O espaço é um tema comum nas análises econômicas. Pesquisadores da área se dedicam à investigação sobre quais seriam os determinantes da concentração espacial e entendem que a proximidade geográfica tende a gerar ganhos de eficiência e retornos crescentes de escala, justificando o surgimento de clusters industriais. Na área da indústria de defesa existem estudos dedicados ao tema, a exemplo do estudo de Malecki (1984), o qual argumenta que a concentração da produção de defesa impulsiona ainda mais esta aglomeração espacial e quanto mais alto o grau de tecnologia, mais concentrada econômica e espacialmente seria esta indústria. Isso posto, este trabalho tem como objetivo principal identificar a existência de concentração industrial e de concentração espacial na BID brasileira por meio da mensuração do quociente locacional (QL) e da realização de uma análise exploratória de dados espaciais (AEDE), buscando fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas. Os principais resultados sugerem, em especial, uma importância da região sudeste do país, com destaque para o estado de São Paulo na produção de aeronaves e do Rio de Janeiro na fabricação de embarcações, clusters de defesa.

Palavras-chave: Base Industrial de Defesa; Concentração Espacial; Economia de Defesa.

1 Professora Adjunta de Economia na Escola Naval, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Doutora em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Pesquisadora do Grupo Economia do Mar (GEM) e do Grupo Economia de Defesa (Pró-Defesa IV). E-mail: erikaalmeidarib@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3490-0800>

2 Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. Membro do Grupo Economia do Mar e da Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação em Defesa (Pró-Defesa IV). E-mail: anaa.caroliina@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8111-1700>

INTRODUÇÃO

As relações entre defesa e economia são analisadas em diversos aspectos. Alguns trabalhos verificam os impactos dos gastos em defesa pelo lado da demanda, analisando como os gastos no setor com consumo de bens e serviços e geração de renda movimentam a economia. Por outro lado, outros trabalhos discutem os impactos sob a perspectiva da oferta, seja na formação de capital humano, na geração de ciência e tecnologia ou na contribuição para a segurança e defesa e, conseqüentemente, tornando o ambiente propício para as atividades econômicas. Neste último campo, de impactos do setor de defesa sobre a economia, destacam-se as atividades relacionadas à Base Industrial de Defesa (BID).

Segundo definição oficial, a BID pode ser definida pelo “conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizam ou conduzem pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produto de defesa no País” (BRASIL, 2020, p. 133). Vale destacar que a BID possui algumas peculiaridades em relação aos demais estratos da indústria, podendo-se destacar: i) a sua estrutura de mercado seguir uma espécie de monopsonio, ou seja, as compras são feitas por somente um comprador, no caso, o governo; ii) a existência de proteção da tecnologia de modo a garantir a capacidade de poder dissuasório; e iii) necessidade de grande escala produtiva³. Outra característica importante é que a BID não é composta por somente um setor ou indústria, como é dito em seu próprio nome, é configurada por uma base industrial. Deste modo, ela é formada por indústrias que produzem produtos distintos e que usam tecnologias e matérias-primas diversas. É importante, portanto, considerar este aspecto no momento da análise.

O fato de a BID seguir uma estrutura monopsonista, limita suas operações, dado que suas vendas estão diretamente relacionadas à capacidade de compra governamental, sendo estas significativamente afetadas pelos ciclos econômicos vivenciados pelo país. Uma forma de mitigar tal problema, é ampliar a capacidade de exportação, todavia, para isto, a busca por maior eficiência e competitividade torna-se essencial. Cabe salientar que, segundo Hartley (2017), a exportação de armas pode gerar amplos benefícios militares, estratégicos e econômicos, como, por exemplo, a redução do custo unitário do armamento para o país exportador, uma vez que os países importadores podem arcar com uma parcela dos custos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). De maneira semelhante, o fato de a indústria de defesa ser um setor onde a proteção de tecnologia é vista como essencial para a

3 Outras peculiaridades serão apresentadas na seção seguinte.

manutenção das capacidades militares e, conseqüentemente, para a soberania do país, a geração de tecnologia autóctone se coloca também como imprescindível. Desta forma, estudos que mapeiem a BID apresentam o potencial de facilitar a formulação de políticas públicas que busquem ampliar a sua eficiência.

No que tange a estudos para indústrias, evidenciam-se trabalhos que incluem o espaço nas análises econômicas e buscam investigar quais seriam os determinantes da concentração espacial de indústrias. Entende-se que a proximidade geográfica poderia gerar ganhos de eficiência e retornos crescentes de escala, justificando o surgimento de clusters industriais. Segundo Porter (1998), clusters são concentrações geográficas de empresas e instituições que atuam no mesmo setor e que também incluem desde fornecedores especializados a clientes, fabricantes de produtos complementares e empresas participantes de setores relacionados.

Não obstante, análises semelhantes são feitas para o setor de defesa. Como a definição aponta, a BID não contempla apenas as indústrias que se dedicam a produzir material bélico ou armamentos necessários para as Forças Armadas, mas também empresas que fornecem serviços de consultoria, reparos, manutenção de tecnologias, e até mesmo equipamentos básicos (como uniformes, ou aparatos necessários às tropas). Malecki (1984), em sua análise para indústria da defesa e gastos militares do Estados Unidos, argumenta que a concentração da produção de defesa em poucas empresas impulsiona ainda mais esta aglomeração espacial e quanto mais alto o grau de tecnologia, mais concentrada econômica e espacialmente seria esta indústria.

Especificamente em relação à BID brasileira, é observada uma razoável diversificação, compreendendo segmentos como armas, munições, explosivos, plataformas terrestres, navais e aeroespaciais e propulsão nuclear, sendo esta produção realizada em diferentes municípios.

É relevante salientar que, na literatura nacional, apesar de existirem estudos de caso, não foram encontrados estudos sistemáticos, que mapeiem a BID e verifiquem sua concentração industrial. Desta forma, esta pesquisa preencheria esta lacuna para os estudos de Economia de Defesa no Brasil. Neste cenário, a identificação de clusters espaciais relacionados à defesa pode auxiliar na formulação de políticas públicas, fornecendo subsídios para o direcionamento de recursos como incentivos fiscais, investimentos públicos em infraestrutura ou de financiamentos via bancos públicos. Vale aqui destacar a recente Política de Neoliberalização do Governo que tem como uma de suas missões o fomento à BID. Tal política, que destaca, entre outros pontos, objetivos com inovação e ampliação da produtividade e exportação, pode ser apoiada por trabalhos que

identifiquem potenciais clusters a fim de formular medidas de cooperação entre as empresas pertencentes a estes espaços, de modo que estas compartilhem, por exemplo, conhecimento, fornecedores e boas práticas. Por fim, como benefício desta pesquisa, destaca-se o fato de a identificação “oficial” de clusters torná-los mais visíveis e mais atrativos para investidores.

Assim, este artigo busca mapear a BID brasileira, verificando a existência de concentração espacial e industrial de modo a fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas para o setor. Este objetivo ganha maior relevância no cenário atual dado o recém-lançado Novo PAC que, dentre as áreas abrangidas, inclui o setor de defesa e realizará investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), como também apoiará ações de comando e controle de desmatamento, gerando empregos e fomentando a neindustrialização. Para o alcance do objetivo deste artigo, serão utilizados dados municipais sobre o número de trabalhadores empregados neste setor, disponibilizados na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) para o ano de 2020, com base na CNAE 2.0. A metodologia utilizada é baseada no cálculo do índice de especialização QL (quociente locacional) e de índices de autocorrelação espacial e mapas de clusters espaciais.

1. REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção trata de dois estratos da literatura essenciais para o desenvolvimento deste trabalho: os estudos sobre clusters e concentração industrial e sobre a indústria de defesa e suas características.

1.1 Concentração industrial e clusters

A concentração espacial é foco de estudo há algumas décadas. Os modelos tracionais de Von Thunen, Lösch e Christaller (RIBEIRO, 2014) inserem a localização das atividades na análise econômica e são precedidos pela Nova Geografia Econômica (NGE). A NGE possui um papel de destaque nos estudos econômicos, investigando os determinantes da concentração espacial e assumindo retornos crescentes de escala, ou seja, quanto mais concentradas as atividades e quanto maior a quantidade local produzida, menores seriam os custos unitários.

Alfred Marshall em seu livro *Princípios de Economia*, elenca algumas razões para concentração geográfica de indústrias, sendo elas: mercado de trabalho comum, pois facilita a existência de trabalhadores especializados; fornecedores especializados, aumentando a disponibilidade de insumos adequados e mais baratos; difusão do conhecimento, que refere-se à troca de informações sobre

serviços e produtos que deve ser disponibilizada aos clientes de modo que a proximidade geográfica seja peça fundamental para mitigar o deslocamento de compradores e reduzir uma possível perda para a concorrência; e por fim as economias de urbanização que tendem a gerar uma infraestrutura produtiva adequada à instalação de empresas, uma divisão do trabalho mais eficiente e amenidades urbanas (maior disponibilidade de bens e serviços públicos e privados, maior facilidade de deslocamento, áreas de lazer e etc) (LINS, 2000; MONASTÉRIO, s/a apud CARVALHO e RIBEIRO, 2021).

Desta forma, a concentração espacial estaria diretamente relacionada à definição de clusters espaciais que, segundo Porter (1998), são concentrações geográficas de empresas e instituições que atuam no mesmo setor e também incluem desde fornecedores especializados a clientes, fabricantes de produtos complementares e empresas participantes de setores relacionados em termos de habilidades ou insumos comuns. Porter (1998) ainda argumenta que os clusters poderiam ser complementados por instituições governamentais como agências de fomento, institutos de pesquisa e universidades. Neste aspecto, uma análise de clusters buscaria investigar a existência de arranjos produtivos que se beneficiam da proximidade geográfica, uma vez que a interação entre os agentes geraria um efeito de aprendizado que tornaria mais dinâmico o processo inovativo (BRITO e ALBUQUERQUE, 2002). Lins (2000) argumenta que esta interação geraria como “subproduto incidental” a chamada “eficiência coletiva”, destacando a interação entre as empresas como componente essencial para a formação de clusters.

Brito e Albuquerque (2002), em seu estudo sobre clusters industriais na Economia Brasileira, reforça que a proximidade e interação das empresas participantes de clusters ampliariam a competitividade geral e a “eficiência coletiva”, ao facilitar a circulação de informações, de mão de obra qualificada e a difusão de inovações tecnológicas e organizacionais. Segundo o autor, análises quantitativas de clusters geralmente consideram dois aspectos: similaridade e interdependência. O primeiro aspecto diz respeito ao fato que empresas diferentes se localizariam próximas umas das outras dada a necessidade de usufruírem de uma infraestrutura semelhante. O segundo aspecto, por sua vez, considera a existência de firmas com competências complementares, ressaltando a importância da divisão de trabalho. Algum grau de similaridade, portanto, seria necessário para a identificação de um cluster, já a interdependência, ao gerar certa divisão do trabalho, conferiria uma maior “organicidade” ao conjunto de empresas.

A discussão sobre existência de clusters apresenta grande relevância pois pode subsidiar a formulação de políticas públicas nacionais e, principalmente, locais. Políticas estas que considerem a “vocalização” local relacionada a determinado

setor produtivo, bem como considerem a possibilidade de colaboração entre as instituições participantes destes setores de modo a promover a ampliação da eficiência coletiva. Alguns exemplos de políticas que podem ser adotadas para este fim são: i) incentivos fiscais; ii) investimentos governamentais em infraestrutura (como construção de parques tecnológicos e centros de pesquisa); iii) capacitação de mão de obra especializada; e iv) estímulo à colaboração e inovação (como facilitação de parcerias público-privadas e programas de pesquisa).

1.2 Indústria de defesa, suas peculiaridades e a concentração no espaço

No que tange à Base Industrial de Defesa, a presença de particularidades ao setor pode se somar aos fatores elencados na literatura para que ocorra concentração espacial. Característicos à BID são: a necessidade de grande escala produtiva; elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento (setor intensivo em tecnologia); projetos com longo período de execução; breve ciclo de vida dos materiais; e mercado voltado para compras governamentais e exportações (BRASIL, 2020; LEÃO et al., 2018).

Uma vez que a BID é intensiva em tecnologia, necessita de mão de obra qualificada e elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento. No caso brasileiro, o desenvolvimento da Infraestrutura de Ciência, Tecnologia e Inovação não recai apenas sobre as indústrias de defesa, mas a uma união de diversos setores. Essa multisetorialidade, representada pelo Iceberg científico-tecnológico de defesa (ver Figura 1) pode ser positiva para dividir os custos no desenvolvimento de tecnologias, entretanto, quando os investimentos não são constantes (como constatado em diversos projetos brasileiros, ver tabela 1) e não há uma integração entre os setores, pode prejudicar o desenvolvimento de projetos. Em relação à questão espacial, espera-se que ocorra concentração espacial da BID em locais nos quais as atividades de Ensino e Pesquisa são mais desenvolvidas e em localidades com disponibilidade de mão de obra especializada. A sinergia entre os atores (empresas, governo, universidades, institutos de pesquisa) é, portanto, imprescindível para o funcionamento eficiente da indústria de defesa.

Figura 1 – Iceberg Científico Tecnológico de Defesa



Fonte: BRASIL, 2012, p. 211.

Segundo Demir, Cayman e Erenel (2016), a existência de economias de escala e de complexidade de produção e geração de tecnologia fariam com que a formação de clusters beneficiasse as empresas participantes, uma vez que a “união” dos agentes facilitaria a aquisição de expertise, de recursos e de infraestrutura necessários para ultrapassar os desafios presentes neste estrato da indústria.

Por ser motivada pela demanda externa, e também pelas compras governamentais, por um lado a BID desfruta de certa estabilidade no que tange à garantia de compradores, entretanto, por outro lado, pode sofrer pressões políticas e orçamentárias de acordo com as decisões governamentais. No caso brasileiro, a BID tem perpassado por momentos de flutuação no investimento (ver tabela 1), o que torna o desenvolvimento de projetos ainda mais demorado, potencialmente mais custoso ao longo do tempo, e limitar a instauração de novas empresas (LEÃO et al., 2018).

Tabela 1 – Recursos Pagos por Programa (R\$)

ANO	Programa 0622 – Preparo e Emprego do Poder Naval	Programa 0626 – Reaparelhamento e adequação da Marinha do Brasil	Programa 0629 – Tecnologia de Uso Naval
2008	713.786.579,97	314.869.554,18	112.975.251,74
2009	789.174.131,01	884.303.593,69	142.491.021,98
2010	624.683.900,46	3.048.358.700,49	50.461.945,98
2011	715.276.012,24	1.875.044.970,22	161.717.996,02
2012	278.175.859,79	524.454.346,85	31.356.065,76
2013	17.398.777,78	139.323.128,32	3.980.669,61
2014	4.463.385,55	65.712.328,62	2.016.036,89
2015	48.145,52	784.338,83	0,00

Fonte: BRICK, NOGUEIRA, 2017, p.37.

Outra questão que pode ser observada, é que, devido à necessidade de grande escala produtiva, uma externalidade plausível é a necessidade de integração entre as empresas (que fornecem produtos e serviços umas para as outras) e grande concentração industrial de acordo com a distribuição de matéria-prima. Somado a esse último fator, a questão de ser também um mercado voltado para exportações leva à necessidade de concentração da BID em localidades que apresentem maior acesso à transporte e facilidades para questões logísticas. Outra peculiaridade importante da BID a ser destacada é que, apesar dos potenciais benefícios da concentração espacial para a indústria, no caso do setor de defesa é desinteressante estrategicamente que se localize toda a base industrial no mesmo espaço. Isto porque a concentração espacial total facilitaria ataques de inimigos, bem como deixaria a BID sujeita a intempéries climáticas e riscos naturais, por exemplo. Ademais, em um país “continental” como o Brasil, ter a BID localizada em diferentes pontos tende a facilitar o abastecimento das FFAA. Assim, entende-se a necessidade de verificar a existência de concentração industrial da BID brasileira e de clusters espaciais a fim de subsidiar a formulação de políticas voltadas ao setor, considerando em paralelo suas peculiaridades. Na próxima sessão serão elencados os elementos fundamentais da base de dados e da metodologia empregue no estudo.

2. BASE DE DADOS E METODOLOGIA

Os dados utilizados foram coletados na RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e utilizam como base a CNAE 2.0 (Classificação Nacional das Atividades Econômicas)⁴.

Foram consideradas como classes relacionadas à Base Industrial de Defesa brasileira as seguintes classes da CNAE 2.0:

- a) 2550-1 - Fabricação de material bélico pesado, armas e munições (*matbel*)⁵
- b) 3011-3 – Construção de embarcações (*naval*)
- c) 3041-5 – Fabricação de aeronaves (*aero*)
- d) 3050-4 – Fabricação de veículos militares de combate (*veic*)

Considerando ainda que militares compõem parte da força de trabalho da BID, buscou-se também analisar a concentração industrial e espacial agregando-se os dados de emprego do setor de defesa (8422-1). A base é composta por dados de 2020, ano mais recente disponível e compreende 5566⁶ municípios brasileiros, sendo que destes somente 151 municípios possuem empresas classificadas nas classes supracitadas. Os dados utilizados para os cálculos do QL e para construção do mapa de clusters são referentes aos números de vínculos empregatícios por município e, além disso, serão apresentadas as frequências de número de empresas por estado a fim de facilitar a visualização dos dados nas regiões.

É válido salientar que definir o setor de indústria de defesa não é algo simples. Isto porque as Forças Armadas utilizam bens e serviços diversos, sendo alguns deles de caráter essencialmente civil ou mesmo dual (HEIDENKAMP e TAYLOR, 2013). Posto isto, operou-se aqui por selecionar setores que são especificamente desenvolvidos para o uso nas plataformas terrestre, naval e aérea e armas e munições, sendo estes bens centrais para a capacidade militar.

A metodologia utilizada se baseia no cálculo do quociente locacional (QL)

4 Link para acesso ao OSF: <https://osf.io/mjka9/> com os dados utilizados.

5 Obs.: entre parênteses estão as siglas que serão utilizadas neste trabalho para se referir a cada setor.

6 São utilizados os dados geográficos de todos os municípios brasileiros para a construção dos mapas de clusters.

e na construção de mapas de clusters espaciais. O quociente locacional é útil ao se investigar se determinadas regiões (ou municípios) seriam especializados em determinado setor, dando indícios de concentração espacial. Desta forma, quanto maior o QL, mais especializada é aquela região em determinado setor (SCHERER e MORAES, 2012; LIMA e ESPERIDIÃO, 2014).

O QL é calculado da seguinte forma:

$$QL = \frac{E_{ij}/E_j}{E_{iBR}/E_{BR}}$$

onde E_{ij} representa o emprego no setor i no município j ; E_j representa o emprego total no município j ; E_{iBR} o emprego no setor i em todas os municípios brasileiros; e E_{BR} representa o emprego de todos os setores em todos os municípios brasileiros⁷.

A análise do QL é feita de forma relativamente simples, na qual um QL maior que um (1) indica que aquela região é especializada naquele setor produtivo em comparação às demais regiões. De maneira inversa, um QL menor que um (1) indica que a região não é especializada. Por fim, um QL exatamente igual a um (1) sugere que a concentração do setor na região é igual à sua participação nas regiões como um todo. Desta forma, pode-se dizer ainda que índices maiores que um (1) indicam que aquela região (ou município) podem ser classificadas como especializadas em determinado setor. Salienta-se que o cálculo do QL é feito a partir do número de empregados no setor e não de empresas a fim de se obter uma dimensão mais exata da participação deste setor no mercado de trabalho de determinada localidade.

É válido ressaltar que a magnitude do QL é amplamente afetada pelo tamanho do setor pesquisado em relação aos empregos totais da economia, de modo que setores com pequenas participações (como os relacionados à BID) “facilitam” o alcance de QL elevados. Desta forma, a fim de se diferenciar municípios onde a participação de setores da indústria de defesa é, em alguma medida, significativa, pode-se utilizar alguns filtros. No caso deste trabalho, a discussão dos resultados utilizará como filtro a participação dos empregos gerados pelo setor de análise no emprego total do município acima de 1%.

Já na AEDE serão calculadas as estatísticas de I de Moran global e local e, a partir desta segunda (I de Moran local) serão construídos os mapas de clusters

7 A fórmula do quociente locacional (QL) utilizada nessa pesquisa deriva do estudo realizado por Crocco et. al (2006) sobre a identificação de aglomerações produtivas.

espaciais. O I de Moran global verifica a existência de concentração local dos dados, ou seja, no caso deste trabalho, buscará evidências se os vínculos empregatícios relacionados à BID estão concentrados ou dispersos no território brasileiro. A leitura deste índice é relativamente simples, no qual valores estatisticamente significativos e acima de zero (0) indicam que os dados se encontram concentrados no espaço. Por outro lado, valores negativos sugerem dispersão dos dados ao longo do espaço (ALMEIDA, 2012). O I de Moran global é dado por:

$$I_i = z_i W z_i$$

onde n é o número de regiões (ou de municípios), e S_0 é igual à soma de todos os elementos da matriz de pesos espaciais W e z é o vetor com os valores da variável de interesse.

Segundo Anselin (1995), o I de Moran local univariado tem como propriedade conseguir identificar padrões locais de autocorrelação espacial e, a partir do cálculo desta estatística, podem ser construídos os chamados mapas de clusters. Estes mapas sinalizam a existência de clusters do tipo alto-alto (AA), alto-baixo (AB), baixo-alto (BA) e baixo-baixo (BB). A estatística I de Moran local é calculada da seguinte forma:

$$I_i = z_i W z_i$$

em que Wz_i é a defasagem espacial da variável padronizada z_i .

Municípios cujo I de Moran local apresenta um valor positivo e próximo a 1 são classificados como alto-alto caso estejam rodeados por municípios com elevados valores desta estatística. Já municípios com altos valores de I de Moran local avizinados por municípios com baixos valores são classificados como alto-baixo. De forma análoga, municípios com baixos valores rodeados por municípios com também baixos valores são classificados como baixo-baixo, ao passo que municípios com baixos valores cujos vizinhos apresentam valores de I de Moran local elevados são classificados como baixo-alto. Vale salientar ainda que são considerados para fins de classificação somente os valores estatisticamente significantes⁸.

8 Para maiores informações, ver Almeida (2012).

3. RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados referentes ao cálculo do QL e ao mapa de clusters espaciais que utilizam como dados os números de vínculos em cada classe, bem como a frequência de empresas por estados. Por se tratar de uma base industrial composta por setores distintos, a análise será realizada para cada setor em específico.

Referente à frequência das empresas de acordo com cada classe, observa-se que a classe de Fabricação de Equipamento Bélico Pesado, Armas de Fogo e Munições é localizada em maior número nos estados de São Paulo (8) e Rio Grande do Sul (4). Já a classe de Fabricação de Aeronaves se encontra majoritariamente em São Paulo (31) e Minas Gerais (5). Para a classe de Construção de Embarcações e Estruturas Flutuantes os estados com maior quantidade de empresas são Rio de Janeiro (52), Santa Catarina (30) e Amazonas (22). Por fim, na classe de Fabricação de Veículos Militares de Combate consta apenas uma empresa no estado de São Paulo.

Nas tabelas 2, 3, 4 e 5 podem ser observados os resultados dos QLs para os municípios cujos valores forem maiores que um (1). Ressalta-se que no cálculo do QL foram incluídos somente os municípios que possuem empresas relacionadas à BID.

Tabela 2: Quociente Locacional do setor de fabricação de material bélico e armamento

	Estado	Município	QL
1º	SP	Jacaré	705,93
2º	PR	Quatro Barras	355,37
3º	SP	Lorena	207,83
4º	MG	Juiz de Fora	36,92

Fonte: elaboração própria.

Para o setor de fabricação de material bélico e armamento (tabela 2), tem-se quatro municípios: Jacareí, Quatro Barras, Lorena e Juiz de Fora. A participação do emprego neste setor em relação ao emprego total é de 0,005%, desta forma, QLS acima de 200 estão relacionados a municípios com participação dos empregos neste setor acima de 1% em relação ao total de empregos. As participações de Jacareí e Lorena estão relacionadas à presença da AVIBRAS, empresa privada de equipamentos militares e classificada como Empresa Estratégica de Defesa (EED)⁹, que se destaca pela fabricação do Sistema ASTROS 2020. Tal Programa tem como principal objetivo equipar a Força Terrestre com um sistema de mísseis e foguetes de alta tecnologia, de modo a garantir poder dissuasório e incentivar a ciência, a tecnologia, a pesquisa e a inovação no país (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023).

O município de Quatro Barras abriga a empresa AEQ, responsável pela fabricação de produtos de defesa e de matéria-prima para a produção de mísseis e foguetes. Em relação à Juiz de Fora, vale ressaltar que estes empregos estão estritamente relacionados à indústria de defesa propriamente dita, dada a presença da IMBEL que fabrica produtos como fuzis, pistolas, munições, pólvora, explosivos, entre outros. A empresa, que teve sua origem em 1808, por ocasião da criação por D. João VI da Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, é classificada atualmente como Empresa Estratégica de Defesa (EED) (IMBEL, 2023). A empresa possui instalações em outras cidades que, porém, não se destacaram na análise feita por meio do Quociente Locacional.

9 Desde março de 2022, a AVIBRAS está em processo de recuperação judicial, com uma dívida acumulada em R\$600 milhões.

10 Empresas Estratégicas de Defesa (EED) são aquelas cuja produção está relacionada a bens e serviços que atendem ao setor de defesa. Para maiores detalhes sobre as características necessárias para o credenciamento de empresas como EED, ver Portaria Normativa nº 86 GM-MD, de 13 de dezembro de 2018.

Tabela 3: Quociente Locacional do setor de fabricação de aeronaves

	Estado	Município	QL		Estado	Município	QL
1°	SP	Gavião Peixoto	1851,4	12°	SP	Jacri	7,83
2°	SP	São José dos Campos	157,1	13°	SP	Orlândia	6,27
3°	SP	Botucatu	90,56	14°	RJ	Petrópolis	5,59
4°	MG	Itajubá	51,88	15°	SP	São Carlos	4,96
5°	BA	Salinas da Margarida	29,90	16°	SP	São João da Boa Vista	4,22
6°	SP	Guaratinguetá	25,58	17°	SP	Sorocaba	2,23
7°	SP	Restinga	21,31	18°	SP	Cruzeiro	1,74
8°	SP	Oriente	19,92	19°	SP	Bragança Paulista	1,58
9°	SP	Ipeúna	17,08	20°	SP	Sumaré	1,37
10°	SP	Jacareí	15,61	21°	PR	Palotina	1,32
11°	SP	Taubaté	14,26	22°	MT	Santo Antônio do Leverger	1,05

Fonte: elaboração própria.

Na tabela 3 são observados 22 municípios que podem ser caracterizados como especializados na produção de aeronaves, sendo que, dos dez maiores QLS deste setor, oito (8) municípios estão localizados em SP, indicando a importância (e a vocação) deste estado para a produção de aeronaves. A participação do emprego nesta classe em relação aos empregos totais da economia é 0,036%. Desta forma, QLS acima de 27,8 estão relacionados a municípios com participações do emprego nesta classe acima de 1%. Dentre eles, os três municípios mais especializados neste setor são Gavião Peixoto, São José dos Campos e Botucatu onde estão localizados a Embraer, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA). Salienta-se aqui que a Embraer se destaca mundialmente na fabricação de aeronaves e possui acordos de cooperação com a Força Aérea Brasileira (FAB) e com a Marinha do Brasil (MB) (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2021; BID BRASIL, 2022). Itajubá, por sua vez, cedia a Helibras, empresa que produz

helicópteros para uso civil e militar¹¹. Já Salinas da Margarida está relacionada à produção de aeronaves para o setor civil, tendo como empresa de destaque a Earmont.

Em relação à classe relacionada à produção de veículos militares de combate, foi encontrada somente uma cidade com QL acima de um, sendo ela Vinhedo (SP), com QL igual a 1225.06. Todavia, a presença desta indústria na cidade está relacionada à fabricação de carros blindados utilizados por civis e forças de segurança e não pelo setor de defesa propriamente dito.

Em relação à fabricação de embarcações (tabela 4), observa-se uma maior dispersão geográfica, podendo ser elencados 29 municípios, sendo estes localizados em 10 estados diferentes (RJ, AM, SC, SP, SE, BA, ES, PE, PA e RS). A participação do emprego nesta classe em relação aos empregos totais da economia é 0,031%. Desta forma, QLS acima de 32,26 estão relacionados a municípios com participações do emprego nesta classe acima de 1%. Dentre os nove (9) municípios sinalizados, observam-se algumas localidades voltadas à produção de navios para o meio civil, em especial, aqueles voltados a atender as demandas relativas ao setor de Óleo e Gás (O&G), como é o caso de São José do Norte (PINTO; RIBEIRO; TERNUS, 2023), Navegantes, Ipojuca e Maragogipe. Iranduba que se encontra na região Norte, é fortemente caracterizada pelo uso do transporte aquaviário e abriga estaleiros para manutenção e reparos de navios. O município de Aracruz abriga o estaleiro Jurong, onde será construído o Navio de Apoio Antártico (NApAnt), projeto da Marinha, gerenciado pela EMGEPRON.

11 A Helibras fornece helicópteros para as três forças militares: Força Aérea, Marinha e Exército.

Tabela 4: Quociente Locacional do setor de fabricação de embarcações

	Estado	Município	QL		Estado	Município	QL
1°	RS	São José do Norte	1160,6	16°	AM	Itacoatiara	7,9
2°	RJ	Angra dos Reis	246,2	17°	RS	Triunfo	6,0
3°	RJ	Itaguaí	240,7	18°	AM	Manaus	5,5
4°	AM	Irlanduba	238,3	19°	RJ	São Gonçalo	4,0
5°	ES	Aracruz	172,8	20°	RS	Taquari	3,8
6°	SC	Navegantes	99,3	21°	PR	Guaira	3,3
7°	PE	Ipojuca	48,4	22°	RJ	Itaboraí	2,9
8°	BA	Maragogipe	43,9	23°	PA	Barcarena	2,4
9°	RJ	Niterói	40,9	24°	PA	Itaituba	2,2
10°	SC	Itajaí	29,5	25°	PA	Óbidos	2,2
11°	SP	Igarapu do Tietê	24,9	26°	CE	Camocim	2,0
12°	SE	Barra dos Coqueiros	22,5	27°	AM	Labrea	1,5
13°	RJ	Saquarema	19,7	28°	CE	Fortaleza	1,3
14°	RJ	São João da Barra	12,1	29°	PA	Santarém	1,2

Fonte: elaboração própria.

Por fim, ainda concernente à especialização no setor de embarcações, é válido destacar a iniciativa das empresas Emgepron, Nuclep, Amazul e Condor de desenvolvimento do chamado Cluster Tecnológico Naval do Rio de Janeiro que busca incluir sete cidades do estado, sendo elas Rio de Janeiro, Niterói, Magé, Duque de Caxias, Itaboraí, São Gonçalo e Guapimirim. Destas sete, Niterói, São Gonçalo e Itaboraí podem ser classificadas como especializadas no setor de embarcações, segundo o cálculo do QL, sendo os índices calculados, respectivamente, iguais a 40,87, 4,01 e 2,91.

A Análise Exploratória de Dados Espaciais foi iniciada com o cálculo da estatística *I* de Moran global univariado, onde se buscou verificar a existência de concentração espacial dos dados de vínculos empregatícios para as classes

relacionadas à BID¹². A tabela 5 apresenta a estatística calculada¹³ para todos os setores, exceto de fabricação de blindados dada a existência de somente um município correspondente na base de dados utilizada neste artigo. Nesta análise, não almeja-se checar quais municípios são especializados em setores relacionados à defesa, mas sim verificar se os empregos gerados por estes setores tendem a se situar próximos um dos outros. A vantagem desta concentração espacial seria uma maior “eficiência coletiva” para as empresas, dado, por exemplo, o compartilhamento de fornecedores e mão de obra e a proximidade a centros de estudo e pesquisa. Todavia, cabe salientar uma idiosincrasia importante da BID, apesar da proximidade geográfica poder conferir uma eficiência alocativa maior, por questões estratégicas, não é interessante que todas as empresas de setores relacionados se localizam no mesmo local. O esperado seria, portanto, diversos clusters espalhados pelo território nacional.

Tabela 5 – I de Moran global

	<i>I</i> de Moran	<i>P</i>-valor
Matbe	-0,003	0,23
Aero	0,047	0,005
Naval	0,023	0,015

Fonte: Elaboração própria.

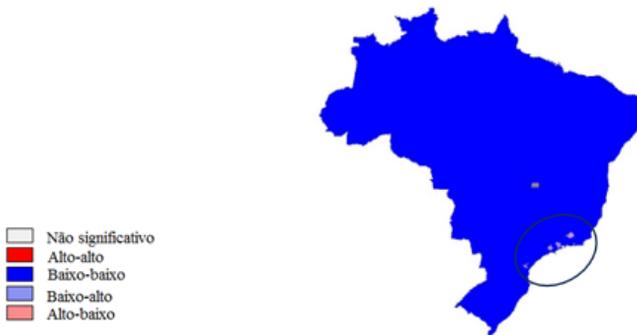
Analisando o I de Moran de cada setor, percebe-se que o setor de material bélico não se encontra concentrado espacialmente (dada a estatística

12 O cálculo da estatística I de Moran local considera todos os municípios brasileiros, inclusive os que não possuem indústrias da BID. Desta forma, são utilizados no total dados de 5566 municípios brasileiros.

13 Os cálculos do I de Moran global e local apresentados foram feitos utilizando a matriz de ponderação espacial rainha, que inclui todos os municípios fronteiriços. Para a escolha da matriz, foi utilizado o procedimento de Baumont no qual são calculados os valores do I de Moran para diversas matrizes (rainha, torre e de vizinhos mais próximos) é escolhida aquela que gera o maior valor. Para maiores detalhes sobre a matriz de ponderação espacial (W), ver Almeida (2012).

I com p-valor igual a 0,23 e, portanto, não significativa). Por outro lado, tanto o setor de fabricação de aeronaves quanto o de embarcações estão ligeiramente concentrados no território. Como observado no Mapa de Clusters do setor de fabricação de aeronaves (Figura 2), a concentração deste setor é maior e se dá no estado de São Paulo, ao passo que o setor de fabricação de embarcações (Figura 3) apresenta alguns clusters espalhados pelo território, em especial (e como se espera), na região litorânea.

Figura 1 – Mapa de clusters espaciais do setor de fabricação de material bélico e armamento



Fonte: elaboração própria.

Para uma análise mais rebuscada sobre a existência de clusters espaciais, foram calculadas as estatísticas de I de Moran locais e, a partir daí, construído o mapa de clusters espaciais (Figura 1).

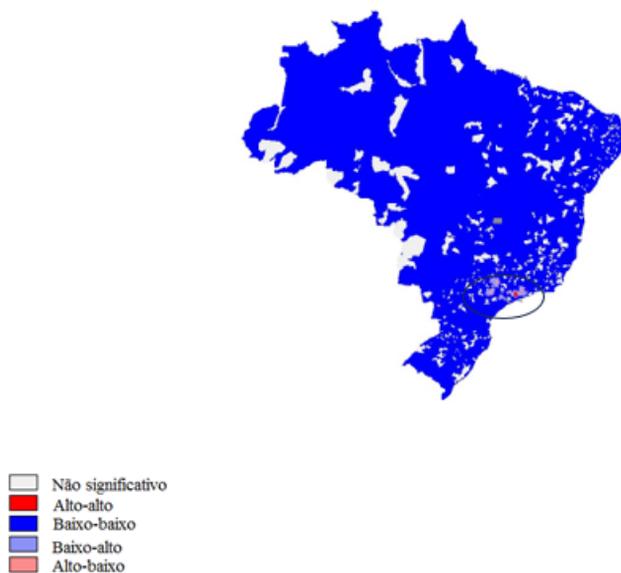
A Figura 1 apresenta o Mapa de Cluster do setor de material bélico. Tal setor, segundo o I de Moran, não é concentrado (nem disperso) no território. Ou seja, ele se localiza de “maneira aleatória”. Observam-se no mapa as quatro cidades já citadas (Jacareí, Quatro Barras, Lorena e Juiz de Fora) classificadas como Alto (ou seja, cidades com alta concentração de empregos no setor), porém com vizinhos caracterizados como Baixo (baixo empregos no setor).

Já a Figura 2 apresenta os resultados do Mapa de Cluster do setor de fabricação de aeronaves. Neste caso, observa-se uma concentração espacial mais pronunciada, apontando uma importância maior do estado de São Paulo. Neste setor foram encontradas 18 cidades classificadas como Alto, tendo São José dos Campos se destacado como AA (Alto-alto), ou seja, município “central” de um cluster, com elevado emprego no setor cujos vizinhos também possuem elevado nível de emprego neste mesmo setor.

Por fim, a Figura 3 apresenta os resultados dos clusters relacionados

ao setor de fabricação de embarcações, na qual se observam agrupamentos de municípios principalmente ao longo do litoral brasileiro, bem como no Norte do país ao redor de Manaus. Neste setor 23 municípios foram encontrados como Alto (ou seja, municípios que elevado número de pessoas neste setor). Dentre os municípios classificados como Alto-Alto (que empregam muito no setor e tem como vizinhos cidades que também empregam), destacam-se: Itajaí, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Iranduba e Manaus). Sobre o grupo de municípios fluminenses, é possível observar que Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e São Gonçalo compõem um cluster AA (municípios classificados com Alto-Alto) e AB (municípios classificados como Alto-Baixo), sendo estas cidades diretamente relacionadas à produção de embarcações. Estas cidades compõem o chamado Cluster Tecnológico Naval (CTN), que busca ampliar o desempenho dos negócios localizados no Estado do Rio de Janeiro e que estão relacionados aos setores da Economia do Mar.

Figura 2 – Mapa de clusters espaciais do setor de fabricação de aeronaves



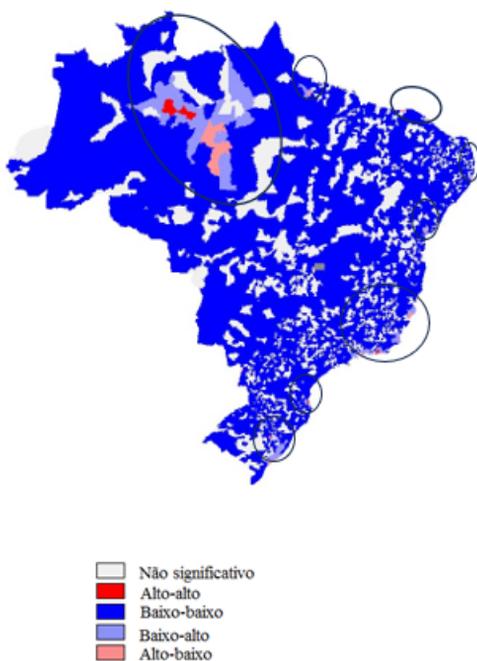
Fonte: elaboração própria.

A concentração espacial da produção de embarcações nessa região pode ser justificada tanto por questões logísticas (presença de estaleiros e litoral propício para essa atividade produtiva), como também pela concentração histórica de atividades da Marinha no Primeiro Distrito Naval (que contempla

o Rio de Janeiro), a exemplo da consolidação do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro - AMRJ (responsável pela construção, manutenção e reparos navais), e do estabelecimento da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron, uma das principais empresas do país no setor de prestação de serviços e comercialização de produtos). Ademais, é interessante ressaltar que a região apresenta uma diversidade de institutos (civis e militares) responsáveis por pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que podem ser aproveitados por esse setor.

Em relação ao cluster de Manaus, vale dizer que, segundo Mercadante (2021), a região Norte do país apresentava somente uma empresa do setor de defesa, especificamente em Manaus. Já as cidades de Iranduba e Itacoatiara possuem trabalhadores vinculados aos demais setores incluídos nesta base, porém para a produção de produtos destinados ao setor civil.

Figura 3 – Mapa de clusters espaciais do setor de fabricação de embarcações



Fonte: elaboração própria.

No que tange aos municípios do estado de São Paulo, destacam-se (em vermelho) São Bernardo do Campo, São José dos Campos e Guaratinguetá, sendo, os dois primeiros, destaques da BID brasileira em termos de participação na produção industrial de aeronaves.

Em relação aos clusters alto-baixo (AB), indicados pela cor rosa, incluem-

se os municípios com elevado número de trabalhadores empregados nos setores relacionados à BID, vizinhos de municípios com baixo número de trabalhadores. Nestes clusters estão incluídos 37 municípios brasileiros, dentre eles Juiz de Fora, município do estado de Minas Gerais que hospeda uma das 5 unidades da IMBEL (Indústria de Material Bélico do Brasil). Ressalta-se que estes municípios, apesar de concentrarem em si uma alta quantidade de trabalhadores em setores relacionados à BID não se beneficiam da proximidade geográfica com outros municípios que possuam empresas neste setor.

Observa-se, por fim, que os setores incluídos nesta análise parecem se comportar espacialmente de maneira bem distinta, não dando indícios de elevadas interações entre os setores da BID, como esperado. Por outro lado, destacam-se as interações espaciais intrassetoriais, em especial dos setores de fabricação de aeronaves e de fabricação de embarcações. A existência de concentração espacial intrassetorial facilita a formulação de políticas públicas voltadas aos clusters, sejam elas relacionadas à disponibilidade de recursos, à promoção de cooperação entre as empresas ou à visibilidade das regiões para atração de investidores. Vale ressaltar ainda que outras empresas fazem parte da BID além das consideradas neste trabalho. Isto porque, para esta análise, foram incluídos alguns setores mais diretamente relacionados à defesa. Assim, para a formulação de políticas públicas é válido considerar outros setores, como os de fornecedores, reparo e manutenção por exemplo. Já o setor de armamento e material bélico encontra-se localizado de maneira bastante dispersa. Neste caso, a definição de cluster pode considerar outros aspectos além da questão geográfica e buscar estratégias de cooperação possíveis, como as relacionadas à compartilhamento de boas práticas de gestão e de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou investigar a existência de clusters espaciais da indústria de defesa brasileira, bem como verificou, por meio do quociente locacional, se (e quais) municípios brasileiros seriam especializados na produção industrial relacionada à BID. Os principais resultados da AEDE indicaram a presença de municípios classificados como alto-alto e alto-baixo principalmente no Sudeste, no litoral da região Sul e em torno de Manaus. Os resultados do QL ressaltam a importância da região Sudeste para a BID, em especial de municípios do estado de São Paulo no que tange à produção de aeronaves e de municípios fluminenses que compõem o Cluster Tecnológico Naval do Rio de Janeiro (CTN-RJ). Observa-se certa concentração espacial intrassetoriais (mais especificamente dois clusters relacionados à construção de embarcações e um à produção de

aeronaves).

A identificação destes clusters pode subsidiar não somente a formulação de políticas públicas nacionais, mas também políticas locais, como: incentivos fiscais para os setores-chaves relacionados à BID localizados nestes clusters; investimentos governamentais em infraestrutura (como construção de parques tecnológicos e centros de pesquisa); capacitação de mão de obra especializada; e estímulo à colaboração e inovação (como facilitação de parcerias público-privadas e programas de pesquisa).

Apesar da relevância do trabalho ao mapear os municípios brasileiros de acordo com a concentração industrial e concentração espacial da BID, é válido dizer que o mesmo apresenta algumas limitações uma vez que não é possível distinguir especificamente as empresas que fazem parte da BID das demais. Por exemplo, no setor de embarcações estão incluídos tanto os empregados que produzem embarcações civis, quanto militares. De maneira semelhante, há a limitação de os dados referentes aos funcionários do setor de defesa também não permitirem a distinção entre os trabalhadores empregados diretamente no setor industrial ou em outras esferas da defesa na administração pública (exemplo: um militar lotado na Emgepron não estaria incluso no setor de fabricação de embarcações, mas sim no setor de defesa). Ademais, destaca-se ainda a existência de empresas que fazem parte da BID que, porém, não estejam listadas em uma das classes utilizadas neste trabalho. Assim, entende-se como essencial para o desenvolvimento do setor a geração de uma base de dados específica.

Por fim, como oportunidade adicional de pesquisa futura, seria relevante o desenvolvimento de estudos de caso/setorial que possam evidenciar o porquê de determinadas áreas concentrarem atividades específicas, distinguindo assim as características que fazem destas regiões “especialistas” nos setores relacionados à BID. Ademais, abrem-se dois pontos importantes para discussões futuras: i) quais os impactos a longo prazo da adoção de políticas colaboração entre empresas localizadas nestes clusters regionais (como ocorre no caso do CTN-RJ), em termos de ganhos de eficiência coletiva; e ii) quais outras regiões poderiam situar clusters tecnológicos relacionados à BID.

BRAZILIAN DEFENSE INDUSTRIAL BASE: AN ANALYSIS OF THE EXISTENCE OF SPATIAL CLUSTERS AND INDUSTRIAL CONCENTRATION

ABSTRACT

Space is a common theme in economic analyses. Researchers in the field dedicate themselves to investigating the determinants of spatial concentration and understand that geographic proximity tends to generate efficiency gains and increasing returns to scale, justifying the emergence of industrial clusters. In the defense industry, there are studies dedicated to the topic, such as Malecki's study (1984), which argues that the concentration of defense production would further drive this spatial agglomeration, and the higher the degree of technology, the more economically and spatially concentrated this industry would be. That said, this work aims to identify the existence of industrial concentration and spatial concentration in the Brazilian Defense Industry (BDI) through the measurement of the Location Quotient (LQ) and the conduct of Exploratory Spatial Data Analysis (ESDA), seeking to provide subsidies for the formulation of public policies. The main results suggest, in particular, an importance of the southeast region of the country, with emphasis on the state of São Paulo in aircraft production and Rio de Janeiro in shipbuilding, defense clusters.

Keywords: Defense Industrial Base; Space Concentration; Defense Economics.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eduardo. *Econometria Espacial Aplicada*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

ANSELIN, L. Local Indicators of Spatial Association – LISA. *Geographical Analysis*, 27, n. 2, 1995.

BID BRASIL. Marinha e Embraer assinam acordo de cooperação na área tecnológica. 2022. Disponível em <<https://mostrabidbrasil.com/noticia/marinha-e-embraer-assinam-acordo-de-cooperacao-na-area-de-tecnologia/>>

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, Ministério da Defesa, 2020.

BRICK, Eduardo Siqueira; NOGUEIRA, Wilson Soares Ferreira. A estratégia naval brasileira e o desenvolvimento da base logística de defesa. *Revista da Escola de Guerra Naval*, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 13-44, 1 abr. 2017. Escola de Guerra Naval. <http://dx.doi.org/10.22491/1809-3191.v23n1.p13-44>.

BRITO, Jorge; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. Clusters industriais na economia brasileira: uma análise exploratória a partir de dados da RAIS. *EST. ECON.*, SÃO PAULO, V32, N. 1, P. 71-102, JANEIRO-MARÇO, 2002.

CROCCO, Marco; SANTOS, Fernando Alves dos; KALIL, Thales; REIS, Camila. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. *Nova Economia*, v. 16, n. 2, p. 211-241, ago. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-63512006000200001>.

DEMIR, Kadir Alpaslan; CAYMAZ, Ebru; ERENEL, Fahri. DEFENSE INDUSTRY CLUSTERS IN TURKEY. *Journal for Defense Resources Management*. Vol 7, Issue 1 (12), 2016.

EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023. Programa Estratégico Astros é apresentado ao Ministro da Defesa. DISPONÍVEL EM:< https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/U3X7kX8FkEXD/content/id/16598695>

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. FAB e Embraer firmam cooperação com foco em desenvolver aeronaves não tripuladas. 2021. Disponível em: <<https://www.fab.mil>>

br/noticias/mostra/37218/INSTITUCIONAL%20-%20FAB%20e%20Embraer%20firmam%20cooperação%20com%20foco%20em%20desenvolver%20aeronaes%20nã%20tripuladas>

HARTLEY, Keith. *The Economics of Arms*. Newcastle Upon Tyne: Agenda Publishing, 2017. 204 p.

HEIDENKAMP, Henrik; LOUTH, John; TAYLOR, Trevor. Introduction. *Whitehall Papers*, 81:1, p. 3-15, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02681307.2013.857247>.

IMBEL. 2023. Disponível em: < <https://www.imbel.gov.br/institucional/quem-somos/principios-fundamentais>>

LEÃO, Wandick et al. A indústria de defesa no Brasil: investigando a competência essencial. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 87-111, 2 nov. 2018. Associação Brasileira de Estudos de Defesa - ABED. <http://dx.doi.org/10.26792/rbed.v5n2.2018.75025>.

LIMA, J.; ESPERIDIÃO, F. Uma análise dos Quocientes Locacionais das regiões brasileiras nos anos 1991, 2000 e 2010. *Caderno de Ciências Sociais Aplicadas*. Vitória da Conquista-BA, n.18. p175-196, 2014.

LINS, Hayêdo Nunes. Clusters industriais, Competitividade e Desenvolvimento Regional: da experiência à necessidade de promoção. *EST. ECON.*, São Paulo, V 39, N 2, P. 233-265, ABRIL-JUNHO 2000.

MALECKI, E. J. Military spending and the US defense industry: regional patterns of military contracts and subcontracts. *Environment and Planning C: Government and Policy*, volume 2, pages 31-44, 1984.

MERCADANTE, V. *BASE INDUSTRIAL DE DEFESA: um estudo sobre a distribuição regional da BID no Brasil*. Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro. 2021.

MONASTÉRIO. L.M. Pelotas do Século XXI: um perfil socioeconômico. Sem dados de publicação apud CARVALHO, A. RIBEIRO, E. A. IDENTIFICAÇÃO DE CLUSTERS NA ZONA COSTEIRA DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE

EXPLORATÓRIA. In: XIX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. On-line. Disponível em: <https://brsa.org.br/enaber-2021/>

PORTER, M. E. Clusters and The New Economics of Competition. Harvard Business Review. November-December, 1998. Disponível em: < http://backonline.apswiss.ch/6001/porter_clusters_and_the_new_economics_of_competition.pdf>.

RIBEIRO, E. C. B. A. de. Convergência de renda local entre os municípios brasileiros para o período 2000 a 2005. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2014.

SCHERER, Wilibaldo Josué Grunner; MORAES, Silvana Longo. Análise locacional das atividades dinâmicas do Estado do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, MESA 11, 6., 2012, Porto Alegre. Anais do Encontro de Economia Gaúcha. Porto Alegre: FEE, maio/jun. 2012. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/eventos/6-encontro-economia-gaucha.php>>.

A importância do Golfo da Guiné para o Brasil: a perspectiva da oceanopolítica nacional

Luiza Bizzo Affonso¹

RESUMO

Este trabalho tem como meta a aplicação dos princípios da oceanopolítica para destacar a relevância do Golfo da Guiné para o Brasil, uma região de importância estratégica no Atlântico Sul. Por meio da abordagem oceanopolítica, enfatizamos a necessidade de maior envolvimento brasileiro na região, com foco em cooperação regional, segurança e defesa. O Golfo da Guiné é identificado nos documentos de defesa brasileiros como prioritário para os interesses nacionais, dada sua relevância econômica, geopolítica e estratégica. A região enfrenta desafios significativos de insegurança marítima, como a pirataria e o tráfico ilícito, que impactam diretamente a estabilidade do Atlântico Sul e, por consequência, os interesses brasileiros. Além disso, a presença de potências extrarregionais no Atlântico Sul sublinha a necessidade de fortalecimento da projeção de poder do Brasil. A participação ativa do Brasil em organizações como a ZOPACAS e o G7++FoGG, bem como em operações militares na região, demonstra seu compromisso com a segurança marítima e a cooperação internacional. No entanto, é necessário maior coordenação entre os diversos projetos de governança regional, o que representa uma oportunidade para o Brasil desempenhar um papel mais estratégico no Golfo da Guiné. O trabalho conclui que o aprofundamento do envolvimento brasileiro na região é essencial para consolidar sua posição no Atlântico Sul e sugere que as políticas públicas de longo prazo devem ser reforçadas para garantir uma atuação eficaz e contínua.

Palavras-chave: Golfo da Guiné; Oceanopolítica; Brasil.

¹ Professora e Coordenadora de Relações Internacionais da Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Doutora em Estudos Marítimos pelo PPGEM/EGN, Mestre em Relações Internacionais pela UERJ, Graduada em Relações Internacionais pelo Ibmecc-RJ. Email: luiza_bizzo@hotmail.com/ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0856-6354>

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, temos como objetivo a aplicação das ideias da oceanopolítica para chamar a atenção dos formuladores de políticas públicas para uma região de grande relevância para o Estado brasileiro: o Golfo da Guiné (“GG”).

Ao empregarmos as ideias da oceanopolítica, demonstramos a importância do GG considerando o espaço oceanopolítico brasileiro. Aqui compreendemos a oceanopolítica como um subcampo da geopolítica, o qual evidencia “o protagonismo dos oceanos (...) para o engrandecimento do Estado” (COSTA, 2016, p. 67). Logo, a concepção do Golfo da Guiné aqui é formada desde o Brasil. É a partir, principalmente, da oceanopolítica brasileira que apontamos a importância do maior engajamento brasileiro no Golfo da Guiné e do estreitamento da cooperação regional, com maior foco nas questões de defesa e segurança.

Para tal, dividimos este artigo em quatro seções, além da introdução e da conclusão. Inicialmente, apresentaremos a região do Golfo da Guiné e destacaremos sua importância internacional. Em um segundo momento, debateremos o conceito de “oceanopolítica”. Posteriormente, a partir das ideias da oceanopolítica, argumentaremos o porquê o Golfo da Guiné deve se tornar prioridade das nossas agendas de políticas públicas. Finalmente, apresentaremos algumas iniciativas nacionais voltadas para a promoção da segurança no GG, a fim de refletirmos as lacunas que o Brasil pode vir a preencher.

O Golfo da Guiné: implicações internacionais

Atualmente, a área marítima conhecida como Golfo da Guiné é famosa por ser uma das regiões mais perigosas dos oceanos. Situada ao longo da costa oeste da África e banhada pelo Atlântico Sul, essa região tem sido alvo de interesses internacionais desde o século XVIII. Nessa época, era uma das principais rotas para o tráfico de pessoas escravizadas e o comércio de produtos europeus. Nos tempos mais recentes, o Golfo da Guiné tem se destacado pela sua vasta reserva de hidrocarbonetos, pois engloba os principais países produtores de petróleo do continente africano, como Angola, Nigéria e Guiné Equatorial (LUZ, 2016).

A importância internacional do Golfo da Guiné decorre não apenas de sua riqueza em recursos naturais, como petróleo e gás, mas

também devido ao seu papel como uma rota crucial de tráfego entre a África e a América do Sul. Essa rota é utilizada tanto para atividades legítimas, como o comércio entre Estados, quanto por grupos ilegais, como narcotraficantes e outras organizações criminosas, que aproveitam essas vias mais curtas. Além disso, os recursos naturais da região, especialmente o petróleo, são extraídos de forma menos onerosa em comparação com o Golfo Pérsico/Arábico e possuem uma qualidade superior devido ao baixo teor de enxofre (LUZ, 2016).

A posição mais próxima, em relação ao Oriente Médio, dos principais países consumidoras dos recursos energéticos, como os Estados Unidos e a Europa Ocidental, também se apresenta como uma vantagem, em virtude da redução de custos com o transporte marítimo. Outro fator de atração para as empresas petrolíferas multinacionais são as políticas fiscais dos Estados pertencentes ao Golfo da Guiné, visando atração de investimentos externos (LUZ, 2016; KAH, 2018).

Além das implicações geopolíticas e energéticas, é crucial considerar o impacto econômico global decorrente das questões de insegurança no Golfo da Guiné. Por exemplo, há perdas significativas para a indústria do petróleo devido ao roubo e sequestro de petroleiros e gasodutos, o que afeta diretamente os Estados da região e prejudica o interesse dos Estados com investimentos na área.

Outra indústria afetada é a de navegação, já que a pirataria marítima aumenta os custos operacionais devido à necessidade de adotar medidas de proteção para navios e tripulações, como o pagamento de seguros mais caros e a contratação de seguranças privados, além da possibilidade de ter que optar por rotas mais longas como alternativa. Além disso, o tráfico de drogas e de outros produtos ilícitos prejudica o comércio regional e internacional, impactando as exportações dos Estados do Golfo, que têm na Europa um de seus principais mercados consumidores (CABRITA, 2016; ONUOHA, 2013).

Sua delimitação geográfica corresponderia ao “ao espaço marítimo delimitado a oeste pelo meridiano que passa no Cabo Palmas na Libéria e o paralelo do Cabo Lopez no Gabão” (REIS RODRIGUES, 2014, p. 1), conforme observado no mapa abaixo (Figura 1):

Figura 1 – Mapa da delimitação geográfica do Golfo da Guiné



Fonte: Adaptado de (REIS RODRIGUES, 2014, p.2)

Contudo, há falta de consenso político e econômico sobre quais países compõem o Golfo da Guiné, resultando em diversas definições encontradas tanto na literatura quanto em organizações internacionais (OIs). Alguns autores consideram os critérios de distribuição de recursos como petróleo e gás para determinar os países que fazem parte do GG, o que incluiria Angola, Nigéria, República do Congo, Gabão, Chade, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial (OLIVEIRA, 2007). Por outro lado, para outros, o GG é o espaço marítimo que se estende da Libéria até Angola, englobando 12 países (REIS RODRIGUES, 2014).

Além disso, não há uma única definição adotada pelos organismos internacionais. Por exemplo, para a ONU, o Golfo da Guiné corresponde ao espaço marítimo que inclui nove países costeiros: Benim, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné Equatorial, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Togo. Outros Estados também são considerados partes interessadas, devido à sua proximidade, como Angola, República Democrática do Congo e República do Congo (ONU, 2016).

A presença de recursos minerais valiosos, a posse de significativos recursos marinhos tanto vivos quanto não-vivos, além das linhas de

comunicação marítima estratégicas no Golfo da Guiné, explicam por que a definição dos Estados pertencentes à sub-região pode mudar conforme os interesses e os atores envolvidos (ALI, 2014).

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que a definição do Golfo da Guiné é, em última instância, um constructo político, moldado pelos discursos e interesses de diferentes agentes (NEUMANN, 2003). A delimitação geopolítica dessa região, portanto, reflete as prioridades e os objetivos de cada ator envolvido.

Com base nesse aspecto, aqui é adotada a definição do Golfo da Guiné da Marinha do Brasil (“MB”), uma vez que isso reflete uma perspectiva específica, ancorada nos interesses estratégicos e na oceanopolítica brasileira. Essa delimitação do GG vai além dos países banhados diretamente por suas águas, para incluir também parceiros estratégicos do Brasil, como Cabo Verde e Guiné-Bissau, além de outros Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (“CPLP”). Essa escolha amplia o escopo da região, com base na percepção de que a projeção de poder e cooperação brasileira não se limita apenas à geografia imediata, mas também às relações políticas, econômicas e culturais regionais (VALENÇA; SILVA; RODRIGUES, 2020).

Desse modo, o estudo comandado pelo Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha do Brasil (“CEPE/MB”) aponta que o GG é formado por 19 países: Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné Equatorial, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo:

Tal opção se deve pelo entendimento oceanopolítico do que consiste o GG para a projeção e realização de interesses brasileiros. Isso significa que uma percepção oceanopolítica do GG deve incluir não apenas os países banhados por suas águas, mas também aqueles que, de alguma forma possuem ações comuns regionais nos âmbitos político, econômico, cultural ou militar. Isso resultaria, por exemplo, na inclusão de Estados parceiros estratégicos do Brasil, além daqueles pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (“CPLP”) vizinhos ao GG,

como Angola e Cabo Verde (VALENÇA; SILVA; RODRIGUES, 2020, p. 5).

Como essa região é aqui concebida desde o Brasil, a definição abrangente sobre o Golfo da Guiné da MB é aqui priorizada (ver Figura 2):

Figura 2 – Mapa do Golfo da Guiné



Fonte: (STABLE SEAS, 2020).

Contudo, adotar a perspectiva da Marinha do Brasil também apresenta desafios, uma vez que ao se focar em aspectos estratégicos de segurança e cooperação bilateral, há o risco de se distanciar de abordagens mais amplas e multissetoriais adotadas por outras organizações internacionais e atores regionais. Tal postura pode gerar dificuldades na harmonização de políticas multilaterais, sobretudo em fóruns internacionais que adotam delimitações mais restritas ou diferentes da região.

No entanto, essa abordagem abrangente está alinhada com os interesses nacionais brasileiros, particularmente no que tange à segurança marítima, ao combate à pirataria e ao tráfico ilícito, além da proteção de rotas comerciais e de plataformas de petróleo. Essa perspectiva reforça a relevância do Brasil como um ator central na cooperação atlântica, principalmente com os países da África Ocidental e Central. Além disso, essa visão permite ao Brasil solidificar parcerias com Estados africanos que compartilham interesses comuns nos âmbitos econômico, militar e

diplomático, expandindo sua influência na região do Atlântico Sul.

Oceanopolítica

O termo “oceanopolítica” foi cunhado pelo Almirante chileno Jorge Martínez Busch em seu livro “Oceanopolítica: una alternativa para el desarrollo” de 1993. Segundo Busch, a oceanopolítica pode ser definida como “o conceito que considera a existência do oceano no ambiente geográfico e a influência que ele tem nas decisões políticas. Seu objetivo fundamental é garantir que a gestão política considere o oceano como o espaço natural para o futuro desenvolvimento e crescimento do Estado.”² (BUSCH, 1993).

Por sua vez, o Almirante Ilques Barbosa Junior entende que a oceanopolítica “envolve o estado como elemento central para a adoção de decisões soberanas, considerando os espaços oceânicos, sobre o destino de sua população, assim como nas relações de poder com outros estados e, considerando a conjuntura político-estratégica internacional, com os demais atores das relações internacionais” (BARBOSA JUNIOR, 2012, p. 219).

O estudo sobre a relação entre o poder, os mares e oceanos não é algo inédito. Alfred Mahan, um dos grandes nomes da Teoria do Poder Marítimo³, já afirmava no final do século XIX a importância do poder naval para o desenvolvimento das nações: “Uma nação, como já mostramos, não pode viver indefinidamente apenas de si mesma, e a maneira mais fácil pela qual ela pode se comunicar com outros povos e renovar sua própria força é o mar”⁴ (MAHAN, 1890, p. 92).

Na geopolítica brasileira, as preocupações com o desenvolvimento das capacidades marítimas nacionais ganham mais notoriedade com os trabalhos de Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. Meira Mattos

2 No original, em espanhol: “Oceanopolítica es el concepto que considera la existencia del océano en el entorno geográfico y la influencia que esta tiene sobre las decisiones políticas. Su propósito fundamental es lograr que la gestión política considere al océano como el espacio natural para el desarrollo y crecimiento futuro del Estado”

3 A Teoria do Poder Marítimo pode ser entendida como “a capacidade de um Estado de controlar e utilizar em benefício próprio as comunicações marítimas que influenciem diretamente o seu comércio marítimo, obtendo assim uma incomensurável vantagem econômica e militar sobre seus competidores, além de impulsionar o seu desenvolvimento” (COSTA, 2018, p. 17).

4 No original, em inglês: “A nation, as we have already shown, cannot live indefinitely off itself, and the easiest way by which it can communicate with other peoples and renew its own strength is the sea.”

afirmava a importância econômica do Atlântico Sul, considerando-o “o pulmão do Brasil para o mundo exterior”⁵ e nosso grande elo com o continente africano. Já Therezinha de Castro identificava o Atlântico Sul, sendo fonte de grandes riquezas, como ponto de partida para o desenvolvimento do nosso potencial, defendendo até mesmo a partilha da Antártida, sob a qual o Brasil deveria ter direitos devido a nossa grande extensão litorânea⁶.

Desse modo, a geopolítica nacional já trazia a preocupação com os mares e oceanos. No entanto, apontamos a necessidade de um olhar mais atento para a oceanopolítica brasileira, uma vez que a oceanopolítica “por atuar em ambiente totalmente diverso do terrestre [...] desenvolve uma série de conceitos [...] voltados para o emprego de sistemas hidroviários e portuários, sejam fluviais ou marítimos, dos recursos naturais existentes no mar, da mentalidade marítima” (BARBOSA JUNIOR, 2009, p. 60).

Enquanto o estudo da geopolítica sobre o mar é feito pela perspectiva da terra, a oceanopolítica estuda e compreende os espaços marítimos a partir do próprio mar. Não entendemos a oceanopolítica como oposição à geopolítica, mas como um complemento a ela, uma vez que a oceanopolítica estuda as relações de poder com foco nos oceanos. (DÁVALOS, 2018, p. 195). Como o Brasil possui a maior plataforma marítima e o maior litoral entre os demais Estados banhados pelo Atlântico, defendemos um olhar mais atento sobre a oceanopolítica nacional. Em consonância com essas ideias, adotamos o conceito de oceanopolítica de Guilherme Costa, que a define como “o estudo das relações do Estado com os espaços oceânicos e a influência deste relacionamento no desenvolvimento de políticas e iniciativas voltadas ao protagonismo dos oceanos para o engrandecimento deste Estado” (COSTA, 2016, p. 67). Essa definição é aqui empregada, pois traz uma dimensão aplicada da relação do poder estatal com os espaços oceânicos, ao reforçar esse relacionamento como parte das políticas públicas nacionais.

Ao tratar o oceano como fator crucial para a formulação da Política Externa Brasileira e da política de defesa, em um espaço sensível como o Atlântico Sul, entorno estratégico do Brasil, a questão do poder

5 Ver mais em: MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e Modernidade: a geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. MATTOS, Carlos de Meira. A Geopolítica e as Projeções do Poder. In: MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. v. 1 e 3

6 Ver mais em: CASTRO, Therezinha. Antártica, o Assunto do Momento. Boletim Geográfico, v. 17, n. 150, p. 238-245, Maio-Junho 1959.

dos mares e dos oceanos é destacada. Visando o engrandecimento dos interesses nacionais brasileiros, enfatizamos tanto os argumentos do mar como espaço sociopolítico próprio quanto o da sua centralidade para o desenvolvimento das estratégias nacionais.

A importância de conceber os espaços marítimos nos valendo da oceanopolítica se deve, sobretudo, por esse ser um espaço político *sui generis*. Para a maior parte da literatura, o mar é visto como um meio, não como fonte ou fim de ação. No entanto, o mar pode ser pensado como uma instituição própria, já que é imbuído de regras e práticas, que repetidas ao longo do tempo, estabelece padrões estáveis de ação com base nas intenções dos agentes, de modo a criar expectativas e procedimentos comuns (VALENÇA; DUARTE, 2023, p. 29).

Dessas dinâmicas próprias derivam as particularidades dos espaços marítimos, a citar: (I) ausência de presença humana em grande parte da sua extensão; (II) ordenamento jurídico próprio (CNUDM de 1982); (III) grandes espaços marcados pela ausência da soberania⁷; (IV) lógica de transitoriedade, diferente da lógica de permanência dos meios terrestres; (V) maior dificuldade de acesso, aumentando a dependência de recursos financeiros e tecnológicos e acentuando a assimetria entre os Estados ricos e pobres.

Essas especificidades significam que os oceanos são vastas áreas desabitadas e inacessíveis, marcadas pela ausência de uma ocupação humana contínua. A falta de presença física e de infraestrutura permanente torna a fiscalização difícil, favorecendo atividades ilícitas como a pirataria e a pesca ilegal. A governança desses espaços exige uma abordagem diferente da usada em territórios terrestres, sendo necessário o uso de tecnologias avançadas e operações de alto custo para garantir a segurança e o monitoramento. Além disso, o acesso aos oceanos acentua desigualdades entre Estados, já que apenas os países mais ricos possuem os recursos tecnológicos e financeiros para explorar suas águas e assegurar a proteção de suas fronteiras marítimas.

Ainda, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) de 1982 estabelece um ordenamento jurídico próprio para os oceanos, regulando a exploração e uso dos mares, além de delimitar as fronteiras entre águas territoriais, zonas econômicas exclusivas e o alto-

7 “limites de confrontação de países são estabelecidos a partir das diversas interações decorrentes das relações de poder e não em decorrência do predomínio da influência das proximidades territoriais (BARBOSA JUNIOR, 2012, p. 213).”

mar, que está além da soberania de qualquer nação. Entretanto, essa legislação global enfrenta desafios práticos, pois Estados com menos capacidade econômica e tecnológica encontram dificuldades para monitorar e cumprir essas normas. A ausência de soberania em grande parte dos oceanos e a lógica de transitoriedade, diferente da fixidez dos territórios terrestres, fazem dos mares uma área estratégica e ao mesmo tempo vulnerável a atividades ilegais, tornando necessário um tratamento diferenciado para esses espaços políticos.

As características dos espaços oceânicos também pode ser percebida pelo que Martínez Busch apontou como “vetores da oceanopolítica”: (I) vetor comunicacional, o qual inclui o transporte marítimo e as telecomunicações; (II) vetor produtivo, que inclui a pesca, a produção de minerais e de energia limpa a partir dos oceanos; (III) vetor recreativo e turístico; (IV) vetor urbano, que se refere a interação entre o mar e a terra; (V) vetor jurídico, que tem como base a CNUDM de 1982 e (VI) vetor do poder, relacionado às políticas estatais (BUSCH, 1996).

Assim, tem-se os fatores da oceanopolítica abaixo (Figura 3):

Figura 3 - Fatores da Oceanopolítica



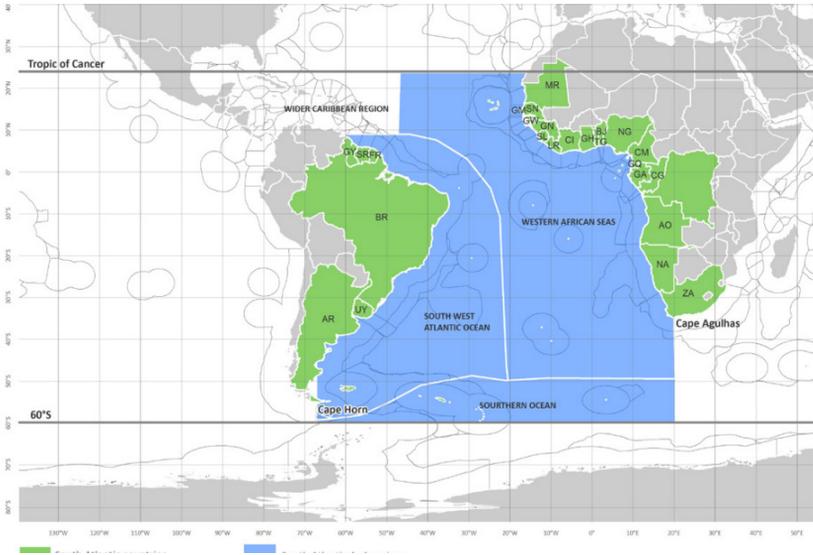
Fonte: (BUSCH, 1993, p. 5).

Compreendemos, portanto, na oceanopolítica a relação entre ideias e ações ligadas às questões de poder dos Estados e demais atores, a qual é englobada pela geopolítica, podendo então a oceanopolítica ser definida como a geopolítica nos espaços e regiões marítimas (DUVAUCHELLE RODRÍGUES, 1996). Na próxima seção, mostraremos a relação entre o Golfo da Guiné e a oceanopolítica nacional. A importância da oceanopolítica para a formulação das políticas externas e de defesa se devem também ao peso que os fatores geográficos, econômicos, políticos, estratégicos, sociais e culturais do oceano Atlântico tem para o Brasil.

Brasil e Golfo da Guiné: uma perspectiva da oceanopolítica

Como apontado, o maior interesse brasileiro no Golfo da Guiné se justifica, sobretudo, por ser uma região localizada em nosso entorno estratégico, que é o Atlântico Sul. Para fins geográficos, o oceano Atlântico é um dos cinco oceanos do planeta Terra, – junto com os oceanos Pacífico, Índico, Ártico e Antártico – mas a delimitação entre Atlântico Norte e Sul, mais do que uma divisão geográfica, é um constructo social, conforme abordaremos a seguir. O Atlântico Sul corresponderia à porção do oceano Atlântico localizado no hemisfério Sul, sendo “o espaço marítimo ao sul do Trópico de Câncer, composto pelas regiões (...) do Atlântico Sudoeste e Mares da África Ocidental, ou seja, excluindo o oceano Antártico e o Grande Caribe”, como pode ser observado no mapa a seguir (Figura 4) (SUAREZ VIVERO et. al., 2020 p. 153):

Figura 4 – Mapa do Atlântico Sul



Fonte: (SUAREZ VIVERO et. al., 2020 p. 153).

As questões que incidem na região que afetam a oceanopolítica brasileira são diversos, mas aqui mencionamos sucintamente fatores econômicos, estratégicos, políticos e sociais do Atlântico Sul e, particularmente, do GG que mais nela repercutem:

Fatores econômicos

Nos últimos anos, tem-se uma retomada da relevância econômica e geopolítica do Atlântico Sul, uma vez que as plataformas continentais sul-americanas e africana possuem inúmeros recursos naturais, como as reservas de petróleo na plataforma brasileira – principalmente após a descoberta de reservas na camada do pré-sal nos anos 2000 –, na plataforma argentina e no Golfo da Guiné. Também são encontrados importantes reservas de gás na Namíbia e de carvão na África do Sul. Ademais, encontra-se na região outros recursos naturais importantes, como nódulos polimetálicos e areia monazítica – materiais fundamentais para a indústria –, e grande variedade de recursos biológicos marinhos.

Além disso, o Atlântico Sul possui importante potencial de exploração:

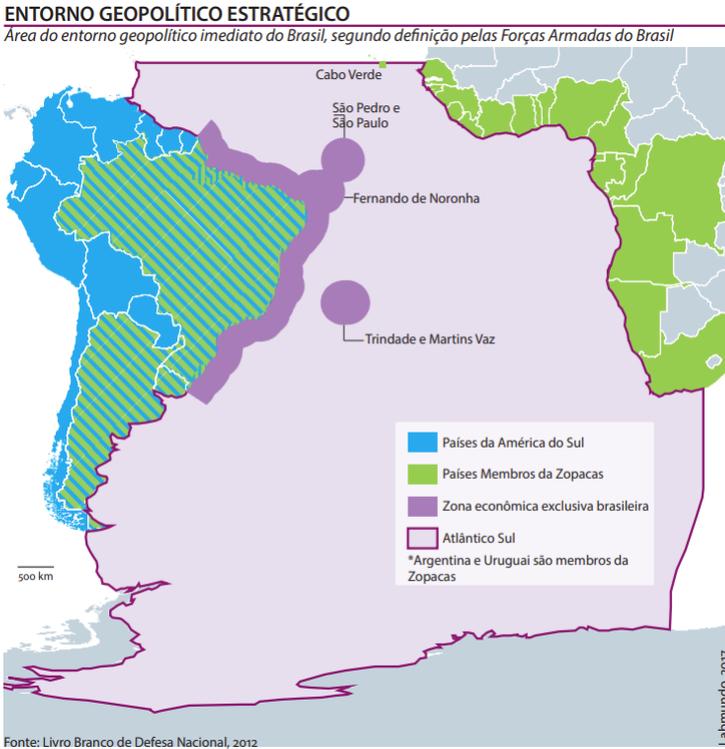
A possibilidade de ser uma rota de navegação comercial alternativa à rota do Golfo Pérsico-Mar Vermelho-Suez Mediterrâneo, a existência de um cinturão de reserva de hidrocarbonetos na costa argentina e brasileira e no Golfo da Guiné e o aproveitamento de certos recursos marinhos para obter energia limpa ou produtos biotecnológicos, preveem certo futuro, especialmente para aqueles países dispostos a inovar e a gerenciar, de modo racional, essas áreas marinhas (SUAREZ VIVERO et. al, 2020, p. 165).

Sobre a relevância econômica da região para o Brasil especificamente, destacam-se o tamanho da sua plataforma marítima e o fato de mais de 95% do seu comércio internacional ser realizado por meio marítimo. Da mesma forma, a maior parte das suas reservas de petróleo e gás natural estão no Atlântico Sul – 95% do petróleo e 80% do gás natural –, assim como 45% do pescado nacional, além da grande maioria da sua população se concentrar nos Estados federais brasileiros banhados pelo mar (FIORI, 2013; MARINHA, 2020). Essas questões também incidem na importância geopolítica e estratégica do GG para a o Brasil.

Fatores estratégicos e geopolíticos

A importância do Atlântico Sul e dos Estados da costa ocidental africana está explicitada nos principais documentos de defesa nacionais do Brasil, como na Política Nacional de Defesa (“PND”), na Estratégia Nacional de Defesa (“END”) e no Livro Branco de Defesa Nacional (“LBDN”). Da mesma forma, o Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040) afirma a necessidade de “maior participação e cooperação do Brasil no Atlântico Sul (...) como instrumento de política externa para fortalecer a dissuasão estratégica” (PEM, 2020). Logo, o Atlântico Sul, e por consequência o GG, fazem parte do entorno geopolítico estratégico brasileiro (AFFONSO; VALENÇA, 2023):

Figura 5 - Entorno Geopolítico Estratégico do Brasil

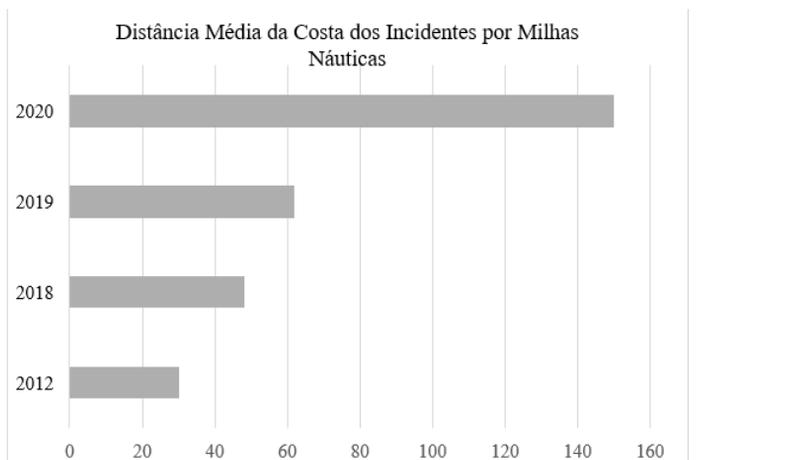


Fonte: (DE LIMA et al. 2017).

Ainda, todas as Linhas de Comunicação Marítimas que ligam o Brasil com o restante do mundo passam pelo Atlântico. O Atlântico Sul por ser uma das principais rotas de transporte e comunicação entre os continentes americano e africano, juntamente com globalização e com o maior fluxo de pessoas, de informações e das redes transnacionais fazem com que as ameaças se encontrem mais no escopo marítimo do que terrestre, como o tráfico de drogas, armas e pessoas.

Isso implica no fato de tanto o continente africano quanto o sul-americano enfrentarem desafios comuns à segurança internacional. Ainda, o Golfo da Guiné luta contra ameaças à sua segurança marítima, como é o caso da pirataria, e embora não seja o objetivo inicial, grupos piratas que atuam no GG possuem habilidades operacionais para realizar ataques em todo o Oceano Atlântico, além do fato de a cada ano os incidentes se afastarem cada vez mais da costa dos Estados do GG (ver Figura 6):

Figura 6 – Média da distância dos incidentes das costas dos Estados GG em milhas a cada ano



Fonte: (CEMLAWS AFRICA, 2021, p. 3).

Logo, a pirataria e outras ameaças na região, além de envolverem nosso entorno estratégico, são ameaças potenciais ao Brasil (SEINER, 2020). Tal preocupação já é percebida nos principais documentos de defesa nacional, uma vez que o Livro Branco de Defesa Nacional cita a apreensão nacional com o aumento de incidentes de pirataria e roubo armado no Golfo da Guiné, afirmando a importância do país em contribuir diretamente para o desenvolvimento das capacidades dos países pertencentes ao Golfo (LBDN, 2020).

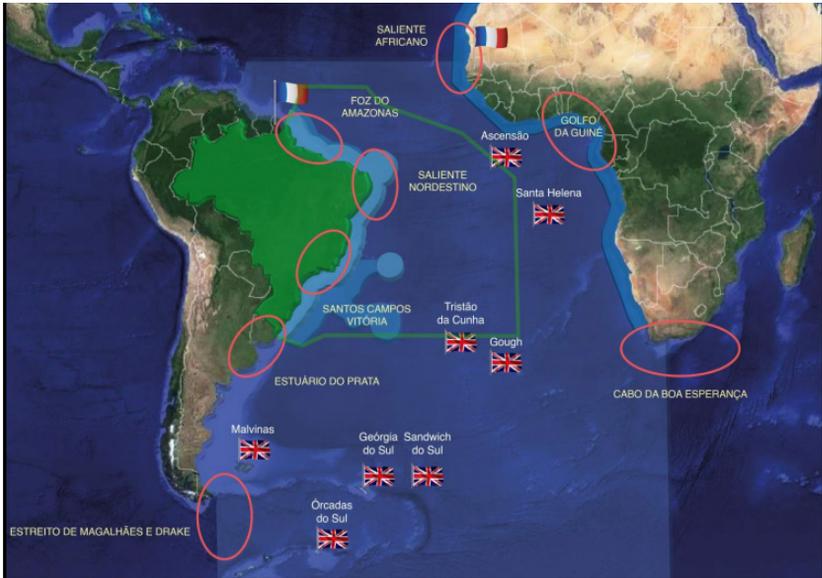
Ainda, sobre os elementos estratégicos do Atlântico Sul que incidem diretamente na oceanopolítica brasileira destacamos a grande presença de potências extrarregionais nesse espaço oceânico. Um exemplo são os EUA, os quais possuem bases navais na Ilha de Ascensão – a partir de um acordo com o Reino Unido – e os comandos militares do Sul, de 1963, e da África (“AFRICOM”), de 2007. Ainda, em 2008, os EUA reativaram sua IV Frota Naval, o que gerou muitas especulações, principalmente pela grande mídia, dada a maior presença norte-americana na região.

Além disso, o Reino Unido tem importante posicionamento estratégico no Atlântico, uma vez que possui uma série de ilhas, como Tristão da Cunha, Santa Helena, Malvinas, entre outras. Segundo José Luís Fiori, esses fatores caracterizam “uma situação de grande assimetria de recursos e de poder naval entre as duas potências anglo-saxônicas e os

demais países situados dos dois lados do Atlântico Sul” (FIORI, 2013, p. 8).

Como resultado, 28% do espaço jurisdicional do Atlântico Sul está sob predomínio europeu (SUAREZ VIVERO et. al., 2020 p. 153), conforme pode ser observado abaixo (Figura 7):

Figura 7 – Presença Europeia no Atlântico Sul e Entorno Estratégico Nacional



Fonte: (NUNES; SOUZA, 2021, p. 11).

Outro importante ator presente na região é a China, que possui objetivos econômicos, políticos e estratégicos, principalmente para garantir acesso às commodities e recursos energéticos. Desse modo, observamos no Atlântico Sul uma busca pelo balanço de poder e estratégias militares de potências extrarregionais em um espaço marcado cada vez mais por tensões e conflitos (COSTA, 2012).

Vale destacar também a proximidade do Atlântico Sul com a Antártida, região considerada por muitos como uma nova fronteira de exploração (VISENTINI; PEREIRA, 2014). Recentemente, tem-se a retomada da disputa marítima entre Chile e Argentina, importantes atores sul-americanos, em torno da reivindicação chilena sobre território marítimo abrangido pela extensão das águas jurisdicionais argentinas. O Brasil, por

possuir pleitos sobre a ampliação da sua plataforma continental⁸, deve incluir no seu planejamento estratégico a possibilidade de contestação desse pedido por países da região. Ainda, deve ser considerado os interesses desses Estados sobre a Antártida, principalmente a partir de 2048, quando a moratória de exploração dos recursos naturais da região se encerra, “e que tanto a Argentina quanto o Chile reclamam soberania na região Antártica, por isso (...) a importância de se conseguir por meio do Direito do Mar ampliações de suas águas jurisdicionais nas proximidades dessa região (XAVIER, 2021).

Fatores Políticos

Da perspectiva da política externa brasileira, podemos afirmar que relação do Brasil com o Golfo da Guiné também se insere na lógica da cooperação Sul-Sul⁹, sendo um meio de aumentar a sua presença no Atlântico. Nesse âmbito, a atuação de empresas brasileiras no continente africano, como a Empraba, no aprimoramento tecnológico e no aumento da produção agrícola, em países como Gana, Mali e Nigéria, assim como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (“SENAI”), que possui centros de formação profissional em Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são exemplos de elementos tanto facilitadores quando evidências da inserção brasileira na região.

Outro exemplo de esforços nacionais, visando maior engajamento nacional no Atlântico Sul, e que impactam na relação com o GG, é o conceito de “Amazônia Azul”¹⁰, criado em 2004. Também se destacam o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira¹¹ e a busca pela modernização militar, com Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Programa Nuclear da Marinha, os quais contemplam a criação

8 Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, o qual inclui o Plano a elevação do Rio Grande (ERG), região rica em recursos minerais.

9 A relação Sul-Sul pode ser definida como uma parceria do Brasil com Estados regionais e não tradicionais, como Índia, China, Rússia e África do Sul, além da relação com países menos desenvolvidos da África, da Ásia e do Oriente Médio (PECEQUILLO, 2008).

10 “Amazônia Azul é a denominação do território marítimo brasileiro, que possui hoje aproximadamente de 3,6 milhões de km² referentes à soma da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) com a Plataforma Continental (PC) do Brasil (...) cunhado através da comparação das propriedades desse território marítimo com as do território amazônico, ambos abundantes em recursos naturais de importância estratégica para o Brasil” (MARINHA DO BRASIL).

11 Em 2018, foi incluído no Plano a elevação do Rio Grande (ERG), região rica em recursos minerais

de um submarino de propulsão nuclear (ABDENUR; DE SOUZA NETO, 2014).

No campo da política de defesa, a Estratégia Nacional de Defesa também afirma que, a fim de atender aos interesses nacionais, é “importante a ampliação de um ambiente de cooperação com países limítrofes do Atlântico Sul, principalmente por meio de suas Marinhas” (END, 2020, p. 32). Nesse sentido, o Brasil já possui relações de cooperação naval com algumas nações do Golfo da Guiné, como a realização de exercícios militares conjuntos; a formação das marinhas da Namíbia e de Cabo Verde e as missões de assessoria naval com São Tomé e Príncipe.

Fatores históricos, sociais e ideacionais

A importância do Atlântico Sul também remonta à História, por ser uma região de grandes transições entre Europa, América Latina e África. O passado colonial e o tráfico de pessoas escravizadas marcaram a região, o que pode ser percebido por meio do compartilhamento de influências linguísticas, culturais e religiosas entre as duas margens do oceano e pelo Brasil possuir a maior população de afrodescendentes fora do continente africano.

Essas questões incidem, por exemplo, no fato de o Brasil possuir a língua portuguesa em comum com alguns Estados da região. Desse modo, seis membros de um total de nove da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (“CPLP”¹²) são Estados limítrofes ao Atlântico Sul. Os laços da CPLP com o Golfo da Guiné se dão tanto por Estados banhados pelo Golfo fazerem parte da Comunidade, como também pela adesão da Guiné Equatorial como Estado-membro, em 2014, como resultado da política de aproximação guinéu-equatoriana dos países Países Africanos de Língua Portuguesa (“PALOP”) (RIZZI; DA SILVA, 2017).

Além da língua, existe uma intensa troca cultural, principalmente com os países lusófonos, por meio da música, do audiovisual e da religião. Tem-se, nesse âmbito, um crescimento da influência brasileira no continente africano: “o sucesso das telenovelas é inegável nos países

12 Seus Estados-membros são Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (MRE, 2020).

lusófonos africanos, enquanto a maré das igrejas evangélicas brasileiras, sobretudo da Igreja Universal do Reino de Deus, ultrapassa as fronteiras desses países e conhece um crescimento importante na África do Sul” (ALECASTRO, 2019, p. 26).

Por fim, sobre as relações Brasil-África, destaca-se a atuação brasileira no campo simbólico. Isso é evidenciado, por exemplo, no histórico da participação brasileira em missões de paz no continente africano. Nessas missões, observa-se a prioridade dada ao fornecimento de transporte, pessoal e material, diferentemente das contribuições financeiras feitas tradicionalmente pelos países do Norte global (FERREIRA; MIGON, 2016, pp. 103 e 104). A ideia de investir em parcerias e cooperações, com destaque para a formação de militares, por se relacionar com a dimensão ideacional, deixa o Brasil em posição de vantagem, para além da retórica anti-imperialista.

Esse tipo de cooperação, ao construir princípios e valores em comum com base nesses acordos, vão ao encontro da lógica de cooperação Sul-Sul, uma vez que:

se aproxima de um discurso e um valor simbólico que privilegia uma identidade compartilhada (experiência do subjugo colonial, desigualdade pós-colonial e vulnerabilidade à globalização neoliberal), rejeita hierarquias e defende princípios como não-interferência e soberania, enfatiza as oportunidades e os benefícios mútuos, bem como compartilha expertises específicas em tecnologias e em abordagens ao desenvolvimento apropriadas (CARDOSO, 2019, p. 19).

Embora a consolidação dessa identidade sul atlântica dependa de fatores conjunturais, como as vontades políticas e recursos econômicos, ela permite maior receptividade para uma maior atuação brasileira. No entanto, para que essas ações também sejam vantajosas para os Estados da região, é necessário que elas tenham como princípios os desenvolvimentos das capacidades locais e a busca da autonomia dos países para resolverem seus próprios problemas, findadas tais iniciativas. Caso contrário, a cooperação Sul-Sul perpetuará os padrões de dependência que caracterizam as relações Norte-Sul.

Participação brasileira no Golfo da Guiné

A maior atenção do Estado brasileiro para região tem como um de seus marcos a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (“ZOPACAS”), em 1986, visando ser um espaço de paz e cooperação, sendo uma área livre de armas nucleares. Ainda que presente no discurso político brasileiro como importante iniciativa multilateral, a ZOPACAS foi profundamente afetada pelas dinâmicas políticas do pós-Guerra Fria e pelas crises econômicas nos seus países membros. Na década de 2000, a ZOPACAS voltou a ser impulsionada por conta das descobertas de pré-sal na costa ocidental africana e na brasileira (ALMEIDA; BERNARDINO, 2013). Porém, a ZOPACAS não teve receptividade por parte de outros membros, entrando novamente em estado de hibernação. Dessa forma, o desinteresse institucional dos seus Estados membros faz com que os impactos da ZOPACAS sejam mais retóricos que políticos.

O Brasil também participa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (“CPLP”), cuja maioria dos membros, seis dos nove, são Estados limítrofes ao Atlântico Sul. A preocupação com temas de segurança e defesa passaram a fazer cada vez mais parte da agenda da Comunidade, que pode ser exemplificado pelos exercícios conjuntos – os Exercícios FELINO – de assistência humanitária e operações de paz promovidos pela Força Tarefa Conjunta e Combinada (“FTCC”) entre as Forças Armadas dos Estados-membros (AFFONSO; VALENÇA, 2023). A CPLP se destaca, também, na prevenção e resolução de conflitos, com a constituição de Missões de Observação e Grupos de Contato, como em São Tomé e Príncipe, no Timor Leste e na Guiné-Bissau (RIZZI; DA SILVA, 2017).

No que tange especificamente ao GG, um exemplo de cooperação naval é a participação de um oficial da Marinha brasileira no Centro inter-regional de coordenação entre os países do GG, podendo observar e participar das atividades desenvolvidas no âmbito da Arquitetura de Yaoundé (MRE, 2019).

Além de fazer parte do grupo G7 + Amigos do Golfo da Guiné (“G7++FOGG”)¹³ como membro observador, o Brasil também busca

13 O Grupo foi fundado sob a sigla G8+ FOOG. Com a saída da Rússia do G8, o grupo ficou conhecido como G7++FOGG. Além dos Estados do G7 – Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido – o grupo é também composto por outros atores internacionais, como Austrália (observador), Bélgica, Dinamarca, Holanda, Noruega, República da Coreia, Espanha, Suíça, Brasil (observador) e Portugal. As reuniões do grupo

contribuir para a estabilidade e segurança da região por meio da participação em diversas operações militares, como o Grand African NEMO, os Exercícios FELINO, o Obangame Express e as Operações Guinex, com os objetivos de fomentar a cooperação e o domínio marítimo (DEFESA, 2019).

Sobre a participação brasileira no Obangame Express, a Marinha do Brasil se destaca por enviar desde 2011 um Estado Maior, dirigido por um Capitão de Mar e Guerra brasileiro, responsável pela supervisão do Exercício na chamada Zona A – que abrange Angola, Congo e RDC – do GG. Desse modo, o Brasil é o único Estado, além dos EUA, responsável pelo comando de uma zona do GG durante o Obangame Express. Além de aumentar a projeção e visibilidade do Brasil, essa responsabilidade se mostra como uma oportunidade:

de apresentar às Marinhas africanas o modo brasileiro de operar e conduzir os treinamentos, o que pela experiência do autor tem agradado bastante os integrantes da zona A. A proximidade cultural entre os brasileiros e os angolanos também é digna de nota, facilitando a atuação e a interação durante o exercício. Uma vez que Luanda é a sede do Grupo Controlador do Exercício da OE, o EM brasileiro opera imerso num contexto lusófono, aliado a uma sociedade angolana que consome intensamente a cultura brasileira, sejam músicas ou novelas (FIGUEIREDO; DA SILVA, 2022, p. 422).

Enquanto o Grand African NEMO é liderada pela França e o Obangame Express pelos EUA, tem-se as Operações Guinex, que embora tenha a participação de Marinhas como a dos EUA, representa uma relação direta do Brasil com os países do GG. A Operação Guinex conta, até o momento, com quatro edições, de 2021, 2022, 2023 e 2024, tendo o objetivo de aumentar a interoperabilidade entre a Marinha do Brasil e as Marinhas

também têm a participação da União Europeia, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (“UNODC”), da Interpol e do Centro de Análise e Operações Marítimas – Narcóticos, além da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (“ECOWAS”), da Comunidade Econômica de Estados da África, da Comissão do GG e da União Africana (MARQUES, 2018).

e Guardas Costeiras dos Estados do GG, como Camarões, Nigéria, Costa do Marfim, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por meio de adestramento e exercícios militares.

Ainda, o Brasil possui parceria, a partir de investimentos e acordos comerciais, com os Estados do continente africano, assim como cooperação em termos de defesa e estratégia. Destacamos, nesse sentido, os Grupos de Assessoramento Técnico (GAT) na Namíbia e em São Tomé e Príncipe, bem como a Missão de Assessoria Naval em Cabo Verde (FIGUEIREDO; DA SILVA, 2022, p. 428).

Conclusão

Este trabalho evidenciou a importância estratégica do Golfo da Guiné para o Brasil sob a ótica da oceanopolítica, abordando suas implicações econômicas, geopolíticas e de segurança. O Golfo da Guiné, como parte integrante do Atlântico Sul, exerce uma influência direta no entorno estratégico brasileiro, afetando tanto a política externa quanto a defesa nacional. As dinâmicas regionais, como a pirataria, a insegurança marítima e a presença de potências extrarregionais, tornam imperativa uma maior participação brasileira em iniciativas de cooperação e governança oceânica na região.

O Brasil, ao adotar uma abordagem oceanopolítica robusta, pode fortalecer sua posição geopolítica, não apenas consolidando sua influência no Atlântico Sul, mas também contribuindo para a segurança e desenvolvimento da região. A participação brasileira em organizações multilaterais, como a ZOPACAS e o G7++FoGG, e em exercícios militares como Obangame Express e Guinex, reforça o compromisso com a segurança marítima e a cooperação com os Estados do Golfo da Guiné.

Futuros estudos devem focar em explorar as potencialidades econômicas e estratégicas do Golfo da Guiné, bem como aprofundar as análises sobre a viabilidade e os desafios da projeção de poder do Brasil na região. É necessário investigar formas de superar os obstáculos logísticos e financeiros que limitam a presença brasileira, e, principalmente, buscar maior institucionalização das políticas voltadas ao Atlântico Sul, garantindo que a cooperação com os países da região seja duradoura, estratégica e baseada em interesses mútuos. Além disso, pesquisas podem ser conduzidas para identificar como o Brasil pode exercer uma liderança mais ativa na governança regional, promovendo maior coordenação entre

os projetos de segurança já existentes.

The importance of the Gulf of Guinea for Brazil: the perspective of national ocean policy

ABSTRACT

This work aims to apply the principles of oceanopolitics to highlight the relevance of the Gulf of Guinea for Brazil, a region of strategic importance in the South Atlantic. Through the oceanopolitical approach, we emphasize the need for greater Brazilian involvement in the region, focusing on regional cooperation, security, and defense. The Gulf of Guinea is identified in Brazilian defense documents as a priority for national interests, given its economic, geopolitical, and strategic relevance. The region faces significant maritime security challenges, such as piracy and illicit trafficking, which directly affect the stability of the South Atlantic and, consequently, Brazilian interests. Furthermore, the presence of extra-regional powers in the South Atlantic underscores the need for Brazil to strengthen its power projection. Brazil's active participation in organizations such as ZOPACAS and G7++FoGG, as well as in military operations in the region, demonstrates its commitment to maritime security and international cooperation. However, greater coordination is needed among the various regional governance projects, which presents an opportunity for Brazil to play a more strategic role in the Gulf of Guinea. The work concludes that deepening Brazil's involvement in the region is essential to consolidating its position in the South Atlantic and suggests that long-term public policies should be reinforced to ensure effective and continuous engagement.

Key-Words: Gulf of Guinea; Ocean Politics; Brazil.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana; DE SOUZA NETO, Danilo. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *Rev. Bras. Polít. Int.* vol. 57, n. 1, 2014, pp. 5-21.

ACNUR. Agência da ONU para refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/nigeria/>. Acesso em 20 jul. 2022.

AFFONSO, Luiza; VALENÇA, Marcelo. A Cooperação Internacional e a Insegurança no Golfo da Guiné: Rumo a uma governança oceânica? *Revista Marítima Brasileira*, 2º Trimestre de 2023. pp. 139-154.

ALI, Kamal-Deen. Maritime security cooperation in the Gulf of Guinea: prospects and challenges, Doctor of Philosophy thesis, Australian National Centre for Ocean Resources and Security (ANCORS), University of Wollongong, 2014.

ALMEIDA, Eugênio Costa; BERNARDINO, Luís. A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: organizações interzonais para a persecução da segurança marítima da bacia meridional atlântica. *Revista Militar*, n. 2532, p. 43 - 61, jan. 2013. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/797>.

BARBOSA JUNIOR, Ilques. Oceanopolítica: Conceitos Fundamentais: Amazônia Azul, in Ilques Barbosa Junior; Rodrigo More (orgs.) *Amazônia Azul: Política, Estratégia e Direito para o Oceano do Brasil*. Rio de Janeiro, Femar, 2012, pp. 205-231.

_____. Oceanopolítica: uma pesquisa preliminar. *Revista Marítima Brasileira*. n. 04/06. v. 129. 2009. Disponível em: http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb_2-2009.pdf . Acesso em 15 de agosto de 2019.

BUSCH, Jorge Martínez. *Oceanopolítica: una alternativa para el desarrollo*. Ed. Andres Bello, Santiago, Chile, 1993.

_____. El mar como sistema: los vectores para la oceanopolítica. Texto de

la clase magistral dictada por el señor comandante en jefe de la Armada, almirante don Jorge Martínez Busch, inaugurando el mes del mar. Viña del Mar. 1996. Disponível em: <http://www.revistamarina.cl/revistas/1997/4/martinez.pdf>. Acesso em 12 maio 2021.

CABRITA, Dinis Filipe. O GG, um novo fenómeno na pirataria marítima depois da Somália: Implicações globais para a Aliança Atlântica, para a União Europeia e para Portugal em particular. Trabalho de Investigação Individual do CPOS M. Pedrouços, 2016.

CARDOSO, João Victor. Cooperação Brasil-Nigéria: A Dimensão Material e Ideacional da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Nigéria no Campo da Bioenergia (1999-2013). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2019.

CEMLAWS AFRICA. Gulf of Guinea: Piracy-graphics 2020. Maritime Governance Brief, abril 2021, vol.2, n.2. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1k5y0CeiqdM5LdMkWX_jCgAOtEALTNKH3/view. Acesso em maio 2022.

COSTA, Guilherme. RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO XXI: DESAFIOS AO PODER NAVAL BRASILEIRO. O poder naval, a interdependência complexa e o espaço oceanopolítico brasileiro. Escola de Guerra Naval, 2016.

COSTA, Wanderley Messias da. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia., Revista USP. São Paulo. n. 95, 2012, p. 9-22. DÁVALOS, 2018, p. 195

DE LIMA, Maria Regina Soares, et al. Atlas de Política Brasileira de Defesa, 2017.

DEFESA. Disponível em: <https://www.defesa.tv.br/marinha-do-brasil-encerra-sua-participacao-no-exercicio-multinacional-obangame-express-2019/>. Acesso em 15 fev. 2020.

DUVAUCHELLE RODRÍGUEZ, Mario. La Geopolítica y la Oceanopolítica:

Sus Orígenes, Fundamentos y Relaciones; perspectiva chilena. Revista Marina, n. 835, novembro-dezembro, 1996.

ESTRATEGIA NACIONAL DE DEFESA (END). Brasil 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-edefesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em 12 outubro 2020.

FERREIRA, Sylvio; MIGON, Eduardo. Cooperação técnica em segurança & defesa: presença do Brasil na África. Revista Brasileira de Estudos Africanos. v.1, n.2, Jul./Dez. 2016, p. 94-111.

FIGUEIREDO, Moreno; DA SILVA, Marcos Valle. Obangame Express – uma “ponte estratégica” para o Golfo da Guiné. Rev. Esc. Guerra Nav., Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 405-435, maio/agosto 2022.

FIORI, Jose Luis. O Brasil e seu ‘entorno estratégico’ na primeira década do século XXI. Boitempo, 2013.

KAH, Henry K. Governança de recursos, conflito e insegurança no Golfo da Guiné no século XXI. Tensões Mundiais, v. 8, n. 15, p. 165 - 191, 22 out. 2018.

LIVROBRANCODEDEFESA NACIONAL (LBDN). Brasil 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em 12 outubro 2020.

LUZ, Margarida. A Pirataria no Golfo da Guiné: Como precaver a intensificação do fenómeno da insegurança no Golfo da Guiné e reconduzir a região a uma situação de estabilidade e segurança? Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2016.

MAHAN, Alfred T. The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783. Boston: Little, Brown, and Company, 1890.

MARINHA DO BRASIL. Site da Marinha. Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/. Acesso em 01 mar. 2020.

NEUMANN, Iver. A Region-Building Approach. In: SÖDERBAUM, F.; SHAW, T. M. (eds.). *Theories of New Regionalism*. London: Palgrave Macmillan, 2003.

NUNES, Carlos; SOUZA, Cristiano. A experiência da participação brasileira na Força-Tarefa Marítima da UNIFIL: uma abordagem sobre a potencial contribuição para a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Superior de Defesa. Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/1414/1/CARLOS%20NUNES_CRISTIANO%20SOUZA%20%289D%29.pdf. Acesso em 14 maio 2022.

OLIVEIRA, Ricardo. *Oil and Politics in Gulf of Guinea*. London: Hurst & Co/New York: Columbia University Press, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Site da Organização das Nações Unidas, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/especial-paises-do-golfo-da-guine-discutem-solucoes-contra-pirataria-na-regiao/>. Acesso em 28 jan. 2020. Acesso em 28 jan. 2020.

ONUOHA, F. C. Piracy and Maritime Security in the Gulf of Guinea: Trends, Concerns, and Propositions. *The Journal of the Middle East and Africa*, v. 4, n. 3, p. 267-293, 2013.

PLANO ESTRATÉGICO DA MARINHA (PEM 2040). Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada, Brasília-DF: 2020.

REIS RODRIGUES, Alexandre. A segurança no Golfo da Guiné. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. 2014.

RIZZI, Kamilla; DA SILVA, Isabella. A CPLP como mecanismo de atuação do Brasil no Atlântico Sul: a ampliação da cooperação, os desafios e a possibilidade de liderança. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v.2, n.4, pp. 32-63, Jul./Dez. 2017.

SEINER, Marcio. O Golfo da Guiné: Proposições para o combate à pirataria, considerando as práticas adotadas na costa da Somália. Tese de Conclusão de Curso. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2020.

STABLE SEAS. Stable Seas: Gulf of Guinea. One Earth Future. Março de 2020. Acesso em 25 out. 2021.

SUÁREZ DE VIVERO, Juan L. et al. The paradox of public participation in fisheries governance. The rising number of actors and the devolution process. *Marine Policy*, 2007.

VALENÇA, Marcelo; DUARTE, Daniel. The Sea as an Institution. In: MOREIRA, William; KENNEDY, Greg (ed.). *Power and the Maritime Domain: A Global Dialogue*, Corbett Centre for Maritime Policy Studies Series, Routledge, 2023.

VALENÇA, Marcelo M.; SILVA, Marcio Magno de Faria Franco e; RODRIGUES, Claudio Marin (coordenadores). *Oceanopolítica do Golfo da Guiné. Relatório Conclusivo de Pesquisa*. Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha do Brasil (CEPE-MB). 2020, 117 p, Rio de Janeiro. VISENTINI, Paulo; PEREIRA, Analúcia. O Atlântico Sul como espaço estratégico para o Brasil: Política Externa e de Defesa. In.: ARTURI, Carlos (org.). *Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança*, cap. 4, pp. 84-98, Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_38.pdf. Acesso em 14 maio 2022.

XAVIER, Tito. Disputa marítima entre Chile e Argentina: novo período de tensões? 14 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.atitoxavier.com/post/disputa-mar%C3%ADtima-entre-chile-e-argentina-novo-per%C3%ADodo-de-tens%C3%B5es#:~:text=%C3%89%20interessante%20analisar%20que%20em,jurisdicionais%20nas%20proximidades%20dessa%20regi%C3%A3o>. Acesso em 14 de nov. 2022.

PANORAMA DO CONHECIMENTO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA ENTRE OFICIAIS DE ESTADO- MAIOR DA MARINHA

Luiz Octávio Gavião¹

Adriano Lauro²

Vinicius Wittig Vianna³

Valdenize Pereira Oliveira⁴

Luíza Sonegheti Coli⁵

RESUMO

O artigo tem por finalidade realizar uma avaliação exploratória com egressos e atuais discentes dos cursos de altos estudos militares da Marinha, acerca de seus conhecimentos sobre ciência, tecnologia e inovação. Esse conhecimento é essencial ao Oficial de Marinha e deve receber especial atenção nas escolas do Ministério da Defesa. O mundo vive a era do conhecimento, evoluindo nessas áreas em ritmo sem precedentes na história, sendo essencial avaliar se o preparo acadêmico está acompanhando essa evolução. No novo milênio a inovação disruptiva ocorre constantemente, impondo a obsolescência também na área de defesa, que deve primar pelo estado da arte para manter sua capacidade operativa e credibilidade para a

1 Professor Adjunto II do Magistério Superior na Escola Superior de Guerra (Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa - PPGSID). Doutor em Engenharia de Produção pela UFF. Email: luiz.gaviao67@gmail.com/ ORCID: 0000-0003-3580-7085.

2 Professor da Escola de Guerra Naval (Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos - PPGEM). Doutor em Administração pelo COPPEAD/UFRJ. Email: adlauro@gmail.com/ ORCID: 0000-0001-6952-0002.

3 Mestre em Energia pela UFES. Atualmente vinculado ao doutorado do Programa de Pós Graduação em Estudos Marítimos- PPGEM. Email: viniciuswv@gmail.com/ ORCID: 0000-0001-9267-2290

4 Professora da Fundação de Estudos do Mar- Femar. Doutoranda em Estudos Marítimos pelo PPGEM-EGN. Email: valdenizepoliveira@gmail.com/ORCID: 0000-0002-2029-7986.

5 Cursando Shipbroking and Chartering na LLOYD'S Maritime Intititute de Lomndres. Bacharel em Relações Internacionais, especialista em Gestão Operação Portuária. Email: luizasonegheti@gmail.com/ luiza.coli@sulnorte.com.br/ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3123-0357>.

dissuasão. A pesquisa recorreu a Oficiais com e sem experiência em programas e projetos estratégicos da própria Força, com qualificação suficiente para estabelecerem suas preferências às questões propostas. A metodologia quantitativa explorou o Processo de Análise Hierárquica (AHP), método consagrado na literatura científica, juntamente com testes e gráficos estatísticos para verificar a significância dos resultados, referentes às preferências dos Oficiais em relação aos objetivos da Política Nacional da Base Industrial de Defesa (PNBID) e ao Portfólio de Programas Estratégicos da Marinha. Os resultados indicaram que os especialistas estimam o Programa Nuclear e o SisGAAz com maior potencial de contribuição à PNBID, enquanto o Programa Mentalidade Marítima obteve os menores escores. Os Especialistas também consideraram que o principal objetivo da PNBID é a formação continuada de recursos humanos, pois são essenciais para liderar processos, treinar novos quadros e identificar os sistemas e equipamentos essenciais para inovar e impulsionar novas tecnologias.

Palavras-chave: Portfólio de Programas Estratégicos; Marinha do Brasil; AHP; PNBID; Indústria de Defesa.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem por finalidade realizar uma avaliação exploratória com egressos e atuais discentes dos cursos de altos estudos militares da Marinha, acerca de seus conhecimentos sobre ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Esse tema foi motivado por dois aspectos de considerável relevância. Primeiramente, o mundo vive a era do conhecimento, em que a área de CT&I evolui em ritmo sem precedentes na história, sendo essencial avaliar se a oficialidade mais bem preparada intelectualmente está acompanhando essa evolução (FRIEDL, TALBOT, et al., 2019, RICHARDSON, JENKINS, et al., 2017). Há algumas décadas o desenvolvimento científico era lento e incremental, porém no novo milênio a inovação disruptiva ocorre constantemente, impondo a obsolescência a bens e serviços com poucos recém-lançados no mercado (LELE, LELE, et al., 2019). Isto é sensível para a área de defesa, em busca permanente pelo estado da arte para manter sua capacidade operativa e credibilidade para a dissuasão (O'HANLON, 2018). Nesse contexto, o conhecimento sobre CT&I é essencial ao Oficial de Marinha e deve receber especial atenção nas escolas de altos estudos do

Ministério da Defesa (WIESER, 2020)(TONG, WU, 2022).

Secundariamente, foi publicada recentemente a Política Nacional da Base Industrial de Defesa (PNBID)⁶, que tem como finalidade garantir a competitividade e autonomia da Base Industrial de Defesa (BID), em tecnologias estratégicas e indispensáveis à defesa nacional (BRASIL, 2022b). No caso específico das Forças Singulares, a PNBID pode ser alavancada por seus Programas Estratégicos, que serão gerenciados ou apoiados por essa oficialidade detentora da mais elevada formação acadêmica do Ministério da Defesa. Os Programas Estratégicos contribuem diretamente ao atendimento dos seis objetivos da PNBID, aqui sintetizados: I - estimular a produção de conhecimento e a geração de propriedade intelectual por instituições com atuação em pesquisa, desenvolvimento e inovação em matéria de bens e serviços de defesa; II - incentivar a integração das ações referentes à ciência, à tecnologia e à inovação como fator indutor do desenvolvimento produtivo da BID; III - incentivar a formação continuada de recursos humanos para a BID; IV - reduzir a dependência externa de bens e serviços de defesa; V - aprimorar a qualidade tecnológica dos bens e dos serviços de defesa produzidos e desenvolvidos no país; e VI - aumentar a competitividade da BID para expandir as exportações de bens e serviços de defesa produzidos e desenvolvidos no país (BRASIL, 2022b).

Adicionalmente, por se tratar de uma política pública, as Forças Singulares precisarão, em breve, assessorar o Ministério da Defesa quanto ao atendimento dos objetivos da PNBID, para prestar contas à sociedade e melhorar sua gestão (FILGUEIRAS, QUEIROZ, 2021). A própria participação nesta pesquisa já atua como incentivo aos oficiais para o engajamento em assuntos de CT&I de interesse da Marinha, antecipando futuros processos de tomada de decisão em relação aos Programas Estratégicos (SIMÕES, 2006, 2018).

Apesar de iniciativas importantes do governo, através da Estratégia Nacional de Defesa (END) em 2008, do Livro Branco de Defesa Nacional em 2012, com o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED) e da Lei nº 12.598, em 2012, que cria o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), é importante notar que ainda não havia uma Política Nacional específica para a BID, que centralizasse as orientações estratégicas voltadas à promoção da indústria de defesa, abrangendo os pontos tratados nas legislações anteriores. De fato, a PNBID envolveu

6 A Política Nacional da Base Industrial de Defesa (PNBID) foi publicada no Decreto N° 11.169, de 10 de agosto de 2022.

outros setores da Administração Pública na discussão, normatização e engajamento na temática de defesa de maneira direta, a exemplo dos Ministérios da Economia e Ciência e Tecnologia, e indiretamente, do Ministério da Educação (BRASIL, 2005, 2008, 2012a, b).

A opção por realizar um estudo de caso se deveu pela oportunidade gerada com a nova política pública do setor de defesa, que ainda carece de uma estratégia decorrente, com ações, metas, indicadores, prazos, entre outras atividades de monitoramento e controle. Em paralelo, o estudo de caso simplifica o escopo da pesquisa, orientando métodos e análises.

Para atender à finalidade do estudo, três questões de pesquisa foram elaboradas, para guiar a metodologia científica e orientar a análise dos resultados:

- Questão 1: os resultados do estudo de caso, estimados pelos autores antes da pesquisa, foram confirmados? Essa questão permite verificar se o conhecimento geral dos entrevistados e o modelo de cálculo refletiram as expectativas iniciais. Alguns Programas apresentam características afins a CT&I, enquanto outros são menos aderentes. Dessa forma, a pontuação dos primeiros precisam ser altas, enquanto os programas menos aderentes à PNBID devem receber pontuações menores.

- Questão 2: Houve diferença estatisticamente significativa entre as respostas dos Oficiais com experiência na área de CT&I e os Oficiais com formação mais “generalista”? Essa questão permite identificar se existe similaridade ou discrepância entre o conhecimento de CT&I dos dois grupos da amostra de entrevistados, indicando pontos para melhoramento dos currículos dos cursos, nos casos de falta dessa aderência.

- Questão 3: Quais as contribuições dos Programas Estratégicos aos objetivos da PNBID? Essa questão antecipa o assessoramento da Marinha, no que se refere ao contexto de prestação de contas a uma política pública. Cada Programa pode contribuir diferentemente aos objetivos da PNBID e essa identificação orienta o esforço da Marinha em relação a sua contribuição à PNBID.

A metodologia, detalhada na Seção 3, foi estruturada com base no Processo de Análise Hierárquica (AHP), com entrevistas realizadas sob a forma de questionários padronizados, com uma amostra de 42 Oficiais egressos ou ainda discentes dos cursos de altos estudos da Marinha, sendo 23 com experiência em assuntos de CT&I e 19 com formação “generalista”, sem oportunidades de serviço em áreas mais afetas aos Programas Estratégicos. Esse grupo foi doravante designado por “Não Especialistas”.

A escolha pelo AHP se deveu às evidências na literatura científica sobre o uso desse método aos problemas de apoio à decisão na área de defesa. Por exemplo, em âmbito nacional, é possível destacar as aplicações do AHP em (BORGES, GAVIÃO, 2023), que analisaram as relações governamentais na última versão do Plano Estratégico da Marinha (PEM-2040); (SALGADO, GAVIÃO, et al., 2023) avaliaram uma amostra de navios para pesquisa polar, em apoio ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR); (MAÊDA, COSTA, et al., 2021) exploraram o AHP com o TOPSIS para avaliar aeronaves para a Marinha; (GOMES, RODRIGUES, COSTA, DOS SANTOS, 2023) utilizaram o AHP como base para subsidiar a decisão de seleção de um navio de guerra de médio porte a ser construído no Brasil; (MADEU, PELLANDA, et al., 2021) priorizaram tecnologias com base em quantidades de patentes. No âmbito internacional, o AHP foi explorado por (WIEJAK, GRZELAK, et al., 2023) para avaliar a mobilidade de viaturas logísticas polonesas; (RADOVANOVIĆ, PETROVSKI, et al., 2021) associaram o AHP ao VIKOR para selecionar aeronaves não tripuladas na Sérvia; (KIM, LIM, 2021) analisaram a capacidade de combate de fragatas sul-coreanas; (SIMPLÍCIO, GOMES, et al., 2017) aplicaram o AHP para priorizar projetos navais da Marinha Portuguesa; (HAN, SUNG, et al., 2016) avaliaram modos de transporte entre Taiwan e outras ilhas regionais; e (MICHAELI, HOU, et al., 2014) usaram o AHP para analisar sistemas de armas e seus enlaces.

Após a seção introdutória, a Seção 2 apresenta os Programas Estratégicos da Marinha e a Seção 3 mostra a inserção de disciplinas e assuntos sobre CT&I nos cursos de altos estudos da Marinha. A Seção 4 detalha a metodologia quantitativa explorada, com base no AHP e em testes de hipótese. A Seção 5 analisa os resultados e, por fim, a Seção 6 conclui a pesquisa.

1. PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DA MARINHA

O Portfólio Estratégico da Marinha é composto por cinco Programas, conforme descreve a Circular no 1/2023 do Estado Maior da Armada (BRASIL, 2023a).

1.1 Programa Estratégico Modernização do Poder Naval

O Programa de Modernização do Poder Naval inclui

subprogramas e projetos relacionados à obtenção de meios: o Programa de Submarinos (PROSUB), com o propósito de capacitar a Marinha em desenvolver projetos, construir submarinos convencionais e com propulsão nuclear, mediante transferência de tecnologia e, paralelamente, capacitar o setor industrial brasileiro; o Projeto Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), conduzido sob o escopo do Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER), com o objetivo de promover a renovação da Esquadra com quatro navios modernos, de alta complexidade tecnológica, construídos no país, com previsão de entrega para o período entre 2025-2029; o Programa de Obtenção de Meios Hidroceanográficos (PROHIDRO), desde 2016, que contempla a obtenção de navio com a capacidade de operar em águas polares, para substituir o Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel, construído em 1981, para apoiar logisticamente o PROANTAR, contribuindo para a segurança da navegação na região Antártica, por meio da realização de levantamentos hidrográficos; e os subprogramas relacionados à manutenção e consolidação do poder de combate do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), como o PROADSUMUS, visando a aumentar a capacidade operacional da Marinha para o atendimento de sua missão constitucional, garantindo-lhe o caráter anfíbio e expedicionário. Sob o ponto de vista econômico, uma das características deste Programa é o seu potencial para alavancar o desenvolvimento da indústria nacional e segmentos correlatos, favorecendo o estabelecimento de “clusters marítimos”, com geração de empregos qualificados, diretos e indiretos (BRASIL, 2023b, a).

Esse Programa Estratégico também inclui duas outras relevantes iniciativas: o Programa de Obtenção de Navios-Patrolha (PRONAPA), que contempla um conjunto de projetos de obtenção de Navios-Patrolha, abrangendo, também, meios distritais de requisitos técnicos operacionais, similares ou inferiores àqueles relativos aos Navios-Patrolha Oceânicos, os quais serão empregados em ações ou operações navais de apoio às atividades afetas à inspeção naval, à fiscalização nas AJB, conforme a legislação brasileira, bem como nas ações e operações navais específicas dos Comandos Distritais; o Programa de Obtenção de Meios Aeronavais (PROAERO), que contempla um conjunto de projetos que têm como propósito a aquisição de aeronaves de asa fixa, rotativa e/ou remotamente pilotadas para missão de combate e apoio, simuladores de voo tático para helicópteros, helicópteros de emprego geral de médio e pequeno porte e helicópteros de instrução; e o Programa Esporão, que

contempla um conjunto de projetos de desenvolvimento e aquisição, em nível nacional, de armamento do tipo míssil, de modo a eliminar a dependência estrangeira. A consequente conquista de novas tecnologias possibilitará a modernização do nosso parque industrial e aprimorará a qualidade intelectual de nossos profissionais da área de defesa (BRASIL, 2023a).

1.2 Programa Estratégico Obtenção da Capacidade Operacional Plena

A Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP) tem como propósito a manutenção ou modernização de instalações e meios existentes, incluindo a manutenção de dotações de sobressalentes, armas e munições. Além disso, o Programa está alinhado com o Objetivo Nacional de Defesa constante da Política Nacional de Defesa para a promoção da autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa, que prevê a incorporação de tecnologias com conteúdo nacional de uso dual, com perspectivas relevantes de geração e sustentação de empregos diretos e indiretos (BRASIL, 2023b, a).

A OCOP envolve um conjunto de subprogramas relevantes, entre os quais o Programa de Planejamento e Gerenciamento dos Períodos de Manutenção (PM) e de Modernização de Meios (PROGEM), que tem como propósito a execução da manutenção e modernização de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, mediante a obtenção de bens e a contratação de serviços necessários para esse fim. Nele se incluem o Projeto Modernização das Aeronaves AF-1, para sete aeronaves, com a inclusão de inspeções gerais e revisão geral de motores, mudança do sistema elétrico da aeronave e piloto automático, incorporação de sensores e rádios, integração dos equipamentos do motor e sistema de defesa das aeronaves, além de pacotes de apoio técnico e publicações e pacote de suporte logístico; o Projeto Modernização das Aeronaves AH-11A (Super Lynx), para seis aeronaves, com a substituição dos motores, instalação de novos aviônicos, instalação de displays compatíveis com óculos de visão noturna e computador de missão, além de um pacote inicial de sobressalentes e treinamento de pessoal (BRASIL, 2023a).

O Programa OCOP também inclui o Programa de Manutenção da Capacidade de Combate (PROCOMBATE), que tem como propósito o aprestamento dos sistemas de armas dos navios da

Marinha e a revitalização da estrutura do Sistema de Comunicações, por meio da manutenção dos níveis de munição convencional e inteligente, da modernização dos sistemas de combates dos navios e submarinos e pela aquisição, quando necessária de armas, acessórios, equipamentos bélicos e sensores. O PROCOMBATE envolve o Projeto Aquisição de Munição Inteligente, o Projeto Modernização SICONTA MK II – FCN – Fênix e o Projeto Reestruturação do Sistema de Comunicações da Marinha (SISCOM) (BRASIL, 2023a).

1.3 Programa Nuclear da Marinha

O Programa Nuclear da Marinha (PNM) é de grande relevância estratégica para o Poder Naval, por considerar que seus dois projetos principais – Ciclo do Combustível Nuclear e a Planta Nuclear Embarcada – são fundamentais para o projeto e construção do submarino convencionalmente armado com propulsão nuclear, meio que conferirá nova dimensão à Defesa Nacional. Adicionalmente, representa um efeito multiplicador do esforço tecnológico da Marinha, concretizado pela grande variedade de materiais, componentes e equipamentos que passarão a ser projetados e fabricados no país. O conhecimento alcançado com o domínio do ciclo do combustível também tem caráter dual em prol dos setores energético, saúde e agroindustrial, entre outros (BRASIL, 2023b, a).

OPNM envolve os seguintes projetos: o Projeto Construção do Laboratório de Geração Nucleoelétrica (LABGENE), para a construção e operação do Laboratório de Geração Nucleoelétrica (LABGENE), que é protótipo que servirá de modelo para a posterior construção de um reator nuclear destinado a gerar energia para a propulsão naval, bem como desenvolver as respectivas atividades de apoio; o Projeto Manutenção e Operação das Unidades de Tecnologia Nuclear da Marinha Descrição, para a obtenção de bens e contratação de serviços necessários à manutenção do conhecimento adquirido, à operação, funcionamento e apoio logístico às unidades da Marinha, de modo a viabilizar pesquisas afetas à tecnologia nuclear (BRASIL, 2023a).

1.4 Programa Estratégico SisGAAz

A missão do SisGAAz é monitorar e proteger, continuamente, as áreas marítimas de interesse e as águas interiores, seus recursos vivos e

não vivos, seus portos, embarcações e infraestruturas, em face de ameaças, emergências, desastres ambientais, hostilidades ou ilegalidades, a fim de contribuir para a segurança e a defesa da Amazônia Azul e para o desenvolvimento nacional” (LAMPERT, COSTA, 2020).

A “Amazônia Azul” possui cerca de 5,7 milhões de quilômetros quadrados, contemplando espaços marítimos, rios e lagos sob jurisdição brasileira. Uma imensidão de riquezas com vertentes econômica, científica, ambiental, cuja proteção e garantia da soberania requerem constante aprimoramento e integração de esforços de setores, instituições e segmentos da sociedade. Pesca, turismo, transporte marítimo, exploração de petróleo, bioenergia e preservação de sítios ambientais são algumas das atividades que pulsam no seio desse patrimônio nacional, com caminhos infinitos para a prosperidade (LAMPERT, COSTA, 2020).

O conceito operacional do sistema original do SisGAAz foi readequado para espelhar a visão e o escopo do projeto piloto, fortemente centrado nas atividades de patrulha naval, inspeção naval, e socorro e salvamento. Para esse fim, o SisGAAz precisa se conectar às redes da Polícia Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, da Receita Federal, da Petrobras, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), entre outros órgãos e empresas capazes de fomentar e compartilhar mais rapidamente as informações pertinentes e necessárias para a proteção da “Amazônia Azul”. O sistema brasileiro facilitará o planejamento das operações e reduzirá custos, principalmente em torno de patrulhamento e deslocamento de pessoal, permitindo monitorar e tomar decisões mais oportunas para combater crimes ambientais, pesca ilegal, acessos não autorizados às áreas sob jurisdição nacional, entre outras ações (LAMPERT, COSTA, 2020).

O SisGAAz envolve os diversos projetos: o Sistema de Consciência Situacional Unificada (SCUA-2), ao aprimoramento do Sistema de Consciência Situacional Unificada por Aquisição de informações Marítimas (SCUA), que envolve a atualização do software, incorporação dos sensores dos navios da Marinha com o Centro de Integração de Sensores e Navegação Eletrônica (CISNE) e o Sistema de Comando e Controle Georreferenciado (SisC2Geo), serviço para troca de dados com o Sistema de Planejamento de busca e salvamento “Search and Rescue” (SPAD-SAR) e a definição da interface para obtenção de dados do sistema de gerenciamento de combate da Fragata Classe Tamandaré, para o Sistema

Naval de Comando e Controle (SisNC2); o Projeto Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM), ao desenvolvimento de nova versão desse sistema, em atendimento às demandas internacionais da Organização Marítima Internacional (IMO) em relação ao “Longe-Range Identification and Tracking of Ships” (LRIT) e o Módulo Inicial de Análise de Inteligência Marítima; o Projeto Encomenda Tecnológica (ETEC), para a encomenda tecnológica para pesquisa e desenvolvimento de um sistema de monitoramento marítimo nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) até o limite de 200 milhas náuticas das linhas de base, incluindo algoritmos de fusão de contatos de múltiplas fontes, soluções de inteligência artificial para análise do tráfego e a implantação da infraestrutura de sensoriamento (BRASIL, 2023a).

2.5 Programa Estratégico Mentalidade Marítima

O programa atua na conscientização da sociedade em três níveis de inserção. Prevê ações de comunicação estratégica que avivem a consciência coletiva nacional para o fato de que o Brasil começou pelo mar e com ele deve buscar sua realização plena. Em seguida, uma forte atuação no nível dos atores governamentais com o intuito de promover um pensamento estratégico marítimo autóctone, fomentador de políticas públicas assertivas relacionadas ao mar. Em terceiro nível, enfoca o principal elemento e núcleo maduro do Poder Marítimo, os homens e mulheres do mar, que têm suas vidas a ele diretamente relacionadas. Estimula o sentimento de pertencimento desses atores à comunidade marítima brasileira e sua interação sinérgica em prol dos interesses nacionais (BRASIL, 2023b, a).

Ele é composto pelo Planejamento e Gerenciamento dos Períodos de Manutenção (PM) de Meios Navais de Pesquisa, que reúne um conjunto de projetos que tem como propósito a obtenção de bens e contratação de serviços necessários à execução dos Períodos de Manutenção (PM), Revitalização e Modernização dos meios navais que realizam atividades de hidrografia, oceanografia, cartografia, sinalização náutica, meteorologia e de apoio logístico a essas atividades; e pelo Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), reunindo projetos com o propósito de Revitalização/Modernização das Instalações, Equipamentos e Sistemas atinentes às atividades logísticas e de gerenciamento em apoio às Pesquisas científicas relacionadas ao ambiente Antártico (BRASIL, 2023a).

A próxima seção aborda o currículo e algumas atividades do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) no qual foram captados os respondentes para a pesquisa. Essa descrição apresenta tanto a qualificação quanto o preparo a que são submetidos para a compreensão da PNBID e dos Programas Estratégicos da MB.

2. CURRÍCULO DOS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS EM CT&I

A Escola de Guerra Naval (EGN) é o órgão da Marinha do Brasil que concentra a preparação dos Oficiais para a formulação de políticas, estratégias e doutrinas de alto nível. Por sua vez, o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) que tem duração 45 semanas e acolhe Capitães de Mar e Guerra, Coronéis do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, servidores civis de órgãos públicos e da Marinha do Brasil, capacita seus alunos a analisarem entre outros aspectos, os arranjos de Forças atuais e futuras da Marinha para o atendimento da PND e END (BRASIL, 2012c, 2022a, 2023a).

O Curso é estruturado em três grandes blocos. No primeiro são abordados conhecimentos sobre gestão e logística; em um segundo bloco o foco é nas políticas de interesse da MB, com exame de temas atuais e de interesse da Alta Administração Naval, cujos trabalhos são apresentados ao Comandante da Marinha e ao Almirantado ao final do ano acadêmico; por fim, um terceiro bloco no qual são debatidas as conjunturas nacionais e internacionais, elaborados cenários prospectivos que servem como subsídios para a formulação de uma concepção estratégica e o planejamento decorrente (BRASIL, 2022a).

Assim, nos três blocos são abordados temas de CT&I, com destaque para viagens de estudo para São Paulo e Brasília, com duração de cerca de uma semana cada, na qual as potencialidades da BID e elaboração de políticas são examinadas de perto. Essas visitas incluem a sede da FIESP, ao Centro Tecnológico da Marinha em (CTEMSP-ARAMAR, às empresas Atech, SIATT e EMBRAER, todas em São Paulo. Em Brasília, assistiram apresentações realizadas no Estado-Maior da Armada sobre os Programas Estratégicos da Marinha. Além dessas viagens, também visitaram o Estaleiro da Base Naval de Itaguaí- RJ.

Também, são ministradas disciplinas teóricas de orçamento e controle (12 horas), logística de defesa (56 horas), Economia Marítima de

Defesa (20 horas), Economia do Mar e Governança dos Oceanos (8 horas), Política Marítima (56 horas), Estratégia Marítima (204 horas), totalizando 356 horas voltadas diretamente para assuntos afetos à BID (BRASIL, 2022a).

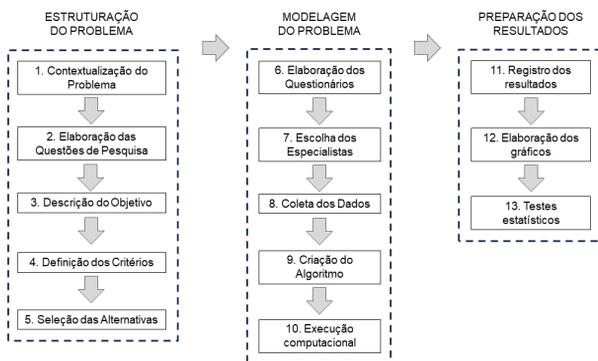
Em 2023, os alunos também participaram de 2 colóquios diretamente relacionados aos Projetos Estratégicos da Marinha, organizados pelo Centro de Estudo e Pesquisas da Marinha (CEPE-MB), com participação de autoridades civis e militares.

Ao final do Curso, espera-se que os alunos estejam capacitados a assessorar em alto nível à Administração Naval, ao ser oferecido amplo repertório sobre os projetos estratégicos da Marinha e à BID.

A Seção 4 descreve a metodologia empregada e as técnicas quantitativas utilizadas para a interpretação e análise das respostas obtidas.

3. METODOLOGIA

A abordagem do problema envolveu as etapas constantes da Figura 1.

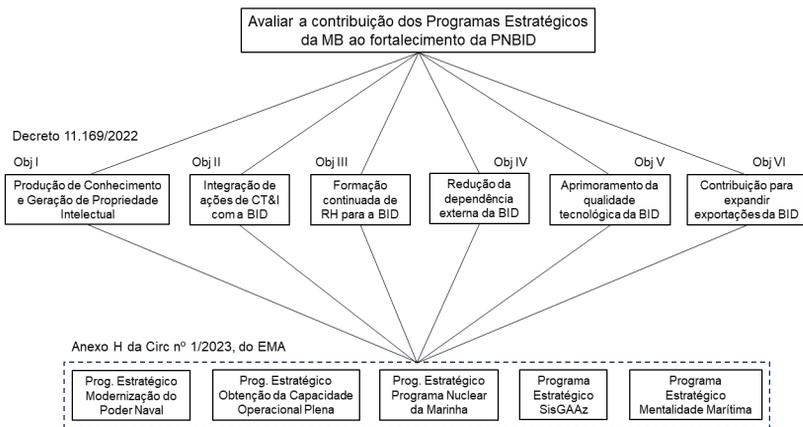


Fonte: Autores, 2023.

Na estruturação do problema, foram realizadas cinco etapas: a contextualização do problema, a elaboração das questões de pesquisa, a descrição do objetivo, a definição dos critérios e a seleção das alternativas.

Na seção introdutória o problema foi contextualizado, as três questões de pesquisa apresentadas e descrito com clareza o objetivo da pesquisa, que é avaliar os conhecimentos sobre ciência, tecnologia e inovação (CT&I) dos egressos e discentes dos cursos de altos estudos da Marinha, através de uma abordagem exploratória e delimitada à contribuição dos Programas Estratégicos ao fortalecimento da PNBID. Os critérios escolhidos para essa avaliação foram os próprios objetivos da PNBID e as alternativas os respectivos Programas Estratégicos. Dessa forma, a seguinte árvore hierárquica definiu a estrutura do problema, conforme a Figura 2.

Figura 2 – árvore hierárquica



Fonte: Autores, 2023.

Na modelagem do problema foram realizadas cinco etapas: a elaboração dos questionários, a escolha dos especialistas, a coleta dos dados, a criação do algoritmo e a execução computacional. Os questionários seguem a estrutura usual dos modelos do AHP, incluindo uma seção inicial com informações sobre a qualificação dos especialistas. As demais perguntas se referem a avaliações par a par dos critérios e dos programas estratégicos, que o especialista julgou em cada nível hierárquico. Por necessidade de concisão do texto, o questionário não foi incluído no artigo, porém se encontra disponível por solicitação aos autores.

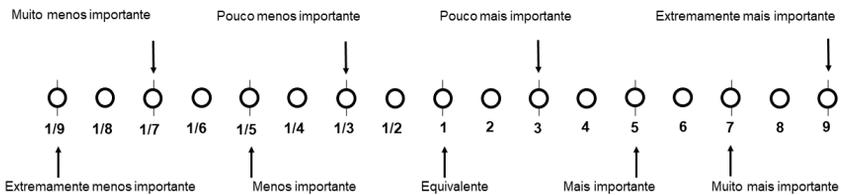
Em seguida foi selecionada uma amostra de 44 respondentes. Dessa amostra, dois não retornaram a pesquisa, sendo então distribuídos 23 no grupo de Especialistas e 19 no grupo de Não Especialistas em CT&I.

A experiência em CT&I do Grupo 1 advém de diferentes maneiras, por exemplo através da atuação ou gerência em atividades relacionadas aos respectivos programas estratégicos e o segundo grupo sem essa experiência na carreira e através dos cursos de mestrado e doutorado em programas de CT&I de instituições de ensino superior. Esses dados foram coletados por formulários e registrados pelos autores em planilha do Excel, com dupla checagem para evitar erros de transcrição.

Após a coleta dos dados, o algoritmo de cálculo do AHP foi preparado para modelar as avaliações dos Especialistas. Esse processo é composto por uma sequência de procedimentos para obter os pesos finais dos programas estratégicos, cujo maior valor indica o programa julgado preferencial para a amostra de especialistas. As avaliações são realizadas com base em uma escala psicométrica, proposta por (SAATY, 1980, 1990), em que o respondente compara par a par as variáveis e associa seu julgamento a um valor dessa escala. No questionário foram apresentadas três ilustrações de avaliação nessa escala. Por exemplo, se um respondente avalia que o Critério 1 é “mais importante” que o Critério 2, sua pontuação no formulário deveria indicar o valor “5” para essa relação e o valor “1/5” para a relação inversa, ou seja, a avaliação do Critério 2 em relação ao Critério 1.

O AHP requer o uso da escala de 9 pontos, descrita na Figura A1, para coletar os dados das avaliações paritárias.

Figura A1 - Escala de 9 pontos de Saaty



Fonte: (SAATY, 1980, 1990).

Após completar a matriz de avaliações paritárias, equivalente à Equação (1), a sequência de Equações (2) a (6) são aplicadas no cálculo do AHP, para obter os pesos dos critérios e dos programas estratégicos, além da Razão de Consistência (RC) das avaliações. A literatura registra algumas técnicas de cálculo dos pesos do AHP, sendo a proposta original decorrente da álgebra linear, designada de modelo dos autovalores. As equações aqui listadas são oriundas de (LIU, LIN, 2016). O valor de corte considerado para a RC é normalmente de 10%, abaixo da qual os julgamentos do especialista são considerados logicamente consistentes.

Existem algoritmos em diversos tipos de softwares que agilizam esses cálculos, desde o MS Excel ao Python, Julia e R.

$A = \begin{bmatrix} 1 & a_{12} & \dots & a_{1n} \\ \frac{1}{a_{12}} & 1 & \dots & a_{2n} \\ \vdots & \vdots & \ddots & \vdots \\ \frac{1}{a_{1n}} & \frac{1}{a_{2n}} & \dots & 1 \end{bmatrix} \quad (1)$	
$w_i = \frac{\left(\prod_{j=1}^n a_{ij} \right)^{1/n}}{\sum_{i=1}^n \left(\prod_{j=1}^n a_{ij} \right)^{1/n}} \quad (2)$	
$A^s = \begin{bmatrix} 1 & a_{12} & \dots & a_{1n} \\ \frac{1}{a_{12}} & 1 & \dots & a_{2n} \\ \vdots & \vdots & \ddots & \vdots \\ \frac{1}{a_{1n}} & \frac{1}{a_{2n}} & \dots & 1 \end{bmatrix} \times \begin{bmatrix} w_1 \\ w_2 \\ \vdots \\ w_n \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} w_1 \\ w_2 \\ \vdots \\ w_n \end{bmatrix} \quad (3)$	
$\lambda_{\max} = (1/n) \times (w_1' / w_1 + w_2' / w_2 + \dots + w_n' / w_n) \quad (4)$	
$IC = \frac{\lambda_{\max} - n}{n - 1} \quad (5)$	
$RC = \frac{IC}{IR} \quad (6)$	

Em que:

A: matriz de avaliações paritárias de um Especialista

a_{ij} : valor da avaliação paritária correspondente à escala de Saaty

w_i : autovetor das alternativas (pesos dos critérios e alternativas)

λ_{\max} : autovalor máximo da matriz recíproca

IC: Índice de Consistência

RC: Razão de Consistência

IR: Índice Aleatório (“randômico”), calculado com base na tabela de referência com a razão da matriz (Tabela A1).

Tabela A1 - valores de Índices Aleatórios do AHP

Razão da matriz (quantidade de variáveis)	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Índice Aleatório (IR)	0	0	0,58	0,9	1,12	1,24	1,32	1,41	1,45

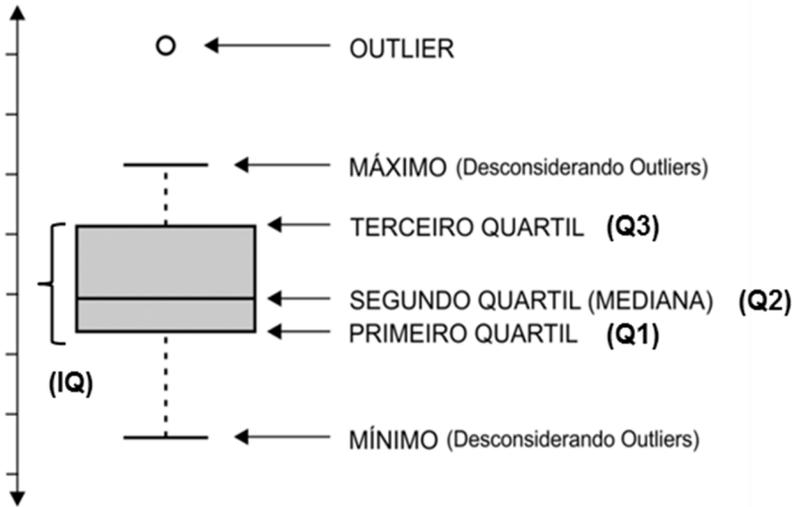
Fonte: Saaty (1980).

De maneira geral, o AHP requer considerável esforço dos especialistas, pois precisam realizar diversas avaliações, de maneira proporcional à dimensão da árvore hierárquica. A literatura científica registra diversas pesquisas que buscam reduzir esse esforço. Nesta pesquisa foi explorada a abordagem de (GAVIÃO, LIMA, et al., 2021), que usa o princípio lógico da transitividade aditiva para limitar a coleta de dados dos especialistas. Esse princípio também foi referenciado em (ALONSO, CHICLANA, et al., 2008), (ALONSO, CABRERIZO, et al., 2009) e (LI, DONG, et al., 2019). A execução computacional foi realizada no software R.

Por fim, os resultados foram preparados, sendo registrados em planilha e exportados para a produção de gráficos tipo boxplot, que descrevem graficamente o conjunto de respostas e testes estatísticos para verificar a significância das diferenças dos resultados. Os gráficos tipo boxplot são normalmente usados quando existe considerável dispersão dos valores das amostras, tendo por parâmetros os resultados da estatística descritiva dos dados, conforme a Figura 3. A estrutura básica do gráfico é constituída por uma caixa (box), que assume forma retangular, por uma mediana (interior da caixa e simbolizada por Q2), por hastes (whisker), assemelhando-se à letra “T”, representativa dos valores compreendidos entre a caixa e os valores limites, inferior e superior, do conjunto de dados.

Os valores considerados “outliers” são identificados quando superam 1,5 vez a distância interquartílica (IQ), estando abaixo do Q1 ou acima do Q3.

Figura 3 – desenho genérico de um boxplot



Fonte: adaptado de (NETO, SANTOS, et al., 2017).

A informação visual identificada nos gráficos boxplot podem ser confirmadas através de testes estatísticos. O teste de Wilcoxon para duas amostras não pareadas (também conhecido como teste da soma de postos de Wilcoxon ou teste de Mann-Whitney) é uma alternativa não paramétrica ao teste t para duas amostras, que pode ser usado para comparar dois grupos independentes de dados, que não são distribuídos normalmente (SIEGEL, TUKEY, 1960).

Nos testes de hipótese, em geral consideramos um nível de confiança de 95% para rejeitar ou não a hipótese nula. Nessa pesquisa, a hipótese nula assume que a diferença entre as medianas não é significativa, sendo o contrário para a hipótese alternativa. Após o cálculo do teste, quando o parâmetro denominado “p-valor” é inferior a “0,05” (referente ao nível de 95%), a hipótese nula é rejeitada, sendo então aceitável considerar que se trata de medianas diferentes.

Na seção seguinte é realizada a análise dos resultados obtidos nos questionários à luz do método e das técnicas descritas na metodologia. Ela é composta por 3 subseções nas quais são estudados os pesos dos critérios utilizados (objetivos da PNBID), o resultado agregado dos programas, e a

contribuições dos critérios nos resultados dos programas.

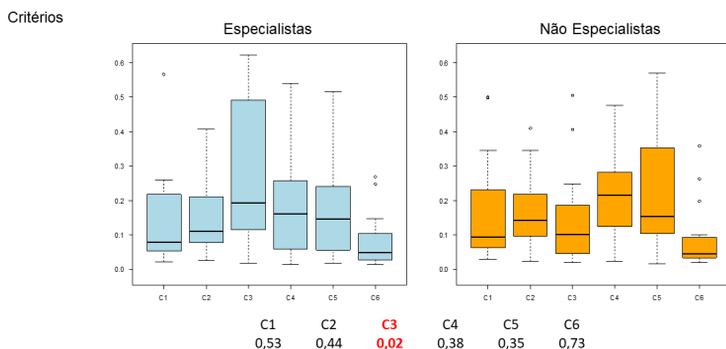
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados dos questionários foram segmentados, para verificar e comparar o desempenho dos programas, tanto de maneira geral, quanto dos seus desempenhos em cada critério.

4.1. Pesos finais dos Critérios – objetivos da PNBID

A Figura 4 descreve os resultados obtidos das avaliações dos critérios na qual os valores mais altos indicam que os especialistas atribuem mais importância àquele critério em relação aos demais. A diferença visual dos resultados entre os Especialistas e os Não Especialistas foi submetida ao teste de Wilcoxon, indicando que as respostas do Critério 3 foram significativamente diferentes (p-valor igual a 0,02)⁷. Nesse caso, as respostas dos Não Especialistas foram descartadas, sendo consideradas somente às descritas na Tabela 1.

Figura 4 – pesos dos critérios



O teste de Wilcoxon para duas amostras não pareadas (também conhecido como teste da soma de postos de Wilcoxon ou teste de Mann-Whitney) é uma alternativa não paramétrica ao teste t para duas amostras, que pode ser usado para comparar dois grupos independentes de dados. Ele é usado quando seus dados não são distribuídos normalmente.

Fonte: Autores, 2023.

⁷ Os demais p-valores foram os seguintes: C1 (0,53), C2 (0,44), C4 (0,38), C5 (0,35) e C6 (0,73).

Tabela 1 – estatística descritiva dos pesos dos critérios (Especialistas)

Crítérios	Min.	Q1	Mediana	Média	Q3	Max.
C1	0,022	0,053	0,078	0,140	0,217	0,567
C2	0,025	0,077	0,110	0,148	0,212	0,407
C3	0,017	0,115	0,193	0,275	0,492	0,623
C4	0,013	0,060	0,161	0,190	0,258	0,540
C5	0,017	0,056	0,147	0,169	0,242	0,516
C6	0,013	0,027	0,050	0,078	0,103	0,269

Fonte: Autores, 2023.

O gráfico das respostas dos Especialistas indica que a mediana do Critério 3 (Objetivo III – formação continuada de RH para a BID) obteve o maior valor comparado às demais medianas e de maneira destacada. Esse resultado superior do Critério 3 também é confirmado pela média aritmética, pelos valores de Q1, de Q3 e da máxima avaliação dos especialistas. Em seguida aparece a mediana do Critério 4 (Objetivo IV - redução da dependência externa da BID), que também confirma a segunda maior média aritmética e Q3, porém bem próximos do Objetivo V – aprimoramento da qualidade tecnológica da BID. Na sequência, aparecem os Critérios 2, 1 e 6 (Objetivo II – integração de ações de CT&I com a BID, Objetivo I - produção de conhecimento e geração de propriedade intelectual e Objetivo VI - contribuição para expandir exportações da BID).

Entretanto, é necessário verificar se as diferenças entre as medianas são estatisticamente significativas. A Tabela 2 mostra os resultados do teste de Wilcoxon, indicando se as diferenças estatísticas entre os critérios são significativas (resposta “sim”). O Critério C3 (maior mediana da amostra) apresenta diferença significativa somente em relação aos Critérios 1, 2 e 6. De fato, é lícito assumir estatisticamente que os Critérios C3, C4 e C5 se encontram em um mesmo patamar superior. Em seguida se encontram os Critérios 1 e 2, em nível intermediário de preferência. Por fim aparece o Critério 6, com a menor preferência destacada desses dois grupos.

Tabela 2 – significância estatística das diferenças

Teste de Wilcoxon (p-valores)	C1	C2	C3	C4	C5	C6
C1	xxx	0,4 (não)	0,03 (sim)	0,36 (não)	0,43 (não)	0,03 (sim)
C2	xxx	xxx	0,03 (sim)	0,64 (não)	0,96 (não)	0,01 (sim)
C3	xxx	xxx	xxx	0,16 (não)	0,09 (não)	0 (sim)
C4	xxx	xxx	xxx	xxx	0,86 (não)	0,01 (sim)
C5	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	0,01 (sim)
C6	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx

Fonte: Autores, 2023.

A maior mediana ao Critério 3 (Objetivo III – formação continuada de RH para a BID) é interessante, pois a qualificação e a retenção de recursos humanos em mais alto nível podem ser considerados uma espécie de “motor” que impulsiona e alavanca os demais objetivos. Somente profissionais intelectualmente preparados e experientes serão capazes de criar e manter produtos de defesa no estado da arte.

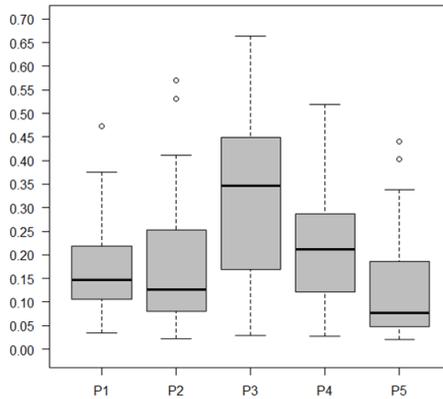
Em lado oposto, o Critério 6 (Objetivo VI - contribuição para expandir exportações da BID) é uma consequência do elevado desempenho nos demais critérios. O sucesso em formar pessoal no mais alto nível de qualificação gera a base para criar novos produtos de defesa, para aprimorar a qualidade tecnológica da BID e reduzir sua dependência externa, integrando ações de CT&I com a BID, produzindo conhecimento e gerando propriedade intelectual. Essa sinergia gera valor aos novos produtos de defesa, atraindo clientes externos para a exportação de sistemas, de componentes, de softwares, de equipamentos de manutenção, de simulação, de treinamento, entre outras possibilidades.

4.2. Resultado agregado dos Programas

A Figura 5 descreve os resultados obtidos das avaliações finais dos programas, conforme os parâmetros da Tabela 3. Esses pesos finais refletem a avaliação do grupo completo de respondentes, tendo em vista que não houve diferença estatística entre os resultados segmentados por Especialistas e Não Especialistas.

Figura 5 – pesos finais dos Programas

Prog final geral



Fonte: Autores, 2023.

Tabela 3 – estatística descritiva dos pesos finais dos programas

Programa Estratégico	Mínimo	Q1	Mediana (Q2)	Média	Q3	Máximo
Prog. Estg 1	0,0338	0,1064	0,1468	0,1670	0,2161	0,4723
Prog. Estg 2	0,0224	0,0831	0,1260	0,1750	0,2458	0,5702
Prog. Estg 3	0,0298	0,1766	0,3459	0,3236	0,4483	0,6636
Prog. Estg 4	0,0281	0,1231	0,2111	0,2123	0,2851	0,5188
Prog. Estg 5	0,0202	0,0479	0,0771	0,1221	0,1774	0,4403

Fonte: Autores, 2023.

A ordem de preferência no gráfico precisa ser confirmada por teste de hipótese. A aplicação do teste de Wilcoxon permitiu verificar a existência de diferenças estatísticas (resposta “sim”) ou não, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – significância estatística das diferenças

Teste de Wilcoxon (p-valores)	P1	P2	P3	P4	P5
P1	xxx	0,52 (não)	0 (sim)	0,04 (sim)	0 (sim)
P2	xxx	xxx	0 (sim)	0,06 (não)	0,01 (sim)
P3	xxx	xxx	xxx	0 (sim)	0 (sim)
P4	xxx	xxx	xxx	xxx	0 (sim)
P5	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx

Após verificar os resultados e os testes de hipótese, é possível destacar a preferência dos Programas Estratégicos 3, Programa Nuclear da Marinha e 4, SisGAAz, em um nível superior aos demais, em relação à contribuição para a PNBID. Em patamar intermediário aparecem os Programas 2, Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP) e 1, Modernização do Poder Naval, sem diferença estatística significativa, seguidos do Programa 5, Mentalidade Marítima, com a menor preferência isolada.

Essa ordem de preferência não significa importância ou qualidade do Programa Estratégico, mas a aderência e potencial de contribuição sob o ponto de vista científico e tecnológico, com base nos objetivos estabelecidos pela PNBID para o crescimento da indústria de defesa do país. Nesse aspecto cabe ressaltar, por exemplo, que o desenvolvimento da mentalidade marítima no longo prazo pode ser o maior fator contribuinte para a atração de recursos humanos para a Marinha, cuja formação continuada foi considerada como principal objetivo da PNBID.

4.3. Contribuições dos critérios nos resultados dos Programas

Nessa Seção realizamos uma avaliação programa a programa, com base na ordem de preferência indicada na Figura 6, mostrando inicialmente o Programa 3, seguido do 4, 1, 2 e 5. A finalidade dessa análise é avaliar quais critérios foram preponderantes ao peso final atribuído ao programa.

4.3.1. Programa Estratégico 3 (Programa Nuclear da Marinha)

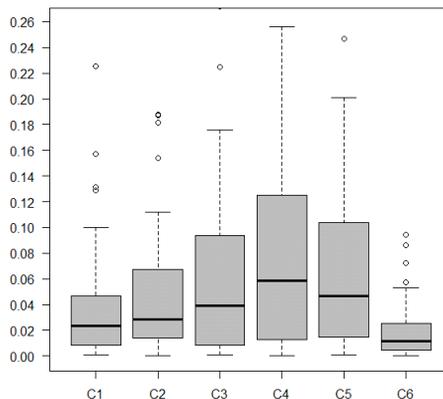
As avaliações do Programa 3 (Figura 6 e Tabela 5) indicam que a maior carga no peso final ocorreu no Critério 4. Isto indica que os

respondentes consideram seu elevado potencial para reduzir a dependência externa da BID. Entre outras ações, é possível investir no aumento do índice de nacionalização de tecnologias de relevância desse programa, que incluem sistemas, subsistemas ou até componentes mais simples do Programa Nuclear da Marinha. A redução da dependência externa da BID também pode ser incrementada através da avaliação da transferência de tecnologia da França ao Brasil, para verificar se a Marinha efetivamente está evoluindo em sua capacidade de nacionalizar peças, processos, softwares, treinamentos, entre outras atividades originais daquele país.

No lado oposto, a menor contribuição para a BID foi estimada no Critério 6, relacionado às exportações da BID. Esse resultado se explica pelo fato de o Brasil ser o mais novo integrante de um “clube” restrito de países que possuem navios com propulsão nuclear e, nesse caso, temos maior potencial para importar do que para exportar produtos decorrentes. Além disso, a capacidade de exportação é consequência do desenvolvimento dos demais Objetivos de desenvolvimento da BID, sendo estimada a sua relevância no longo prazo, após o desenvolvimento dos demais objetivos. Cabe destacar que não houve diferença significativa entre as respostas dos dois grupos, então o gráfico da Figura 6 espelha a avaliação de 42 respondentes.

Figura 6 – contribuição dos critérios ao P3

Prog 3 geral



Fonte: Autores, 2023.

Tabela 5 – estatística descritiva dos pesos finais do P3

Critérios	Mínimo	Q1	Mediana (Q2)	Média	Q3	Máximo
C1	0,0011	0,0083	0,0236	0,0400	0,0455	0,2254
C2	0,0005	0,0151	0,0285	0,0500	0,0672	0,1880
C3	0,0005	0,0089	0,0389	0,0643	0,0936	0,2979
C4	0,0004	0,0132	0,0586	0,0823	0,1235	0,2988
C5	0,0008	0,0151	0,0467	0,0670	0,1035	0,2465
C6	0,0004	0,0050	0,0113	0,0201	0,0249	0,0941

Fonte: Autores, 2023.

4.3.2. Programa Estratégico 4 (SisGAAz)

O Programa 4 obteve avaliações equilibradas nos Critérios 3, 4 e 5, mantendo o Critério 6 com a menor contribuição ao peso final do SisGAAz (Figura 7 e Tabela 6). Esses três critérios se referem aos Objetivos III (formação continuada de RH para a BID), IV (redução da dependência externa da BID) e V (aprimoramento da qualidade tecnológica da BID). Esses três critérios convergem para um viés de nacionalização de tecnologia de ponta, que envolve a aquisição e desenvolvimento de tecnologia nacional para a gestão de informações de área sob soberania do país, beneficiando a sociedade e a indústria brasileira.

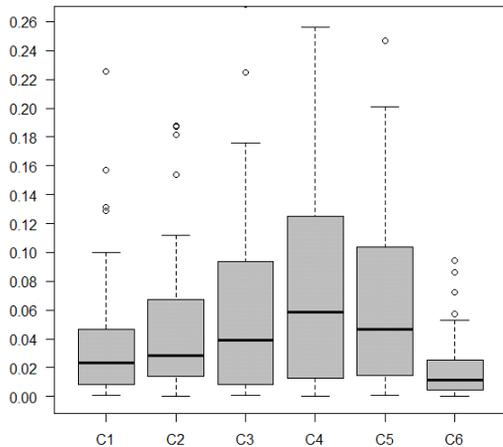
O SisGAAz apresenta elevado potencial para o desenvolvimento no país, por sua capilaridade com outros setores e necessidade de integração de sistemas. O Programa integra equipamentos e sistemas compostos por radares localizados em terra e em embarcações, além de câmeras de alta resolução e capacidades para fusão de dados recebidos de sistemas colaborativos, destacando o Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades de Petróleo (SIMMAP), o Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância (LRIT), o Sistema de Informação Sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM) e o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), todos baseados em rastreamento de posição por via satélite. Os dados captados por GPS são transmitidos por meio de comunicação satelital para centrais de rastreamento e, no futuro, haverá a incorporação de sensores acústicos aos sites de monitoramento. Essa complexa integração traz muitas oportunidades para a comunidade de CT&I do país, gerando potencial

para criação de novos empregos, novos parques industriais, polos de inovação e startups, entre outras possibilidades.

No lado oposto, com a menor contribuição ao peso final do Programa, cabem os mesmos comentários sobre o Objetivo VI, abordados no item 4.3.1. Cabe destacar que não houve diferença significativa entre as respostas dos dois grupos, então o gráfico da Figura 7 espelha a avaliação de 42 respondentes.

Figura 7 – contribuição dos critérios ao P4

Prog 3 geral



Fonte: Autores, 2023.

Tabela 6 – estatística descritiva dos pesos finais do P4

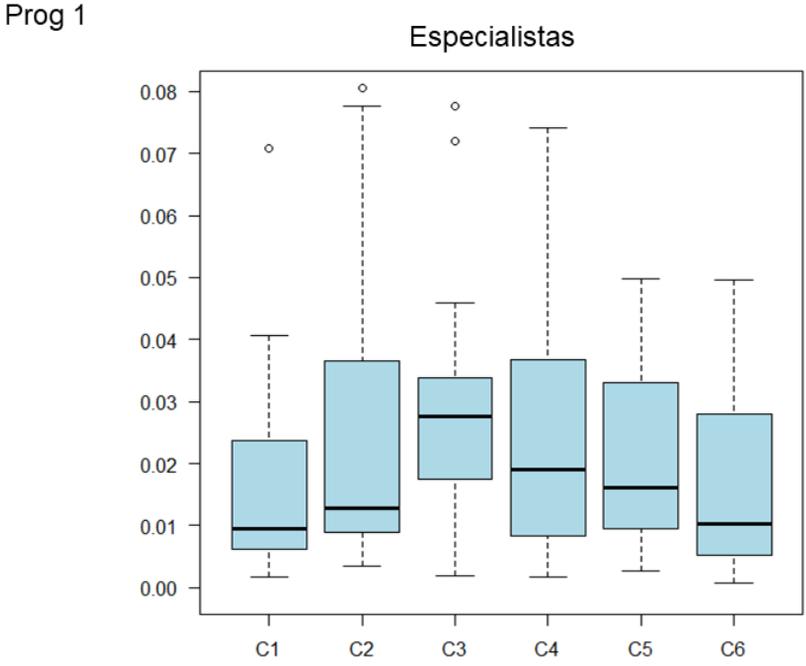
Critérios	Mínimo	Q1	Mediana (Q2)	Média	Q3	Máximo
C1	0,0005	0,0074	0,0129	0,0354	0,0384	0,3591
C2	0,0005	0,0084	0,0187	0,0340	0,0480	0,1519
C3	0,0010	0,0076	0,0248	0,0413	0,0683	0,1832
C4	0,0011	0,0108	0,0232	0,0378	0,0531	0,1249
C5	0,0002	0,0086	0,0228	0,0455	0,0742	0,1922
C6	0,0012	0,0055	0,0117	0,0184	0,0240	0,0941

Fonte: Autores, 2023.

4.3.3. Programa Estratégico 1 (Modernização do Poder Naval)

Os resultados do Programa 1 indicaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, sendo então preservadas somente as respostas dos 23 Especialistas, conforme a Figura 8.

Figura 8 – contribuição dos critérios ao P1



Fonte: Autores, 2023.

Tabela 7 – estatística descritiva dos pesos finais do P1

Crítérios	Mínimo	Q1	Mediana (Q2)	Média	Q3	Máximo
C1	0,0017	0,0061	0,0094	0,0247	0,0238	0,0941
C2	0,0034	0,0089	0,0128	0,0243	0,0366	0,0805
C3	0,0020	0,0174	0,0276	0,0449	0,0338	0,2878
C4	0,0017	0,0084	0,0191	0,0253	0,0368	0,0742
C5	0,0026	0,0096	0,0160	0,0281	0,0331	0,1370
C6	0,0007	0,0051	0,0102	0,0209	0,0279	0,1263

Fonte: Autores, 2023.

Nessas respostas é possível identificar a maior carga do Critério 3 (Formação continuada de RH para a BID) ao peso final. Por experiência dos Especialistas nos diversos programas de modernização de meios da Esquadra, é possível que tenham considerado a importância em contar com recursos humanos no mais alto nível de especialização, tanto em níveis superiores quanto em nível técnico. Somente com recursos humanos no mais alto grau de conhecimento é possível assimilar, manter e desenvolver a tecnologia transferida em contratos de aquisição no exterior, ou integrar a nova tecnologia com os atuais sistemas e, posteriormente, participar de projetos para a nacionalização de componentes, sobressalentes, softwares e hardwares, equipamentos de manutenção e treinamento, entre outras iniciativas para reduzir a dependência externa da BID.

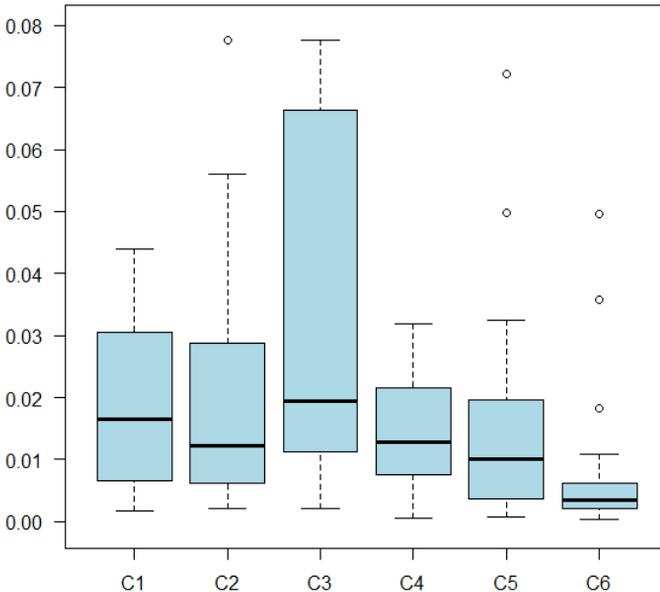
Interessante também é destacar as menores cargas dos Critérios 1 (produção de conhecimento e propriedade intelectual) e 6 (contribuição para exportações da BID), normalmente relacionados ao longo prazo de projetos de CT&I, pois requerem tempo de maturidade nos processos, experiência dos recursos humanos que participam da modernização dos meios e infraestrutura das Instituições para apoiar transbordamentos dos projetos, os chamados spin-offs. A tecnologia atual evolui rapidamente, gerando obsolescência em curto prazo, podendo também impactar negativamente as iniciativas para manter os recursos humanos em atividades de inovação dos sistemas modernizados. Nosso país tampouco tem tradição em projetos de inovação por reengenharia, o que poderia fomentar o prosseguimento de pesquisas aplicadas para futuros processos de modernização.

4.3.4 Programa Estratégico 2 (Obtenção da Capacidade Operacional Plena - OCOP)

Os resultados do Programa 2 também indicaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de respondentes, sendo então preservadas somente as respostas dos 23 Especialistas, conforme a Figura 9.

A OCOP é um programa de natureza essencialmente logística, pois tem como propósito a manutenção ou modernização de instalações e meios já existentes na Marinha, incluindo a manutenção de dotações de sobressalentes, armas e munições. Dessa forma, é coerente a maior carga sobre o Critério 3 (formação continuada de RH para a BID), principalmente se considerarmos que os sistemas atuais, com cada vez mais tecnologia embarcada de alta complexidade, exige recursos humanos no estado da arte para que a manutenção seja realizada adequadamente.

Figura 9 – contribuição dos critérios ao P2



Fonte: Autores, 2023.

Tabela 8 – estatística descritiva dos pesos finais do P2

Crítérios	Mínimo	Q1	Mediana (Q2)	Média	Q3	Máximo
C1	0,0017	0,0065	0,0165	0,0260	0,0306	0,0955
C2	0,0021	0,0062	0,0121	0,0204	0,0288	0,0776
C3	0,0021	0,0112	0,0195	0,0455	0,0663	0,2703
C4	0,0005	0,0075	0,0129	0,0302	0,0216	0,3297
C5	0,0007	0,0037	0,0101	0,0290	0,0196	0,3400
C6	0,0004	0,0021	0,0035	0,0077	0,0061	0,0496

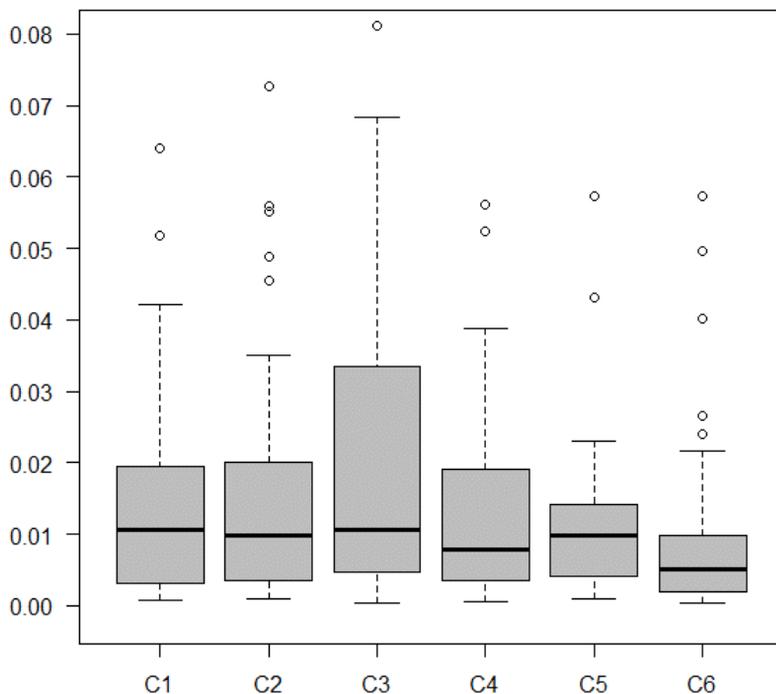
Fonte: Autores, 2023.

4.3.5 Programa Estratégico 5 (Mentalidade Marítima)

Esse Programa manteve a similaridade de percepções dos dois grupos de respondentes, que se caracterizou pelo equilíbrio de cargas dos Critérios 1 a 5, com menor influência do Critério 6, conforme estimado pelos Autores.

Esse equilíbrio nas avaliações do Programa com a menor parcela de contribuição aos objetivos da PNBID pode decorrer da dificuldade em avaliar atividades de conscientização da sociedade, de um programa de natureza psicossocial, na área de CT&I. Cabe ressaltar que um de seus subprogramas, o PROANTAR, apresenta potencial em CT&I, pois envolve o gerenciamento em apoio às Pesquisas científicas relacionadas ao ambiente Antártico e também envolve projetos de revitalização e modernização de suas instalações, equipamentos e sistemas atinentes às atividades logísticas (BRASIL, 2023a). Mesmo assim, a existência do PROANTAR não foi suficiente para alavancar a avaliação da Mentalidade Marítima, no contexto da PNBID.

Figura 10 – contribuição dos critérios ao P5



Fonte: Autores, 2023.

Tabela 9 – estatística descritiva dos pesos finais do P5

Crítérios	Mínimo	Q1	Mediana (Q2)	Média	Q3	Máximo
C1	0,0008	0,0032	0,0106	0,0208	0,0195	0,1138
C2	0,0009	0,0035	0,0098	0,0208	0,0192	0,1519
C3	0,0004	0,0048	0,0107	0,0406	0,0326	0,3370
C4	0,0005	0,0035	0,0079	0,0186	0,0189	0,2106
C5	0,0009	0,0043	0,0097	0,0116	0,0140	0,0574
C6	0,0004	0,0020	0,0052	0,0096	0,0096	0,0573

Fonte: Autores, 2023.

Por fim, a Conclusão sintetiza os principais achados da pesquisa, ressaltando as suas contribuições e apontando caminhos para pesquisas futuras.

5. CONCLUSÃO

O artigo buscou realizar uma avaliação exploratória na Marinha, com foco em egressos ou atuais discentes dos cursos de altos estudos militares, acerca de seus conhecimentos sobre ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Para tanto, exploramos a recente política destinada ao desenvolvimento da BID, publicada em 2022, para atender diretamente ao propósito e obter mais informações de interesse futuro. A pesquisa recorreu a Oficiais com e sem experiência em projetos da própria Força, com qualificação suficiente para estabelecerem suas preferências às questões propostas. A metodologia quantitativa explorou o AHP, método consagrado na literatura científica, juntamente com testes estatísticos para verificar a significância dos resultados. Gráficos tipo boxplot trouxeram indícios sobre as preferências dos objetivos da PNBID e dos Programas.

As três questões de pesquisa descreveram essa abordagem. A Questão 1 avaliou se os resultados do estudo de caso, estimados pelos autores antes da

pesquisa, foram confirmados. A resposta foi afirmativa, pois os Autores estimaram que o Programa Nuclear e o SisGAAz apresentavam o maior potencial de contribuição à PNBID, enquanto o Programa Mentalidade Marítima tenderia aos menores escores. Isto foi plenamente confirmado nas respostas dos dois grupos de respondentes. A Questão 2 verificava se haveria diferença estatisticamente significativa entre as respostas dos Oficiais com experiência na área de CT&I e os Oficiais com formação mais “generalista”. Isto se verificou parcialmente. Nas avaliações dos pesos dos critérios (objetivos da PNBID), os Especialistas indicaram a maior relevância para a formação continuada de recursos humanos, enquanto o grupo de “generalistas” não teve essa percepção. A área de CT&I é consideravelmente demandante em formação continuada, para especializar e aprofundar conhecimentos cada vez mais escassos e em evolução constante nos países desenvolvidos. Recursos humanos no estado da arte do conhecimento são capazes de liderar as mudanças necessárias, treinar novos quadros e identificar os sistemas e equipamentos essenciais para inovar e impulsionar novas tecnologias. Somente profissionais com

experiência em CT&I poderiam ter essa percepção acurada. Por outro lado, os dois grupos alcançaram resultados estatisticamente similares na avaliação global dos Programas. Isto mostra que a correlação entre os Programas Estratégicos e os objetivos da PNBID apresenta percepção em comum, que pode decorrer da carga de CT&I nos cursos de altos estudos, especificamente sobre os temas que abordam os assuntos mais “em voga”, como a construção dos submarinos em Itaguaí, sobre o SisGAAZ, entre outros tópicos afins.

A Questão 3 buscou indicar quais as contribuições dos Programas Estratégicos aos objetivos da PNBID, conforme descreveram os gráficos e tabelas dos itens 5.3.1 a 5.3.5. Essa questão antecipa o assessoramento da Marinha, no que se refere ao contexto de prestação de contas a uma política pública. Cada Programa pode contribuir diferentemente aos objetivos da PNBID e essa identificação orienta o esforço da Marinha em relação a sua contribuição à PNBID.

A pesquisa pode ter prosseguimento com a confirmação dos resultados com novas rodadas de coleta de dados, junto a grupos de especialistas com diferentes qualificações. A pesquisa também pode gerar subsídios para a elaboração da estratégia decorrente da PNBID, pois ainda se mostra incompleta para a geração dos resultados esperados, relacionados ao fortalecimento da BID.

OVERVIEW OF KNOWLEDGE IN SCIENCE AND TECHNOLOGY AMONG NAVAL STAFF OFFICERS

ABSTRACT

The purpose of this article is to conduct an exploratory assessment of current and former students of the Navy's advanced military studies courses regarding their knowledge of science, technology, and innovation. This knowledge is crucial for Navy officers and should be given special attention in the schools of the Ministry of Defense. The world is currently in an era of knowledge, with rapid advancements in science, technology, and innovations that are unprecedented in history. It is therefore essential to assess whether academic preparation is keeping pace with these developments. In the new millennium, disruptive innovations are occurring continuously, rendering many systems obsolete, including in the defense sector. To maintain its operational capability and dissuasion credibility, the defense sector must prioritize state-of-the-art technologies. The research included officers with and without experience in the Force's strategic programs and projects, all sufficiently qualified to provide informed responses to the proposed questions. The study employed a quantitative methodology, utilizing the Analytic Hierarchy Process (AHP), a well-established method in scientific literature, along with statistical tests and graphs to assess the significance of the results. These results reflect the officers' preferences regarding the objectives of the National Defense Industrial Base Policy (PNBID) and the Navy's Portfolio of Strategic Programs. The findings indicated that experts considered the Nuclear Program and SisGAAz to have the greatest potential to contribute to the PNBID, while the Maritime Mentality Program received the lowest scores. The experts also identified the continued training of human resources as the primary objective of the PNBID. This is seen as essential for leading processes, training new staff, and identifying the systems and equipment needed to innovate and advance new technologies. Keywords: Strategic Programs Portfolio; Brazilian Navy; AHP; PNBID; Defense Industry.

REFERÊNCIAS

ALONSO, S., CABRERIZO, F. J., CHICLANA, F., et al. "Group decision making with incomplete fuzzy linguistic preference relations", *International Journal of Intelligent Systems*, v. 24, n. 2, p. 201–222, 2009.

ALONSO, S., CHICLANA, F., HERRERA, F., et al. "A consistency-based procedure to estimate missing pairwise preference values", *International Journal of Intelligent Systems*, v. 23, n. 2, p. 155–175, 2008.

BORGES, A. G., GAVIÃO, L. O. "Relações governamentais no plano estratégico da Marinha", *Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 29, n. 1, p. 113–143, 2023.

BRASIL. Decreto no 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1. . Brasília, DF, [s.n.]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm. , 2008

BRASIL. Lei no 12.598, de 22 de março de 2012. Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei no 12.249, de 11 de ju. . Brasília, DF, [s.n.]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12598.htm. , 2012a

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. . Brasília-DF, Ministério da Defesa. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. , 2012b

BRASIL. Marinha do Brasil. Escola de Guerra Naval (EGN). Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) - Currículo 2023. 2022a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/spp/C-PEM>.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Circular no 1/2023 do Estado Maior da Armada - Portfólio Estratégico da Marinha. . Brasília, DF, Ministério da Defesa. , 2023a

BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional da Base Industrial de Defesa. Aprovada pelo Decreto no 11.169 de 10 de agosto de 2022. . Brasília, DF., Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11169.htm. , 2022b

BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, art. 9o, § 3o). . Brasília-DF, Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. , 2012c

BRASIL. Política Nacional da Indústria de Defesa. Portaria Normativa no 899 do Ministério da Defesa, de 19 de julho de 2005. . Brasília, DF, Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/base-industrial-de-defesa/arquivos/pnid_politica_nacional_da_industria_de_defesa.pdf. , 2005

BRASIL. Programas Estratégicos da Marinha. 2023b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/programas-estrategicos.> Acesso em: 17 dez. 2023.

BRICK, Eduardo Siqueira; PORTO, Henrique Fernandes Alvarez Vilas. O papel do Estado e a interação entre empresas, Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT) e Instituições de Ensino Superior (IES) para inovação e capacitação industrial e tecnológica para defesa no Brasil. *Revista da EGN*, v. 26, n. 1, p. 254-303, 2020.

FILGUEIRAS, F., QUEIROZ, L. de F. N. “The Governance of Public Policy Evaluation Systems: Policy Effectiveness and Accountability”, *Organizações & Sociedade*, v. 28, p. 208–232, 2021.

FRIEDL, K. E., TALBOT, T. B., STEFFENSEN, S., “Information Science and Technology: A New Paradigm in Military Medical Research”. *R&D Management in the Knowledge Era: Challenges of Emerging Technologies*, [S.l.], Springer, 2019. p. 3–44.

GAVIÃO, L. O., LIMA, G. B. A., GARCIA, P. A. de A., “Procedimento de redução das avaliações do AHP por transitividade da escala verbal de

Saaty". In: SENHORAS, E. M. (Org.), *Engenharia de Produção: além dos produtos e sistemas produtivos*, 1. ed. Ponta Grossa - PR, Editora Atena, 2021. p. 88–102. DOI: 10.22533/at.ed.9082115039.

GOMES, C. F. S., RODRIGUES, M. V. G., COSTA, I. P. A., DOS SANTOS, M. Ordering of Warships for the Brazilian Navy Using the New Method: AHP-Gaussian with Pearson's Correlation. In: *Modern Management based on Big Data II and Machine Learning and Intelligent Systems III*. IOS Press, 2021. p. 104-111.

HAN, T.-C., SUNG, A., CHOU, C.-C. "Application of analytic hierarchy process to choose the optimal transport mode of army logistics between Taiwan and offshore islands", *Proceedings of the Institution of Mechanical Engineers, Part M: Journal of Engineering for the Maritime Environment*, v. 230, n. 2, p. 327–340, 2016.

KIM, K., LIM, Y. "A Study on the Measuring of Combat Effectiveness for Naval Frigates Using Analytic Hierarchy Process", *Journal of the Society of Korea Industrial and Systems Engineering*, v. 44, n. 1, p. 9–16, 2021.

LAMPERT, J. A. de A., COSTA, E. "Sistema de gerenciamento da Amazônia Azul", *Revista Marítima Brasileira*, v. 140, n. 10/12, p. 77–80, 2020.

LELE, A., LELE, BOSE. *Disruptive technologies for the militaries and security*. [S.l.], Springer, 2019. v. 132.

LI, C.-C., DONG, Y., XU, Y., et al. "An overview on managing additive consistency of reciprocal preference relations for consistency-driven decision making and fusion: taxonomy and future directions", *Information Fusion*, v. 52, p. 143–156, 2019.

LIU, C. H., LIN, C.-W. R. "The Comparative of the AHP Topsis Analysis Was Applied for the Commercialization Military Aircraft Logistic Maintenance Establishment", *International Business Management*, v. 10, n. 4, p. 6428–6432, 2016.

MADEU, F. C. B., PELLANDA, P. C., PASSOS, A. C. "Prospecção tecnológica utilizando análise de patentes e o método AHP", *Revista Militar de Ciência e Tecnologia*, v. 38, n. 1, p. 14–30, 2021.

MAÊDA, S. M. do N., COSTA, I. P. de A., CASTRO JUNIOR, M. A. P. de, et al. "Multi-criteria analysis applied to aircraft selection by Brazilian Navy", *Production*, v. 31, p. e20210011, 2021.

MICHAELI, J. G., HOU, G., CORNETT, D., et al. "Application of the Analytic Hierarchy Process for Topside Combat System Integration onto Surface Combatants", *Naval Engineers Journal*, v. 126, n. 4, p. 79–86, 2014.

NETO, J. V., SANTOS, C. B. dos, TORRES, É. M., et al. "Boxplot: um recurso gráfico para a análise e interpretação de dados quantitativos", *Revista Odontológica do Brasil Central*, v. 26, n. 76, p. 1–6, 2017.

O'HANLON, M. E. Executive Summary: Forecasting change in military technology, 2020-2040. [S.l: s.n.], 2018. v. 2020.

RADOVANOVIĆ, M., PETROVSKI, A., ŽINDRAŠIČ, V., et al. "Application of the Fuzzy AHP-VIKOR hybrid model in the selection of an unmanned aircraft for the needs of tactical units of the armed forces", *Scientific Technical Review*, v. 71, n. 2, p. 26–35, 2021.

RICHARDSON, M. D., JENKINS, W., LEMOINE, P. A. "Planning for innovation and disruption in a global environment.", *Educational Planning*, v. 24, n. 3, p. 11–24, 2017.

SAATY, T. L. *The analytic hierarchy process*. New York, McGraw-Hill, 1990. v. 45.

SAATY, T. L. *The Analytic Hierarchy Process*. New York, McGraw-Hill, 1980.

SALGADO, F. A. S., GAVIÃO, L. O., OLIVEIRA, L. A. dos S., et al. "Selection of polar vessels using multicriteria and capability-based methods", *International Journal of Multicriteria Decision Making*, v. 9, n. 3, p. 176–203, 2023.

SIEGEL, S., TUKEY, J. W. "A nonparametric sum of ranks procedure for relative spread in unpaired samples", *Journal of the American Statistical Association*, v. 55, n. 291, p. 429–445, 1960.

SIMÕES, A. A. Curso sobre avaliação de políticas públicas: tipologias e técnicas de análise. Brasília, DF, Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3369>. , 2018.

SIMÕES, A. A. “Los programas de transferencia: una complementariedad posible y deseable”, *Universalismo básico. Una nueva política social para América Latina*, p. 293–311, 2006.

SIMPLÍCIO, R., GOMES, J., ROMÃO, M. “Projects selection and prioritization: a Portuguese Navy pilot model”, *Procedia Computer Science*, v. 121, p. 72–79, 2017.

TONG, T., WU, Q. “Application of Mixed Teaching in Military Academy Curriculum”, *Journal of Education and Educational Research*, v. 1, n. 3, p. 43–45, 2022.

WIEJAK, G., GRZELAK, M., MROCZEK, R. “Rating of the Mobility of Military Logistic Vehicles Used in the Polish Armed Forces”, *Advances in Military Technology*, v. 18, n. 1, p. 79–86, 2023.

WIESER, A. B. *Teaching Innovation: Designing a Curriculum to Change the Military*. 2020. 1–65 f. Monterey, CA; Naval Postgraduate School, 2020. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/AD1114760.pdf>.

Apêndice – modelo de cálculo do AHP

O DRAGÃO E A ÁGUIA: TRANSFORMAÇÕES NA DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO PODER MILITAR SINO-AMERICANO (2007-2019)

Bruno Hendler¹
Gabriela Tamiris Rosa Corrêa²

RESUMO

A ascensão da China marca uma mudança significativa no equilíbrio de poder global, tornando o ambiente internacional mais desafiador para os Estados Unidos (EUA). O poder das duas potências está em evolução contínua, tanto em termos absolutos quanto relativos. Apesar do surgimento de novas dinâmicas e ferramentas de influência nas relações internacionais, o poder militar permanece uma base fundamental para a sobrevivência e a projeção estatal. Isto posto, este artigo analisa as mudanças na distribuição relativa de poder militar entre os EUA e a China em dois períodos – 2007-2009 (T1) e 2017-2019 (T2) – utilizando uma metodologia mista que combina análise qualitativa e cálculos de média aritmética baseados em indicadores proxy. De forma geral, os resultados mostram que, em T1, o poder militar relativo dos EUA superava o da China em mais de três vezes. Já em T2, embora os EUA tenham mantido sua posição de destaque sem declínios absolutos significativos, a China demonstrou avanços expressivos, reduzindo a diferença para um poder militar relativo mais de duas vezes inferior ao dos EUA. Apesar desse progresso, a vantagem militar norte-americana permanece substancial, indicando que, embora a lacuna tenha diminuído, o equilíbrio de poder militar ainda favorece os EUA.

¹ Professor no curso de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0896-611X>. E-mail: bruno_hendler@hotmail.com

² Doutoranda em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9271-3504>. E-mail: gabrielatamirisrc@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde a obra seminal de Organski (1968) sobre a Teoria de Transição de Poder, pesquisas na disciplina de Relações Internacionais (RI) têm proposto diversas abordagens para mensurar o poder nacional das grandes potências e compreender os processos de ascensão e queda entre elas. Elementos como Produto Interno Bruto (PIB), tecnologia de ponta, demografia, coesão política e efetivo militar são frequentemente utilizados. Organski (1968) enfatiza que os fatores domésticos de uma nação são tão determinantes quanto vencer uma guerra ou estabelecer novas alianças para definir sua posição de poder no sistema internacional. Historiadores como Paul Kennedy (1989) identificam um ciclo virtuoso entre uma base econômica robusta e as capacidades militares de projeção de poder. Realistas neoclássicos, como Randall Schweller (2018), atribuem às elites domésticas e à estabilidade do regime um papel crucial na mensuração do poder material de uma nação.

Para os neorealistas estruturais defensivos, como Waltz (1979), e ofensivos, como Mearsheimer (2001), a mudança nas capacidades militares é uma condição determinante para a transição de poder. Autores neomarxistas, como Giovanni Arrighi (1996) e Immanuel Wallerstein (1974), concordam que essa condição é crucial, mas enfatizam que ela é moldada e molda o lugar que os Estados ocupam nos ciclos sistêmicos de acumulação e na economia-mundo capitalista, seja como centros ou periferias. Por fim, para neoliberais como Joseph Nye (2009) e John Ikenberry (2011), a transição de poder perde relevância diante da “distribuição de poder” para atores não estatais e dos indicadores de poder que vão além da capacidade bélica e da superioridade econômica, considerando também a atuação das potências em instituições e regimes e na promoção de valores que sustentem sua liderança.

Apesar da amplitude do debate e da complexidade das múltiplas causas que podem influenciar a transição de poder entre as nações, a capacidade militar emerge como um elemento central em quase todas as abordagens teóricas. Independentemente da corrente teórica adotada, a capacidade militar é reconhecida como um fator crucial na ascensão e queda de grandes potências, embora sua relevância possa variar em relação a outros fatores conforme diferentes autores. Mesmo o conceito de soft power, amplamente debatido no âmbito da Economia Política Internacional (EPI) e das Relações Internacionais (RI), deriva da existência,

explícita ou implícita, de um *hard power* subjacente. Nesse contexto, a mensuração precisa do poder dos Estados permanece um tema central entre os teóricos dessas disciplinas.

A transição de poder entre os Estados Unidos (EUA) e a República Popular da China (RPC) está no cerne das discussões contemporâneas de EPI (ZHU, 2005; TAMMEN; KUGLER, 2006; KIM; GATES, 2015; LAYNE, 2018; DEGTEREV; RAMICH; TSVYK, 2021). Portanto, somando-se a este debate, a presente pesquisa analisa a evolução do poder militar relativo entre as duas potências, empregando tanto indicadores tradicionais quanto novos proxies de poder. Especificamente, buscamos responder à seguinte pergunta: “Ocorreu uma mudança na distribuição de poder militar entre os Estados Unidos e a China no período de 2007 a 2019? Se sim, em que medida?”. O período de análise foi dividido em dois intervalos: 2007-2009 (T1) e 2017-2019 (T2). A escolha desses intervalos se baseia em duas razões principais: (1) o final da década de 2000 (T1) é considerado um período de “crise terminal” da hegemonia norte-americana, conforme delineado por Arrighi (2008), e também marca a ascensão econômica da China, que inicia uma transição de um desenvolvimento puxado pelas exportações para um desenvolvimento puxado por atividades intensivas em tecnologia de ponta, pelo controle de setores estratégicos por empresas estatais e pelo foco na expansão do mercado interno; e (2) os anos que precedem a pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, (T2) são importantes para analisar a consolidação da China como grande potência, tendo em vista as mudanças doutrinárias, tecnológicas e organizacionais levadas a cabo pelo presidente Xi Jinping após 2015 (TEIXEIRA, 2019).

Dessa forma, este estudo busca examinar a natureza dinâmica da mudança de polaridade entre os EUA e a RPC. Nosso objetivo não é discutir a possibilidade de uma guerra sino-americana devido a uma eventual paridade no poder militar entre os dois países, nem se a China está atualmente se posicionando como uma potência desafiante ao status quo norte-americano, aspirando a ser uma *rule-maker* ao invés de uma *rule-taker*. Nosso objetivo é apenas identificar as tendências conjunturais de transformação ao longo de uma década, fornecendo uma análise embasada especificamente sobre a evolução da capacidade militar entre essas duas potências. Focaremos apenas na análise dos recursos potenciais da capacidade militar, que incluem fatores internos como gastos militares, P&D no setor, equipamentos militares e efetivo militar, e não em fatores externos, como alianças militares e acordos de cooperação em defesa.

Para alcançar o objetivo proposto, o artigo está estruturado em quatro seções além desta introdução (1). A segunda seção (2) aborda a importância persistente do poder militar nas Relações Internacionais e na política interestatal. A terceira seção (3) descreve a metodologia empregada, que calcula o poder militar relativo entre China e EUA por meio da média aritmética de diversos indicadores e categorias. Na quarta seção (4), apresentamos e analisamos os resultados da pesquisa, detalhando os dez indicadores e as oito categorias utilizadas. Finalmente, a última seção (5) oferece as considerações finais e a conclusão do estudo.

1. O PODER MILITAR NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Na disciplina de RI, o foco das discussões sobre a inter-relação entre polaridade reside na análise dos “padrões de mudança nas relações de poder na política mundial” (TAMMEN; KUGLER; LEMKE, 2011). Questões fundamentais permeiam esse campo de estudo, como: Em que momento o mundo unipolar dos anos 1990 transitou para uma ordem bipolar ou multipolar? Ou ainda estamos em meio a essa transição? Quais critérios são mais eficazes na explicação da polaridade em diferentes períodos da história recente? E como podemos avaliar a transição entre essas ordens? Afinal, medir o poder relativo entre grandes potências, além de ser objeto para os pesquisadores, é crucial para políticos e estrategistas envolvidos na política internacional. Especificamente, a precisão na medição do poder proporciona uma compreensão mais clara de como e por que os Estados decidem iniciar conflitos armados (KOCH, 2021).

A transição de poder possui dois aspectos distintos: um estático/estrutural e outro dinâmico. O aspecto estático corresponde a uma hierarquia de nações estabelecida pela distribuição desigual de recursos e capacidades de poder. Ele pode ser comparado a uma espécie de fotografia que captura como os Estados se relacionam e se acomodam com base nas dinâmicas de poder globais e regionais. Por outro lado, o aspecto dinâmico acrescenta a dimensão do tempo, revelando os padrões de mudança na distribuição desses recursos e capacidades ao longo de diferentes períodos. Isto é, ele pode ser comparado a uma espécie de filme, que retrata a sucessão das fotografias, ilustrando a evolução das relações de poder entre os atores presentes em cada uma delas (TAMMEN; KUGLER; LEMKE, 2011).

Desde o fim da Guerra Fria, ocorreram mudanças significativas nas relações internacionais, como a intensificação da interdependência

produtiva entre Estados através das cadeias globais de valor, a emergência de novos blocos econômicos e políticos (como os BRICS), a expansão das instituições internacionais, a aceleração das crises climáticas, o enfraquecimento da União Europeia, o crescimento dos mercados financeiros e as novas revoluções tecnológicas. Apesar dessas transformações, persiste a estrutura da competição interestatal. Os conflitos na Bósnia, Kosovo, Afeganistão e Iraque, bem como os ataques terroristas de grande escala, demonstram que a utilização do poder militar como instrumento político permanece tão relevante quanto no passado (Troxell, 2006). Atualmente, o conflito entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e Hamas reforça ainda mais essa visão. Adicionalmente, a elaboração anual de um relatório ao Congresso sobre os desenvolvimentos militares e de segurança envolvendo a China, por parte do Departamento de Defesa dos EUA, evidencia a contínua importância da capacidade militar nas relações internacionais e na elaboração de políticas domésticas.

Portanto, apesar das Conferências de Haia (1899 e 1907), dos Pactos Kellogg-Briand (1928), dos Pactos da Liga das Nações (1919) e da Carta das Nações Unidas (1945)³ (Howard, 2009), bem como do surgimento de novas instituições multilaterais destinadas a promover a governança sistêmica e o crescimento da interdependência econômica, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a competição por segurança e a ameaça de conflitos permanecem como elementos centrais nas relações entre as grandes potências. Segundo Mearsheimer (2001), o crescimento econômico da China tende a refletir-se no fortalecimento de suas capacidades militares, com o objetivo de ampliar sua influência. Conforme o autor, “o poder efetivo de um Estado é uma função de suas forças militares e de como elas se comparam às forças militares de Estados rivais” (Mearsheimer, 2001, p. 81, tradução própria). Nesse contexto, as capacidades militares proporcionam às grandes potências a habilidade de atrair aliados, oferecer proteção, emitir ameaças, assegurar a estabilidade territorial e empregar a força para neutralizar inimigos.

Hans Morgenthau (1948, p. 13) argumenta que “a política internacional, como toda política, é uma luta pelo poder. Sejam quais forem os objetivos da política internacional, o poder é sempre o objetivo imediato”. Nesse sentido, a força armada, seja como ameaça ou potencialidade, é o

3 Essas conferências, pactos e cartas firmados entre Estados ao longo da história buscaram promover a paz e a segurança internacionais, estabelecendo mecanismos e normas destinadas a limitar o uso da guerra como ferramenta de política externa.

elemento material mais importante na construção do poder político de uma nação, que é imaterial e se relaciona à preponderância psicológica em termos de ideais e preferências sobre outros atores. Segundo Morgenthau, os fatores mais significativos dentro da capacidade militar são as inovações tecnológicas, e a qualidade e quantidade de forças (homens e armas) disponíveis. Em consonância com essa visão, Kenneth Waltz (1979, p. 113) afirma que “na política, diz-se que a força é a última ratio. Na política internacional, a força serve, não apenas como ultima ratio, mas na verdade como a primeira e constante”. Portanto, se a força é utilizada por uma nação ou seu uso é esperado, a resposta de outras nações é também recorrer à força ou, ao menos, estar preparadas para tal. Assim, estimar o poder comparando as capacidades militares das unidades concorrentes é essencial tanto em termos teóricos quanto empíricos.

A capacidade militar é uma dimensão fundamental do poder, abrangendo os recursos materiais de um Estado, como tecnologia, indústrias e equipamentos militares, que se manifestam em seu potencial destrutivo (COX, 2021). Essa capacidade refere-se não apenas à aptidão de prover segurança para si mesmo e para outros (STRANGE, 1994), mas também à habilidade de coagir nações por meio da força armada ou da ameaça para alcançar objetivos definidos (NYE, 2011). O tamanho e a qualidade das forças armadas de uma nação, portanto, ajudam a determinar sua esfera de influência dentro da comunidade internacional em qualquer nível, seja regional ou global. Mearsheimer (2001) argumenta que a qualificação de uma grande potência se baseia em sua capacidade militar em situações de conflito com outros países, sendo essa a forma efetiva de poder. Para ele, as capacidades socioeconômicas e financeiras devem ser consideradas principalmente por sua contribuição para expandir as capacidades militares em quantidade e qualidade. Assim, essas capacidades “são imprescindíveis em tempos de guerra, mas também servem para intimidar os inimigos em tempos de paz” (CORRÊA, 2023, p. 88).

Nesse contexto, segundo Tammen, Kugler e Lemke (2011), é plausível que uma potência desafiante do status quo aumente sua taxa de crescimento dos gastos militares para ultrapassar o esforço militar do Estado dominante. Assim, a capacidade militar se mostra promissora ao oferecer medições precisas de uma transição de poder sistêmica. Isso ocorre porque o poder que os Estados exercem nos assuntos internacionais é composto por muitos atributos, incluindo econômicos, diplomáticos, culturais e ideológicos, além de militares. No entanto, o atributo militar,

ou seja, a capacidade de usar a violência para proteção, execução ou extensão da autoridade, continua sendo um instrumento indispensável. Como Howard (2009) argumenta, não é fácil imaginar como as relações internacionais poderiam ser conduzidas, e a ordem internacional mantida, sem a presença do poder militar. Portanto, devido à impossibilidade de um Estado conhecer completamente o poder e as intenções dos adversários, é razoável admitir que ele interprete esse cenário através das capacidades militares relativas (KOCH, 2021).

O desenvolvimento de novas e mais poderosas armas, que surge com o avanço do conhecimento, pode escalar em corridas armamentistas. A possibilidade de criar novas armas aumenta a incerteza nas relações militares entre os Estados, especialmente entre as grandes potências, pressionando-as a manter seu equipamento militar sempre atualizado. Além disso, os avanços científicos e tecnológicos no campo civil aumentam a necessidade de inovações militares, que, por sua vez, podem ter impactos positivos no setor civil (BUZAN, 1984). Nesse sentido, apesar de outros fatores também serem importantes para promover os interesses nacionais e garantir a segurança, a capacidade militar continua sendo o aspecto central da política entre nações enquanto houver anarquia no sistema internacional (Troxell, 2006). Diante disso, este trabalho examinará a evolução relativa da capacidade militar potencial dos EUA e da China entre 2007 e 2019, entendendo esse potencial como os recursos que essas potências podem mobilizar para fins de dissuasão, defesa e guerra. Focamos, portanto, no aspecto dinâmico da distribuição de poder militar entre os dois países.

2. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Para examinar a evolução do poder militar relativo dos EUA e da China entre T1 e T2, segmentamos oito categorias gerais, cada uma contendo indicadores militares específicos. A primeira categoria é (1) Financiamento Militar, que inclui gastos militares e orçamento de defesa para pesquisa, desenvolvimento, teste e aquisição. A segunda é (2) Pessoal, que abrange apenas o efetivo militar. A terceira é (3) Produção e Comércio Militar, incluindo as maiores empresas produtoras de armas e serviços militares e o volume de armas convencionais exportadas. A quarta é (4) Divisão Nuclear, que inclui apenas o estoque de ogivas nucleares no arsenal militar. A quinta é (5) Divisão Espacial, com o número de satélites

em operação.

A sexta categoria é (6) Divisão Terrestre, com o índice de capacidade na guerra terrestre, composto por indicadores como número de tanques de batalha, veículos de combate de infantaria, e equipamentos de artilharia. A sétima é (7) Divisão Marítima, com o índice de capacidade na guerra marítima, comportando indicadores como número de porta-aviões, contratorpedeiros, e sistemas de lançamento vertical. Por fim, a oitava é (8) Divisão Aérea, que mede a capacidade na guerra aérea, utilizando indicadores como número de aeronaves disponíveis para combate e helicópteros de ataque.

As mudanças na distribuição do poder militar entre os EUA e a China são analisadas com base na metodologia de Corrêa (2023), que em seu trabalho utiliza indicadores proxies e cálculos de média aritmética para mensurar as capacidades econômicas, financeiras, militares e políticas de ambos os países. A análise é realizada em três etapas. A primeira consiste no cálculo relativo dos recursos de cada país para cada indicador dentro de cada capacidade (econômica, financeira, militar e política). No segundo passo, os resultados relativos dos indicadores pertencentes a cada capacidade são somados, gerando um valor total para cada capacidade específica. O resultado diz respeito às capacidades econômicas, financeiras, militares e políticas relativas dos EUA e da China. Por fim, a terceira etapa envolve o cálculo da média ponderada entre as diferentes capacidades avaliadas, resultando no poder agregado relativo de cada país. Na metodologia de Corrêa (2023), cada capacidade tem um peso específico no cálculo do poder agregado, o que justifica a realização da média ponderada. No entanto, como este trabalho se concentra exclusivamente na avaliação do poder militar, realizamos apenas cálculos de média aritmética, desconsiderando medidas de ponderação. A seguir, apresentamos o passo a passo analítico utilizado para essa análise.

Inicialmente, coletamos os valores brutos de cada indicador para ambos os países nos anos selecionados. Por exemplo, em 2007, os gastos militares dos EUA foram de US\$ 589,56 bilhões, enquanto os da China foram de US\$ 62,13 bilhões. Somando esses valores, obtivemos o total anual, e, em seguida, calculamos a porcentagem de cada país em relação a esse total. Assim, em 2007, os EUA representaram 90,47% dos gastos militares sino-americanos, e a China, 9,53%. Abaixo, apresentamos a fórmula utilizada para o cálculo de cada indicador, juntamente com este exemplo ilustrativo.

Fórmula 1. Poder Relativo Anual do “País A” no “Indicador X”

$$PR(anual)_{p(a)}^{Ind_x} = \frac{Ind(x)_{p(a)}}{Ind(x)_{p(a)} + Ind(x)_{p(b)}} \times 100$$

Exemplo 1. Poder Relativo dos EUA nos Gastos Militares Sino-Americanos (2007)

$$PR(2007)_{EUA}^{GastosMil} = \frac{589,56}{589,56 + 62,13} \times 100 = 90,47\%$$

Para calcular a média do poder relativo dos EUA e da China no total bilateral para o período analisado, somamos as porcentagens anuais do indicador para cada país dentro do intervalo (T1 ou T2) e dividimos o resultado pelo número de anos no intervalo (3 anos). Por exemplo, se os gastos militares dos EUA representaram 90,47%, 89,28% e 87,96% do total bilateral em 2007, 2008 e 2009, respectivamente, a média do poder relativo dos EUA em T1 nesse indicador foi de 89,24%. Abaixo estão a fórmula e o exemplo ilustrativo.

Fórmula 2. Poder Relativo Temporal do “País A” no “Indicador X”

$$PR(temporal)_{p(a)}^{Ind_x} = \frac{\sum(\text{Porcentagens Anuais do País A no Indicador X})}{\text{Número de Anos}}$$

Exemplo 2. Poder Relativo dos EUA nos Gastos Militares em T1

$$PR(T1)_{EUA}^{GastosMil} = \frac{90,47\% + 89,28\% + 87,96\%}{3} = 89,24\%$$

Depois de calcular as porcentagens anuais e a média temporal para cada indicador, agrupamos os resultados temporais (T1 e T2) dos indicadores em categorias mais amplas. Para determinar o poder relativo dos EUA e da China em cada uma delas, somamos as porcentagens temporais relativas de cada indicador dentro da categoria e depois dividimos pelo número total de indicadores dessa categoria. Por exemplo, na categoria “Financiamento Militar”, que inclui dois indicadores (gastos militares e orçamento para PDT&A), em T1, os EUA tinham 89,24% dos gastos militares totais e 87,19% do orçamento para PDT&A. Somando esses dois valores e dividindo por 2, chegamos a uma média de 88,22%, que representa o poder relativo dos EUA nessa categoria. Abaixo, apresentamos a fórmula e o exemplo descrito.

Fórmula 3. Poder Relativo Temporal do “País A” na “Categoria X” de Indicadores

$$PR(\text{temporal})_{P(a)}^{Cat_x} = \frac{\Sigma(\text{Médias Temporais dos Indicadores da Categoria X para o País A})}{\text{Número de Indicadores da Categoria X}}$$

Exemplo 3. Poder Relativo dos EUA no Financiamento Militar em T1

$$PR(T1)_{EUA}^{\text{Financiamento Militar}} = \frac{(89,27\% + 87,19\%)}{2} = 88,22\%$$

Por fim, para avaliar o poder militar relativo médio entre os EUA e a China em cada período (T1 e T2), calculamos a média das porcentagens de cada país em todas as categorias de indicadores. Por exemplo, para o período T1, somamos as porcentagens dos EUA em cada uma das oito categorias e dividimos pelo número total de categorias (8). O resultado foi que os EUA detinham uma primazia militar relativa de 75,40%, enquanto a China tinha 24,60%. Isso indica que, durante T1, os EUA possuíam um poder militar significativamente superior ao da China. A fórmula utilizada para esse cálculo está apresentada abaixo, juntamente com este exemplo ilustrativo.

Fórmula 4. Poder Militar Relativo Temporal do “País A”

$$PR(temporal)_{P(a)}^{Militar} = \frac{\sum(\text{Médias Temporais das Categorias para o País A})}{\text{Número de Categorias}}$$

Exemplo 4. Poder Militar Relativo dos EUA em T1

$$PR(T1)_{EUA}^{Militar} = \frac{88,22\% + 34,84\% + 95,43\% + 95,77\% + 90,40\% + 52,21\% + 68,67\% + 77,70\%}{8} = 75,40\%$$

Essa abordagem analítica permite avaliar amplamente as mudanças na distribuição do poder militar entre os EUA e a China, além de oferecer uma análise detalhada dos elementos (ou indicadores) mais relevantes nesse contexto. Embora reconheçamos a limitação decorrente da ausência de indicadores qualitativos (como aspectos organizacionais e doutrinários, por exemplo), este estudo representa um esforço metodológico para identificar, por meio de informações quantitativas, as tendências gerais de transformação na distribuição do poder militar entre as duas potências na última década. A análise considera tanto indicadores tradicionais de capacidade militar quanto novos proxies. Assim sendo, a tabela abaixo apresenta as categorias do poder militar analisadas, os indicadores que as compõem e as respectivas fontes de dados utilizadas.

Tabela 1. Indicadores de Poder Militar e Bases de Dados

Categoria	Indicador	Fonte
<i>Financiamento Militar</i>	Gastos militares	SIPRI (2024a)
	Orçamento de defesa para PDT&A	USA (2008); USA (2018); TIAN & SU (2021)
<i>Pessoal</i>	Efetivo militar	BANCO MUNDIAL (2024a)
<i>Produção e Comércio Militar</i>	Número de empresas produtoras de armas e equipamentos no top 100	SIPRI (2024b)
	Volume de armas exportadas	SIPRI (2024c)
<i>Divisão Nuclear</i>	Estoque de ogivas nucleares no arsenal militar	FAS (2024); UCS (2024a)
<i>Divisão Espacial</i>	Número de satélites em operação	UCS (2024b)
<i>Divisão Terrestre</i>	Capacidade na guerra terrestre	IISS (2007); IISS (2008); IISS (2009); IISS (2017); IISS (2018); IISS (2019)
<i>Divisão Marítima</i>	Capacidade na guerra marítima	IISS (2007); IISS (2008); IISS (2009); IISS (2017); IISS (2018); IISS (2019)
<i>Divisão Aérea</i>	Capacidade na guerra aérea	IISS (2007); IISS (2008); IISS (2009); IISS (2017); IISS (2018); IISS (2019)

Fonte: Elaboração própria.

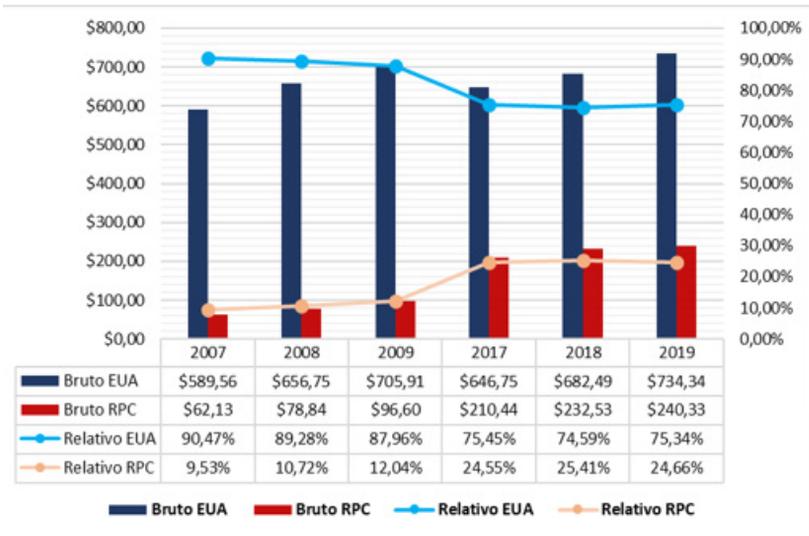
Na próxima seção, será realizada a análise do poder militar relativo sino-americano, utilizando as quatro fórmulas previamente descritas, baseadas na metodologia proposta por Corrêa (2023).

3. RESULTADOS: BALIZANDO O PODER SINO-AMERICANO

A ascensão chinesa, refletida em seu robusto crescimento econômico e rápida modernização militar desde os anos 1990, visa alcançar o rejuvenescimento nacional até 2049, com um exército moderno e de classe mundial como pilares para enfrentar um sistema internacional turbulento. A estratégia de fusão civil-militar (④④④ Junmin Ronghe), promovida por Xi Jinping, impulsiona a inovação em setores-chave e o desenvolvimento de tecnologias de uso dual, integrando sistemas industriais e utilizando sistemas inteligentes, como big data e inteligência artificial. Esse processo de modernização é visto como uma ameaça pelos EUA, que têm retaliado empresas chinesas, como Huawei e TikTok, por exemplo (OLIVEIRA, 2023). Por exemplo, no Relatório de 2023 sobre o Desenvolvimento Militar Chinês, o governo norte-americano identificou a China como o principal desafio aos EUA e como o único competidor no mundo capaz de transformar a ordem internacional (USA, 2023).

O gráfico a seguir apresenta o primeiro indicador da categoria (1) Financiamento Militar, detalhando os gastos militares brutos e relativos dos Estados Unidos (EUA) e da China (RPC) nos períodos de 2007-2009 (T1) e 2017-2019 (T2).

Gráfico 1. Gastos Militares Brutos (em US\$ bilhões) e Relativos (em %)

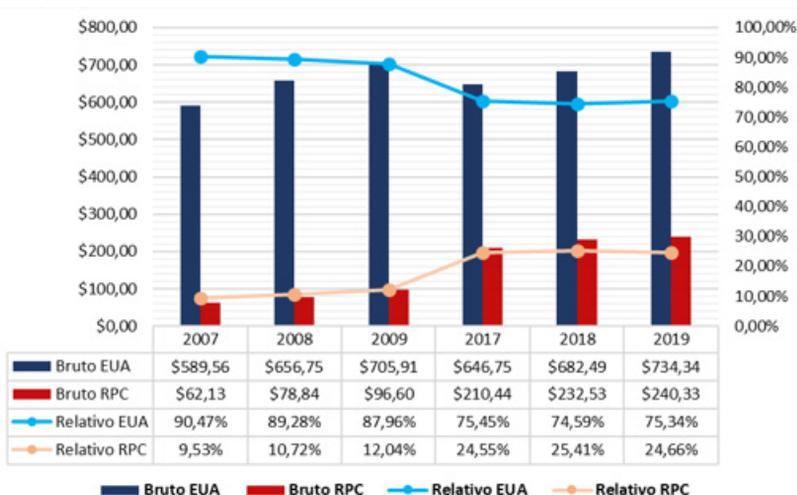


Fonte: SIPRI (2024a). Elaboração Própria.

O indicador mostra que ambos os países aumentaram seus gastos militares ao longo dos anos, mas em ritmos diferentes. Os gastos dos EUA cresceram de US\$ 589,56 bilhões em 2007 para US\$ 734,34 bilhões em 2019, um aumento de 19,72%. Já os gastos da China subiram de US\$ 62,13 bilhões para US\$ 240,33 bilhões, uma elevação de 74,15%. Entre 2007 e 2009 (T1), os EUA representavam, em média, 89,24% dos gastos militares bilaterais, enquanto a China representava 10,76%. Já em 2017 a 2019 (T2), a participação dos EUA caiu para 75,13%, enquanto a da China subiu para 24,87%. Esses dados mostram que, apesar da predominância contemporânea dos EUA, a China tem intensificado seus gastos militares, impactando, paulatinamente, o equilíbrio da capacidade militar entre as duas potências.

A seguir, apresentamos o segundo indicador da categoria (1) Financiamento Militar, detalhando o orçamento de defesa para pesquisa, desenvolvimento, teste e aquisição (PDT&A) bruto e relativo dos EUA e da RPC em T1 e T2.

Gráfico 2. Orçamento de Defesa para PDT&A Bruto (em US\$ bilhões) e Relativo (em %)⁴



Fonte: USA (2008); USA (2018); TIAN & SU (2021). Elaboração Própria.

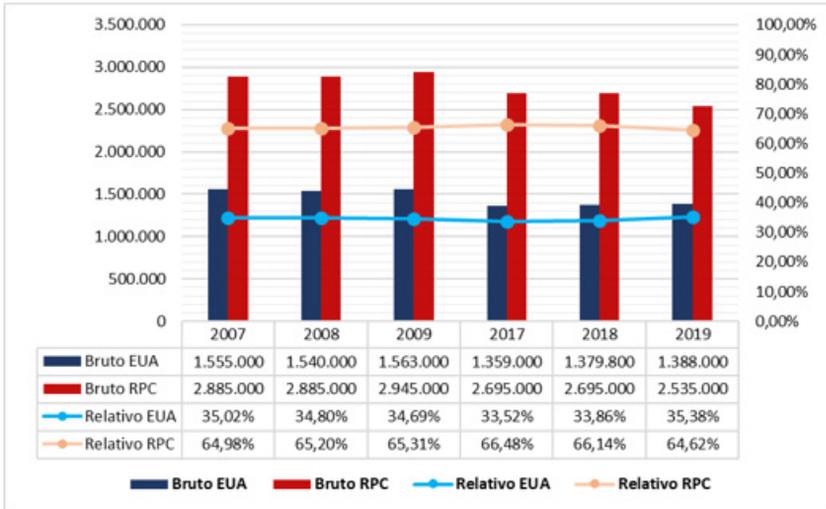
Os investimentos em PDT&A pelos departamentos de defesa são cruciais para a melhoria da capacidade militar, já que tecnologias avançadas são cada vez mais essenciais em contextos de ataque e defesa, com impactos significativos também no setor civil. Os dados mostram que a China aumentou seus gastos de US\$ 11,44 bilhões em 2007 para US\$ 25 bilhões em 2019, um crescimento de 54,24%. Em comparação, os EUA apresentaram um aumento mais modesto, de US\$ 77,55 bilhões para US\$ 92,63 bilhões no mesmo período, representando um acréscimo de 16,28%. Ainda assim, os EUA ainda investem significativamente mais do que a China. Durante T1 (2007-2009), os investimentos de defesa dos EUA em PDT&A representaram, em média, 87,19% do total combinado dos dois países, enquanto os chineses correspondiam a 12,81%. Em T2 (2017-2019), a parcela relativa dos EUA diminuiu para 78,52%, enquanto a chinesa aumentou para 21,48%. Esses dados refletem os esforços da China para

4 Os dados do orçamento de defesa para PDT&A dos EUA foram obtidos dos Compensation Greenbooks norte-americanos, que detalham as despesas militares de cada ano fiscal (USA, 2008; 2018). Para a China, os dados foram extraídos do relatório New SIPRI Estimate (2021, p. 22), elaborado por Tian & Su. Os valores foram convertidos de yuan para dólares constantes de 2024 (1 yuan = 0,14 dólares americanos) para assegurar a consistência das comparações. Embora os dados estejam disponíveis para os anos de 1990, 1995, 2000, 2005 e de 2010 a 2019, não havia informações específicas para 2007, 2008 e 2009, sendo os valores de 2010 utilizados como estimativa para esses anos.

fortalecer sua capacidade militar e tecnológica.

Por sua vez, o gráfico a seguir apresenta o único indicador da categoria (2) Pessoal, com informações sobre o efetivo militar bruto e relativo dos EUA e da RPC em T1 e T2.

Gráfico 3. Efetivo Militar Bruto (número ativo) e Relativo (em %)⁵



Fonte: BANCO MUNDIAL (2024a). Elaboração Própria.

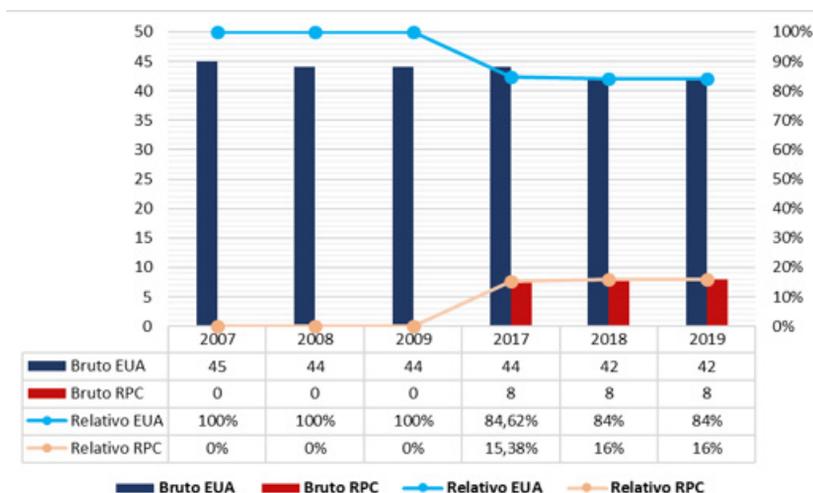
As forças armadas são essenciais para a defesa do Estado e a promoção de interesses nacionais no cenário internacional, sendo frequentemente utilizadas em operações de paz, exercícios militares e missões humanitárias. O gráfico acima revela uma redução no efetivo militar de ambos os países entre 2007 e 2019: os EUA reduziram em 167.000 militares e a China em 350.000. Durante todo o período, a China manteve um número significativamente maior de militares na ativa. Em T1 (2007-2009), a China representava, em média, 65,16% do total bilateral de militares, enquanto os EUA compunham 34,84%. Em T2 (2017-2019), essa proporção média permaneceu favorável à China, que possuía 65,75% do total sino-americano de militares, em comparação com 34,25% dos EUA. Portanto, a China mantinha quase o dobro de militares em comparação com os EUA em ambos os períodos, o que traz implicações estratégicas significativas,

5 O indicador representa informações sobre o pessoal militar em serviço ativo, abrangendo também as forças paramilitares quando treinadas, organizadas, equipadas e controladas para apoiar ou substituir as forças regulares (BANCO MUNDIAL, 2024a).

especialmente na região Ásia-Pacífico e na defesa da integridade territorial chinesa.

A tabela a seguir apresenta o primeiro indicador da categoria (3) Produção e Comércio Militar, mostrando o número das maiores empresas produtoras de armas e serviços militares dos EUA e da China em T1 e T2, em termos absolutos e relativos.

Gráfico 4. Número Bruto e Relativo (em %) de Empresas Produtoras de Armas e Serviços Militares no Top 100⁶



Fonte: SIPRI (2024b). Elaboração Própria.

Empresas produtoras de armas e serviços militares são essenciais para a autossuficiência em suprimentos militares e o avanço tecnológico, com impactos potenciais no setor civil. Entre 2007 e 2009 (T1), a China não possuía empresas na lista, enquanto os EUA tinham uma média de 44 empresas. Em contraste, entre 2017 e 2019 (T2), a China passou a contar com 8 empresas no ranking, representando 15,79% do total sino-americano, enquanto os EUA tinham 43 empresas, correspondendo a 84,21%. Este crescimento significativo da China na indústria armamentista destaca seu

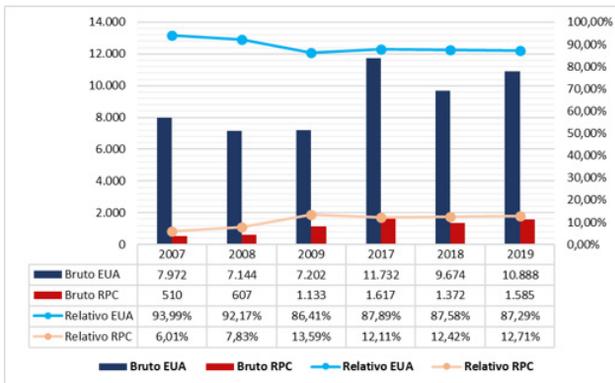
6 A base de dados do SIPRI sobre Empresas Produtoras de Armas e Serviços Militares, estabelecida em 1989, inclui informações de empresas públicas e privadas, mas exclui unidades de produção ou manutenção das forças armadas. Originalmente sem dados sobre empresas da China, União Soviética e Europa Oriental, a versão mais recente cobre empresas russas desde 2002 e chinesas desde 2015. As empresas são classificadas com base em suas receitas de armamentos anuais (SIPRI 2024b).

avanço no setor, tornando-a um dos cinco maiores fabricantes de armas do mundo. Contudo, os EUA continuam a liderar a produção global, com quase metade das empresas listadas entre as 100 maiores.

Em 2019, as cinco principais empresas de defesa dos EUA dominaram o ranking global: Lockheed Martin liderava com US\$ 53,23 bilhões em receitas, seguida por Boeing com US\$ 32,45 bilhões, Northrop Grumman com US\$ 29,22 bilhões, General Dynamics com US\$ 26,56 bilhões e Raytheon Technologies com US\$ 25,32 bilhões. No mesmo ano, as quatro empresas chinesas listadas estavam nas posições de 8 a 11:

Aviation Industry Corporation of China (8ª posição, com US\$ 16,71 bilhões), China Aerospace Science and Technology Corporation (9ª posição, com US\$ 15,58 bilhões), China North Industries Corporation (10ª posição, com US\$ 15,09 bilhões) e China Electronics Technology Group (11ª posição, com US\$ 14,48 bilhões) (SIPRI, 2024b). Embora os EUA mantenham uma indústria bélica mais robusta que a chinesa, é evidente que a China tem priorizado o fortalecimento da sua, buscando reduzir a dependência de importações.

Gráfico 5. Volume Bruto e Relativo (em %) de Armas Exportadas⁷



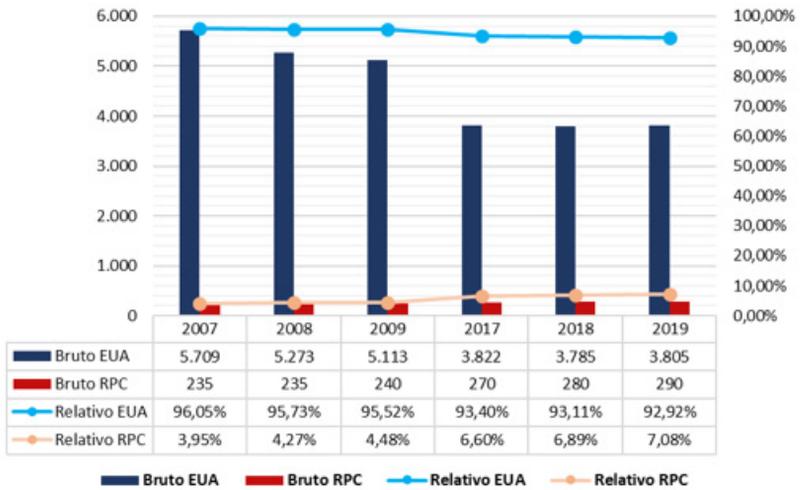
Fonte: SIPRI (2024c). Elaboração Própria.

⁷ Esse indicador reflete o comércio de armas convencionais, incluindo uma variedade de equipamentos militares, como sistemas de defesa aérea, aeronaves, veículos blindados, mísseis e outros. Para facilitar a comparação entre os dados sobre essas entregas de diferentes tipos de armas e para identificar tendências gerais, o SIPRI desenvolveu um sistema único de medição do volume de transferências internacionais de grandes armas convencionais, utilizando uma unidade padronizada denominada Valor Indicador de Tendência (TIV). O TIV é calculado com base nos custos unitários de produção conhecidos de um conjunto básico de armas e tem o propósito de representar a transferência de recursos militares, não o valor financeiro da transferência (SIPRI 2024c).

O gráfico acima exibe o segundo indicador da categoria (3) Produção e Comércio Militar, detalhando o volume de armas convencionais exportadas pelos EUA e pela China nos períodos T1 e T2, com dados fornecidos pelo SIPRI (2024c). Os EUA são o maior fornecedor global de armamentos, liderando o ranking das empresas mais lucrativas no setor. Em 2019, os EUA representaram 36% das exportações globais de armas, seguidos por França (6,8%), Alemanha (6,4%) e China (5,2%) (BBC, 2019). A transferência de armas está ligada tanto à lucratividade quanto a considerações geopolíticas, com a China expandindo seu mercado e influência, passando de 32 países importadores em 2004-2008 para 53 no período mais recente (BBC, 2019).

A análise do gráfico revela uma disparidade significativa nas vendas de armamentos entre os EUA e a China ao longo do período examinado. Em T1 (2007-2009), as vendas dos EUA representaram 90,86% do total bilateral, enquanto a China correspondia a 9,14%. Em T2 (2017-2019), as exportações chinesas mais do que dobraram, enquanto as exportações dos EUA aumentaram 1,44 vezes. Apesar do crescimento das exportações chinesas, os EUA mantêm uma vantagem substancial: suas vendas médias em T2 totalizaram 87,59% do volume bilateral, em contraste com 12,41% das vendas chinesas. Durante o período de 2007 a 2019, os principais destinos das exportações chinesas foram Paquistão (7.230 unidades), Bangladesh (2.656 unidades) e Myanmar (1.479 unidades), enquanto os EUA exportaram predominantemente para Arábia Saudita (16.022 unidades), Coreia do Sul (9.485 unidades), Austrália (9.293 unidades) e Japão (6.881 unidades) (SIPRI, 2024c). Esses dados ilustram a interconexão entre comércio de armamentos e considerações geopolíticas, com a China direcionando suas exportações para países vizinhos e os EUA focando em aliados tradicionais.

Gráfico 6. Estoque Bruto e Relativo (em %) de Ogivas Nucleares no Arsenal Militar⁸



Fonte: FAS (2024); UCS (2024a). Elaboração própria.

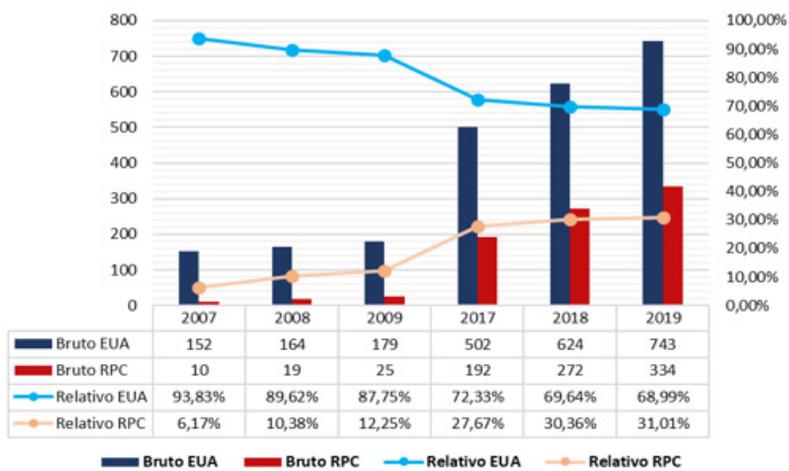
O gráfico acima exhibe o único indicador da categoria (4) Divisão Nuclear, detalhando o estoque de ogivas nucleares no arsenal militar dos EUA e da China em T1 e T2. Apesar dos progressos na redução do arsenal nuclear desde o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) de 1968, em 2024, nove países ainda mantinham cerca de 12.100 ogivas nucleares, incluindo EUA, Rússia, China, França, Reino Unido, Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte. Em comparação, em 1986, o mundo possuía aproximadamente 70.300 ogivas nucleares. Esse inventário global inclui ogivas ativas, em reserva e aposentadas aguardando desmantelamento. Embora tenha havido uma redução quantitativa, todos os países com armas nucleares têm modernizado suas forças. Atualmente, EUA e Rússia detêm quase 90% do arsenal global, com cerca de 84% das ogivas prontas para uso militar (FAS, 2024), enquanto a China mantém

8 “As ogivas de apenas um submarino com armas nucleares dos EUA têm sete vezes o poder destrutivo de todas as bombas lançadas durante a Segunda Guerra Mundial, incluindo as duas bombas atômicas lançadas sobre o Japão. E os Estados Unidos normalmente têm dez desses submarinos no mar”. Além disso, as três vertentes das forças nucleares chinesas, “também conhecidas como sua tríade nuclear, estão em processo de reforço e expansão, lideradas pela construção de três campos de silos de mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) em três locais no noroeste da China” (UCS, 2024a). A China está expandindo seu arsenal com uma gama crescente de armas avançadas, incluindo mísseis, submarinos, bombardeiros e veículos hipersônicos, todos projetados para realizar ataques nucleares (BUCKLEY, 2024).

seus mísseis fora de estado de alerta em tempos de paz (UCS, 2024a).

As primeiras ogivas nucleares norte-americanas, Little Boy e Fat Man, datam de 1945 e foram utilizadas em Hiroshima e Nagasaki. A China, por sua vez, desenvolveu sua primeira ogiva nuclear, chamada Miss Qiu, em 1964. A análise dos dados revela que, durante todo o período, o estoque norte-americano de ogivas manteve-se significativamente superior. No entanto, enquanto os EUA reduziram seu estoque de 5.709 em 2007 para 3.805 em 2019, a China aumentou de 235 para 290 ogivas. Relativamente, em T1 (2007-2009), o estoque norte-americano representava em média 98,77% do total sino-americano, enquanto o da China representava 4,23%. Em T2 (2017-2019), essas proporções mudaram para 93,14% e 6,86%. Apesar da discrepância no número de ogivas em relação aos EUA, desde a ascensão de Xi Jinping, a China passou a encarar “as armas nucleares não apenas como um escudo defensivo, mas como uma espada em potencial para intimidar e subjugar rivais”. Como resultado, a China tem expandido seu arsenal nuclear tanto em quantidade quanto em qualidade, com estimativas que projetam um estoque de até 1.500 ogivas até 2035 (BUCLEY, 2024).

Gráfico 7. Número Bruto e Relativo (em%) de Satélites em Operação⁹



Fonte: UCS (2024b). Elaboração própria.

⁹ Os dados da Union of Concerned Scientists (UCS, 2024b) oferecem uma análise abrangente dos 7.560 satélites em órbita ao redor da Terra. As informações incluem o país de origem, finalidade (militar, civil, comercial), detalhes técnicos como massa, potência e data de lançamento, além de parâmetros orbitais como apogeu, perigeu, inclinação e período. O portal abrange dados de lançamentos atualizados até 1º de maio de 2023.

O gráfico acima exibe o único indicador da categoria (5) Divisão Espacial, detalhando o número de satélites norte-americanos e chineses em operação em T1 e T2. No cenário militar contemporâneo, os satélites são essenciais para comunicação, navegação, posicionamento e vigilância, desempenhando um papel crucial no ciberpoder, nas explorações espaciais e nos ataques com precisão. No conflito entre Rússia e Ucrânia, por exemplo, os satélites têm sido usados estrategicamente por ambos os lados (AL JAZEERA, 2024). A análise dos dados revela que os EUA mantiveram uma vantagem significativa em número de satélites operacionais em comparação com a China ao longo do período examinado. No entanto, o crescimento chinês nesse campo é notável.

Em 2007, a China operava apenas 10 satélites, número que saltou para 334 em 2019, um aumento de mais de 33 vezes. Enquanto isso, os EUA passaram de 152 para 743 satélites no mesmo período, um crescimento de quase 4 vezes. Em T1 (2007-2009), os EUA operavam, em média, 90,40% do número total de satélites dos dois países, enquanto a China operava 9,60%. Em T2 (2017-2019), a participação dos EUA caiu para 70,32%, enquanto a da China aumentou para 29,68%. Essa mudança reflete o esforço chinês para expandir sua presença espacial, com implicações tanto para a segurança nacional quanto para o desenvolvimento de tecnologias avançadas¹⁰. Examinemos agora o índice de capacidade na guerra terrestre, único componente da Categoria (6) Divisão Terrestre.

10 Além de expandir seu número de satélites, tanto civis quanto militares, a China tem aumentado seu arsenal de armas anti-satélites, capazes de destruir, desativar ou sequestrar satélites de outras nações, incluindo os dos EUA. O Pentágono expressou preocupações significativas sobre a instalação de um braço robótico na estação espacial chinesa, que poderia ser utilizado para atacar satélites adversários. Além disso, a China está desenvolvendo sistemas de laser baseados em solo para danificar satélites e investindo em tecnologias de reabastecimento para prolongar a vida útil de seus satélites (KUBE; DE LUCE, 2023).

Tabela 2. Capacidade na Guerra Terrestre¹¹

Poder de Manobra											
2007		2008		2009		2017		2018		2019	
EUA	RPC	EUA	RPC	EUA	RPC	EUA	RPC	EUA	RPC	EUA	RPC
Tanques de Batalha											
7.620	7.580	7.620	7.660	7.620	7.660	2.384	6.740	2.384	6.740	2.386	5.800
Veículos de Combate de Infantaria											
6.719	1.000	6.719	1.000	6.452	1.000	2.834	3.800	2.834	3.800	2.931	5.000
Veículos Blindados de Transporte de Pessoal											
16.008	6.100	19.931	3.500	28.574	3.500	10.746	5.020	10.746	5.020	10.547	3.950
Infraestrutura Anti-Tanques											
21.955	7.200	21.955	7.200	21.955	7.200	1.333	4.890	1.333	4.890	1.333	4.966
Poder de Manobra Total (Anual)											
52.302	21.880	56.225	19.360	64.601	19.360	17.297	20.450	17.297	20.450	17.197	19.716
Poder de Manobra Relativo (Anual)											
70,50%	29,50%	74,39%	25,61%	76,94%	23,06%	45,82%	54,18%	45,82%	54,18%	46,59%	53,41%
Poder de Fogo											
2007		2008		2009		2017		2018		2019	
EUA	China	EUA	China	EUA	China	EUA	China	EUA	China	EUA	China
Equipamentos de Artilharia											
6.530	17.700	6.530	17.700	6.763	17.700	5.312	13.218	5.393	13.218	5.411	8.954
Mísseis Terra-Ar											
1.281	284	1.281	284	1.281	290	1.103	344	1.183	344	1.183	422
Poder de Fogo Total (Anual)											
7.811	17.984	7.811	17.984	8.044	17.990	6.415	13.562	6.576	13.562	6.594	9.376
Poder de Fogo Relativo (Anual)											
30,28%	69,72%	30,28%	69,72%	30,90%	69,10%	32,11%	67,89%	32,65%	67,35%	41,29%	58,71%
Capacidade Anual Relativa na Guerra Terrestre (Anual)											
50,39%	49,61%	52,33%	47,67%	53,92%	46,08%	38,97%	61,03%	39,24%	60,76%	43,94%	56,06%
Capacidade Anual Relativa na Guerra Terrestre (T1 e T2)											
				T1				T2			
EUA				52,21%				40,72%			
RPC				47,79%				59,28%			

Fonte: IISS (2007); IISS (2008); IISS (2009); IISS (2017); IISS (2018); IISS (2019). Elaboração própria.

Inspirada na metodologia do Lowy Institute¹², a tabela acima utiliza indicadores proxies para avaliar a capacidade militar terrestre dos EUA e da RPC. Esses indicadores são divididos em duas categorias principais: poder de manobra e poder de fogo. O poder de manobra envolve a capacidade de criar um ambiente de combate imprevisível para o inimigo, dificultando sua coesão e adaptação, e inclui a conquista de posições estratégicas vantajosas (TUCK, 2023). Para medir essa capacidade, são analisados dados sobre tanques de batalha, veículos de combate

11 Relativo aos inventários do exército de cada país.

12 LOWY INSTITUTE. Weapons and Platforms: Land, Maritime and Air Warfare Assets and Capabilities. Disponível em: <https://power.lowyinstitute.org/data/military-capability/weapons-and-platforms/>. Acesso em: 13 jan. 2024.

de infantaria, veículos blindados de transporte de pessoal e sistemas antitanques. Já o poder de fogo terrestre é avaliado por meio de uma proxy que considera equipamentos de artilharia e mísseis terra-ar, refletindo a habilidade geral de conduzir operações de guerra terrestre. É importante notar que essa análise se concentra exclusivamente na superioridade material, sem levar em conta a capacidade e habilidade dos comandantes, o que constitui uma limitação do estudo.

No domínio do poder de manobra, observa-se uma significativa transformação nos arsenais dos EUA e da China entre 2007 e 2019. Os EUA reduziram seu número de tanques de batalha de 7.620 para 2.386, enquanto a China reduziu de 7.580 para 5.800. Em relação aos veículos de combate de infantaria, os EUA diminuíram de 6.719 para 2.931, ao passo que a China aumentou de 1.000 para 5.000. No que diz respeito aos veículos blindados de transporte de pessoal, os EUA reduziram de 16.008 para 10.547, enquanto a China caiu de 6.100 para 3.950. Em termos de infraestrutura anti-tanques, os EUA sofreram uma queda acentuada de 21.955 para 1.333, enquanto a China reduziu de 7.200 para 4.966. Essas diminuições podem refletir uma tendência de modernização qualitativa para enfrentar novas ameaças e tecnologias, dada a necessidade de capacidades mais ágeis e flexíveis em operações contemporâneas. Ainda assim, a China demonstra maior poder de manobra do que os EUA nos anos recentes.

No contexto do poder de fogo, entre 2007 e 2019, os EUA testemunharam uma redução nos equipamentos de artilharia, diminuindo de 6.530 para 5.411, enquanto a China reduziu mais acentuadamente, de 17.700 para 8.954. Os mísseis terra-ar dos EUA também diminuíram levemente, de 1.281 para 1.183, enquanto a China aumentou de 284 para 422. Por conta do número de equipamentos de artilharia, a RPC demonstra superioridade no poder de fogo. Dessa forma, ao analisar as transformações na capacidade de guerra terrestre, composta pelo poder de fogo e de manobra, observamos que, em T1, os EUA representavam em média, 52,21% do total bilateral, enquanto a China 47,79%. Em T2, essas porcentagens mudaram para 40,72% e 59,28%, indicando um crescimento na capacidade chinesa e uma mudança na capacidade de guerra terrestre em favor da China. Essa evolução reflete a crescente ênfase de Pequim em proteger sua integridade territorial e projetar poder nas regiões próximas, especialmente nas disputas territoriais ao longo de suas fronteiras. Examinemos agora o índice de capacidade na guerra marítima, único componente da Categoria (7) Divisão Marítima.

Tabela 3. Capacidade na Guerra Marítima¹³

Guerra Marítima											
Controle do Mar											
2007		2008		2009		2017		2018		2019	
EUA	RPC	EUA	RPC	EUA	RPC	EUA	RPC	EUA	RPC	EUA	RPC
Número de Porta-aviões											
12	0	11	0	11	0	10	1	11	1	11	1
Número de Contratorpedeiros											
50	28	52	29	52	28	62	21	64	23	65	27
Número de Fragatas											
31	48	21	46	22	50	8	57	9	59	13	59
Número de Navios de Contramedidas para Minas											
24	65	9	65	9	69	11	41	11	42	44	42
Número de Navios Anfíbios de Assalto											
35	0	32	0	31	1	31	4	31	4	32	5
Número de Navios e Embarcações Anfíbias											
334	233	334	234	282	243	245	136	245	140	245	112
Controle do Mar Total (Anual)											
486	374	459	374	407	391	367	260	371	269	377	246
Controle do Mar Relativo (Anual)											
56,51%	43,49%	55,10%	44,90%	51,00%	49,00%	58,53%	41,47%	57,97%	42,03%	60,51%	39,49%
Poder de Fogo											
2007		2008		2009		2017		2018		2019	
EUA	China	EUA	China	EUA	China	EUA	China	EUA	China	EUA	China
Número de Sistemas de Lançamento Vertical											
7.484	96	7.712	96	7.724	224	9.100	1.320	9.208	1.544	9.322	1.928
Poder de Fogo Total (Anual)											
7.484	96	7.712	96	7.724	224	9.100	1.320	9.208	1.544	9.322	1.928
Poder de Fogo Relativo (Anual)											
98,73%	1,27%	98,77%	1,23%	97,18%	2,82%	87,33%	12,67%	85,64%	14,36%	82,86%	17,14%
Negação do Mar											
2007		2008		2009		2017		2018		2019	
EUA	China	EUA	China	EUA	China	EUA	China	EUA	China	EUA	China
Número de Submarinos (Táticos e Estratégicos)											
68	58	71	62	71	62	68	57	68	62	67	59
Poder de Negação do Mar Total (Anual)											
68	58	71	62	71	62	68	57	68	62	67	59
Poder de Negação do Mar Relativo (Anual)											
53,97%	46,03%	53,38%	46,62%	53,38%	46,62%	54,40%	45,60%	52,31%	47,69%	53,17%	46,83%
Capacidade Relativa na Guerra Marítima (Anual)											
69,74%	30,26%	69,09%	30,91%	67,19%	32,81%	66,75%	33,25%	65,31%	34,69%	65,52%	34,48%
Capacidade Anual Relativa na Guerra Marítima (T1 e T2)											
				T1				T2			
EUA				68,67%				65,86%			
RPC				31,33%				34,14%			

Fonte: IISS (2007); IISS (2008); IISS (2009); IISS (2017); IISS (2018); IISS (2019). Elaboração própria.

Para analisar a capacidade militar dos EUA e da China na guerra marítima, consideramos três categorias: controle do mar, poder de fogo e negação do mar. O controle efetivo dos mares é essencial para qualquer nação, mesmo para aquelas com foco predominantemente terrestre¹⁴, pois

13 Relativo aos inventários da marinha de cada país.

14 "Um exemplo emblemático é o caso da China, que foi uma grande potência marítima no século XV, mas, no século XVI, voltou seu foco para o interior, negligenciando a construção de uma marinha robusta. Isso resultou inicialmente em incursões de piratas, mas, posteriormente, abriu espaço para a intervenção estrangeira nos séculos XVIII e XIX, seguida por invasões nos séculos XIX e XX" (LINDLEY-FRENCH; BOYER, 2012, p. 31, tradução própria).

amplia a segurança nacional, protege as rotas comerciais e aumenta a projeção de poder em outras regiões. Além de ser um objetivo estratégico, o controle marítimo facilita operações terrestres ao criar um ambiente mais favorável (LINDLEY-FRENCH; BOYER, 2012). A combinação da capacidade de controlar e negar o uso dos mares aos rivais, juntamente com o poder de fogo, reflete a habilidade geral de conduzir operações navais. No entanto, é importante reconhecer que nossa análise, focada principalmente na superioridade material, tem limitações inerentes.

Nos indicadores proxies relacionados ao controle marítimo, os EUA apresentam uma clara predominância. Em 2007, os EUA possuíam 12 porta-aviões próprios, enquanto a China não tinha nenhum. Em 2019, os EUA mantiveram 11 porta-aviões, enquanto a China aumentou para 1¹⁵. Quanto aos contratorpedeiros, os EUA contavam com 50 em 2007, enquanto a China tinha 28, com os números ajustando-se para 65 e 27, respectivamente, em 2019. Por outro lado, nas fragatas, a tendência inverte-se: em 2007, os EUA tinham 31 e a China 48, mas em 2019, a China possuía 59 fragatas em comparação com 13 dos EUA. A situação é semelhante com os navios de contramedidas para minas, onde os EUA tinham 24 em 2007 e a China 65; em 2019, os números se inverteram para 44 e 42, respectivamente. No que diz respeito aos navios anfíbios de assalto, os EUA lideram, com 35 em 2007 e mantendo 32 em 2019, enquanto a China possuía nenhum em 2007 e 5 em 2019. Em termos gerais de navios e embarcações anfíbias (excluindo os navios de assalto), os EUA possuíam 334 em 2007 e 245 em 2019, enquanto a China tinha 233 em 2007 e 112 em 2019.

No campo do poder de fogo, entre 2007 e 2019, os EUA aumentaram o número de sistemas de lançamento vertical de mísseis de 7.484 para 9.322. Em contraste, a China teve um crescimento notável de mais de 20 vezes nesse indicador, subindo de 96 sistemas em 2007 para 1.928 em 2019. Para avaliar a capacidade de negar o uso do mar pelo inimigo, utilizamos o número de submarinos táticos e estratégicos como indicador proxy, dado seu papel na execução de ataques contra navios e bases navais, na interrupção de rotas marítimas, na imposição de bloqueios navais e na

15 Até então (agosto de 2024), a China possui três porta-aviões em sua frota: Liaoning (adquirido em 1988 da antiga URSS), Shandong (construído pela China e lançado em dezembro de 2019) e Fujian. O mais recente, Fujian, foi apresentado pelo governo chinês em 2022 e ostenta um sistema de lançamento similar ao dos porta-aviões norte-americanos. Atualmente, tanto a China quanto os EUA são os únicos países do mundo com três ou mais porta-aviões, com apenas 11 nações detendo esse tipo de equipamento bélico (GIELOW, 2022).

minagem de águas e portos. Em 2007, os EUA possuíam 68 submarinos, enquanto a China tinha 58. Em 2019, os números se alteraram para 67 e 59 submarinos, respectivamente.

A análise das médias de todos os indicadores revela que, em T1, a capacidade marítima dos EUA correspondia a 68,67% do total bilateral, enquanto a da China representava 31,33%. Em T2, essas proporções foram ajustadas para 65,86% e 34,14%, respectivamente. Esse aumento gradual na capacidade marítima chinesa é resultado do processo de modernização naval iniciado na década de 1990 e intensificado após 1996, quando os EUA enviaram dois porta-aviões para a região de Taiwan em resposta aos testes de mísseis e exercícios navais chineses. A modernização chinesa inclui uma ampla gama de programas de aquisição e construção de armamentos, refletidos no aumento do número de sistemas de lançamento vertical, bem como na aquisição e construção de porta-aviões, fragatas, navios anfíbios e submarinos. Por exemplo, enquanto a China possuía 2 submarinos de ataque em 1995, esse número subiu para 39 em 2014, e ainda são mais silenciosos e difíceis de detectar. Apesar desse progresso, nossos indicadores proxies mostram que os EUA ainda mantêm uma superioridade significativa na guerra marítima (DAWOOD, 2018). Examinemos agora o índice de capacidade na guerra aérea, único componente da Categoria (8) Divisão Aérea.

Tabela 4. Capacidade na Guerra Aérea¹⁶

Guerra Aérea											
Lutadores											
2007		2008		2009		2017		2018		2019	
EUA	RPC	EUA	RPC	EUA	RPC	EUA	RPC	EUA	RPC	EUA	RPC
Número de Aeronaves Disponíveis para Combate											
2.658	2.643	2.658	1.762	2.693	1.653	1.430	2.307	1.478	2.397	1.466	2.413
Número de Helicópteros de Ataque											
205	80	189	80	189	80	137	53	137	53	136	53
Poder Total dos Lutadores (Anual)											
2.863	2.723	2.847	1.842	2.882	1.733	1.567	2.360	1.615	2.450	1.602	2.466
Poder Relativo dos Lutadores (Anual)											
51,25%	48,75%	60,72%	39,28%	62,45%	37,55%	39,90%	60,10%	39,73%	60,27%	39,38%	60,62%
Poder de Fogo											
2007		2008		2009		2017		2018		2019	
EUA	China	EUA	China	EUA	China	EUA	China	EUA	China	EUA	China
Número de Veículos Aéreos de Combate Não-Tripulados											
59	1	107	4	131	4	352	4	350	15	244	19
Poder de Fogo Total (Anual)											
59	1	107	4	131	4	352	4	350	15	244	19
Poder de Fogo Relativo (Anual)											
98,33%	1,67%	96,40%	3,60%	97,04%	2,96%	98,85%	1,12%	95,89%	4,11%	92,75%	7,22%
Capacidade Relativa na Guerra Aérea (Anual)											
74,79%	25,21%	78,56%	21,44%	79,74%	20,26%	69,39%	30,61%	67,81%	32,19%	66,08%	33,92%
Capacidade Anual Relativa na Guerra Aérea (T1 e T2)											
				T1				T2			
EUA				77,70%				67,76%			
RPC				22,30%				32,24%			

¹ Fonte: IISS (2007); IISS (2008); IISS (2009); IISS (2017); IISS (2018); IISS (2019). Elaboração própria.

Para avaliar a capacidade aérea dos EUA e da China, seguimos a metodologia do Lowy Institute, dividindo a análise em duas categorias: (1) poder dos caças/lutadores, refletido pelo número de aeronaves de combate e helicópteros de ataque, e (2) poder de fogo, representado pelo número de veículos aéreos não tripulados. Observa-se uma tendência contrastante entre os dois países no número de aeronaves de combate. Os EUA experimentaram uma redução substancial, passando de 2.658 aeronaves em 2007 para 1.466 em 2019, enquanto a China apresentou uma diminuição mais modesta, de 2.643 para 2.413 no mesmo período. Em relação aos helicópteros de ataque, ambos os países reduziram seus números: os EUA passaram de 205 em 2007 para 136 em 2019, e a China de 80 para 53.

No que tange ao poder de fogo das forças aéreas dos EUA e da China, observa-se uma clara superioridade americana tanto no início quanto no final do período analisado. Em 2007, os EUA operavam 59 veículos aéreos não tripulados (UAVs), enquanto a China possuía apenas 1 UAV. Em 2019, o número de drones dos EUA aumentou para 244, enquanto a China subiu para 19. Assim, a primazia norte-americana na guerra

¹⁶ Relativo aos inventários da força aérea de cada país.

aérea foi fortemente sustentada pela superioridade em drones, enquanto o aumento do poderio aéreo chinês foi impulsionado principalmente pelo incremento no número de caças disponíveis¹⁷. Portanto, a China ainda não possui capacidade ofensiva comparável aos EUA no que tange à projeção aérea. Isto posto, a tabela a seguir resume os dados apresentados anteriormente, mostrando as porcentagens relativas para os EUA e a RPC em todos os indicadores de capacidade militar.

Tabela 5. Capacidade Militar Relativa (Indicadores)

Categoria	Indicador	T1		T2	
		EUA	RPC	EUA	RPC
<i>Financiamento</i>	Gastos Militares	89,24%	10,76%	75,13%	24,87%
<i>Militar</i>	Orçamento para PDT&A	87,19%	12,81%	78,52%	21,48%
<i>Pessoal</i>	Efetivo Militar	34,84%	65,16%	34,25%	65,75%
<i>Produção e Comércio Militar</i>	Empresas Produtoras de Armas e Serviços Militares no Top 100	100%	0,00%	84,21%	15,79%
	Armas Convencionais Exportadas	90,86%	9,14%	87,59%	12,41%
<i>Divisão Nuclear</i>	Estoque de Ogivas Nucleares no Arsenal Militar	95,77%	4,23%	93,14%	6,86%
<i>Divisão Espacial</i>	Número de Satélites em Operação	90,40%	9,60%	70,32%	29,68%
<i>Divisão Terrestre</i>	Capacidade na Guerra Terrestre	52,21%	47,79%	40,72%	59,28%
<i>Divisão Marítima</i>	Capacidade na Guerra Marítima	68,67%	31,33%	65,86%	34,14%
<i>Divisão Aérea</i>	Capacidade na Guerra Aérea	77,70%	22,30%	67,76%	32,24%

Com base na tabela, observa-se um avanço significativo da China em todos os indicadores de capacidade militar em comparação com os EUA. Os principais pontos destacados são: em gastos militares, a participação da China no total bilateral aumentou de 10,76% em T1 para 24,87% em T2, enquanto a dos EUA caiu de 89,24% para 75,13%. No orçamento para PDT&A, a China subiu de 12,81% para 21,48%, enquanto a participação dos EUA reduziu de 87,19% para 78,52% no mesmo período. Além disso, a China avançou ao posicionar empresas produtoras de armas e serviços militares no top 100, representando 15,79% do total bilateral em T2. Sua

17 Além disso, é importante ressaltar que a Força Aérea Chinesa enfrenta três desafios centrais que precisam ser superados: (1) a dificuldade de integração bem-sucedida em operações conjuntas, devido à estrutura militar altamente centralizada; (2) as capacidades limitadas de reabastecimento aéreo, que, embora tenham sido abordadas pela construção de ilhas artificiais, ainda permanecem insuficientes; e (3) a ausência de uma infraestrutura militar-industrial robusta para apoiar a produção de aeronaves sem depender excessivamente de tecnologia estrangeira (McPHILAMY, 2020).

proporção de satélites em operação também aumentou de 9,60% para 29,68%, enquanto a dos EUA diminuiu de 90,40% para 70,32%.

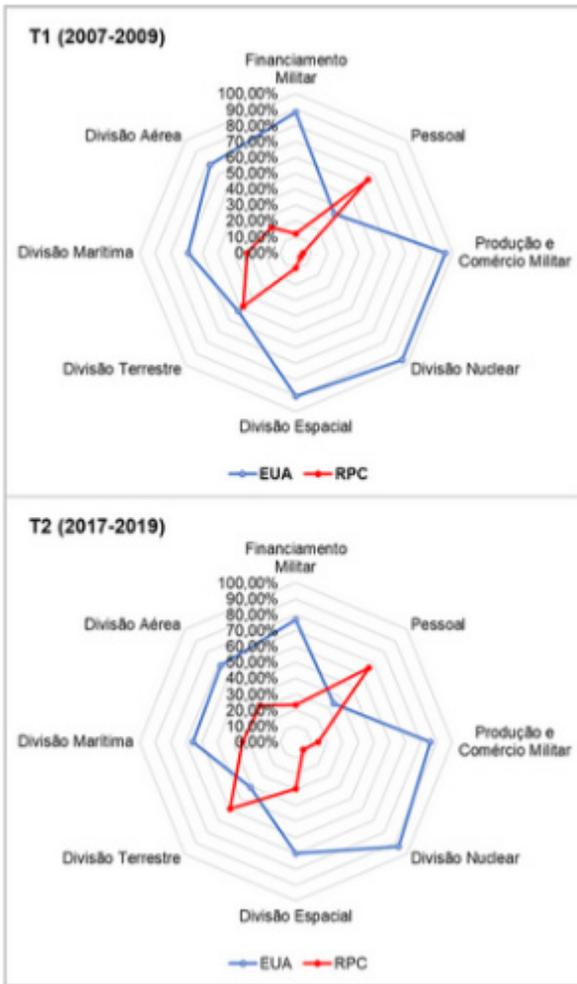
Embora a China tenha fortalecido suas capacidades militares durante o período analisado, os EUA ainda mantêm superioridade na maioria dos indicadores, exceto no efetivo militar e na capacidade de guerra terrestre. O maior efetivo militar da China, dado o tamanho de sua população, era esperado. No entanto, a liderança chinesa na guerra terrestre, evidenciada pelos indicadores proxies, reflete um aumento relativo no número de tanques, veículos de combate de infantaria, infraestrutura anti-tanques e equipamentos de artilharia. A tabela e o gráfico a seguir ilustram a proporção relativa entre China e EUA em cada uma das oito categorias analisadas ao longo dos dois períodos temporais considerados. A porcentagem relativa para cada categoria foi calculada com base na média dos indicadores-parte correspondentes, conforme apresentados na tabela anterior.

Tabela 6. Capacidade Militar Relativa (Categorias de Indicadores)

Categoria	T1		T2	
	EUA	RPC	EUA	RPC
<i>Financiamento Militar</i>	88,22%	11,79%	76,83%	23,18%
<i>Pessoal</i>	34,84%	65,16%	34,25%	65,75%
<i>Produção e Comércio Militar</i>	95,43%	4,57%	85,90%	14,10%
<i>Divisão Nuclear</i>	95,77%	4,23%	93,14%	6,86%
<i>Divisão Espacial</i>	90,40%	9,60%	70,32%	29,68%
<i>Divisão Terrestre</i>	52,21%	47,79%	40,72%	59,28%
<i>Divisão Marítima</i>	68,67%	31,33%	65,86%	34,14%
<i>Divisão Aérea</i>	77,70%	22,30%	67,76%	32,24%
Capacidade Militar Relativa (Média)	75,40%	24,60%	66,85%	33,15%

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 8. Abrangência da Capacidade Militar Relativa (Categorias)



Fonte: Elaboração própria.

A análise da figura revela que, tanto em T1 quanto em T2, as capacidades militares dos EUA foram mais abrangentes do que as da China, exceto no efetivo militar e na guerra terrestre, onde os chineses superaram os norte-americanos em T2. Entretanto, a China demonstrou uma melhoria relativa em todos os indicadores comparativos. Destacam-se os gastos militares, que aumentaram de 10,76% para 24,84% do total bilateral; o número de empresas chinesas de armamentos e serviços militares no top 100, que subiu de 0% para 15,79%; o número de satélites em

operação, que cresceu de 9,60% para 29,68%; e a capacidade aérea chinesa, que avançou de 22,30% para 32,24% do total combinado. Não obstante, embora a China tenha ampliado sua participação, os EUA mantiveram a superioridade na maioria dos indicadores ao longo dos dois períodos. Portanto, não vislumbramos uma liderança militar chinesa no curto prazo, e nem um equilíbrio sino-americano, já que os EUA permanecem como a principal potência militar global de forma abrangente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos indicadores proxies revela que o poder militar da China aumentou de 24,60% para 33,15% do total bilateral entre T1 (2007-2009) e T2 (2017-2019), enquanto a participação dos EUA caiu de 75,40% para 66,85%, como indicado na tabela 6. Esse crescimento relativo de quase 10 pontos percentuais da RPC reflete seus contínuos esforços de modernização militar desde os anos 1990, incluindo o desenvolvimento de novas tecnologias para enfrentar navios, aeronaves e satélites dos EUA, frequentemente a um custo reduzido (ALLISON, 2017). Em 2022, por exemplo, a China apresentou seu terceiro porta-aviões, o Fujian, equipado com um sistema de catapulta desenvolvido internamente, evidenciando uma capacidade tecnológica que se aproxima da estadunidense nesta área (GIELOW, 2022).

Portanto, em linhas gerais, a análise deste estudo indica a existência de uma mudança na distribuição de poder militar entre os EUA e a China entre 2007 e 2019. A ascensão da China é evidente em todos os indicadores analisados, com uma destacada liderança na capacidade de guerra terrestre. De acordo com o documento “China’s National Defense in the New Era” do Gabinete de Informação do Conselho de Estado Chinês, a RPC está empenhada em modernizar suas forças para enfrentar uma série de desafios, tanto internacionais quanto domésticos e regionais. Estes incluem alianças estratégicas dos EUA na Ásia-Pacífico, políticas de contenção promovidas pelos norte-americanos, expansão da OTAN, fortalecimento das capacidades nucleares e não-nucleares da Rússia, além de questões internas como a busca pela independência de Taiwan, os movimentos separatistas em Xinjiang e as disputas territoriais no Mar Meridional (SCIO, 2019).

Assim, é fundamental reconhecer o papel central do campo militar nos esforços de Xi Jinping para revitalizar e fortalecer a China,

com o objetivo de concretizar o “Sonho Chinês” de se tornar uma grande potência socialista até 2049, no centenário da Revolução Comunista. Este sonho, impulsionado pelo nacionalismo chinês e pela vontade de superar o período de humilhação histórica, confere uma importância crucial às questões de segurança e defesa. Isso abrange a modernização das forças armadas, a diplomacia militar, a projeção e a afirmação internacional da China, bem como a defesa da integridade territorial do país (SINAGA, 2020). É crucial também notar que os estadunidenses e os chineses enfrentam desafios geopolíticos distintos: enquanto os EUA, como principal potência global, precisam projetar sua influência militar em três regiões estratégicas (Europa, Oriente Médio e leste da Ásia), a China concentra sua projeção no leste e sudeste asiático, áreas que se tornaram o epicentro da competição geopolítica sino-americana (LAYNE, 2018). Desde a ascensão de Xi Jinping, a China se consolidou como uma força formidável no cenário internacional, mobilizando suas forças armadas em missões humanitárias e de manutenção da paz. O país também tem utilizado seu poder naval para combater o terrorismo e a pirataria, mobilizando forças privadas e governamentais para proteger seus cidadãos e interesses no exterior. A Iniciativa Cinturão e Rota tem sido um dos grandes destaques dessa atuação (GHISELLI, 2021).

Portanto, apesar de a China ainda não estar em posição de desafiar globalmente a superioridade militar dos EUA, há indícios de que está começando a alcançar uma paridade significativa no leste da Ásia. A análise dos indicadores proxies revela um progresso gradual da RPC, com uma alteração relativa de cerca de 10 pontos percentuais no equilíbrio da capacidade militar sino-americana ao longo de pouco mais de uma década. Isso sugere uma mudança na balança de poder que transcende a esfera econômico-tecnológica frequentemente analisada nas disputas sino-americanas. Contudo, os EUA continuam a manter uma liderança substancial, que é difícil de ser contestada por qualquer nação, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, incluindo estrutura organizacional, logística e cultura militar. Assim, as teses gêmeas da ascensão chinesa e do declínio norte-americano no campo militar podem ser exageradas quando consideradas isoladamente, sem se levar em conta aspectos de economia política internacional, diplomacia ou poder brando.

REFERÊNCIAS

AL JAZEERA. **Ukraine intelligence ‘confirms’ Russian forces using Starlink.** Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/2/11/ukraine-intelligence-confirms-russian-forces-using-starlink>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ALLISON, Graham. **Destined for War: Can America and China Escape Thucydides’s Trap?** Editora Houghton Mifflin, 2017. 384 p.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo.** São Paulo: Editora UNESP, 1996. Tradução de Vera Ribeiro.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2008.

BBC. **Os 5 países que fabricam 75% das armas do mundo (e seus maiores compradores).** 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47538464>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Armed Forces Personnel, Total - United States, China.** 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.TOTL.P1?locations=US-CN>. Acesso em: 04 jan. 2024.

BUCKLEY, Chris. Medo e ambição impulsionam arsenal nuclear da China sob Xi. **Folha de São Paulo**, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/02/medo-e-ambicao-impulsionam-arsenal-nuclear-da-china-sob-xi.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BUZAN, Barry. Power, and Security: Contending Concepts in the Study of International Relations. **Journal of Peace Research**, Special Issue on Alternative Defense, v. 21, n. 2, p. 109-125, 1984.

CORRÊA, Gabriela T. R. **Da crise dos subprimes à pandemia de Covid-19: China e Estados Unidos nas novas dinâmicas globais de poder.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria, 2023.

COX, Robert W. Forças sociais, Estados e ordens mundiais: além da teoria de Relações Internacionais. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 10-37, 2021. Tradução de Caio Contijo.

DAWOOD, Layla. China's Military Modernisation: international systemic change through internal balancing? In ORSI, D., AVGUSTIN, J.; NURNUS, M. **Realism in Practice**. E-International Relations, 2018.

DEGTEREV, Denis; RAMICH, Mirzet; TSVYK, Anatoly. U.S.-China: "Power Transition" and the Outlines of "Conflict Bipolarity". **Vestnik RUDN International Relations**, v. 21, n. 2, p. 210-231, 2021.

FAS. Status Of World Nuclear Forces – Tabela: Estimated Global Nuclear Warhead Stockpiles. **Federation of American Scientists**, 2024. Disponível em: <https://fas.org/initiative/status-world-nuclear-forces/>. Acesso em: 18 fev. 2024.

GIELOW, Igor. China desafia EUA com seu primeiro super porta-aviões. **Folha de São Paulo**, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/06/china-desafia-eua-com-seu-primeiro-super-porta-avioes.shtml>. Acesso em: 25 mar. 2024.

GHISELLI, Andrea. **Protecting China's Interests Overseas: Securitization and Foreign Policy**. Oxford University Press. 2021. 304 p.

HOWARD, Michael. Military power and international order. **International Affairs**, v. 85, n. 1, p. 145-155, 2009.

IKENBERRY, John G. **Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

IISS. The Military Balance 2007. **The International Institute for Strategic Studies**, 2007.

IISS. The Military Balance 2008. **The International Institute for Strategic Studies**, 2008.

IISS. The Military Balance 2009. **The International Institute for Strategic**

Studies, 2009.

IISS. The Military Balance 2017. **The International Institute for Strategic Studies**, 2017.

IISS. The Military Balance 2018. **The International Institute for Strategic Studies**, 2018.

IISS. The Military Balance 2019. **The International Institute for Strategic Studies**, 2019.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

KIM, Woosang; GATES, Scott. Power transition theory and the rise of China. **International Area Studies Review**, v. 18, n. 3, p. 219-226, 2015.

KOCH, Charles J. Testing the Power Transition Theory with Relative Military Power. **Journal of Strategic Security**, v. 14, n. 3, p. 86-111, 2021.

KUBE, Courtney; DE LUCE, Dan. How China is challenging the U.S. military's dominance in space. **NBC News**, 2023. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/politics/national-security/china-challenging-us-militarys-dominance-space-rcna128993>. Acesso em: 24 mar. 2024.

LAYNE, Christopher. The US–Chinese power shift and the end of the Pax Americana. **International Affairs**, v. 94, n. 1, p. 89-111, 2018.

LINDLEY-FRENCH, Julian; BOYER, Yves. Maritime Warfare and the Importance of Sea Control. In BOYER, Yves; LINDLEY-FRENCH, Julian (eds.). **The Oxford Handbook of War**. Oxford University Press, 2012, p. 430-443.

LOWY INSTITUTE. **Weapons and Platforms: Land, Maritime and Air Warfare Assets and Capabilities**. Disponível em: <https://power.lowyinstitute.org/data/military-capability/weapons-and-platforms/>. Acesso em: 13 jan. 2024.

McPHILAMY, Jonathan. Air Supremacy. Are the Chinese Ready? **Military Review**, p. 56-61, 2020. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/JF-20/McPhilamy-Air-Supremacy.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MEARSHEIMER, John. **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MORGENTHAU, Hans. **Politics Among Nations: the struggle for power and peace**. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

NYE, Joseph S. *Cooperação e conflito nas Relações Internacionais*. São Paulo: Editora Gente, 2009.

NYE, Joseph. **The Future of Power**. PublicAffairs, 2011. 235 p.

OLIVEIRA, Alana C. A fusão civil-militar na Era Xi e as implicações para as transformações de poder militar no cenário internacional. **Observa China**, 2023. Disponível em: <https://www.observachina.org/articles/a-fusao-civil-militar-na-era-xi>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ORGANSKI, Abramo F. K. **World Politics**. 2 ed. New York: Alfred A. Knopf, 1968. 529 p.

SCIO. China's National Defense in the New Era. **State Council Information Office of the People's Republic of China**. 2019. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html. Acesso em: 25 ago. 2024.

SINAGA, Lidya C. Xi Jinping, "China dream", and Chinese military diplomacy to ASEAN. **Journal of ASEAN Studies**, v. 8, n. 2, p. 173-190, 2020.

SIPRI. **SIPRI Military Expenditure Database**. 2024a. Disponível em: <https://milex.sipri.org/sipri>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SIPRI. **SIPRI Arms Industry Database**. 2024b. Disponível em: <https://>

www.sipri.org/databases/armsindustry. Acesso em: 18 jan. 2024.

SIPRI. **SIPRI Arms Transfers Database**. 2024c. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/armstransfers>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SCHWELLER, Randall L. Opposite but Compatible Nationalisms: A Neoclassical Realist Approach to the Future of US–China Relations. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 11, n. 1, p. 23-48, 2018.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. 2 ed. New York: Continuum, 1994.

TAMMEN, Ronald; KUGLER, Jacek. Power Transition and China-US Conflicts. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 1, n. 1, p. 35-55, 2006.

TAMMEN, Ronald; KUGLER, Jacek; LEMKE, Douglas. Power Transition Theory. **Transresearch Consortium**, Work Paper #1, 2011.

TEIXEIRA, Augusto. Grande Estratégia e Modernização Militar da China Contemporânea. **Análise Estratégica**, v. 12, n. 2, 2019.

TIAN, Nan; SU, Fei. A New Estimate of China's Military Expenditure. **Stockholm International Peace Research Institute**, 2021. Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2021/research-reports/new-estimate-chinas-military-expenditure>. Acesso em: 16 jan. 2024.

TROXELL, John F. Military Power and the Use of Force. In BARTHOLOMEES, J. B. **U.S. Army War College Guide to National Security Policy and Strategy**. Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, p. 217-240, 2006.

TUCK, Christopher. The Future of Manoeuvre Warfare. In WEISSMANN, Mikael; NILSSON, Niklas (eds.). **Advanced Land Warfare: Tactics and Operations**. Oxford University Press, 2023, p. 25-42.

UCS. Nuclear Weapons Worldwide. **Union of Concerned Scientists**, 2024a. Disponível em: <https://www.ucsusa.org/nuclear-weapons/worldwide>. Acesso em: 22 fev. 2024.

UCS. UCS Satellite Database – Database: Excel Format. **Union of Concerned Scientists**, 2024b. Disponível em: <https://www.ucsusa.org/resources/satellite-database>. Acesso em: 23 fev. 2024.

USA. National Defense Budget Estimates for FY 2009. **U.S. Department of Defense**, 2008. Disponível em: https://comptroller.defense.gov/Portals/45/Documents/defbudget/fy2009/FY09Greenbook/greenbook_2009_updated.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

USA. National Defense Budget Estimates for FY 2019. **U.S. Department of Defense**, 2018. Disponível em: https://comptroller.defense.gov/portals/45/documents/defbudget/fy2019/fy19_green_book.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

USA. Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China. **U.S. Department of Defense**. Report do Congress. 2023. Disponível em: <https://media.defense.gov/2023/Oct/19/2003323409/-1/-1/1/2023-MILITARY-AND-SECURITY-DEVELOPMENTS-INVOLVING-THE-PEOPLES-REPUBLIC-OF-CHINA.PDF>. Acesso em: 20 ago. 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WALTZ, Kenneth. **The Theory of International Politics**. Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

ZHU, Zhiqun. Power Transition and U.S.-China Relations: Is War Inevitable? **Journal of International and Area Studies**, v. 12, n. 1, p.1-24, 2005.

A PRESENÇA DA MARINHA BRASILEIRA NA AMAZÔNIA: DO PÓS-GUERRA FRIA AOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XXI¹

Dilceu Roberto Pivatto Junior²

RESUMO

O artigo consiste em compreender a Amazônia no pensamento da Marinha do Brasil, de modo que se identifique os debates internos da força, as prioridades estabelecidas e as suas atribuições para a defesa da região amazônica. Para tal finalidade, procurou-se analisar a presença da Marinha brasileira na região amazônica, por meio: da crescente prestação de suporte logístico e da criação do 9º Distrito Naval; e do correspondente aprestamento das forças de emprego fluvial, incluindo as Operações Ribeirinhas. A metodologia empregada na pesquisa deste artigo foi qualitativa e de análise documental, do período correspondente aos anos de 1992 a 2008. Fontes consultadas: documentos do Ministério da Marinha e do Ministério da Defesa; monografias dos cursos da Escola de Guerra Naval; periódicos profissionais militares; livros de autores militares da Marinha; e entrevistas com ex-Ministros e ex-Comandantes da Marinha do Brasil. A análise destas diferentes fontes possibilitou a identificação das linhas de pensamento predominantes e que, consequentemente, influenciaram na formulação da estratégia da Marinha do Brasil para a defesa da Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia; Marinha do Brasil; pensamento naval brasileiro.

1 O presente artigo deriva de uma pesquisa realizada pelo autor em seu estágio pós-doutoral, atualmente com bolsa de pós-doutorado financiada pela FAPESC, no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGRI-UFSC). Esta pesquisa foi realizada com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

2 Doutor em Ciência Política (UFRGS). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Santa Catarina (SC). E-mail: dilceu.pivatto@hotmail.com / Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7834-2890>

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a defesa da Amazônia esteve com certa frequência entre as principais preocupações dos militares brasileiros, por se tratar de um território de grande biodiversidade e que concentra riquezas naturais, e também por ser uma região que depende do controle e acesso de seus rios para a navegação. Estas preocupações, por parte dos militares brasileiros com a Amazônia, se intensificaram nos anos pós-Guerra Fria. Contexto em que a Marinha procurou acompanhar o movimento do Exército brasileiro em defesa daquela região, com o propósito de contribuir com o Projeto Calha Norte. Episódio este que torna conveniente identificar de que forma a Marinha brasileira seguiu o movimento do Exército na direção do Projeto Calha Norte³. Neste sentido, o presente artigo consiste em compreender a Amazônia no pensamento estratégico da Marinha do Brasil de modo que se identifique os debates internos da força, as prioridades estabelecidas e as suas atribuições para a defesa da região amazônica. Para tal finalidade, dois eixos temáticos serviram de orientação neste estudo entre os anos de 1992 a 2008: a identificação das formas de atuação da Marinha brasileira na região amazônica e dos fatores que envolveram a criação do 9º Distrito Naval; e o correspondente aumento da presença da Marinha na Amazônia, por meio da intensificação das Operações Ribeirinhas. Assim, este artigo pretende responder a seguinte pergunta: o que a Marinha do Brasil produziu sobre a Amazônia em termos de pensamento estratégico entre os anos de 1992 a 2008? Neste período, percebe-se que a Marinha brasileira ampliou o debate de medidas a serem implementadas para a defesa da Amazônia, e deste modo, procurou assegurar uma maior atenção para a região na medida em que, gradativamente, incrementava a sua presença militar naquela parte do território brasileiro.

Com relação ao recorte temporal de 1992 a 2008, analisou-se este período por se tratar de um momento de relevantes transformações no interior das Forças Armadas brasileiras envolvendo o seu papel nos

3 A atuação da Marinha brasileira na Amazônia compõe parte do Projeto Calha Norte, projeto este que pretende promover uma maior integração da região amazônica ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas com o restante do país. Em síntese, o Projeto Calha Norte prevê: um aumento da presença militar na região; a ampliação das infraestruturas viárias; e a interiorização dos polos de desenvolvimento econômico do país. E, no plano estratégico o projeto estabeleceu – e manteve este propósito ao longo dos anos – a necessidade de se reforçar a presença militar brasileira, principalmente, nas regiões fronteiriças e que apresentam algum tipo de vulnerabilidade em termos de defesa do território brasileiro.

assuntos de defesa do Brasil, após o fim da Guerra Fria e o consequente esvaziamento da agenda anticomunista. Ademais, por questões metodológicas e de análise, delimitou-se o estudo até o ano de 2008 por conta da publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END-2008) que, a partir de então, evidenciaria os cenários de atuação das Forças Armadas brasileiras. Compreende-se que a END-2008 cristalizou as linhas de pensamento que circularam nos espaços institucionais militares nas décadas anteriores, especialmente nos anos de 1990, envolvendo aqueles de deveriam ser os cenários prioritários de atuação das Forças Armadas. Com efeito, neste contexto, percebe-se que os militares inseriram a Amazônia em seu pensamento estratégico, de maneira que aquele cenário representasse um novo repertório em termos de ameaças⁴, sobretudo diante da proposta de internacionalização da Amazônia, por parte de iniciativas advindas dos países europeus e dos Estados Unidos (Leiner, 2024, p. 233s). Portanto, embora exista atualmente uma extensa agenda vinculada às questões de segurança da Amazônia envolvendo atores não-estatais associados ao crime organizado, a proposta deste artigo consiste em analisar a presença da Marinha do Brasil na Amazônia identificada com as demandas e os assuntos de defesa do território brasileiro, principalmente, contra eventuais ameaças de potências militares e/ou a atuação de grupos irregulares armados em áreas próximas da fronteira brasileira naquela região⁵.

Entende-se que a Marinha, mesmo que subordinada ao Ministério da Defesa, por conta da elevada autonomia dos militares brasileiros em

4 Sobre as “novas ameaças” inseridas no contexto pós-Guerra Fria, para uma análise teórica mais aprofundada da temática, ver: VALENÇA, Marcelo M. A política de identidade nas novas guerras e a construção social da diferença: notas a partir da cultura e da identidade. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v.17 n.2 p. 65-85, jul/dez 2011.

5 É importante destacar que a atuação da Marinha brasileira na Amazônia envolve uma série de ações não necessariamente vinculadas à sua preparação para a defesa daquele território. Vale destacar as atividades subsidiárias realizadas pela Marinha do Brasil na Amazônia e que contemplam uma variedade de demandas sociais, na medida em que procuram atender as populações ribeirinhas e indígenas mais vulneráveis que vivem na região amazônica. Atualmente, é evidente que a Amazônia sofre com uma série de questões que comprometem a sua segurança por conta: da mineração ilegal, do crime organizado, do desmatamento e queimadas, do narcotráfico e da degradação ambiental. Inclusive, a conjugação destes elementos demanda medidas de proteção dos povos indígenas e das populações ribeirinhas ameaçadas por este conjunto de fatores de segurança da região. Neste sentido, observa-se que as abordagens de segurança pública, de segurança humana e de segurança ambiental merecem um novo estudo detalhado, considerando que a proposta deste artigo não conseguiu contemplar estes fatores. Estes novos estudos poderiam identificar, por exemplo, os níveis de atuação e de coordenação interagência, da Marinha brasileira com a Polícia Federal, no combate aos crimes mencionados.

formular seu pensamento estratégico, apresentou linhas próprias de pensamento para a defesa da Amazônia (Pivatto Jr., 2024).

Assim, o objeto central deste artigo consiste na análise dos discursos produzidos no interior das burocracias especializadas da Marinha brasileira. Por burocracias especializadas, compreende-se as suas organizações militares e instituições de ensino que possuem capacidade própria de reprodução de determinadas linhas de pensamento. Neste sentido, estas linhas de pensamento tendem a ser publicadas de forma que consigam influenciar, direta ou indiretamente, na formulação das agendas ministeriais e nas políticas do Estado de maneira geral. Com isso, na medida em que a Marinha do Brasil formula determinada concepção estratégica, a análise das suas ideias produzidas torna-se necessária, uma vez que estas ideias tendem a exercer determinado grau de influência na agenda daquela instituição e, conseqüentemente, procuram também participar diretamente nos processos decisórios envolvendo a configuração do poder naval brasileiro.

Neste sentido, observa-se que a análise de ideias produzidas possibilita um melhor esclarecimento a respeito das prioridades e entendimentos adotados nas relações entre os indivíduos que compõem uma mesma instituição (Goldstein; Keohane, 1993, p. 03-08). Trata-se de uma realidade que se aplica aos espaços militares de produção ideacional, tendo em vista que a formulação das políticas de defesa pode ser considerada um efeito causal das ideias debatidas nos ambientes de construção do pensamento naval brasileiro. Neste sentido, Alexander Wendt (1987) enfatiza a importância de se analisar o comportamento coletivo dos indivíduos, comportamentos estes baseados em interesses e visões compartilhadas por um mesmo grupo. Com efeito, em termos teórico-metodológicos, optou-se pela teoria construtivista tendo em vista a importância dos elementos ideacionais para se compreender as formas com que as ideias produzidas influenciam nas tomadas de decisão. Trata-se de uma abordagem que pode ser potencialmente aplicada no estudo do pensamento militar brasileiro e no estabelecimento daquelas que deveriam ser as prioridades que informam a estratégia da Marinha brasileira para a Amazônia.

Interesses são constituídos por ideias e a constituição do poder advém destes interesses compartilhados através de instituições capazes de difundi-los. Do contrário, sem a institucionalização das ideias é impossível a identificação dos objetivos a serem implementados. Com isso,

compreende-se que o processo de institucionalização das ideias reflete em ações e delimitações associadas a uma cultura baseada em convicções construídas estruturalmente (Wendt, 2003, p. 104-122). Em outras palavras, a institucionalização das ideias em debate depende de mecanismos de propagação, que proporcionem o impacto das mesmas nos setores burocráticos e espaços decisórios – seja na criação de determinada agenda política, ou então, na formulação de um novo pensamento estratégico. No caso Marinha brasileira, a instituição proporcionou a existência de uma elite militar capaz de compartilhar uma identidade, com características e interesses próprios. Identidade que, apesar de não representar um grupo com pensamento homogêneo, aproxima diferentes propostas estratégicas através da institucionalização das mesmas. Portanto, é comum que algumas das ideias identificadas nos debates sejam incorporadas gradativamente no processo de formulação da estratégia naval brasileira. Acontece que no decorrer dos anos as ideias produzidas e debatidas tendem a ser reavaliadas, e posteriormente aplicadas, conforme o estabelecimento de novas concepções estratégicas. Neste caso, os conceitos militares em uso e doutrinas até então empregadas, quase que inevitavelmente, passam por processos de reorientações de cunho estratégico-operacional.

A partir desta perspectiva teórica baseada nas produções ideacionais, a metodologia empregada para a elaboração deste artigo foi qualitativa e de análise documental, com a utilização: de documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Marinha e Ministério da Defesa; das monografias dos alunos/militares da Escola de Guerra Naval (EGN); de periódicos profissionais de circulação nos meios militares; e a utilização de entrevistas com oficiais-generais da Marinha⁶ que participaram do processo de formulação da estratégia da Marinha para a região amazônica. Vale agregar como fonte os artigos de um periódico da Marinha brasileira em especial que publica o “debate” existente no interior destas organizações: a *Revista Marítima Brasileira*. Ademais, entre os principais documentos oficiais utilizados, destaque para: a *Política de Defesa Nacional* (de 1996 e de 2005); a *Estratégia Nacional de Defesa* (2008); e os relatórios anuais produzidos pelo Ministério da Marinha (de 1992 a 1999).

6 Por conta da pesquisa para a elaboração da tese de doutorado, em 2019, o autor deste artigo foi aluno e pesquisador na Escola de Guerra Naval (EGN). Este período de estudos e de pesquisas proporcionou uma importante aproximação deste autor com as autoridades da Marinha do Brasil. Portanto, as entrevistas utilizadas neste artigo, com ex-Ministros da Marinha e ex-Comandantes da Marinha, foram realizadas neste período de estudos na Escola de Guerra Naval.

Assim, a diversificação destas fontes empregadas possibilitou uma análise mais aprofundada a respeito das produções ideacionais presentes nos diferentes espaços da Marinha brasileira. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e de análise documental, utilizou-se o modelo analítico de Benjamin M. Jensen⁷. Para o autor, as mudanças organizacionais militares e suas implicações nas políticas de defesa passam por complexos processos, que não poderiam ser compreendidos se analisados somente através das burocracias formais. A gestação de novas ideias depende da criação de redes de conhecimento e mecanismos institucionais que não se limitam aos espaços decisórios do Estado.

No caso dos militares brasileiros, esses espaços de produções ideacionais atuam de forma complementar nos processos de formulação da estratégica e das políticas de defesa. Com isso, entende-se por *incubadoras* os espaços informais – na qual se estabelecem além das dependências hierárquicas militares – e que funcionam enquanto mecanismos institucionais que possibilitam reimaginar as Forças Armadas e a forma de se fazer a guerra. Por sua vez, as redes de *advocacy* atuam, de forma paralela e combinada, com as incubadoras ao estabelecerem espaços para que as ideias formuladas circulem e assim possam ser pulverizadas nos diferentes ambientes da instituição militar. Destaca-se neste caso, a capacidade destas redes de influenciar na geração de novas percepções e na promoção de mudanças no interior das instituições militares – inicialmente, nas instituições militares de formação do oficialato e, posteriormente, influenciando na criação de novas agendas político-estratégicas (Jensen, 2016, p. 142ss). Neste sentido, a Escola de Guerra Naval atua como uma *incubadora* de ideias, tendo em vista seu papel na formação dos novos oficiais-superiores que pretendem se tornar almirantes/oficiais-generais. Ademais, as revistas militares especializadas servem de redes de *advocacy* na medida em que ampliam a circulação de ideias propositivas a respeito de determinado tema. E por fim, com a intenção de diversificar as

7 De modo geral, observa-se que Benjamin M. Jensen (2016) utilizou a ideia de incubadoras e a constituição de grupos – as redes de *advocacy* – para a promoção de determinadas ideias com o objetivo de analisar alguns dos aspectos doutrinários do Exército dos Estados Unidos, e neste caso o autor não pretendia universalizar estes mecanismos institucionais como se estivesse apresentando uma teoria. Contudo, é possível perceber a influência destes espaços ideacionais separados das burocracias formais quando se tratando das mudanças de doutrina e de pensamento militar em outras Forças Armadas. E, portanto, compreende-se que o modelo de análise de Jensen pode ser utilizado para a análise do pensamento da Marinha brasileira, dada a existência destes mecanismos institucionais. Ver: JENSEN, Benjamin M. *Forging the sword. Doctrinal change in the U.S. Army*. California: Stanford University Press, 2016.

fontes, as entrevistas com os ex-Ministros e ex-Comandantes da Marinha⁸, evidentemente inseridos neste processo, potencializaram as informações levantadas, ao confirmar a continuidade e/ou as mudanças de pensamento na Marinha brasileira sobre a Amazônia no período analisado.

A ATUAÇÃO DA MARINHA NA REGIÃO AMAZÔNICA: CONTROLE DOS RIOS, PRESTAÇÃO DE SUPORTE LOGÍSTICO E A CRIAÇÃO DO 9º DISTRITO NAVAL

As primeiras incursões no rio Amazonas remontam o período colonial brasileiro e a atuação da Marinha portuguesa na região. Iniciativas estas que se intensificaram com o Brasil independente e com a criação de uma pequena força fluvial para atuar no cenário amazônico. De acordo com o ex-Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira, sempre foi de conhecimento, por parte dos governos brasileiros, a intenção de manter abertas as vias fluviais tendo em vista as limitações de infraestrutura das estradas no Amazonas – enfatizando, neste caso, a importância da construção da estrada Transamazônica. E ainda, conforme o almirante Mauro Cesar, ao observar que naquela região o que realmente funciona são os rios, afirmou que “(...) uma via fluvial bem construída poderia ser um meio de transporte menos poluente que qualquer outro⁹.” Neste sentido, a Amazônia esteve no pensamento estratégico da Marinha, de forma mais recorrente, desde o início dos anos de 1980, em um momento que a Marinha apresentava os primeiros indicativos para a diversificação das suas capacidades e ampliação dos cenários de atuação do poder naval brasileiro. Assim, a configuração de uma Marinha para atuar em águas marrons tornou-se uma das capacidades a serem ampliadas na Marinha brasileira e, por conta disso, previu-se um incremento de sua presença nos rios interiores do país, em especial, da região amazônica (Pivatto Jr., 2024, p. 253-267). No entanto, a concretização destas medidas de maior presença militar deu-se, com maior intensidade,

8 As entrevistas utilizadas para a elaboração deste artigo foram realizadas em 2019. Naquele ano foram entrevistadas as seguintes autoridades da Marinha do Brasil: o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1990-1992) Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores; o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1995-1998) Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira; o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2003-2006) Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho; e o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2007-2015) Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto.

9 Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1995-1998), Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira. Rio de Janeiro, 20 de junho de 2019.

somente a partir da segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, na medida em que a atuação da Marinha brasileira na Amazônia foi gradualmente melhor estruturada em termos de instalações físicas e ampliação dos comandos e distritos navais (Pivatto Jr., 2024, p. 299-305).

Portanto, compreende-se que o movimento da Marinha brasileira para a Amazônia, no período correspondente aos anos de 1992 a 2008, consistiu em um movimento que pretendia intensificar as ações iniciadas ainda no início dos anos de 1980, desde que simultaneamente com a elaboração/implementação do Projeto Calha Norte. Desta forma, as preocupações da Marinha do Brasil não foram direcionadas apenas para o Atlântico Sul, ao se estenderem, por meio do aumento de medidas, para proteger e controlar os principais rios brasileiros. Neste caso, é importante observar que a defesa territorial sob o olhar estratégico da Marinha envolveu o controle dos rios interiores do país que incluíam não somente a Amazônia, mas também, em menor escala, a bacia do Paraguai – com esta última tornando evidente a ênfase histórica direcionada para a militarização da região Sul do Brasil (Pivatto Jr., 2024).

Utilizando-se da ideia de controle dos rios interiores, foram e continuaram sendo realizadas as Operações Ribeirinhas, com determinada prioridade voltada para a Amazônia. Estas operações demandam forças especializadas compostas por navios de patrulhamento fluvial, helicópteros e o treinamento de fuzileiros navais para aquele cenário por parte da Marinha do Brasil (Flores, 2002, p. 82s). Neste sentido, com relação ao controle dos principais rios da Amazônia, o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2003-2006), Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, em entrevista, declarou que há uma frase que a Marinha habitualmente gosta de citar: “Quem controla o rio, controla a margem”. Afirmando deste modo que para qualquer atividade a ser desempenhada na Amazônia, o uso dos rios é indispensável, e neste caso, a Marinha deveria cumprir com este papel¹⁰.

Entre as autoridades militares, entendia-se que as Forças Armadas eram as grandes representantes da presença do Estado brasileiro na Amazônia. Com isso, as maiores preocupações se concentravam nas vulnerabilidades existentes na Amazônia Ocidental, composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Estados estes que compunham o principal eixo estratégico na região dos rios Solimões e

10 Entrevista realizada com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2003-2006), Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2019.

Amazonas. Na Amazônia os acessos por vias fluviais, para as fronteiras com a Colômbia e com o Peru, é que unificam as sub-regiões amazônicas: a Ocidental, centrada em Manaus, e a Oriental, sediada em Belém. Também cabe destacar, neste caso, os principais afluentes do rio Amazonas, os rios: Negro, Juruá, Purus e Madeira – com este último aproximando a fronteira brasileira com a Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela. Além disso, torna-se necessário lembrar que Peru e Colômbia utilizam os rios Solimões e Amazonas para acessar o Oceano Atlântico e também que as embarcações peruanas frequentemente patrulham o rio Javari, cruzando constantemente as águas brasileiras para alcançar determinados pontos de seu país (Elia, 2000, p. 69-72).

Estes fatores mencionados contribuem para uma melhor compreensão do papel estratégico da Marinha do Brasil em manter a presença brasileira nesta região de fronteiras de difícil acesso e controle limitado. Somando-se a isso, é importante destacar que há uma diferença considerável dentro da região quando feita a comparação da Amazônia Oriental com a Amazônia Ocidental, e isso reflete diretamente nas vulnerabilidades do país para proteger essas regiões. Entre os anos de 1992 a 2008, a Marinha enfatizou que a Amazônia Oriental era mais desenvolvida e articulada a partir de suas rodovias e que o próprio acesso ao oceano dinamizava o crescimento daquela região. Por outro lado, a Amazônia Ocidental era considerada a região mais vulnerável do país na qual o único ponto de apoio logístico seria Manaus, realidade esta que acentuava a necessidade de se pensar o desenvolvimento de outros pontos de apoio nessa região. Ademais, outro aspecto estratégico de destaque naquele período era a atuação constante dos grupos de guerrilha presentes na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia associados ao narcotráfico. Foi então que, diante deste contexto, estabeleceu-se que as Operações Ribeirinhas deveriam corresponder com as responsabilidades para manter o controle das hidrovias e de suas respectivas margens. Para isso, a Flotilha do Amazonas dedicou um Grupamento de Fuzileiros Navais e um Esquadrão de Helicópteros com o propósito de empregar, de forma combinada, os navios de patrulhamento fluvial e helicópteros embarcados com os meios anfíbios da Marinha (Elia, 2000, p. 72-83).

Na medida em que se tornava crescente a importância estratégica da Amazônia para o Brasil, conseqüentemente, percebe-se um aumento dos debates na Marinha brasileira voltados para a delimitação de seu papel naquela região. Com isso, mais precisamente no início do século XXI, as

autoridades militares salientaram a necessidade de se repensar a forma com que a Marinha se fazia presente na região amazônica, presença esta que, a partir daquele momento, deveria ser maior e melhor direcionada. Foi então que o Comandante da Marinha (2003-2006), o almirante Guimarães Carvalho, decidiu dividir e ampliar a área norte do país, que inicialmente em seu comando estava sob a jurisdição do 4º Distrito Naval, comandado por um Vice-Almirante, e cuja sede ficava em Belém. Neste sentido, Guimarães Carvalho salientou que o 4º Distrito Naval era uma área muito grande para se preocupar, com o almirante responsável tendo que se preocupar com toda a parte interna daquela área e também toda a parte litorânea/marítima Norte do país. Por conta disso, decidiu-se ampliar a presença da Marinha brasileira no interior da Amazônia por meio da criação do 9º Distrito Naval, sediado em Manaus, com um Vice-Almirante subordinado diretamente ao Comando de Operações Navais¹¹. Conforme o almirante Guimarães Carvalho:

“Era uma área de grandes dimensões e, de certa forma, os problemas da Amazônia Oriental, que possui litoral marítimo, não são exatamente iguais aos da Amazônia Ocidental. Antes, já havia um Comando Naval da Amazônia Ocidental, comandado por um Contra-Almirante, subordinado ao Comandante do 4º Distrito Naval. Qualquer decisão mais séria que ele tivesse que tomar relativa a problemas da área do seu Comando Naval, tinha que consultar o Comandante do 4º DN. Em alguns casos realmente mais complicados, o Comandante do 4º DN tinha que consultar o Comandante de Operações Navais, a quem ele era subordinado. Por mais ágil que as comunicações pudessem ser, quando você começa a criar muitos ‘estágios’ para as tomadas de decisões, o processo é atrasado. Então transformamos o Comando Naval da Amazônia Ocidental em 9º Distrito Naval com um Vice-Almirante, subordinado

11 Entrevista realizada com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2003-2006), Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2019.

diretamente ao Comando de Operações Navais.”
(Guimarães Carvalho, 2019).

De todo modo, o fato é que na região amazônica a Marinha atuou no patrulhamento fluvial e também enquanto polícia naval nas vias navegáveis e de fronteira terrestre/fluvial. Consequentemente, na medida em que aumentava a presença da Marinha brasileira naquela região, tornava-se cada vez mais necessária a ampliação dos meios com as características adequadas, de modo que conseguissem operar naquele ambiente. Contudo, tratava-se de uma linha de pensamento estratégico que não condizia com a realidade material da Marinha na Amazônia, sobretudo, nos anos finais da década de 1990. Por exemplo, em 1998, para se ter uma dimensão das condições dos meios empregados pela Marinha brasileira, parte dos meios flutuantes eram considerados obsoletos e em número reduzido para atender as demandas da região¹². Neste sentido, a importância da atuação da Marinha na Amazônia se tornaria mais evidente com a implantação do SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia – na qual coube à Marinha uma maior contribuição na vigilância e proteção da região amazônica¹³. A partir da implantação do SIPAM intensificaram-se as solicitações logísticas para a Marinha, no sentido de viabilizar um melhor trânsito de pessoal e de material utilizando-se das vias fluviais na região. Esta realidade fez com que a Marinha inserisse a Amazônia em seu planejamento estratégico, dedicando assim uma maior atenção para que conseguisse assegurar a proteção e, consequentemente, o controle das principais calhas fluviais de acesso para a região amazônica¹⁴.

12 OBINO, José Luiz Feio. A Amazônia e a Marinha – suas necessidades de meios para o terceiro milênio – uma reflexão. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 118 nº 4/6. Abr./jun. 1998, p. 117ss.

13 OBINO, José Luiz Feio. A Amazônia e a Marinha – suas necessidades de meios para o terceiro milênio – uma reflexão. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 118 nº 4/6. Abr./jun. 1998, p. 117ss.

14 Para que isso fosse viável, apontou-se para a modernização das oficinas e capacidade de docagens simultâneas, como também para o aumento no efetivo de pessoal nas atividades industriais. Com atenção para os seguintes pontos fixos: (i) a Estação Naval de Rio Negro que deveria ser transformada em Base Fluvial com dique flutuante para reparo, manutenção e adestramento; (ii) a Base Naval de Val-de-Cães que precisava ser modernizada no seu parque industrial; e (iii) a Estação Naval em Tabatinga para o eventual estacionamento dos navios, servindo também para o adestramento dos meios em trânsito. A importância destes pontos fixos é reforçada por conta das limitações de se atuar naquele cenário, considerando a precariedade dos meios para o controle das vias navegáveis em uma região atípica para a Marinha, em que eram – e continuam sendo – quase que inexistentes as rodovias e ferrovias. Ver: OBINO, José Luiz Feio. A Amazônia e a Marinha – suas necessidades de meios para o

APRESTAMENTO DAS FORÇAS PARA O EMPREGO FLUVIAL E AS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NA REGIÃO AMAZÔNICA

Conforme anteriormente mencionado, percebe-se que na Marinha as preocupações com a Amazônia foram mais intensas no decorrer dos últimos cinquenta anos. Com efeito, o almirante Mario Cesar Flores (2019) assinalou que a Marinha brasileira esteve preocupada com a sua presença na Amazônia, muito antes do período em que ele havia sido Ministro da Marinha (1990-1992) durante o governo Collor. E, quando era Ministro da Marinha, Flores prestou atenção para aquilo que ele chamou de “ação parapolicial para controlar as vias fluviais da região”. Sendo assim, e considerando o fato de que a Marinha não havia tido qualquer problema realmente militar na região, manteve-se a ideia de que o patrulhamento naval deveria ser constante para satisfazer as necessidades de segurança daquela região.¹⁵ Inclusive, neste sentido, aumentaram, de maneira geral, as produções ideacionais a respeito de qual deveria ser o pensamento estratégico da Marinha para a Amazônia, bem como observou-se a forma de se operar naquela região envolvendo o emprego dos fuzileiros navais. Em entrevista, Mario Cesar Flores lembrou de um importante episódio de quando havia frequentado o curso de Comando e Estado-Maior da Marinha dos Estados Unidos, no *Naval War College*, em 1969. Nas palavras do almirante Flores:

“(...) no período em que estive nos Estados Unidos, eu ouvi com certa frequência, nas conferências e por parte de alguns oficiais americanos que tinham experiência no [conflito do] Vietnã, um forte debate sobre os conflitos fluviais [daquela guerra]. (...) Os militares americanos mostravam que o conflito nos rios não era entre navios armados, até porque os vietnamitas naquele momento não tinham navios.” (Flores, 2019).

terceiro milênio – uma reflexão. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 118 nº 4/6. Abr./jun. 1998, p. 131s.

15 Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha (1990-1992), Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

Neste sentido, Mario Cesar Flores afirmou que nos cenários de conflito fluvial durante a Guerra do Vietnã, o emprego de navios concentrou-se no transporte de pequenas tropas terrestres que eram desembarcadas e, a partir de então, seguiam as operações em terra. Este pensamento estratégico-operacional modificou a forma da Marinha brasileira pensar as operações fluviais. Com isso, quando se fala em treinamento da Flotilha do Amazonas, fala-se em operações fluviais, com estas operações podendo ser realizadas com os fuzileiros navais e/ou com as forças do Exército. E ainda, de acordo com Mario Cesar Flores, estabeleceu-se que as operações de guerra em si aconteceriam em terra, ficando sob responsabilidade dos navios o transporte e a garantia de apoio logístico, desconsiderando-se desta forma a hipótese de um conflito entre navios para o controle dos rios¹⁶. Ademais, é importante lembrar que em águas fluviais, na Amazônia e também no Pantanal, conforme a estrutura militar de guerra brasileira, as operações fluviais são consideradas um Teatro de Operações Terrestres (TOT). A força fluvial da Marinha, que atua nestes dois cenários, torna-se assim uma força componente do TOT comandado por um Oficial-General do Exército. Estabeleceu-se, portanto, que em águas fluviais a Marinha brasileira terá uma força componente subordinada a um Oficial-General do Exército¹⁷. Neste sentido, e de acordo com Alexandre Jauhar Cardoso (2008), as Operações Ribeirinhas, realizadas na Amazônia e também no Pantanal, conseguem combinar as diferentes características das operações terrestres, navais e aéreas – algo que inevitavelmente demanda o emprego de táticas e técnicas específicas, bem como a organização de equipamentos adaptados para aquele ambiente.

De modo geral, manteve-se certa continuidade no pensamento estratégico da Marinha no que diz respeito à Amazônia, com os almirantes brasileiros apoiando a presença da Marinha naquela região, tendo em vista algumas considerações pontuais. Para o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2007-2015), Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, a Marinha é responsável pelo apoio logístico, pelo transporte de tropas e pelo emprego dos fuzileiros navais com um Batalhão de

16 Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha (1990-1992), Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

17 Entrevista realizada com o ex-Chefe da Divisão de Política e Planejamento Estratégico do Estado-Maior da Armada (2000-2003), Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2019.

Operações Ribeirinhas. Inclusive, salientou neste sentido a possibilidade de participação deste batalhão nas ações de combate terrestre em conjunto, ou não, com o Exército brasileiro. No entanto, e diferente do Exército, conforme o almirante Moura Neto (2019), a Marinha do Brasil vê o Atlântico Sul enquanto área prioritária para as suas operações, concedendo-lhe assim maior importância estratégica no pensamento naval brasileiro.¹⁸

Assim, na Marinha predominou a linha de pensamento que afirmava que as riquezas e recursos naturais existentes na Amazônia aumentavam os níveis de vulnerabilidade daquela região. Tratava-se de uma leitura sobre a região amazônica que a inseria entre as regiões do país mais suscetíveis em termos de defesa. De acordo com as características do cenário amazônico, observou-se que os navios-patrolha com helicópteros embarcados seriam os meios mais eficientes para atender o sistema logístico de apoio ao longo das calhas dos principais rios. Para atender este propósito, o almirante Armando Vidigal (1997) enfatizou que a Marinha deveria estar preparada para operar, principalmente, com as forças terrestres do Exército e com a Força Aérea sob um comando único. Desta forma, e na medida em que fossem reveladas as pretensões de uma maior extensão da área de atuação dos navios, a Marinha deveria então dispor de embarcações menores, de alta velocidade e pequeno calado para garantir o deslocamento dentro dos pequenos rios. Com efeito, compreendia-se que esta maior presença da Marinha brasileira na Amazônia poderia contribuir enquanto fator de dissuasão, especialmente, em um cenário que a atuação dos Fuzileiros Navais seria fundamental diante de um hipotético teatro de guerra na selva (Vidigal, 1997, p. 87-120).

Portanto, para conseguir corresponder aos critérios defensivos do cenário amazônico, destacou-se que as operações deveriam contar com meios navais de pequenas dimensões e calado, que possibilitassem a atuação da Marinha nos pontos limites do território brasileiro. Neste sentido, o Vice-Almirante José Obino (1998) destacou que as deficiências e dificuldades de atuação na região eram acentuadas devido ao número reduzido das unidades e a precariedade dos armamentos. Assim, com a finalidade de aumentar as capacidades operacionais nas vias navegáveis da Amazônia, em 1994, foi criado o Comando Naval da Amazônia Ocidental, subordinado ao 4º Distrito Naval com sede em Belém – que, em 2005, seria transformado no 9º Distrito Naval, mencionado anteriormente. Tratava-se

18 Entrevista realizada com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2007-2015), Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto. Rio de Janeiro, 16 de julho de 2019.

de uma iniciativa inserida em um contexto de aumento das preocupações, apontadas na Política da Marinha, referentes à aquisição dos novos meios – flutuantes, aéreos, terrestres, de apoio logístico móvel e de apoio logístico fixo – a serem empregados na Amazônia. Intensificou-se neste caso a demanda por um número maior de embarcações que viabilizassem o rodízio dos navios-patrolha empregados no patrulhamento das águas interiores, navios estes que operariam com o apoio dos helicópteros orgânicos embarcados. E ainda, em relação aos demais navios com outras características/capacidades empregados pela Marinha naquele cenário, previu-se que estes poderiam atuar de forma independente com os fuzileiros navais e/ou em conjunto com os navios-patrolha (Obino, 1998, p. 121-131).

No período entre os anos de 1992 a 2008, a Marinha procurou acompanhar o movimento do Exército brasileiro em direção à Amazônia, de forma que conseguisse contribuir de maneira geral com a presença/atuação dos militares brasileiros na região amazônica. Neste contexto, o Projeto Calha Norte era um dos principais referenciais no sentido de fornecer as linhas centrais de ação/orientação, bem como apresentava os propósitos a serem alcançados pelos militares na Amazônia. Entretanto, é importante lembrar que o Projeto Calha Norte surgiu de uma série de estudos do Conselho de Segurança Nacional realizados no ano de 1985 (Marques, 2007, p. 157) e que, portanto, seus objetivos delimitados foram anteriores ao recorte temporal pós-Guerra Fria. Contudo, torna-se quase impossível compreender a atuação da Marinha brasileira na Amazônia sem destacar os objetivos do Projeto Calha Norte, que pretendiam promover uma maior integração da região amazônica ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas com o restante do país. De maneira geral, o projeto previu inicialmente: um aumento da presença militar na região; a ampliação das infraestruturas viárias; e a interiorização dos polos de desenvolvimento econômico do país. E, no plano estratégico o projeto estabeleceu – e manteve este propósito ao longo dos anos – a necessidade de se reforçar a presença militar brasileira, principalmente, nas regiões fronteiriças e que apresentavam algum tipo de vulnerabilidade¹⁹ em

19 Algumas das vulnerabilidades identificadas nas fronteiras brasileiras: (i) a existência/ presença de grupos guerrilheiros na Guiana, Colômbia, Suriname e Bolívia; (ii) disputas territoriais entre Peru e Equador; e (iii) a possibilidade de Venezuela e/ou Guiana reverterem suas fronteiras com o Brasil. Ver: MARQUES, Adriana Aparecida. Amazônia: pensamento e presença militar. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2007, p. 159.

termos de segurança e defesa do território brasileiro (Marques, 2007, p. 157s).

Em linhas gerais, percebe-se que o final da Guerra Fria fez com que as Forças Armadas repensassem a estratégia de Defesa Nacional, e por conta disso o cenário amazônico foi redimensionado ao receber uma maior atenção por parte dos militares brasileiros. Neste sentido, a Marinha do Brasil enfatizou a importância do controle das águas interiores do país, com a utilização de navios pequenos e de embarcações de portes diversos, em número suficiente, para o patrulhamento dos rios e atuação em situações críticas de conflito. Além da utilização destas embarcações, destaca-se que a atuação da Marinha não se restringiu apenas ao patrulhamento fluvial, ao empregar também helicópteros de apoio naval. Helicópteros estes que estendiam o raio operacional da Marinha nas áreas mais restritas e de difícil acesso da região. E por fim, com relação à proteção das instalações e meios de transporte hidroviário, estabeleceu-se que o emprego das forças navais deveria inserir o Corpo de Fuzileiros Navais nas operações, em ambiente fluvial, com o propósito de neutralizar eventuais ações de guerrilha, e deste modo os fuzileiros navais poderiam melhor contribuir nas operações realizadas pelo Exército brasileiro naquele ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, as revistas especializadas da Marinha e as monografias dos cursos de altos estudos militares da Escola de Guerra Naval se tornam fontes reveladoras da formulação do pensamento da Marinha brasileira para a Amazônia. Tanto os artigos publicados nos periódicos consultados quanto as monografias publicadas na EGN foram o resultado de estudos produzidos por autores militares, inseridos no cotidiano da Marinha do Brasil. Assim, estas produções militares proporcionaram uma melhor compreensão das ideias e debates produzidos entre os militares brasileiros. Após o acesso e mapeamento destas produções ideacionais, os textos selecionados revelaram as principais linhas de pensamento a respeito do papel da Marinha brasileira na defesa da Amazônia. Desta forma, os documentos oficiais consultados, para a elaboração deste artigo, evidenciaram determinada sintonia de seus respectivos conteúdos com aquilo que era debatido na imprensa militar especializada e nos estudos realizados na Escola de Guerra Naval. A partir dos textos analisados, foi possível identificar que os debates produzidos serviram de subsídio e que,

de certa maneira, seus conteúdos sustentaram as decisões da Marinha do Brasil a respeito de sua presença e atuação no cenário amazônico. Contudo, é necessário salientar que o objeto analisado neste artigo merece ainda um estudo mais aprofundado, por meio da análise de uma maior variedade e quantidade de fontes e também de um recorte temporal mais longo.

Com efeito, a realização das entrevistas com os oficiais-generais influentes da Marinha, particularmente aqueles que foram Ministros e/ou Comandantes da Marinha no período correspondente aos anos de 1990 a 2008, proporcionaram uma melhor compreensão do redimensionamento dos debates e formulações estratégicas da Marinha brasileira em relação à sua presença e atuação na região amazônica. Neste sentido, os elementos da teoria construtivista contribuíram para a análise das produções ideacionais utilizadas neste artigo, ao evidenciar a função dos espaços de gestação de ideias direcionadas para a formulação da estratégia da Marinha para a Amazônia. Com isso, entende-se que as instituições de ensino e de formação de oficiais-superiores atuaram enquanto espaços de interação, especialmente, entre os atores identificados com a elaboração daquelas que seriam as novas e predominantes linhas de pensamento dentro da Marinha brasileira. Elementos referenciais que serviriam sobremaneira de subsídio para a elaboração da estratégia naval brasileira. A confirmação desta interação é verificada na convergência dos debates identificados nos diferentes ambientes da Marinha. É o caso dos artigos publicados na Revista Marítima Brasileira e que foram citados nesta pesquisa, bem como das monografias dos cursos de altos estudos militares da Escola de Guerra Naval com o conteúdo dos documentos oficiais produzidos no âmbito do Ministério da Marinha e, posteriormente, do Ministério da Defesa.

Fato é que as transformações conjunturais, delimitadas pelos anos finais da Guerra Fria e a configuração de um novo sistema internacional, fez com que a atuação da Marinha fosse repensada, na medida em que eram avaliadas aquelas que poderiam ser as novas ameaças resultantes desta mudança de contexto. Utilizando-se de uma perspectiva defensiva a respeito da Amazônia, percebe-se naquele contexto que a preocupação inicial da Marinha consistiu em sua capacitação para que conseguisse manter abertas as vias fluviais da região amazônica. Esta leitura estratégica deu-se muito por conta das limitações de infraestrutura, principalmente, dos estados que compunham a Amazônia Ocidental. Deste modo, os cenários terrestres/fluviais e ribeirinhos tornaram-se gradativamente mais relevantes no pensamento naval brasileiro. E isso fez com que a Marinha

se aproximasse mais dos demais ramos das Forças Armadas brasileiras no cenário amazônico, com destaque para o Exército. Neste sentido, e por influência da avaliação dos militares norte-americanos sobre os conflitos fluviais e suas lições decorrentes da Guerra do Vietnã, as Operações Ribeirinhas realizadas pela Marinha brasileira introduziram a ideia de que em ambiente de selva e rios, os conflitos não aconteceriam entre navios armados. A partir desta concepção estratégica, cristalizou-se a ideia de aquisição e/ou desenvolvimento de meios fluviais tanto para o transporte e desembarque de tropas quanto para o transporte de armamentos e equipamentos, de modo que as operações militares recebessem o apoio logístico necessário.

Para a Marinha brasileira, o Projeto Calha Norte, desde a sua criação, tornou-se referencial ao informar as linhas centrais de ação militar na Amazônia em meio a um processo de ampliação dos cenários de atuação do poder naval brasileiro. A gradual presença da Marinha do Brasil na Amazônia tornou evidente a sua crescente preocupação em capacitar-se para operar em águas marrons. Tanto é que, entre os anos de 1992 a 2008, a crescente presença da Marinha na região amazônica não aconteceu apenas por conta de um maior aprestamento das forças de emprego fluvial envolvendo meios de superfície, helicópteros e fuzileiros navais. Para agilizar a atuação desta força fluvial, a Marinha se fez presente também por meio de instalações físicas ao edificar e/ou ampliar estas instalações. Na medida em que foram identificadas as vulnerabilidades da Amazônia Ocidental, centrada sobremaneira em Manaus, este processo de incremento da presença da Marinha na Amazônia intensificou-se a partir da criação, em 1994, do Comando Naval da Amazônia. De modo geral, tratava-se de uma primeira iniciativa, mesmo que com algumas limitações considerando que este comando, nos anos de 1990, manteve-se subordinado ao 4º Distrito Naval, sediado em Belém.

Após onze anos do Comando Naval da Amazônia, em 2005, a criação do 9º Distrito Naval, sediado em Manaus e subordinado diretamente ao Comando de Operações Navais, tornou evidente a continuidade deste processo de maior presença e atuação da Marinha na região amazônica. Neste sentido, compreende-se que as justificativas para a criação do 9º Distrito Naval, antes de serem oficialmente apresentadas, foram originalmente construídas internamente no plano ideacional, por meio de uma série de debates, na medida em que eram levantadas as deficiências da região em termos de segurança e defesa. A partir deste

processo, a Marinha brasileira, ao formular sua estratégia, passou a direcionar determinada atenção para as ameaças de baixa intensidade e os conflitos irregulares em ambiente de selva, sem necessariamente descartar a possibilidade de um conflito regular de maiores proporções em meio a uma hipotética presença militar de outros países na região. Com isso, e gradativamente, procurou-se desempenhar a proteção da Amazônia de acordo com uma concepção defensiva não apenas da Marinha brasileira, mas a partir de uma avaliação situacional compartilhada entre os três ramos das Forças Armadas, e que aproximaria definitivamente as suas correspondentes formulações estratégicas para a região.

A convergência das concepções estratégicas das três Armas contribuiu no sentido de reforçar a ideia de que era necessário estabelecer certa complementariedade das capacidades entre as Forças Armadas, de modo que se implementasse uma estratégia condizente com as demandas para a defesa daquela parte do território brasileiro. Desta forma, a proximidade das fronteiras, sobretudo, da então amplamente divulgada e conhecida tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, sustentou a importância de uma maior presença da Marinha, especialmente em termos de instalações e edificações, para que a sua atuação se tornasse mais ágil e assim correspondesse aos critérios e demandas envolvendo um maior aprestamento das forças de emprego fluvial na Amazônia. Ademais, a própria implementação do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) confirmou esta mudança de pensamento que, ao inserir a Amazônia no planejamento estratégico da Marinha, ampliou os cenários de atuação do poder naval brasileiro não mais restritos apenas para as águas litorâneas e oceânicas. Para tanto, a Marinha procurou concentrar suas atenções para a configuração de um poder naval balanceado com capacidades diversificadas com o propósito de atuar em águas azuis, verdes e marrons. E assim, de maneira geral, pretendeu-se alcançar, ainda que sem muita previsibilidade, aquela que deveria ser uma Marinha de capacidades tanto oceânicas quanto fluviais, para operar no Atlântico Sul e também nos rios interiores do Brasil, com certa prioridade reservada para a Amazônia.

Recentemente, mais precisamente a partir de 2015, as preocupações por parte dos militares brasileiros com a internacionalização da Amazônia foram reforçadas por conta da proposta de criação do “corredor triplo A”. Proposta que consistiu basicamente na criação de um “corredor ecológico” que integraria os Andes ao Atlântico através da Amazônia (Leirner, 2024, p. 234). Fato é que esta ideia intensificou, e tornou ainda

mais relevante, os debates produzidos no interior das Forças Armadas favoráveis ao incremento da militarização da região amazônica. Linha de pensamento que foi reforçada também devido à própria presença dos Estados Unidos na região, por meio do Plano Colômbia até o ano de 2016, e que intensificariam as ações militares estadunidenses e colombianas orientadas a combater o problema do narcotráfico. Portanto, do ponto de vista dos militares brasileiros, a militarização da Amazônia deveria promover, de maneira prioritária, a capacidade de presença militar e de atuação nas áreas de fronteira. Neste caso, o combate ao narcotráfico aconteceria de maneira pontual, nos episódios em que estivesse inserido em situações, principalmente, de conflito armado irregular e/ou de táticas de guerrilha em ambiente de selva e no controle dos rios (Leirner, 2024, p. 242-245).

Na Marinha, percebe-se que a sua atuação, por exemplo, com a Polícia Federal no combate ao crime organizado tende a ser uma das preocupações, dentre outras, das autoridades militares. Entretanto, compreende-se que o combate ao crime organizado não se trata de uma preocupação prioritária da Marinha para a Amazônia. Atualmente, o debate de ideias, envolvendo a presença da Marinha brasileira na Amazônia, indica a formulação de uma estratégia que oriente a preparação e a, correspondente, atuação da Marinha naquele cenário, de modo que desmobilize as pretensões de Forças Armadas estrangeiras de intervirem militarmente na região. Portanto, por mais que as ações subsidiárias de apoio às populações ribeirinhas e indígenas, bem como a atuação parapolicial eventualmente interagência com a Polícia Federal tenham contribuído com a presença do Estado brasileiro na região amazônica, estas importantes medidas não constituem a preocupação central da Marinha. Hoje, a estratégia da Marinha do Brasil para a defesa da Amazônia, contra as pretensões militares de outros países na região, consiste em preparar-se para a defesa daquele território e de suas fronteiras, atuando de modo conjunto, mesmo que com algumas limitações operacionais, com os demais ramos das Forças Armadas do Brasil.

PRESENCE OF THE BRAZILIAN NAVY IN THE AMAZONIA: FROM THE POST-COLD WAR TO THE EARLY YEARS OF THE 21ST CENTURY

ABSTRACT

This paper consists of understanding the Amazonia in the Brazilian Navy thought, in order to identify the internal debates, the established priorities and its responsibilities for the defence of the Amazonia region. To this end, we sought to analyze the growing presence of the Brazilian Navy in the Amazonia region, through the provision of logistical support and the creation of the 9th Naval District and in the corresponding deployment of river employment forces, including the Riverside Operations. The methodology used in the research of this article was qualitative with document analysis from the period corresponding to the years 1992 to 2008. Documents consulted: from the Ministry of the Navy and the Ministry of Defense; monographs from the Brazilian Naval War College; military journals; books by military author from the Brazilian Navy; and interviews with former Ministers and former Commanders of the Brazilian Navy. The analysis of these different sources made it possible to identify the predominant line of thought that influenced the formulation of the Brazilian Navy's strategy for the Amazonia.

Keywords: Amazonia; Brazilian Navy; Brazilian naval thought.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Entrevista realizada com o ex-Chefe da Divisão de Política e Planejamento Estratégico do Estado-Maior da Armada (2000-2003), Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2019.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de; MOREIRA, William de Souza (Orgs.). Estudos Marítimos: visões e abordagens. São Paulo: Humanitas, 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.384, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 jul. 2005, seção 1, p. 5.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa: Paz e Segurança para o Brasil. 2ª ed. República Federativa do Brasil. Ministério da Defesa, dezembro de 2008.

BRASIL. Manual de Operações Ribeirinhas. (MD33-M-15). Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Brasília-DF. 1ª Edição/2020b.

CARDOSO, Alexandre Jauhar. As ações desencadeadas pela Marinha do Brasil nas operações combinadas na Amazônia Ocidental. Escola de Guerra Naval. Monografia do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS). Biblioteca da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro/2008.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. Entrevista realizada com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2003-2006), Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2019.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 46, n. 2, p. 05-25, 2003).

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 3ª ed. Brasília: UnB Editora, 2008.

ELIA, Rui da Fonseca. A Marinha na Amazônia Ocidental. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 120 nº 7/9. Jul./set. 2000, p. 69-86.

FINNEMORE, Martha. *National interests in international society*. Ithaca: Cornell University Press, 1996a.

FINNEMORE, Martha. Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism. *International Organization / Volume 50 / Issue 02 / March 1996b*, pp. 325-347.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. Taking stock. The constructivist research program in international relations and comparative politics. *Annual Review of Political Science*, 2001.

FLORES, Mario Cesar. O preparo da Marinha nos anos 90. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 110 nº 1/3. Jan./mar. 1990, p. 13-42.

FLORES, Mario Cesar. *Bases para uma política militar*. Campinas: UNICAMP, 1992.

FLORES, Mario Cesar. *Reflexões estratégicas: repensando a defesa nacional*. São Paulo: Realizações, 2002.

FLORES, Mario Cesar. Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1990-1992), Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert O. (Orgs.). *Ideas and foreign policy. Beliefs, institutions, and political change*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1993.

HUNTER, Wendy. Reason, culture, or structure? Assessing civil-military dynamics in Brazil. In: PION-BERLIN, David (Edited). *Civil-military relations: new analytical perspectives*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2001, p. 36-58.

JENSEN, Benjamin M. *Forging the sword. Doctrinal change in the U.S. Army*. California: Stanford University Press, 2016.

LEGRO, Jeffrey. Whence american internationalism. *International Organization*, Vol. 54, no. 2 (spring, 2000), pp. 253-289.

LEGRO, Jeffrey. The transformation of policy ideas. *American Journal of Political Science*, Vol. 44, No. 3, July 2000, Pp. 419-432.

LEIRNER, Piero. Amazônia e forças armadas: ideologia e ação política. In: D'ARAUJO, Maria Celina; REZENDE, Lucas Pereira (orgs). *Forças Armadas e política no Brasil republicano. A Nova República. Volume 2.* Rio de Janeiro: FVG, 2024, p. 233-247.

MARINHA DO BRASIL. Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040). Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada, Brasília-DF: 2020.

MARINHA DO BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-2500. Manual de Ações Navais nas Operações Ribeirinhas. Rio de Janeiro, 2005.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1991. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1992. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1993. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1995. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1996. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1997. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1998. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – Relatório do ano de 1999. Arquivo da Marinha.

MARQUES, Adriana Aparecida. Amazônia: pensamento e presença militar. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2007.

MOURA NETO, Julio Soares de. Entrevista realizada com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2007-2015), Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto. Rio de Janeiro, 16 de julho de 2019.

OBINO, José Luiz Feio. A Amazônia e a Marinha – suas necessidades de meios para o terceiro milênio – uma reflexão. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 118 nº 4/6. Abr./jun. 1998, p. 117-132.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. De Geisel a Collor. Forças Armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A Estratégia Nacional de Defesa e a reorganização e transformação das Forças Armadas. Revista Interesse Nacional – abril/junho 2009, p. 71-83.

PEREIRA, Mauro Cesar Rodrigues. Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1995-1998), Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira. Rio de Janeiro, 20 de junho de 2019.

PIVATTO-JUNIOR, Dilceu Roberto y Raul Cavedon Nunes. 2020. “La Amazonía en el pensamiento militar brasileño: concepciones y acciones estratégicas del Ejército y la Armada en la década de 1990”. Íconos. Revista de Ciencias Sociales 68: 95-113.

PIVATTO JR., Dilceu Roberto. A construção do pensamento naval brasileiro: formulações político-estratégicas e desenvolvimento tecnológico (1967-2008). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), março de 2024.

REZENDE, Lucas Pereira. Sob e desce: explicando a cooperação em

Defesa na América do Sul. Brasília: UnB Editora, 2015.

SALLUM JR., Brasílio. O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015.

SANTOS, Antônio Carlos Tourinho dos. O Projeto Calha Norte. Escola de Guerra Naval. Monografia do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM). Rio de Janeiro/1989. Arquivo da Marinha. Nº 70.775. Caixa: 188. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Uma estratégia naval para o século XXI. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 117 nº 7/9. Jul./set. 1997, p. 87-120.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro: meados da década de 70 até os dias atuais. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002.

WENDT, Alexander. The agent-structure problem in International Relations theory. *International Organization*, Vol. 41, No. 3 (Summer, 1987), pp. 335-370.

WENDT, Alexander. Constructing International Politics. *International Security*, Vol. 20, No. 1 (Summer, 1995), pp. 71-81.

WENDT, Alexander. On the via media: a response to the critics. *Review of International Studies*, 26 (1) (January, 2000), pp. 123-180.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. New York: Cambridge University Press, 2003.

WINAND, Érica Cristina Alexandre. Diplomacia e Defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). História e conjuntura na análise das relações com a Argentina. São Paulo: UNESP, 2016.

ZAVERUCHA, Jorge. FHC, Forças Armadas e política: entre o autoritarismo e a democracia. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DESAFIOS BRASILEIROS PARA A REVITALIZAÇÃO DA UNASUL: SERIA O ARCO DA ESTABILIDADE A SOLUÇÃO?

Kamilla Raquel Rizzi¹

Pedro Henrique Ribeiro Knippel do Carmo²

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi verificar como o diálogo com os países do chamado Arco da Estabilidade pode contribuir para a iniciativa brasileira de revitalização da UNASUL. Para tal, realizou-se um estudo transversal, utilizando o software Publish or Perish, a fim de identificar publicações sobre o tema, produzidas a partir de 2017 e livros sobre as áreas de segurança e defesa, da política externa brasileira e seu entorno estratégico. Além disso, foi elaborado um levantamento da posição dos países sul-americanos em rankings relativos à fragilidade do regime político e das instituições nacionais, identificando questões de delimitação de fronteiras, vulnerabilidade social, baixo desempenho da economia e porcentagem do PIB mobilizada para investimentos no setor de Defesa, todas constantes em bancos de dados internacionais. Ao final, verificou-se que mobilizar o apoio dos países do Cone Sul parece ser a estratégia mais viável para solucionar os problemas políticos, ideológicos e financeiros que, atualmente, impedem o avanço da cooperação regional.

Palavras chave: UNASUL; cooperação; Arco da Estabilidade; segurança; defesa.

1 Professora Associada III de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Santana do Livramento, RS, Brasil. Professora do corpo permanente do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI/UFMS), Santa Maria, RS, Brasil. Pós-doutoranda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGRI/UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. Contato: Universidade Federal do Pampa. Rua Barão do Triunfo, 1048, Centro. CEP 97578550 - Santana do Livramento, RS - Brasil / kamillarizzi@unipampa.edu.br. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8462-7497>. Responsável pela Escrita (análise e edição).

2 Especialista em Relações Internacionais pelo Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação (IBMR). Atualmente, é aluno do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI/UFMS), Santa Maria, RS, Brasil. Contato: Centro de Ciências Sociais e Humanas. Av. Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi. CEP: 97105-900 - Santa Maria, RS, Brasil / pedro.knippel@acad.ufsm.br. ORCID <https://orcid.org/0009-0006-8414-1549>. Responsável pela conceptualização, metodologia e escrita (rascunho original).

INTRODUÇÃO

A América do Sul é um subcontinente das Américas, que se estende por uma área de quase 18 milhões de quilômetros quadrados, e é ladeada pelo oceano Atlântico, a leste, e Pacífico, a oeste. Ela apresenta vasta diversidade física, biológica e climática, haja vista a existência, em seu território, de geleiras e desertos, além da maior floresta tropical do mundo. Essa riqueza geográfica contrasta com os índices de desenvolvimento apresentados pelos 12 países do subcontinente (MEDEIROS FILHO, 2014).

Em adição, ressalta-se que a região é marcada pela ausência de conflitos interestatais. Nesse contexto e considerando o conceito de estabilidade elaborado por Russett, Starr e Kinsella (2012), no qual estabilidade seria: “a propensão de um sistema integrado por Estados ao conflito armado”, pode-se inferir que a América do Sul seria uma região estável, já que não há o registro de guerras entre os países da região no passado recente. Paradoxalmente, ela tem altos níveis de violência intraestatal. Em adição, destaca-se que essa condição traz como consequências um processo de securitização de temas domésticos e internacionais; a expansão de atores e fenômenos vulneráveis à violência armada e ampliação das interfaces entre defesa e segurança, já que, cada vez mais, as Forças Armadas são chamadas para intervir em conflitos violentos que extrapolam as capacidades dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) (VAZ, 2021).

Nesse ensejo, Vaz (2021) afirma que, no subcontinente, as principais causas do conflito violento são a instabilidade política e social no âmbito interno dos Estados; a fragilidade institucional; as disparidades econômicas e sociais e a criminalidade. Ademais, ele põe em evidência os fatores cardeais, que contribuem para a instabilidade política nos países sul-americanos. Por exemplo, no caso colombiano, o término do conflito armado contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) - e posterior acordo selado - criou uma escalada da violência no território nacional, pois, organizações criminosas passaram a buscar o controle dos espaços e recursos outrora sob controle daquela organização. Quanto ao Brasil, apontam-se os protestos ocorridos em 2013, cuja consequência foi o impeachment da presidente Dilma Rousseff - Movimento Passe Livre, Vem pra Rua, Revoltados On-line, Cariocas Diretos, etc. No Paraguai, o Exército Popular Paraguuaio (EPP) e seu braço armado, a Associação Camponesa Armada constituem a principal ameaça à estabilidade. A situação peruana

se agrava em virtude do recrudescimento dos conflitos entre o governo e o grupo terrorista Sendero Luminoso. A instabilidade chilena tem origem nos protestos, motivados pelas desigualdades econômicas e sociais, ocorridos no segundo mandato da presidente Michelle Bachelet, que se agravaram para confrontos com os OSP no governo de Sebastián Piñera. Por último, na Venezuela, tem-se um forte descontentamento popular motivado pela grave crise econômica, erosão do apoio político ao Governo e as disputas entre as forças chavistas e a oposição ao governo de Nicolás Maduro.

À luz desses fatos, Medeiros Filho (2014) propõe que, na América do Sul, há uma inversão do dilema de segurança originalmente proposto por Herz (1950), já que as atuais ameaças aos Estados não são originadas em políticas de poder de seus vizinhos, mas surgem da incapacidade deles em combater suas vulnerabilidades sociais. Portanto, a fraqueza de um país geraria desconforto nos demais, uma vez que o vizinho fraco, incapaz de controlar seu território, passaria a atuar como um polo irradiador de ameaças.

Considerando essas características, pode-se inferir que a América do Sul se enquadra na definição de complexo regional de segurança elaborada por Buzan e Wæver (2003, p.44) ou seja, a região é formada por “um conjunto de unidades, cujos processos de securitização, dessecuritização ou ambos é tão interligada que impede que os problemas relativos à segurança sejam analisados e solucionados de maneira individual.”. Outrossim, Medeiros Filho (2014) aprofunda essa análise ao afirmar que, segundo a teoria daqueles autores, as relações entre os países da América do Sul estariam situadas em um padrão de amizade/inimizade intermediário, ou seja, seriam um regime de segurança.

Quanto aos investimentos no setor de Defesa, é importante frisar que eles são relativamente baixos. A título de ilustração, em 2023, o montante sul-americano destinado à defesa foi de 50,7 bilhões de dólares, o que representou 2,07% do investimento mundial na área. Ademais, é importante salientar que apenas três países da América do Sul investiram valores superiores a 2% de seu PIB em defesa entre 2000-2023: Colômbia, Chile e Equador. Enquanto a Colômbia e o Equador foram motivados pelo conflito com narcoguerrilheiros, o caso chileno se deve a *Ley Reservada del Cobre*, que obriga que 10% do valor das exportações de cobre seja destinado a investimentos nas Forças Armadas (MEDEIROS FILHO, 2014; SIPRI, 2024).

No tocante à penetração de potências extrarregionais no subcontinente, atualmente, ela difere do período da Guerra Fria, pois é marcada por uma atuação mais direta, na qual não há a preocupação em se abster da presença e do emprego de meios militares no subcontinente. Nesse contexto, além de EUA e Rússia, é possível identificar uma aproximação chinesa. Essa penetração dá origem a uma heterogeneidade quanto às abordagens dos países aos seus desafios de segurança e de defesa. Por exemplo, a Venezuela assume os Estados Unidos como ameaça prioritária e visualiza uma hipótese de guerra assimétrica com a superpotência; para isso, o país caribenho mantém cerrada cooperação militar com a Rússia no plano da Defesa. A Bolívia, cuja principal ameaça à segurança nacional é o narcotráfico, está passando por uma mudança de postura em relação aos EUA. Durante o governo de Evo Morales, o país optou por se distanciar da superpotência e atuar de maneira independente. Esse fato se reverteu no governo interino de Jeanine Añez (novembro de 2019 a outubro de 2020), quando foi ensaiada uma reaproximação. Porém, com o retorno do Movimento Ao Socialismo (MAS) ao poder, espera-se que Luiz Arce adote uma postura parecida com seu antecessor Evo Morales, mas com maior presença e influência chinesa.

O Paraguai busca uma outra forma de solucionar o problema dos ilícitos: o país realiza esforços a fim de estreitar a cooperação com Argentina, Brasil e com os EUA e se mantém distante da China, já que o país possui valiosa parceria econômica com Taiwan. Enquanto isso, a Argentina ainda lida com a questão da soberania do arquipélago das Malvinas, destarte, seu maior desafio se localiza na dimensão territorial marítima; outrossim, o país possui, também, o status de aliada extra OTAN dos Estados Unidos, status que, até o presente momento não lhe auferiu nenhuma vantagem. Por fim, em meio a esse ambiente, o Brasil visa desenvolver capacidades dissuasórias no intuito de limitar a ação de potências extrarregionais em seu entorno estratégico. Entretanto, o país não identifica quais seriam essas potências estrangeiras e tampouco se abstém de manter, com elas, vínculos cooperativos no campo da segurança, sob diferentes formas e níveis de intensidade. (MEDEIROS FILHO; CARVALHO; VAZ, 2021).

O presente artigo visa identificar como o diálogo com os países do Arco da Estabilidade pode contribuir para a iniciativa brasileira de revitalização da UNASUL. Para isso, o texto está organizado em cinco seções, sendo a primeira, voltada às considerações iniciais acerca da América do Sul, seus países e os desafios encontrados nos campos da Defesa

e Segurança; em seguida, é abordado o conceito de Arco da Estabilidade, buscando situá-lo geograficamente e destacar como o processo iniciado na década de 1970 teve sucesso; a terceira seção trata sobre o Conselho de Defesa da América do Sul descrevendo sua composição, mecanismos de decisão, além de apresentar sumariamente os resultados obtidos nos primeiros anos de atuação do órgão; na sequência, apresentam-se os principais desafios ao estreitamento da cooperação regional, ou seja, à revitalização do Conselho de Defesa da América do Sul; por fim, há uma parte de considerações finais, a qual busca coadunar as informações apresentadas por cada uma das seções e oferece sugestões para solução da problemática em tela.

Quanto à metodologia, foi realizado um estudo transversal, utilizando o software *Publish or Perish*, a fim de identificar publicações sobre o tema, produzidas entre 2017 e 2024, além de livros sobre as áreas de segurança e defesa, da política externa brasileira e seu entorno estratégico enquanto pesquisa bibliográfica. Além disso, efetivou-se um levantamento de informações relevantes à fragilidade política e institucional; questões de delimitação de fronteiras; vulnerabilidade social; baixo desempenho da economia e porcentagem do PIB mobilizada para investimentos no setor de Defesa, todas constantes em banco de dados internacionais, como o *Institute for Economics & Peace; The Global Economy e Stockholm International Peace Research Institute*.

2 O ARCO DA ESTABILIDADE

Tanto Medeiros Filho (2014) quanto Medeiros Filho; Carvalho; Vaz (2021) afirmam que a maior parte das ameaças na América do Sul pode ser localizada na porção noroeste do continente. A título de ilustração, tem-se a região amazônica, onde as novas ameaças (crime organizado, ações terroristas ou a combinação de ambas) mais se assemelham às questões de defesa nacional. As características geográficas desta área, onde grandes vazios demográficos dificultam a presença do Estado, contribuem para esse complexo de insegurança. Em adição, há na região importantes focos de tensão como, por exemplo, a região do lago Maracaibo³ e a questão do Essequibo⁴ entre Guiana e Venezuela. Em complemento à região

3 Aqui, a tensão entre Colômbia e Venezuela é originada por conta da “delimitação da plataforma continental do Golfo da Venezuela ou Golfo de Maracaibo” (CABRAL, 2020)

4 Questão territorial, cuja origem pode ser traçada à independência da Venezuela. Esse país

amazônica, tem-se a região andina, na qual existe a questão fronteiriça entre Chile, Peru e Bolívia, que pleiteia uma saída para o mar perdida após a Guerra do Pacífico⁵.

Por outro lado, o Cone Sul demonstra relativo êxito no processo cooperativo, ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, por iniciativa brasileira a fim de pôr fim à percepção de “vizinho-ameaça”⁶ que pautava as Políticas Externas à época. Nesse contexto, a Declaração de Iguazu (1985) e o Tratado de Assunção (1991) contribuíram para mudar o paradigma de percepção dos países fronteiriços. Em resumo, as medidas de controle de armamentos, realização de exercícios militares conjuntos, estreitamento das relações comerciais por meio do Mercosul e renúncia à aquisição de armas nucleares contribuíram para a redução das tensões entre Brasil-Argentina e Argentina-Chile (MEDEIROS FILHO, 2014).

Medeiros Filhos (2014) analisa as sub regiões da América do Sul e afirma que o Cone Sul apresenta resultado diametralmente opostos às regiões andina e amazônica, já que enquanto o primeiro é marcado pela redução das tensões e relativo êxito no processo de cooperação, as demais apresentam níveis de integração bem menos expressivos e tem, em sua área, importantes focos de tensão. Em virtude disso, o Complexo Regional de Segurança sul-americano pode ser dividido em duas regiões: o primeiro, o Arco da Estabilidade, corresponde à faixa atlântica do subcontinente; já o segundo, o Arco da Instabilidade, engloba o litoral pacífico e as regiões amazônica e andina, onde o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro são responsáveis pelas crescentes taxas de violência. (VAZ, 2021).

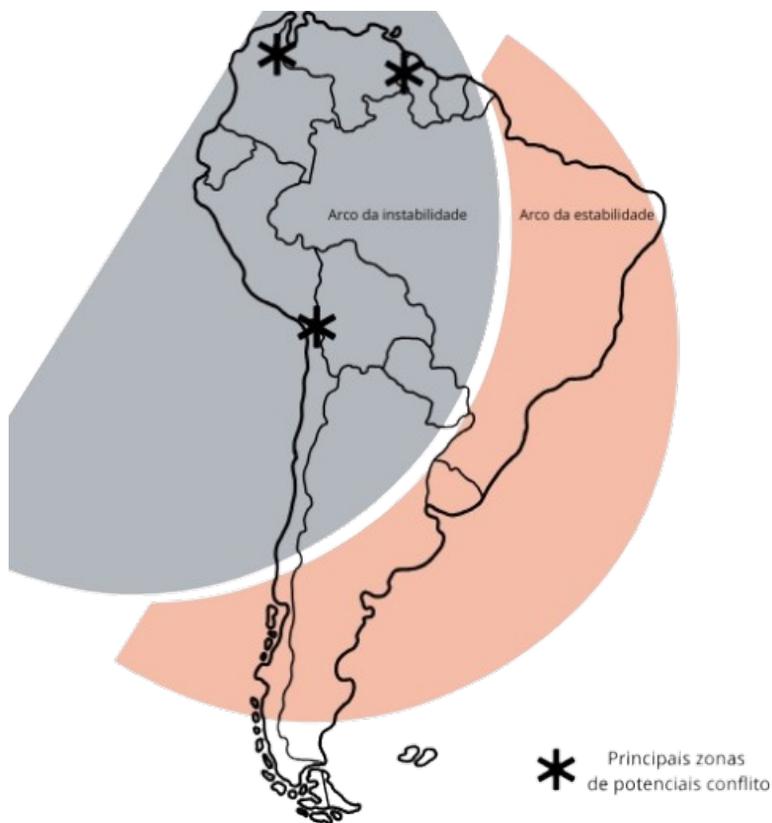
regional no Arco da Estabilidade e toda a Amazônia Legal no Arco da Instabilidade, fatores que podem ser justificativas para as respectivas características securitárias de cada subregião.

Ademais, pode-se observar que há também uma distinção nos campos econômico e político, já que os países integrantes do Arco da estab

considera que o rio Essequibo marca sua fronteira oriental, entretanto essa região representa 70% do atual território da Guiana e é rico em recursos naturais (BBC, 2024).

5 Conflito entre Bolívia, Chile e Peru, ocorrido entre 1879-1883, que teve como consequência a anexação da região do Atacama pelo Chile e perda do acesso ao mar por parte da Bolívia. Para maiores informações, consultar Alves (2022).

6 Situação na qual um país percebia seu vizinho como principal ameaça à segurança nacional. Na relação Brasil-Argentina, esse quadro era motivado tanto por tensões geopolíticas advindas da aspiração à liderança regional quanto pelo desconhecimento das capacidades militares do outro país. No tocante a Argentina-Chile, o ponto fulcral foi a disputa territorial pela porção austral do subcontinente. Para maiores informações, consultar Medeiros Filho (2014).

Figura 1 – Arcos da Estabilidade e da Instabilidade

Fonte: Medeiros Filho (2014) com base em Medeiros Filho (2009).

Observando a Figura 1, verifica-se que o Arco da Estabilidade é composto por Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai; já o Arco da instabilidade conta com Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Venezuela. Cabe o destaque de que a divisão proposta entre os dois Arcos deixa a maior parte do litoral regional no Arco da Estabilidade e toda a Amazônia Legal no Arco da Instabilidade, fatores que podem ser justificativas para as respectivas características securitárias de cada subregião.

Ademais, pode-se observar que há também uma distinção nos campos econômico e político, já que os países integrantes do Arco da estabilidade apresentam maior produto interno bruto (PIB).⁷ Em

7 Para mais informações, consultar: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

adição, ressalta-se que aquelas nações localizadas na porção sudeste do subcontinente apresentam um índice de desenvolvimento humano (IDH)⁸ maior do que aquelas situadas na região noroeste e gozam de relativa estabilidade política em contraste com a agitação que assola seus vizinhos caribenhos. Outrossim, é possível constatar que a ausência de conflitos fronteiriços no Cone Sul implica numa percepção de ameaça mais branda, o que tem como reflexo uma menor parcela do orçamento nacional destinado para investimentos no setor de Defesa.

Tabela 1 - Dados sobre os países da América do Sul

País	Investimento médio no setor de defesa entre 2000-2023 (% do PIB)	Posição no ranking de paz do IEP ⁹ 2024	Posição no ranking de estabilidade política 2022 ¹⁰	IDH 2022 ¹¹	PIB 2023 ¹²
Argentina	0,83%	47°	96°	0,849	22°
Bolívia	1,75%	68°	117°	0,698	92°
Brasil	1,44%	131°	122°	0,760	9°
Chile	2,19%	64°	86°	0,860	45°
Colômbia	3,27%	146°	145°	0,758	41°
Equador	2,40%	130°	113°	0,765	63°
Guiana	1,26%	111°	94°	0,742	130°
Paraguai	0,91%	73°	93°	0,731	98°
Peru	1,42%	99°	135°	0,762	49°
Uruguai	1,98%	52°	19°	0,830	80°
Venezuela	1,26%	142°	168°	0,699	-

Fonte: Os autores, com base nos dados do IEP; SIPRI; The Global Economy;

8 Indicador que avalia as métricas de educação, riqueza e saúde de um país a fim de quantificar o desenvolvimento humano dele. Para mais informações, consultar: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh>

9 O índice global da paz é produzido anualmente pelo Institute for Economics & Peace e considera o grau de militarização; conflitos domésticos e internacionais e nível de proteção e segurança da sociedade em geral.

10 Índice elaborado pelo site The Global Economy, que varia de -2,5 a +2,5. Ele é formulado com base em outros bancos de dados (Economist Intelligence Unit, World Economic Forum, Political Risk Services, etc) e visa quantificar a possibilidade de que o governo de determinado país seja deposto por meio de conflitos armados, além da propensão a atividades terroristas, tensões sociais e possibilidade de conflitos étnicos, religiosos ou regionais. Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/rankings/wb_political_stability/

11 Disponível em <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/hdi-by-country>

12 Disponível em <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/gdp-ranking>

World Population Review e World Bank.

Os dados constantes na Tabela 1 têm por objetivo exemplificar os pontos causais dos altos níveis de violência do subcontinente, ou seja, fragilidade política e institucional; questões de delimitação de fronteiras; vulnerabilidade social; baixo desempenho da economia e porcentagem do PIB mobilizada para investimentos no setor de Defesa. Após a análise dessas informações, pode-se inferir que os países que compõem o Arco da Estabilidade são de fato aqueles que apresentam o melhor desempenho, à exceção do Brasil. Quanto ao caso brasileiro, surgem como justificativas para sua posição no ranking a alta taxa de desigualdade social e econômica existente no país, que dão origem a outros complicadores, como o elevado índice de homicídios e crimes violentos e frequentes confrontos entre os órgãos de segurança pública e facções criminosas. Em adição, sugere-se a hipótese de que a região amazônica realmente é uma vulnerabilidade tanto para a defesa quanto para a segurança nacional. Outrossim, ressalta que a disparidade entre o país e seus vizinhos sul-americanos no tocante à população e à extensão territorial certamente é um fator limitante para a realização de comparações adequadas, já que ela impacta indicadores baseados em quantidades absolutas, por exemplo, número total de homicídios ou quantidade de agentes de segurança pública por habitante.

3. CONSELHO DE DEFESA DA AMÉRICA DO SUL

Em 2008, os chefes de Estado da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela assinaram, na Reunião Extraordinária de Chefes e Chefas de Estado e Governo, em Brasília, o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Essa organização possui personalidade jurídica internacional e visa promover a integração sul-americana por meio do desenvolvimento de uma identidade regional e aumento de sinergia nos setores cultural, social, econômico e político (BRASIL, 2008). Em adição, é interessante destacar que ela contrasta com a Organização dos Estados Americanos (OEA), uma vez que não há a participação dos Estados Unidos da América (EUA), superpotência global que sempre considerou o subcontinente como sua área de influência. (BUZAN; WÆVER, 2003; JAEGER, 2019)

Para atingir os objetivos propostos em seu tratado constitutivo,

a UNASUL está organizada nos seguintes órgãos: conselho de Chefes e Chefas de Estado e de Governo; conselho de Ministros e Ministras das Relações Exteriores; conselho de Delegados e Delegadas; secretaria geral; o conselho energético sul-americano e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), cuja criação ocorreu em 11 de dezembro de 2008. O CDS é um órgão da UNASUL que trata de assuntos relativos à cooperação e coordenação regional de defesa, cuja competência é de caráter consultivo, ou seja, suas capacidades são limitadas a orientações e sugestões, destarte ele não poder impor suas decisões aos países membros. Tal delimitação de atuação encontra amparo na alínea “a”, artigo 3º da seção II do estatuto do órgão que define como um de seus princípios: o “respeito de maneira irrestrita à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados, à não intervenção nos assuntos internos e à autodeterminação dos povos” (BRASIL, 2008, p. 66)

É interessante destacar, também, que o artigo supracitado traz como outros princípios de atuação do CDS a promoção da paz e resolução de eventuais controvérsias por meio do diálogo; a adoção de medidas de confiança visando homogeneizar o entendimento de defesa no continente e o reconhecimento do controle civil sobre os militares, além de estimular a defesa dos recursos naturais das nações signatárias. Para Vitelli (2017), a renúncia à violência como recurso para resolver disputas constitui um avanço significativo na cooperação regional. Em complemento, a autora destaca que, pela primeira vez, os ministros de estado da defesa, ou seus equivalentes, assumiram o protagonismo para tratar de assuntos atinentes à área e relegaram as autoridades diplomáticas ao segundo plano. Em consequência disso, o CDS criou uma dinâmica de interação transgovernamental envolvendo profissionais de defesa sem precedentes na cooperação de defesa sul-americana.

Já Teixeira Júnior e Silva (2017) identificam a criação do órgão como uma vitória política brasileira no ensejo de se tornar uma potência regional e consolidar sua liderança em seu entorno estratégico. A fim de angariar apoio para a proposta, o Presidente da República à época, Luiz Inácio Lula da Silva, solicitou ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, que visitasse cada um dos doze países sul-americanos para discutir sobre o assunto e convencê-los da importância do tema. Outrossim, aquele ministro foi até os EUA, onde se reuniu tanto com o Secretário de Defesa daquele país quanto com a Secretária de Estado, respectivamente, Robert Gates e Condoleezza Rice, visando consultar aquela potência sobre a

proposta brasileira. Ou seja, ainda que os EUA não sejam um membro da UNASUL e, por consequência, do CDS, esse órgão possui a anuência daquele país (NETO; CAMARA, 2021).

Durante esse período, foram necessários, também, esforços no intuito de acomodar visões diferentes sobre o papel do nascente conselho como, por exemplo, a intenção venezuelana de criar a Organização do Tratado do Atlântico Sul, uma aliança militar, cujo funcionamento se daria de maneira análoga à OTAN, a fim de balancear a penetração americana na região e o ceticismo colombiano que, usufruindo dos benefícios do Plano Colômbia¹³, não acreditava que o CDS pudesse ajudar a combater as FARC com a mesma eficácia. (VAZ; FUCCILLE; REZENDE, 2017; VILLA, 2017; VITELLI, 2017). O desconforto causado pela proximidade entre EUA e Colômbia chegou ao ápice após a Operação Fênix¹⁴, uma vitória pírrica, cujo sucesso tático desgastou profundamente as relações diplomáticas entre Colômbia, Equador e Venezuela. Neste ensejo, o Brasil adotou uma postura pragmática visando balancear não só os EUA - que apoiaram a Colômbia - como também a Venezuela por meio de uma instituição e, dessa maneira, firmar-se como potência regional sul-americana.

Quanto à organização, ressalta-se que o CDS está estruturado em dois níveis: o primeiro deles, o conselho dos Ministros da Defesa é responsável por aprovar acordos discutidos em ocasiões anteriores, em duas reuniões anuais. Esse conselho é secundado por um Corpo Executivo, que é composto por “altos representantes das Relações Exteriores e da Defesa” (BRASIL, 2008, p.70) e liderado “pelas Vice-Ministras e pelos Vice-Ministros da Defesa, ou seus equivalentes.” (BRASIL, 2008, p.70). O Corpo Executivo é encarregado das atividades burocráticas do CDS, ou seja, planejar, coordenar, divulgar e registrar todas as atividades executadas sob a égide do conselho. Esse grupo, ressalta-se, tem se mostrado deveras mais ativo que o conselho ministerial - entre 2009 e 2015, ocorreram 15 encontros, sejam eles ordinários ou extraordinários. Como produto dessas reuniões, houve a criação de grupos de trabalho, conselhos consultivos e planos de ação. Nesse contexto, foram estabelecidos dois conselhos

13 Iniciativa multinacional, majoritariamente financiada pelos EUA, com o objetivo de pôr fim ao confronto com as FARC e promover o desenvolvimento econômico e social da Colômbia. Para maiores informações, consultar Veillette (2005)

14 Operação militar ocorrida em 1º de março de 2008, cujo objetivo era neutralizar Raúl Reys, integrante do alto comando das FARC. Como o ataque ocorreu em território equatoriano, houve aumento das tensões entre Colômbia, Equador e Venezuela que culminou na crise diplomática andina. Para maiores informações, consultar New York Times, 2008; Teixeira Júnior; Silva, 2017 e The Guardian, 2008.

consultivos ad hoc para lidar com dois projetos do CDS: a construção conjunta de uma aeronave para instrução de pilotos e a criação de um Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) regional (VITELLI, 2017).

Um dos objetivos primários do CDS é o estabelecimento de uma abordagem comum no tocante à defesa regional. Nesse ensejo, o governo Argentino propôs, em 2009, a criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), que passou a funcionar no começo de 2011, na cidade de Buenos Aires. O CEED implementou iniciativas visando desenvolver a confiança entre os países membros como, por exemplo, a tabulação dos gastos militares, o levantamento do inventário de material de emprego militar e o incentivo à publicação dos Livros Brancos da Defesa de cada um dos Estados participantes. Outrossim, foram desenvolvidas discussões e pesquisas acerca das estruturas comuns de defesa e segurança; comparações entre as instituições nacionais de defesa e análise dos recursos naturais estratégicos (NETO; CAMARA, 2020; VITELLI, 2017).

Por outro lado, os desafios ao sucesso do CDS surgem sob diversas facetas. Em primeiro lugar, destaca-se o ambiente de escassez de recursos que permeia a maioria dos Estados sul-americanos e obriga os governantes a priorizar investimentos, por isso, a vontade política em participar arrefece. A título de ilustração, é possível observar a situação de que todos os países membros são convidados a enviar dois delegados para o CEED, a fim de discutir assuntos relativos à defesa regional, entretanto, nem sempre essas posições são totalmente preenchidas. Alguns países mantêm apenas um delegado, enquanto outros designam o adido militar em Buenos Aires como membro do CEED, que passa a acumular ambas as funções. Na maior parte do ano, o Uruguai mantém seus delegados em território nacional e envia-os, mensalmente, à Argentina para que eles participem das reuniões. Colômbia, Bolívia e Guiana jamais enviaram delegados (VITELLI, 2017).

Além disso, é mister destacar a heterogeneidade das relações civis-militares nos Ministérios da Defesa (MD) nacionais. No caso brasileiro, o MD foi criado em 1999 e, em consequência da inexistência de uma carreira nacional de analista de defesa para civis, tem uma grande participação dos militares em seus quadros. À força disso, a liderança brasileira no Corpo Executivo do CDS é exercida por um oficial general do mais alto posto, o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Por outro lado, tem-se o caso peruano, cujo cargo de Ministro da Defesa é privativo dos civis, sendo vedado a um militar, até mesmo da reserva, ocupá-lo e o caso

chileno, no qual a função de subsecretário das Forças Armadas é exercida por um civil (CHILE, 2024; NASCIMENTO, 2020). Essa heterogeneidade resulta em diferentes graus de participação da sociedade civil nos processos decisórios relativos à defesa nacional e tem como reflexo a dificuldade de se criar uma mentalidade de defesa em países como o Brasil. Há que se considerar, ainda, que as medidas adotadas pelo CDS ainda são limitadas para se pensar a cooperação regional na área da defesa, pois são incipientes, já que não vão além da construção de confiança e não propõem nenhum avanço no processo de ampliação da cooperação regional (VITELLI, 2017).

Em paralelo às dificuldades já mencionadas, soma-se o esvaziamento da UNASUL, ocorrido a partir de 2017, e por conseguinte do CDS. Naquele ano, Ernesto Samper, o secretário-geral da organização, abandonou seu cargo em protesto ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. Desde então, a organização está sem liderança efetiva e sem recursos para pagar suas despesas, e em consequência disso, o governo equatoriano tomou de volta o prédio onde se localizava a sede da UNASUL. Os problemas se agravaram em abril de 2018 após a suspensão voluntária de seis membros da organização (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru), motivada pelo imbróglgio da nomeação de um secretário-geral permanente. Como as decisões da UNASUL deveriam ser tomadas somente pelo consenso, o veto dos países, cujos governantes se identificavam com a esquerda política, à indicação do diplomata argentino José Octávio Bordón bloqueou o prosseguimento do processo e, em última análise, o funcionamento da organização. Em agosto do mesmo ano, o ministro do Exterior da Colômbia informou que o país havia tomado a decisão de se retirar do bloco, cumprindo uma promessa de campanha de seu presidente, Iván Duque (JAEGER, 2019).

Por meio do Decreto número 11.475, de 6 de abril de 2023, o Brasil formalizou seu reingresso na UNASUL (BRASIL, 2023), em consequência disso, o país terá o desafio de liderar seus vizinhos no ensejo de superar as diferenças ideológicas e, sob um viés mais pragmático, retomar o processo de integração regional. Em 30 de maio seguinte, ocorreu a Cúpula da UNASUL em Brasília, onde dez líderes da América do Sul se encontraram após convite do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, para discutir novos rumos para a integração regional¹⁵. O presidente Lula afirmou que

15 Os presidentes que estiveram na reunião: Alberto Fernández (Argentina), Luís Arce (Bolívia), Gabriel Boric (Chile), Gustavo Petro (Colômbia), Guillermo Lasso (Equador), Irfaan Ali (Guiana), Mário Abdo Benítez (Paraguai), Chan Santokhi (Suriname), Luís Lacalle Pou

“[...] não é preciso recomeçar do zero. A Unasul é um patrimônio coletivo. Lembremos que ela está em vigor e sete países ainda são membros plenos” (AGÊNCIA BRASIL, 2023), destacando o processo de retomada a partir do processo de “erros e acertos anteriores”, em clara alusão à necessidade de revitalização do grupo.

4. PRINCIPAIS DESAFIOS

Conforme apresentado na seção anterior, o Brasil pretende revitalizar a UNASUL, e por consequência, o CDS, a fim de retomar o processo de cooperação regional. Entretanto, para atingir esse objetivo o país deverá superar alguns desafios. O primeiro deles diz respeito às diferenças ideológicas que persistem entre os diversos países da América do Sul. Por ocasião da criação da UNASUL, prosperava no subcontinente a chamada “primavera sulamericana”, fenômeno no qual diversos países da região elegeram governantes alinhados com a esquerda política como, por exemplo Nestor Kirchner (Argentina); Evo Morales (Bolívia); Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil); Rafael Correa (Equador); Fernando Lugo (Paraguai) e Tabaré Vázquez (Uruguai). Essa proximidade ideológica permitiu o florescimento de uma agenda de cooperação que abordasse outros assuntos além das questões comerciais. Ocorre que, na década de 2010, esses governantes foram substituídos por outros mais alinhados à direita, que acreditavam que a UNASUL estava carregada de ideologia e, por isso, optaram por deixá-la (JAEGER, 2019; NETO; CAMARA, 2020).

A fim de substituir aquela organização, Brasil, Chile, Colômbia, Argentina, Equador, Peru e Paraguai se reuniram na cidade de Santiago - Chile, em março de 2019, e realizaram o lançamento do “Foro para o Progresso da América do Sul – Prosul”, cuja proposta é ser uma organização para diálogo e integração, sem conotação ideológica - e sem a participação da Venezuela -, que substituirá a UNASUL (ESTADO DE MINAS, 2019; INFOBAE, 2019). Com uma nova guinada parcial à esquerda, surgiu a oportunidade de fortalecer a UNASUL e suas organizações subordinadas, afinal, conforme destacado por Milz (2023), atualmente apenas Argentina, Equador, Paraguai e Uruguai são governados pela direita. Embora três desses países possam ser considerados “pequenos atores” sem grande peso político no cenário sul-americano, não seria possível criar um bloco regional sem a Argentina, atualmente liderada por Javier Milei.

(Uruguai) e Nicolás Maduro (Venezuela).

O segundo fator complicador para o sucesso do CDS diz respeito aos diferentes entendimentos que cada um dos países sul-americanos dá para o conceito de Defesa e, por consequência, o rol de missões atribuídas a suas Forças Armadas. Por um lado, o Chile, que juntamente com o Brasil foi um dos principais incentivadores do organismo, crê que é importante que o CDS limite seu escopo de atuação a um fórum, que favoreça o diálogo e a cooperação em assuntos atinentes à área de defesa, e evite abordar temas nebulosos como, por exemplo, a segurança pública ou o papel das Forças Armadas e tampouco evoluir para uma aliança militar contra algum país específico. (RIVERA, 2018). Já para alguns países do Arco da Instabilidade - notadamente Colômbia e Peru -, é importante que o órgão aborde assuntos relativos às novas ameaças como, por exemplo, o combate ao tráfico de drogas e aos delitos transnacionais ocorridos na região amazônica (MEDEIROS FILHO, 2014). No caso brasileiro, as duas últimas décadas marcaram a expansão do crime organizado em todas as regiões do país e a deterioração da segurança pública, o que demandou maior participação das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem (VAZ, 2021). Em uma direção diametralmente oposta à intenção chilena, a Venezuela busca, por meio da integração regional, criar uma Organização do Tratado do Atlântico Sul no intuito de balancear os Estados Unidos (VITELLI, 2017).

O terceiro aspecto diz respeito à esfera físico-geográfica, afinal, a América do Sul abriga a maior floresta tropical do planeta, que ocupa o território de nove países da região. Se por um lado, esse bioma constitui um pólo de biodiversidade e recursos naturais, por outro, ela é um obstáculo à presença do Estado, na medida que dificulta o monitoramento de atividades em seu interior, criando diversos vazios demográficos e largas faixas de fronteiras permeáveis. Essas características são exploradas por organizações criminosas e grupos terroristas que utilizam a floresta para se homiziar após cometerem delitos. Em adição, destacam-se também: a frágil infraestrutura física de circulação e baixa complementaridade econômica entre os países sul-americanos, óbices que se devem ao cenário geopolítico vigente até o final do século XX, no qual os países enxergavam os demais como ameaças. Nesse contexto, pode-se citar a adoção de diferentes bitolas ferroviárias pelos países da região, o que dificulta a integração logística (MEDEIROS FILHO, 2014).

Por fim, quanto ao aspecto político, é necessário ressaltar a fragilidade da agenda democrática no continente, o que produz como

consequência a baixa confiança política e como reflexo, a dificuldade na implementação de arranjos regionais; a fragilidade das instituições regionais, parcialmente motivada pelo receio dos Estados sul-americanos em perder parte de sua soberania e autonomia, cujo corolário disso é que os acordos entre países exigem o consenso, que, face a temas complexos (cita-se segurança e defesa), pode gerar estagnação. Além disso, existe a manutenção da desconfiança mútua residual, influenciadas por questões territoriais não resolvidas - por exemplo, a questão do Essequibo que tomou maior vulto em 2024 em virtude de declarações de Nicolás Maduro e a criação de uma nova província venezuelana (G1, 2024) -, pelo alinhamento (ou não) com os EUA, motivo que, ao lado de disputas territoriais, contribui para o acirramento dos ânimos entre Colômbia e Venezuela (VITELLI, 2017) e pelo receio apresentado pelos demais países da América do Sul de que a potência regional, o Brasil, desvirtue as instituições locais visando adotar iniciativas imperialistas para consolidar sua liderança na região (MEDEIROS FILHO, 2014).

Em síntese, verifica-se que os países do dito Arco da Estabilidade, ou seja, Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai estão envolvidos, em algum grau, em todos os pontos de limitação da cooperação do subcontinente (liderança política, principal missão das Forças Armadas, dimensão físico-geográfica e implementação de arranjos regionais.). Em adição, é conveniente destacar que esses Estados gozam de relativa estabilidade política quando comparados com seus vizinhos da região noroeste da América do Sul. Acerca da pujança econômica, ressalta-se ainda que Argentina, Brasil e Chile, ao lado da Colômbia, se destacam no âmbito regional econômica e politicamente. Além disso, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai são membros plenos do Mercosul, ou seja, eles participam do processo de tomada de decisão do órgão e têm a capacidade de propor políticas comuns para comércio, indústria, agricultura e assuntos sociais, não obstante, eles podem também elencar obras de infraestrutura. Tais propostas poderiam viabilizar a redução das desigualdades regionais e melhorar o escoamento de produtos autóctones. Por fim, os cinco países têm Forças Armadas estruturadas, com tradição na cooperação militar e de Defesa regional e extrarregional. A participação em exercícios militares internacionais poderia ser estendida a outros países da região no ensejo de reduzir a desconfiança e atenuar tensões históricas, bem como o avanço do compartilhamento de informações e experiências entre esses parceiros. Destarte, esclarece-se que a solução de eventuais diferenças entre os

países do Arco da Estabilidade por meio do diálogo contribuiria para a geração de um vetor de cooperação no âmbito regional capaz de aumentar a integração sul-americana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América do Sul apresenta grande riqueza natural e diversidade biológica que contrastam com os níveis de desenvolvimento dos países da região, em adição, não há no subcontinente conflitos interestatais. Portanto, os altos índices de violência da região são motivados, principalmente, por fatores endógenos como a instabilidade política e social; a fragilidade institucional; as disparidades econômicas e sociais e a criminalidade. Esses fatores dão origem a um ambiente favorável à ação de novas ameaças - notadamente o crime organizado e grupos terroristas com viés ideológico - que podem agir em vários Estados a partir de uma base de operações localizada dentro de uma nação mais fraca. Dessa maneira, há, na América do Sul, uma inversão da lógica do dilema de segurança de Herz (1950), no qual a ameaça passa a ser o Estado frágil ao invés daquele com intenções de obter hegemonia regional.

À luz dessas características, é possível revigorar a divisão regional em duas áreas: a primeira, o Arco da Estabilidade, composta pelo MERCOSUL estendido, engloba Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai e apresenta maior êxito nos assuntos ligados à cooperação e à integração regional, o que é evidenciado pelo estreitamento das relações comerciais por meio daquele mercado comum; pela realização de exercícios militares conjuntos e pela redução das tensões entre os principais atores - Brasil-Argentina e Argentina-Chile -. Já a segunda, o Arco da Instabilidade, engloba o litoral pacífico e as regiões amazônica e andina do subcontinente (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Venezuela). Ali, localizam-se tanto os focos de tensão motivados por disputas territoriais, que tem potencial para evoluir para conflitos armados, quanto maior atividade de grupos terroristas e facções do crime organizado. Ao analisar dados abertos tabulados por organizações internacionais, verifica-se que há clara discrepância entre os dois grupos, notadamente nos indicadores que fazem alusão à fragilidade política e institucional; questões de delimitação de fronteiras; vulnerabilidade social; baixo desempenho da economia e porcentagem do PIB mobilizada para investimentos no setor de Defesa.

Em meio a esse cenário, o Brasil, visando consolidar sua posição como liderança regional e conquistar maior autonomia no cenário internacional, capitaneou esforços para criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). A assinatura do tratado constitutivo dessa organização marcou uma vitória política brasileira, pois, pela primeira vez surgia, no subcontinente, um organismo sem a participação formal dos EUA, embora a superpotência tivesse dado sua anuência à implementação do projeto. A UNASUL é composta por diversas estruturas, entre as quais se destaca o CDS, que é um canal para o diálogo sobre assuntos relativos à cooperação e coordenação regional de defesa, de competência consultiva, organizado em dois níveis: o primeiro deles, o conselho dos Ministros da Defesa, é responsável por ratificar acordos discutidos em oportunidades anteriores; o segundo, um Corpo Executivo é encarregado das tarefas burocráticas do CDS, ou seja, planejar, coordenar, divulgar e registrar todas as atividades executadas sob a égide do conselho. Apesar dos entendimentos divergentes acerca da temática Defesa e dificuldades financeiras, os primeiros anos de atuação do conselho foram marcados por resultados positivos, haja vista a adoção de medidas com o intuito de diminuir a desconfiança entre os países membros e criar uma abordagem comum no tocante à defesa regional. Entre essas iniciativas, cita-se a tabulação dos gastos militares, o levantamento do inventário de material de emprego militar e o incentivo à publicação dos Livros Brancos da Defesa de cada um dos Estados participantes, todas desenvolvidas pelo CEED. No entanto, a partir de 2017, em razão de fatores políticos, o secretário-geral da UNASUL renunciou e a organização começou a perder forças; em abril de 2018, houve a suspensão voluntária de seis membros da organização, entre eles o Brasil e, desde então, a organização está inoperante.

Em 06 de abril de 2023, o Brasil regressou à UNASUL. Entretanto, um ano após o retorno do país à organização, ainda não há registro de nenhuma atividade expressiva realizada pela UNASUL, além da Cúpula regional de maio de 2023 e das visitas bilaterais. Dessa maneira, visando cumprir seu objetivo político de consolidar sua posição como líder regional e, por consequência, diminuir a penetração de potências extrarregionais no núcleo duro de seu entorno estratégico, o país deverá angariar o apoio de seus vizinhos no ensejo de repovoar a organização. Para isso, ele deveria adotar uma abordagem pragmática e superar diferenças ideológicas com um dos maiores atores locais: a Argentina. Em adição, o país deveria estabelecer intenso diálogo a fim de acomodar diferentes visões sobre

o papel do órgão e dessa maneira dirimir eventuais atritos entre os participantes, notoriamente os entendimentos chileno e venezuelano.

Seria interessante ainda propor medidas com o objetivo de aumentar a fiscalização das fronteiras na região amazônica visando coibir a atuação de facções criminosas ou grupos terroristas na região. Por fim, no ensejo de aumentar confiança política e diminuir desconfiança mútua residual, o Brasil poderia agir também para atenuar as tensões provenientes de disputas fronteiriças - em especial a questão do Essequibo, entre Guiana e Venezuela - e aplacar temores dos vizinhos sobre iniciativas imperialistas brasileiras. Nesse contexto, cresce de importância a aproximação com os demais países do Arco da Estabilidade para convencê-los a tratar a América do Sul como área prioritária em suas políticas externas; angariar investimentos para viabilizar as ações aqui propostas; retomar as iniciativas formuladas pelo CEED para gerar uma abordagem comum no tocante à defesa regional e angariar apoio político para a recuperação da UNASUL.

BRAZILIAN CHALLENGES FOR THE REVITALIZATION OF UNASUR: WOULD THE STABILITY ARC BE THE SOLUTION?

ABSTRACT

The objective of this work was to verify how dialogue with countries in the so-called arc of stability can contribute to the Brazilian initiative to revitalize UNASUR. To this end, a cross-sectional study was conducted using the Publish or Perish software to identify relevant publications on the subject, produced since 2017, and renowned books on the areas of security and defense, Brazilian foreign policy and its strategic environment. In addition, a survey of information relevant to political and institutional fragility was prepared, identifying issues of border delimitation, social vulnerability, poor economic performance and the percentage of GDP mobilized for investments in the defense sector, all of which are contained in international databases. In the end, it was found that mobilizing the support of the Southern Cone countries seems to be the most viable strategy to solve the political, ideological and financial problems that currently impede the advancement of regional cooperation.

Keywords: UNASUR; cooperation; stability arc; security; defense.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Lula defende reforma da Unasul como mecanismo de cooperação. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-05/lula-defende-reforma-da-unasul-como-mecanismo-de-cooperacao> Acesso em: 18 set. 2024.

ALONSO, Juan Francisco. 'Não aceitaremos anexação do nosso território': a resposta da Guiana à lei aprovada pela Venezuela 'tomando' a região do Essequibo. BBC News Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgxdwe57w1vo>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ALVES, Miguel Henrique Alexandre Dias. A Guerra do Pacífico (1879-1883): uma análise da fricção clausewitziana e seu impacto na estratégia. ENABED 2022. 2022. 15 p. Disponível em: https://www.enabed2022.abedef.org/resources/anais/19/enabed2022/1654809291_ARQUIVO_e29d31cb1f01b2726b90c11e79d815ed.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRODZINSKY, Sibylla. Guerrilla leader killed in Colombia. The Guardian . 2008. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2008/mar/01/colombia.terrorism>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BUZAN, Barry; WÆVER, Olan. South America: an under-conflictual anomaly?. In: BUZAN, Barry; WÆVER, , Olan. Regions and Powers: The Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. cap. 10, p. 304-340.

CABRAL, Bento Paulos . A instabilidade no Arco Norte da América do Sul: O caso da Venezuela e suas implicações para a Segurança e Defesa do Brasil. Brasília, 2018 Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade Nacional de Brasília. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/24332/1/2018_BentoPaulosCabral_tcc.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

CHILE. Biografía Subsecretario para las Fuerzas Armadas. Subsecretaría para las Fuerzas Armadas. Disponível em: https://www.ssffaa.cl/indexebf7.html?page_id=2342. Acesso em: 22 jul. 2024.

ESTADO DE MINAS. América do Sul lança Prosul, novo bloco regional sem Venezuela. Estado de Minas. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/03/22/interna_internacional,1040289/america-do-sul-lanca-prosul-novo-bloco-regional-sem-venezuela.shtml. Acesso em: 22 jul. 2024.

G1. Essequibo: o que há no território da Guiana que a Venezuela tenta anexar, e como começou a disputa. G1. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/04/essequibo-o-que-ha-no-territorio-da-guiana-que-a-venezuela-tenta-anexar-e-como-comecou-a-disputa.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2024.

HERZ, John H. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World politics*, v. 2, n. 2, p. 157-180, 1950. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/abs/idealist-internationalism-and-the-security-dilemma/7094783665386FD81A25DF98C7EEC223#access-block>. Acesso em: 17 set. 2024. Acesso em: 22 jul. 2024.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE. 2024 Global Peace Index. IEP. 89 p. Disponível em: <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2024/06/GPI-2024-web.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

INFOBAE. Cierran Unasur: el Presidente de Colombia reveló que la reemplazará un nuevo organismo llamado Prosul. INFOBAE. 2019. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2019/01/14/cierran-unasur-el-presidente-de-colombia-revelo-que-la-reemplazara-un-nuevo-organismo-llamado-prosur/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

JAEGGER, Bruna Coelho. Crise e colapso da UNASUL: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 10, n. 49, p. 5-12, jan/mar 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/88358/52481>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Breve panorama de segurança na América do Sul. In: NASSER, Reginaldo Mattar (Org.); DE MORAES, Rodrigo Fracalossi (Org.). *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e*

Atlântico Sul. Brasília: IPEA, 2014. 284 p. cap. 1, p. 23-42.

MEDEIROS FILHO, Oscar; CARVALHO, Guilherme Otávio Godinho de; VAZ, Alcides Costa. Geopolítica brasileira e o sentido da defesa na América do Sul. In: VAZ, Alcides Costa (Org.). O Brasil e os desafios à estabilidade no entorno estratégico brasileiro: disputa hegemônica, conflitos e violência. Brasília, DF: Trampolim Editora e Eventos culturais Eirelli, 2021. cap. 3, p. 82-112.

MILZ, Thomas. Uma guinada à direita na América do Sul?. Deutsche Welle. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/uma-guinada-%C3%A0-direita-na-am%C3%A9rica-do-sul/a-65570407>. Acesso em: 22 jul. 2024.

NETO, TOMAZ ESPÓSITO; CAMARA, LISA BELMIRO. Unasul e União Europeia: análise comparada em termos de segurança e defesa. Rev. Bras. Est. Def, p. 67-96. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75198/42120>. Acesso em: 23 jun. 2024.

RIVERA, Jorge Riquelme. Participación de Chile en el Consejo de Defensa Suramericano: moderación y pragmatismo. Relaciones Internacionales, n. 54, p. 87-105, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/152754/Chile-participation-in-the-South-American-Defense-Council.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jul. 2024.

RUSSET, Bruce; STARR, Harvey; KINSELLA, David. World Politics: a Menu for Choice. Cengage Learning, 2012, 480 p.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Brasil retorna à UNASUL. gov.br. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/obrasilvoltou/respeito-e-dialogo/brasil-retorna-a-unasul#:~:text=Em%20decreto%20publicado%20em%206,Sul%2DAmericanas%20\(UNASUL\)](https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/obrasilvoltou/respeito-e-dialogo/brasil-retorna-a-unasul#:~:text=Em%20decreto%20publicado%20em%206,Sul%2DAmericanas%20(UNASUL)). Acesso em: 22 jul. 2024.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. Military Expenditure Database. SIPRI. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 22 jul. 2024.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.; SILVA, Antonio Henrique Lucena.

Explaining Defense Cooperation With Process-tracing:the Brazilian Proposal for the Creation of UNASUR South American Defense Council. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 60, n.2. 18 p, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/ttQbZz75G9RqWWkhG4y3w6h/abstract/?lang=en>. Acesso em: 29 jun. 2024.

THE GLOBAL ECONOMY. Political stability - Country rankings. The Global Economy. Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/rankings/wb_political_stability. Acesso em: 22 jul. 2024.

TRATADO CONSTITUTIVO DA UNASUL. Brasil, de 23 de maio de 2008. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

VAZ, Alcides Costa. Estabilidade no entorno estratégico brasileiro: panorama e perspectivas. In: VAZ, Alcides Costa (Org.). *O Brasil e os desafios à estabilidade no entorno estratégico brasileiro: disputa hegemônica, conflitos e violência*. Brasília, DF: Trampolim Editora e Eventos culturais Eirelli, 2021, p. 22-52.

VAZ, Alcides Costa. Perspectivas da estabilidade regional à luz da implementação dos acordos de paz na Colômbia e da crise venezuelana. *Análise Estratégica*, v. 4. 8 p, Mar/maio 2017. Disponível em: <https://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExArE/article/view/1276>. Acesso em: 22 jul.2024.

VAZ, Alcides Costa; FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. UNASUR, Brazil, and the South American defence cooperation: A decade later. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 60(2). 21 p, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/HJQFGs3s9D766xGYyTJmJ3L/?lang=en>. Acesso em: 22 jul. 2024.

VILLA, Rafael Duarte . Brazilian Hybrid Security in South America. *Revista Brasileira de Política Internaciona*, v. 60(2). 22 p, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/3XrMsmCdZ6gTP6vRLYpVbsH/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 22 jul. 2024.

VITELLI, Marina Gisela. The South American Defense Council: the Building of a Community of Practice for Regional Defense. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/tG94KHHfSbnrkjsDyRsVdfl/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 22 jun. 2024.

WORLD BANK GROUP. GDP Ranking. Data Catalog. Disponível em: <https://datacatalog.worldbank.org/search/dataset/0038130>. Acesso em: 22 jul. 2024.

WORLD POPULATION REVIEW. Human Development Index (HDI) by Country 2024. *World Population Review*. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/hdi-by-country>. Acesso em: 22 jul. 2024.